Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48
Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC,
CEP 81310-000, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Código ISIN: BRPOSIACNOR9

24.145.000 Ações Ordinárias
Valor da Distribuição – R$ 567.407.500,00

Preço por Ação Ordinária: R$23,50

A Positivo Informática S.A. ("Companhia") e os Acionistas Vendedores identificados neste Prospecto ("Acionistas Vendedores") estão realizando uma oferta que compreende a distribuição pública primária de 2.800.000 ações ordinárias ("Oferta Primária") e a distribuição pública secundária de, inicialmente, 19.150.000 ações ordinárias ("Oferta Secundária"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia ("Ações"). As Ações serão colocadas no Brasil em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.° 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"). As Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública em mercado de balcão não-organizado a ser realizada no Brasil e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no Securities Act de 1933 ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, e, nos demais países, exceto os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* editada pela SEC, respeitada a legislação vigente nesses países ("Oferta"). Não foi, nem será realizado, qualquer registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. Para participar da Oferta, os investidores estrangeiros deverão ser registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores ("Instrução CVM 325"), e na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores ("Resolução CMN 2.689"). A Oferta será coordenada conjuntamente pelo Banco UBS S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco UBS Pactual S.A. ("Banco UBS Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores").

O preço de emissão e venda das Ações ("Preço por Ação") foi fixado após a realização de procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido pelos Coordenadores.

Preço por Ação	Comissões	Recursos Líquidos[1] [2]
R$23,50	R$ 31.834.301,36	R$ 535.573.198,64

(1) Sem levar em conta o exercício da Opção de Ações Suplementares, conforme abaixo definida.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

A quantidade total de Ações objeto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 3.292.500 Ações, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares"), conforme opção para aquisição de tais Ações outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, a qual será destinada exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Suplementares"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, por decisão conjunta dos Coordenadores, pelo prazo de 30 dias contados da data do Prospecto Definitivo.

Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de 21.950.000 Ações inicialmente indicada no Prospecto Preliminar e no Aviso ao Mercado publicado em 22 de novembro de 2006, foi, a critério dos Acionistas Vendedores, com o consentimento dos Coordenadores, aumentada em 10%, correspondendo a 2.195.000 ações ordinárias, de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme disposto no artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400 ("Ações Adicionais").

A abertura de capital da Companhia e a realização da Oferta Primária foram deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2006. A ata da deliberação societária da Companhia foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. O aumento de capital, a realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, e a determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta, foram aprovados em nossa Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de novembro de 2006, cuja ata foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio . O Preço por Ação foi deliberado por nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2006, ou seja, antes da concessão do registro da Oferta. A autorização, pelos Acionistas Vendedores, para alienação das Ações de sua titularidade e o Preço por Ação foram aprovados pelos representantes dos Acionistas Vendedores, na forma estabelecida em seus documentos societários.

Registro da Oferta na CVM: Distribuição Primária: CVM/SRE/REM/2006/033, em 08 de dezembro de 2006 e Distribuição Secundária - CVM/SRE/SEC/2006/034, em 08 de dezembro de 2006.

Código de Negociação no Segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA"): POSI3

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas.

Os administradores da Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder declaram que, até onde têm conhecimento, as informações contidas neste documento correspondem à realidade e não omitem nada capaz de afetar a veracidade de tais informações. Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao decidir por adquirir/subscrever as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações. **Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco" nas páginas 46 a 53 deste Prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.**

"A(O) presente oferta pública/programa foi elaborada(o) de acordo com as disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, o qual se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o n.º 4890254, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública/programa, aos padrões mínimos de informação contidos no código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das instituições participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública/programa."

Coordenador Líder
Banco UBS S.A.

Coordenador
Banco UBS Pactual S.A.

Coordenadores Contratados

A data deste Prospecto Definitivo é 08 de dezembro de 2006.

ÍNDICE

Parte I – INTRODUÇÃO 3
Definições 4
Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro 14
Apresentação das Informações Financeiras 15
Informações Cadastrais da Companhia e dos Acionistas Vendedores 16
Sumário 18
Resumo das Demonstrações Financeiras 22
Sumário da Oferta 25
Informações sobre a Oferta 30
Identificação de Administradores, Consultores e Auditores 42
Fatores de Risco 46
Destinação dos Recursos 54

Parte II – COMPANHIA 55
Capitalização 56
Diluição 57
Informações Financeiras Selecionadas 58
Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais 61
A Indústria de Computadores e de Tecnologia Educacional 111
Atividades 122
Administração 143
Principais Acionistas e Acionistas Vendedores 149
Operações com Partes Relacionadas 151
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 153
Descrição do Capital Social 154
Dividendos e Política de Dividendos 167
Práticas Diferenciadas De Governança Corporativa 171

Parte III – ANEXOS 178
Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2006 179
Estatuto Social da Companhia e ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2006 182
Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de novembro de 2006 202
Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de dezembro de 2006 205
Informações Anuais – IAN da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 (apenas informações não constantes deste Prospecto) 207
Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006 (apenas informações não constantes deste Prospecto) 223
Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia e dos Acionistas Vendedores 237
Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder 242

Parte IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 245
Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 e respectivos Pareceres de Auditoria da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes 246
Demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e respectivo Parecer de Auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes 278
Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes 311

[página intencionalmente deixada em branco]

Parte I – INTRODUÇÃO

Definições 4
Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro 14
Apresentação das Informações Financeiras 15
Informações Cadastrais da Companhia e dos Acionistas Vendedores 16
Sumário 18
Resumo das Demonstrações Financeiras 22
Sumário da Oferta 25
Informações sobre a Oferta 30
Identificação de Administradores, Consultores e Auditores 42
Fatores de Risco 46
Destinação dos Recursos 54

DEFINIÇÕES

Acionistas Controladores	Acionistas detentores do Poder de Controle.
Acionistas Vendedores	Mantova Investimentos S.A.; LP Investimentos S.A.; Infoinvest Investimentos Ltda.; CIR Investimentos S.A. e GOLS Participações S.A.
Ações	Ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto desta Oferta. Quando aplicável, o termo Ações poderá incluir, ainda, as Ações Adicionais e/ou as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Quantidade adicional de 10% das ações inicialmente ofertadas na Oferta Secundária, excluídas as Ações Suplementares, a ser distribuída a critério dos Acionistas Vendedores, com o consentimento do Coordenador Líder, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, sem prejuízo da Opção de Ações Suplementares.
Ações Suplementares	3.292.500 Ações equivalentes a até 15% das ações inicialmente ofertadas na Oferta Secundária, a serem adquiridas, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder e mediante decisão conjunta dos Coordenadores, em decorrência do exercício da Opção das Ações Suplementares outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, no período de 30 dias contado do Prospecto Definitivo, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400.
Agentes de Colocação Internacional	ABN AMRO Bank N.V. (London Branch), Deutsche Bank Securities Inc., HSBC Securities (USA) Inc. e UBS Securities LLC.
Análise Vertical ou AV	Quando relativa a conta de resultado, consiste em percentual sobre o total da receita líquida; quando relativa a conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo; e quando relativa a conta do passivo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do passivo.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Positivo Informática S.A., a ser publicado na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400.

Anúncio de Início	Anúncio de início da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Positivo Informática S.A., publicado em 08 de dezembro de 2006, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Anúncio informando da modificação da Oferta, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes	Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, para as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2004. Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2006 e 2005.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado publicado em 22 de novembro de 2006 no Jornal Valor Econômico, Jornal Indústria e Comércio e no Diário Oficial do Estado do Paraná pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Coordenadores, informando o início do Período de Reserva e do Procedimento de *Bookbuilding*.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BM&F	Bolsa de Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.
BOVESPA FIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BOVESPA.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CAGR	Taxa composta de crescimento anual.
CBLC	Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia.
CDI	Certificado de Depósito Interfinanceiro.
CEF	Caixa Econômica Federal.
CETIP	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.

Classe A, Classe B, Classe C e Classe D	Classes econômicas segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil estabelecido pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Colaboradores	Pessoas físicas integrantes da folha de pagamento da Companhia.
Companhia	Positivo Informática S.A.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A., celebrado em 07 de dezembro de 2006 entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores e a CBLC, na qualidade de interveniente-anuente, relativo à distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil.
Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A., celebrado em 07 de dezembro de 2006 entre os Acionistas Vendedores, o Coordenador Líder e a UBS Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
Contrato de Facilitação de Colocação	*Placement Facilitation Agreement*, contrato celebrado em 07 de dezembro de 2006 entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, referente aos esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado, firmado entre a Companhia e a BOVESPA em 01 de novembro de 2006, contendo obrigações relativas à listagem da Companhia no Novo Mercado. A eficácia do Contrato de Participação no Novo Mercado somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início.
Coordenador	Banco UBS Pactual S.A.
Coordenador Líder	Banco UBS S.A.
Coordenadores	Banco UBS S.A. e Banco UBS Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	Banco ABN AMRO Real S.A., Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

Corretoras Consorciadas	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, membros da BOVESPA, que farão parte exclusivamente da colocação das Ações na Oferta de Varejo.
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores ou de Créditos e Direitos de Natureza Financeira.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira da Oferta, prevista para o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares.
Desktop	Computador de mesa.
Dólar, Dólar norte-americano ou US$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
EBITDA	EBITDA corresponde ao lucro antes de despesas (receitas) financeiras líquidas, do IRPJ e da CSLL e, da depreciação e amortização. O cálculo do EBITDA não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.
EBITDA Ajustado	Formado pelo EBITDA, sendo ajustado pela exclusão de despesas com impostos indiretos que reduziram o nosso lucro bruto, mas que não representam desembolsos de caixa efetivos no pagamento dos tributos, pois compõem subvenções para investimento - adicionadas ao nosso Patrimônio Líquido, como fruto de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões do País. O cálculo do EBITDA Ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.
e-Commerce	Forma de comércio onde as transações são realizadas por meio de equipamentos eletrônicos ligados a redes de transmissão de dados, tais como computadores e telefones celulares.

Editora Positivo	Editora Positivo Ltda.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
Governo Brasileiro	Governo Federal e os governos dos estados, do distrito federal e dos municípios brasileiros.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Hardware	Parte física do computador ou conjunto de componentes eletrônicos, circuitos integrados e placas, que se comunicam através de barramentos.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IDC	*International Data Corporation.*
IFRS	*International Financial Reporting Standards*, correspondente às normas internacionais de contabilidade.
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
Instrução CVM 325	Instrução da CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, e alterações posteriores.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Internet	Conglomerado de redes de computadores em escala mundial que permite o acesso a informações e transferência de dados.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos, em conformidade com o disposto na *Rule 144A* no âmbito do *Securities Act*, e (b) nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), com base no *Regulation S* no âmbito do Securities Act, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Investidores Institucionais	Pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Investidores Não-Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento que decidirem participar da Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$ 1.000,00 (mil reais) e o valor máximo de investimento de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não-Institucional ("Valor Mínimo" e "Valor Máximo", respectivamente).
Instituições Participantes da Oferta	Banco UBS S.A.; Banco UBS Pactual S.A.; Corretoras Consorciadas e Coordenadores Contratados.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto sobre Serviços.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

Mercado Cinza (*Gray Market*)	Mercado formado pelas vendas realizadas por pequenas e médias montadoras de computadores cuja produção possui um certo grau de peças contrabandeadas e, ainda, pelas vendas de empresas que não possuem incentivo de PPB - Processo Produtivo Básico. A IDC classifica as empresas que possuem PPB como mercado oficial e as empresas que não possuem PPB como mercado cinza.
Mercado Corporativo	Mercado formado pelas vendas realizadas a pequenas, médias e grandes empresas, seja por força de venda direta, por revendas ou agentes terceirizados.
Mercado de Licitações Públicas	Mercado formado pelas vendas realizadas por órgãos e entidades pertencentes à administração direta ou indireta das várias esferas do Governo Brasileiro.
Mercado de Varejo	Mercado formado pelas vendas realizadas a usuários domésticos (pessoas físicas), micro e pequenas empresas, que são atendidos pelas redes varejistas.
Mercado Oficial	Mercado de venda de computadores excluída a participação do Mercado Cinza.
Mesa Educacional	Computador destinado à educação, formando um ambiente destinado à aprendizagem. Conjunto de dispositivos conectável a um computador mais um *software*.
N/A	Não aplicável.
N/D	Não disponível.
Notebook	Computador portátil.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da BOVESPA.
OECD	*Organization for Economic Co-operation and Development* (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos).
Oferta	Oferta pública que compreende a distribuição primária de 2.800.000 Ações pela Companhia e a distribuição secundária de 19.150.000 Ações pelos Acionistas Vendedores, em mercado de balcão não-organizado, a ser realizada: (i) no Brasil, por meio de uma distribuição pública registrada na CVM, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400; e (ii) no exterior, mediante esforços de colocação, (a) sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *SEC*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, (b) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* editada pela *SEC*, respeitada a legislação vigente nesses países. Os investidores

	residentes no exterior deverão realizar seu investimento no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Oferta de Varejo	Distribuição pública de, no mínimo, 10% das Ações objeto da Oferta, equivalentes a 2.195.000 Ações, sem levar em consideração as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizerem reservas no âmbito da Oferta de Varejo, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto nos Pedidos de Reserva. Os Coordenadores poderão, a seu exclusivo critério, aumentar a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, até o máximo de 30% das Ações objeto da Oferta.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais.
Oferta Primária	A oferta pública de distribuição primária de 2.800.000 Ações, a ser realizada no âmbito da Oferta.
Oferta Secundária	A oferta pública de distribuição secundária de 19.150.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no âmbito da Oferta.
Opção de Ações Suplementares	Opção para aquisição de Ações Suplementares, nas mesmas condições e preço das Ações, outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder mediante decisão conjunta dos Coordenadores, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400 e do Contrato de Colocação, a ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder, no período de 30 dias contado da data do Prospecto Definitivo, inclusive, exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.
Participantes da Oferta	Os Coordenadores, Coordenadores Contratados e Corretoras Consorciadas, considerados conjuntamente.
PC	*Personal Computer* (computador pessoal), compreendendo *desktops*, *notebooks* e servidores.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não-Institucionais, inclusive Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo para os Participantes da Oferta efetuarem a colocação das Ações, de até 3 dias úteis contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	Prazo para formulação de Pedido de Reserva, iniciado em 29 de novembro de 2006, inclusive, e encerrado em 06 de dezembro de 2006, inclusive.

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (i) administradores, controladores ou empregados da Companhia; (ii) administradores ou controladores dos Participantes da Oferta; ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como os respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (i), (ii) ou (iii).
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
PISA	Programa Internacional de Avaliação Comparada (*Program for International Student Assessment)*.
Plano de Opção de Ações	Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia.
Poder de Controle	Significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe assegurem a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembléias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
Portal	Portal eletrônico de Internet.
Portal Educacional	Portal eletrônico de Internet com fins educativos fornecido pela Positivo Informática S.A.
Posigraf	Gráfica e Editora Posigraf S/A.
Prazo da Oferta	Prazo de, no máximo, 6 meses para a distribuição das Ações, ao Preço por Ação, contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	R$23,50, preço de emissão/venda por Ação, fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento com Investidores Institucionais, realizado no Brasil, pelo Coordenador Líder, conforme o artigo 44 da Instrução CVM 400.
Processo Produtivo Básico - PPB	Processo de Fabricação definido pela Secretaria de Política de Informática e Automação do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil, mediante o qual o produto fabricado goza de redução de IPI, conforme Lei nº 8.248/91 (Lei de Informática).

Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A.
Real ou R$	Moeda corrente do Brasil.
Rule 144A	*Rule 144A* editada pela *SEC*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento que prevê as práticas diferenciadas de governança corporativa a serem adotadas pelas companhias com ações listadas no Novo Mercado.
Regulation S	*Regulation S* editada pela *SEC*.
Resolução CMN 2.689	Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional, e alterações posteriores.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos da América.
Segmento de Hardware	Nossa unidade de negócios voltada para a fabricação de *desktops*, *notebooks* e servidores, desenvolvido em linhas de produtos e soluções direcionadas especificamente para cada mercado que atendemos.
Segmento de Tecnologia Educacional	Nossa unidade de negócios voltada para o fornecimento de serviços integrados, englobando *software*, instalação, equipamentos de informática, além de suporte técnico e pedagógico, principalmente para instituições de ensino públicas, privadas e para o mercado doméstico.
Sociedade Educacional Positivo	Sociedade Educacional Positivo Ltda.
Software	Seqüência de instruções a serem seguidas e/ou executadas na manipulação, redirecionamento ou modificação de um dado/informação ou acontecimento.
SRF ou Receita Federal	Secretaria da Receita Federal.
T.I.	Segmento comercial da Tecnologia da Informação.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme determinada pelo CMN.
U.S. GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções "Fatores de Risco", "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" e "Atividades".

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar os nossos negócios e resultados. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- Oscilação brusca e inesperada dos preços de nossas matérias-primas;
- Suspensão, cancelamento ou não renovação de benefícios fiscais federais e estaduais de que somos titulares;
- Não implementação integral de nossas estratégias de negócios;
- Nossa capacidade de competir com êxito e dirigir os nossos negócios no futuro;
- Nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão e implementar satisfatoriamente nossas estratégias;
- Inflação e flutuações na taxa de juros e na taxa de câmbio;
- Alterações nas leis e regulamentos aplicáveis ao setor de computadores e de tecnologia da informação;
- Intervenções governamentais resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- As condições de infra-estrutura e logística de transportes no Brasil;
- O comportamento do preço das nossas matérias-primas nos mercados internacional e nacional em decorrência de sua influência sobre nossos custos de produção;
- Outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados de nossas operações; e
- Outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco".

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras auditadas para esses exercícios.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas e sujeitas a revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativas a esse período.

Nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foram auditadas pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

As informações financeiras devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações e informações financeiras anexas a este Prospecto e com as seções "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

Participação de Mercado e Outras Informações

As informações de mercado e sobre a posição competitiva no nosso setor de atuação, incluindo estimativas de mercado, apresentadas ao longo deste Prospecto, foram obtidas por meio de pesquisas internas, pesquisas de mercado, informações públicas e publicações do setor. Fazemos tais declarações com base em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, tais como IDC, CDI, AC Nielsen, IBOPE, IBGE e Banco Central, dentre outras. As informações das fontes acima mencionadas não foram por nós verificadas de forma independente.

Alguns dos percentuais e outros valores incluídos neste Prospecto foram arredondados para facilitar a apresentação. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata dos valores que os precedem.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA E DOS ACIONISTAS VENDEDORES

Identificação da Companhia	A Companhia é constituída sob a forma de sociedade anônima, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.243.735/0001-48, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41300071977.
Sede	A nossa sede está localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.
Diretoria de Relações com Investidores	A nossa Diretoria de Relações com Investidores localiza-se em nossa sede. O Sr. Lucas Guimarães é o responsável por esta Diretoria e pode ser contatado pelo telefone (55 41) 3316-7887 e endereço de correio eletrônico ir@positivo.com.br.
Auditores Independentes para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004	Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, localizada na Rua Mateus Leme, nº 2004 - Centro Cívico, CEP 80530-010, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, telefone (55 41) 3350-6000 e fax (55 41) 3350-6101.
Auditores Independentes para as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006	Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes, localizada na Rua Pasteur, nº 463 – 5º andar, CEP 80250-080, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, telefone (55 41) 3312-1402 e fax (55 41) 3312-1471.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos Acionistas da Companhia é efetuado em qualquer agência do Banco Itaú S.A., cuja sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, CEP: 04344-902. Os responsáveis pelo Departamento de Acionistas são os Srs. José Nilson Cordeiro e Silvio Maia Uchoa Junior, que podem ser contatados pelos telefones (55 11) 5029-1317 ou 5029-3853 e fax (55 11) 5029-1917 e correios eletrônicos: jose-nilson.cordeiro@itau.com.br e silvio.uchoa@itau.com.br
Novo Mercado	As Ações serão listadas no segmento de Novo Mercado da BOVESPA na mesma data da publicação do Anúncio de Início, onde serão negociadas sob o código "POSI3". As Ações integrarão o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – IGC da BOVESPA, no primeiro dia útil seguinte ao início de sua negociação no Novo Mercado.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. A partir da publicação do Anúncio de Início, passaremos a divulgar nossas informações também no Jornal Valor Econômico.
Site na Internet	O nosso site na Internet está disponível sob o endereço www.positivoinformatica.com.br. As informações constantes no site da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

Informações Adicionais	Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas com: (i) a Companhia, em sua sede e em seu site na Internet; (ii) o Coordenador Líder, localizado na Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6.º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (iii) a BOVESPA, localizada na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; e (iv) a CVM, localizada na Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro ou na Rua Líbero Badaró, nº 471, 10º andar, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.
Acionistas Vendedores	CIR Investimentos S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido Hartmann, nº 1.400, Bairro Bigorrilho, CEP: 80710-570. GOLS Participações S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrilho, CEP 80710-570. Infoinvest Investimentos Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Senador Accioly Filho, nº 1.021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP: 81310-000. L.P. Investimentos S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Cândido Hartmann, nº 1.400, Bairro Bigorrilho, CEP: 80710-570. Mantova Investimentos S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, CEP: 80440-000.

SUMÁRIO

Apresentamos a seguir um sumário de nossas atividades, nossos pontos fortes e estratégias. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de decidir investir em nossas Ações. Para uma melhor compreensão de nossas atividades e da presente Oferta, o investidor deverá ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções "Fatores de Risco" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", bem como as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, também incluídas neste Prospecto.

Visão Geral

Somos líderes na fabricação e venda de computadores no Brasil, respondendo, no primeiro semestre de 2006, por 11,1% do número total de computadores vendidos no mercado brasileiro, correspondendo a uma participação de 24,9% no Mercado Oficial, de acordo com a IDC. No primeiro semestre de 2006, obtivemos uma participação de 37,4% do Mercado de Varejo e de 10,5% no Mercado de Licitações Públicas. Parcela substancial de nossa produção de computadores é vendida através de grandes redes de varejo, com as quais mantemos sólido relacionamento comercial, em função principalmente de nossos preços competitivos, da reconhecida qualidade de nossos produtos e assistência técnica.

Nossa liderança e relacionamento com o varejo nos colocam em posição privilegiada para atender à crescente demanda por computadores no País, notadamente para as Classes B e C. Acreditamos que a venda de computadores para estas classes sociais apresenta grande potencial de crescimento principalmente devido aos seguintes fatores:

- Baixa penetração de computadores na Classe C, onde apenas 16,4% das residências possuíam computadores em 2005, segundo pesquisa do Instituto IPSOS;
- Incentivos do Governo Brasileiro para a venda de computadores por preços mais acessíveis, através de linhas de financiamento e redução de impostos;
- Fácil acesso a linhas de créditos oferecidas pelas redes varejistas, com taxas de juros decrescentes e condições facilitadas de pagamento; e
- Aumento da fiscalização do Governo Federal para reduzir a sonegação via "pirataria" e contrabando.

Oferecemos uma linha completa de PCs, incluindo *desktops* e *notebooks*, que são produzidos em nosso moderno parque industrial, localizado em Curitiba, no Paraná. Em outubro de 2006, produzimos mais de 92.000 PCs e acreditamos que nossa capacidade de produção seja de 130 mil computadores por mês, podendo ser ampliada de maneira rápida e com investimentos marginais. Além disso, para atendimento e suporte aos milhares de consumidores finais e órgãos do governo, contamos com uma ampla e capacitada rede de assistência técnica com mais de 380 empresas licenciadas cobrindo mais de 3.000 cidades brasileiras.

Parcela menor de nossa receita, mas com significativa lucratividade, provém do Segmento de Tecnologia Educacional, no qual acreditamos ser líderes absolutos no País. Oferecemos sistemas completos, *softwares* e portais de educação, além de serviços de capacitação de professores e usuários. Nossos portais têm mais de um milhão de usuários pagantes, recebendo cerca de dois milhões de *page views* diários e gerando receita recorrente. Fornecemos soluções de informática educacional para cerca de 6.400 escolas públicas e 2.500 instituições de ensino privado. Dentre nossos principais produtos estão mesas educacionais, laboratórios de informática, canetas tradutoras, simuladores e *software*s de autoria multimídia, educação e entretenimento. Somos também distribuidores exclusivos no Brasil de empresas líderes no desenvolvimento e distribuição de *software* educacional.

Nosso negócio tem crescido significativamente desde o início de nossas operações em 1989. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, registramos uma receita líquida de R$ 540,1 milhões, representando uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 57,5% em relação aos dois exercícios anteriores. Em 2005, atingimos um EBITDA Ajustado de R$ 110,3 milhões e lucro líquido de R$ 16,9 milhões. Nos primeiros 9 meses de 2006, continuamos a apresentar elevado crescimento, atingindo uma receita líquida de R$ 646,8 milhões, um EBITDA Ajustado de R$ 111,5 milhões e um lucro líquido de R$ 15,3 milhões, representando um crescimento de 93,8%, 82,5% e 180,4% em relação ao mesmo período de 2005, respectivamente.

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes incluam:

Posição de liderança. Somos a maior fabricante de PCs do Brasil, responsável por cerca de 60 mil unidades vendidas por mês nos primeiros 9 meses de 2006. No primeiro semestre de 2006, tivemos uma participação de 11,1% no mercado brasileiro, correspondendo a 24,9% no Mercado Oficial, participação de 79,4% e 113,2% superior às participações do segundo e terceiro colocados, respectivamente. No primeiro semestre de 2006, nossa participação no Mercado de Varejo chegou a 37,4%. Mantemos essa posição dominante há 24 meses, apesar da forte concorrência de fabricantes internacionais, como Dell, HP e Lenovo. Nossa posição de liderança confere vantagens para capturar oportunidades de crescimento, em decorrência, entre outros fatores: (i) da credibilidade de nossa marca e da reputação de alta qualidade de nossos produtos; (ii) da nossa escala, baixos custos e capacidade de produção; (iii) do nosso estreito relacionamento com as grandes redes de varejo, principais financiadores de bens de consumo; (iv) do apoio estratégico que recebemos dos fornecedores globais que estão dispostos a incentivar lideranças regionais; e (v) da nossa ampla rede de assistência técnica. Acreditamos que nossa já estabelecida posição de liderança dificulta a entrada de novos competidores no mercado brasileiro.

Forte relacionamento com as grandes redes de varejo. Somos beneficiados pelo sólido relacionamento comercial que mantemos com grandes redes varejistas brasileiras, que são as principais responsáveis pela concessão de crédito e venda de bens às Classes B e C. Através das redes varejistas, constituímos extensa e pulverizada rede de distribuição no País. Estimamos que nossos produtos sejam vendidos em cerca de 6.000 pontos de venda. O estreito relacionamento de nossa força de vendas com as redes de varejo nos dá acesso constante a informações sobre a demanda dos consumidores e nos permite atender ao acelerado crescimento do nosso mercado de forma ágil e lucrativa.

Ampla rede de assistência técnica. Somos capazes de atender e dar suporte a nossos milhares de consumidores finais e órgãos do governo em diversas áreas do território brasileiro, por meio de nossa ampla rede de assistência técnica construída ao longo de 17 anos, que conta com mais de 380 empresas rigorosamente selecionadas, cobrindo mais de 3.000 cidades. Essa agilidade e eficiência aumentam a atratividade de nossos produtos e fortalecem o vínculo com nossos clientes e redes varejistas, e assim dificultam a entrada de novos competidores.

Custos reduzidos e preços competitivos. Nossa posição de liderança permite que tenhamos economias de escala na fabricação e na compra de componentes. Nosso modelo de negócios é seletivamente verticalizado, o que nos permite reduzir custos logísticos e capturar maior valor em nossa cadeia produtiva. Nossas atividades são totalmente integradas em uma única fábrica, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a uma distância de aproximadamente 400 Km de São Paulo, maior mercado consumidor brasileiro, o que nos garante fundamental eficiência logística. Como resultado, nossas margens EBITDA ajustadas atingiram 3,4%, 13,5% e 20,4% em 2003, 2004 e 2005 e, nos primeiros 9 meses de 2006, chegaram a 17,2%.

Marca altamente reconhecida e com credibilidade no mercado brasileiro. O Segmento de *Hardware* beneficia-se da marca Positivo, que foi construída através dos seguintes fatores: (i) nosso foco no usuário final, com a criação de produtos personalizados e de fácil utilização; (ii) nossa agilidade na identificação de tendências e necessidades de mercado; e (iii) um processo produtivo pautado nos mais rigorosos padrões de qualidade internacionais. Esses fatores contribuem de maneira fundamental para a valorização de nossa marca no Segmento de Tecnologia Educacional, para a fidelização de nossa base de clientes e para a atração dos melhores profissionais dos mercados de tecnologia e de desenvolvimento de *software*.

Produtos pioneiros, personalizados e criativos. Somos inovadores no desenvolvimento de soluções educacionais e de tecnologia. No Segmento de *Hardware*, fomos os primeiros a desenvolver um PC pronto para acesso à televisão a um preço acessível e adaptado à realidade brasileira. Lançamos computadores com grande facilidade de uso e instalação, próprios para consumidores iniciantes. No Segmento de Tecnologia Educacional, fomos um dos pioneiros no desenvolvimento de soluções tecnológicas e portais educacionais no País, e contamos hoje com uma equipe de aproximadamente 100 pessoas, desenvolvendo conteúdo educacional diferenciado, o que nos permitiu construir uma carteira de clientes que inclui algumas das principais escolas do País. Criamos uma série de produtos inovadores, como a mesa educacional E-Blocks, uma ferramenta revolucionária para alfabetização e aprendizado da língua inglesa, altamente conceituada e premiada nos Estados Unidos. Fidelizamos nossos clientes através de soluções personalizadas, integrando-as aos sistemas de controle acadêmico das escolas.

Administração ágil, experiente e alinhada com os nossos objetivos. Nossa administração provou sua capacidade repetidas vezes, gerando crescimento e mantendo nossa rentabilidade a despeito do ambiente macroeconômico desfavorável em diversos períodos. Nos últimos dois anos, por exemplo, nossa administração mostrou-se capaz de

multiplicar o volume de vendas em seis vezes e gerar margens de lucro crescentes. Somos mais rápidos que a concorrência em lançar produtos adaptados ao mercado brasileiro e explorar incentivos governamentais para o setor. O empreendedorismo e agilidade decisória de nossa gestão propiciam vantagem competitiva sobre nossos principais concorrentes. Adicionalmente, procuramos alinhar os interesses de nossos colaboradores através de um plano de remuneração baseado em metas de lucro e um Plano de Opção de Ações.

Nossa Estratégia

Capitalizarmos a posição de liderança para aproveitar o potencial de crescimento do varejo. Parcela significativa de nosso crescimento virá do aumento do Mercado Oficial de PCs no Brasil. O IDC estima que o Mercado Oficial deva crescer em média 30,7% ao ano entre 2006 e 2010, e entendemos que este crescimento se dará principalmente no Mercado de Varejo, com o aumento do consumo nas Classes B e C. Nosso objetivo é ampliar nossa liderança e para isso, buscaremos continuar: (i) fornecendo produtos com baixo custo e alta qualidade, (ii) oferecendo serviços diferenciados de assistência técnica e suporte pós-venda; (iii) fortalecendo nosso relacionamento com as redes varejistas; (iv) aproveitando os incentivos fiscais e programas de governo; (v) aumentando a nossa capilaridade através da venda em novas localidades; e (vi) aumentando a nossa participação no crescente mercado de *notebooks*.

Aumentarmos nossa participação no setor corporativo. Em 2005, passamos a fornecer computadores para o Mercado Corporativo com uma linha diferenciada de produtos. Em pouco tempo, conseguimos uma base de importantes clientes, tais como CSN, Unibanco, Fininvest e Votorantim. Pretendemos aumentar nossa participação neste mercado, que em 2005 representou mais de 50% do mercado total de PCs, e no qual nossa participação foi de apenas 0,3%. Buscaremos crescer neste segmento através da ampliação de nossa força de vendas e da oferta de novos produtos, nos beneficiando da nossa reputação e posição de liderança no fornecimento às empresas estatais e ao Mercado de Varejo.

Consolidarmos nossa posição de vanguarda no lançamento de produtos adaptados ao mercado brasileiro. Continuaremos aproveitando as oportunidades de mercado por meio do lançamento de produtos inovadores e de fácil utilização, a exemplo do que fizemos com o "PCTV" e dos recém lançados "GamePC" e "PhonePC". Através de nossa agilidade na adaptação de produtos e no fornecimento de soluções integradas, pretendemos também manter a nossa liderança no fornecimento de computadores às diferentes esferas do Governo Brasileiro.

Aproveitarmos oportunidades adicionais de crescimento do nosso negócio. Continuaremos direcionando a obrigação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, exigidos em contrapartida a benefícios fiscais, para oportunidades lucrativas de crescimento no Segmento de Tecnologia Educacional. Entre estas, destacamos (i) o fornecimento de soluções inovadoras de tecnologia educacional, com portais e *softwares* adaptados às diferentes realidades dos mais de 50 milhões de alunos do sistema educacional brasileiro; (ii) o atendimento ao segmento universitário com nosso portal educacional, conferindo diferencial competitivo ao crescente número de instituições particulares de ensino superior e ampliando nossa parcela de receitas recorrentes; e (iii) o aumento das exportações de soluções inovadoras, como o E-Blocks.

Focarmos em eficiência operacional e controle de custos. O controle de custos operacionais é fundamental para manutenção de nossa rentabilidade acima da média do mercado e é um dos fatores determinantes de nossa competitividade. Seguiremos aproveitando o crescimento do mercado e os conseqüentes ganhos de escala, aumentando a nossa eficiência na produção e aprimorando o nosso sistema logístico. Continuaremos a estudar oportunidades de verticalizar determinados processos de nossa cadeia de valor ou de instalar unidades fabris em locais que ofereçam vantagens logísticas e fiscais.

Mantermos nossa sólida posição financeira. O setor pauta-se por um baixo nível de endividamento. Manteremos nossa flexibilidade financeira para viabilizar as oportunidades de crescimento atraentes que surgirem e reduzir nossa susceptibilidade às eventuais oscilações no mercado. Continuaremos a fazer o *hedge* cambial de quase a totalidade de nossas obrigações em moeda estrangeira, estratégia que se mostrou bem sucedida no passado em proporcionar estabilidade contra oscilações macroeconômicas.

Dados Selecionados de Volume de Vendas e Receita Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2003	2004	2005	2004/2003 (%)	2005/2004 (%)	2005	2006	2006/2005 (%)
	(Valores em unidades)							
Volume								
Hardware	**21.496**	**101.287**	**379.396**	**371,2%**	**274,6%**	**233.535**	**532.748**	**128,1%**
Desktops	21.496	101.219	374.862	370,9%	270,3%	231.043	510.744	121,1%
Notebooks	-	68	4.534	-	6567,6%	2.492	22.004	783,0%
Hardware por Canal	**21.496**	**101.287**	**379.396**	**371,2%**	**274,6%**	**233.535**	**532.748**	**128,1%**
Varejo	-	51.318	281.598	-	448,7%	187.900	452.274	140,7%
Governo	21.496 [(1)]	49.969	90.268	132,5%	80,6%	39.563	70.458	78,1%
Corporativo	-	-	7.530	-	-	6.072	10.016	65,0%
Tecnologia Educacional	**81.445**	**98.801**	**94.741**	**21,3%**	**-4,1%**	**62.587**	**105.137**	**68,0%**
Mesas Educacionais	1.373	1.397	2.523	1,7%	80,6%	1.250	889	-28,9%
Softwares Educacionais	29.224	19.085	4.313	-34,7%	-77,4%	585	7.809	1234,9%
Softwares Varejo	48.396	75.732	85.018	56,5%	12,3%	58.025	93.563	61,2%
Portais Educacionais	2.452	2.587	2.887	5,5%	11,6%	2.727	2.876	5,5%

[(1)] O montante indicado inclui 262 unidades vendidas diretamente a pessoas físicas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2003	2004	2005	2004/2003 (%)	2005/2004 (%)	2005	2006	2006/2005 (%)
	(Valores em R$ mil)							
Receita Líquida Total	**87.037**	**189.801**	**540.052**	**118,1%**	**184,5%**	**333.816**	**646.794**	**93,8%**
Hardware	**62.839**	**163.305**	**503.128**	**159,9%**	**208,1%**	**311.851**	**619.376**	**98,6%**
Desktops	58.622	156.047	486.137	166,2%	211,5%	300.000	573.894	91,3%
Notebooks	-	552	11.025	-	1896,5%	6.715	45.026	570,5%
Serviços	4.217	6.706	5.965	59,0%	-11,0%	5.135	455	-91,1%
Hardware por Canal	**62.839**	**163.305**	**503.128**	**159,9%**	**208,1%**	**311.851**	**619.376**	**98,6%**
Varejo	-	57.157	332.064	-	481,0%	216.269	491.784	127,4%
Governo	62.839	106.148	166.032	68,9%	56,4%	93.805	117.867	25,7%
Corporativo	-	-	5.031	-	-	1.778	9.724	447,1%
Tecnologia Educacional	**24.198**	**26.496**	**36.925**	**9,5%**	**39,4%**	**21.965**	**27.418**	**24,8%**
Mesas Educacionais	9.292	5.842	14.921	-37,1%	155,4%	7.123	7.148	0,3%
Software Educacional	2.425	3.107	1.384	28,2%	-55,5%	36	417	1066,8%
Portal Educacional	6.877	8.968	14.915	30,4%	66,3%	11.207	12.333	10,0%
Software Varejo	3.312	3.119	2.997	-5,8%	-3,9%	2.275	3.087	35,7%
Serviços	2.293	5.460	2.708	138,1%	-50,4%	1.324	4.432	234,8%

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial e demonstração de resultado e outras informações para os períodos ali indicados. As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as seções "Informações Financeiras Selecionadas" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras auditadas para esses exercícios.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas e sujeitas a revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativas a esse período.

Nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foram auditadas pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2006 e 2005 foram auditadas e sujeitas a revisão especial, respectivamente, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Demonstrações de Resultado

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
			(valores em R$ mil)		
Receita Bruta de Vendas					
Venda de produtos	44.774	173.273	541.782	341.376	599.057
Revenda de mercadorias	53.004	69.322	163.388	89.013	232.633
Prestação de serviços	14.302	23.072	26.551	20.140	18.110
	112.080	**265.667**	**731.721**	**450.528**	**849.800**
Deduções Sobre Vendas					
Devoluções e descontos comerciais	(7.785)	(18.792)	(37.994)	(15.750)	(23.607)
Impostos e contribuições	(17.258)	(57.074)	(153.675)	(100.963)	(179.399)
	(25.043)	**(75.866)**	**(191.669)**	**(116.712)**	**(203.006)**
Receita Líquida de Vendas	**87.037**	**189.801**	**540.052**	**333.816**	**646.794**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(68.827)**	**(159.222)**	**(448.229)**	**(287.774)**	**(549.681)**
Lucro Bruto	**18.210**	**30.579**	**91.823**	**46.042**	**97.113**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(10.279)	(19.644)	(45.688)	(28.880)	(56752)
Gerais e administrativas	(19.950)	(22.408)	(23.214)	(14.187)	(20.824)
Remuneração dos administradores	(193)	(108)	(166)	(125)	(126)
Receitas financeiras	2.610	1.709	7.555	7.200	12.876
Despesas financeiras	(3.349)	(6.239)	(13.835)	(9.463)	(16.521)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.952	5.282	5.007	3.475	4.377
	(25.209)	**(41.408)**	**(70.341)**	**(41.980)**	**(76.970)**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**(6.999)**	**(10.829)**	**21.482**	**4.062**	**20.143**
Resultado Não Operacional	**32**	**34**	**86**	**87**	**3**
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes Dos Efeitos Tributários	**(6.967)**	**(10.795)**	**21.568**	**4.149**	**20.146**
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(177)	(792)	(6.079)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(119)	(2.006)	(2.249)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.771	3.339	(4.355)	4.111	3.502
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	**(3.196)**	**(7.456)**	**16.917**	**5.463**	**15.320**

Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
			(valores em R$ mil)		
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	1.322	5.247	5.248	2.000	8.058
Clientes	24.251	61.645	144.871	77.896	173.799
Estoques	12.770	31.423	59.225	51.744	78.512
Adiantamentos a fornecedores	114	137	3.204	16.970	7.487
Impostos a recuperar	5.096	14.211	19.458	4.866	38.298
Outros créditos	355	437	1.108	1.157	3.706
Total do circulante	**43.908**	**113.100**	**233.114**	**154.633**	**309.860**
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	110	-	11.186	1.059	-
Tributos diferidos	3.771	7.110	2.755	11.491	6.540
Outros créditos	231	251	275	-	-
Total do realizável a longo prazo	**4.112**	**7.361**	**14.216**	**12.549**	**6.540**
Permanente					
Investimentos	199	199	199	199	199
Imobilizado líquido	3.584	3.645	6.113	6.061	8.605
Diferido líquido	18.234	17.416	18.882	17.781	20.212
Total do permanente	**22.017**	**21.260**	**25.194**	**24.041**	**29.016**
Total do Ativo	**70.037**	**141.721**	**272.524**	**191.223**	**345.416**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.926	2.784	24.833	18.932	20.094
Fornecedores	12.143	37.619	72.314	25.969	72.551
Salários e Encargos a Pagar	710	752	3.465	4.389	8.335
Provisões	7.316	12.954	18.816	15.583	22.660
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	-	296	2.797	6.570
Impostos e Contribuições	578	6.269	4.185	3.987	3.847
Dividendos a Pagar	-	590	8	272	8
Adiantamento de clientes	54	21	1.049	55	-
Outras contas a pagar	27	459	449	246	1.836
Total do circulante	**22.754**	**61.448**	**125.415**	**72.229**	**135.901**
Exigível à Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	8.278	14.240	-
Partes relacionadas	3.126	27.172	-	4.035	-
Provisões para contingências	-	-	1.258	5	1.258
Outras provisões	3.717	3.178	3.578	2.486	2.949
Total do exigível à longo prazo	**6.843**	**30.350**	**13.114**	**20.766**	**4.207**
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.122	23.091	81.000	81.000	86.937
Reserva de capital	15.533	20.223	38.925	8.486	116.850
Lucros (prejuízos) acumulados	(15.994)	(5.264)	5.158	(170)	(1.453)
Total do patrimônio líquido	**19.661**	**38.050**	**125.083**	**89.316**	**202.334**
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.779	11.873	8.911	8.911	2.974
Total do Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	**40.440**	**49.923**	**133.995**	**98.227**	**205.308**
Total do Passivo	**70.037**	**141.721**	**272.524**	**191.223**	**345.416**

Conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
R$ mil	**2003**	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(3.196)**	**(7.456)**	**16.917**	**5.463**	**15.320**
(-) Depreciação e Amortização	(1.127)	(8.390)	(8.419)	(6.453)	(5.115)
(-) Resultado Financeiro	(739)	(4.530)	(6.280)	(2.263)	(3.645)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.771	3.339	(4.651)	1.314	(4.826)
EBITDA	**(5.101)**	**2.125**	**36.267**	**12.865**	**28.906**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [1]	8.094	23.521	74.036	48.217	82.546
EBITDA Ajustado	**2.993**	**25.646**	**110.303**	**61.082**	**111.452**

(1) Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

Outros dados financeiros:

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
			(Valores em R$ mil)		
Receita Líquida de Vendas	87.037	189.801	540.052	333.816	646.794
Lucro Bruto	18.210	30.579	91.823	46.042	97.113
EBITDA[1]	(5.101)	2.125	36.267	12,865	28.906
EBITDA Ajustado[2]	2.993	25.646	110.303	61.082	111.453
Lucro Líquido	(3.196)	(7.456)	16.917	5.463	15.320
Margem Bruta[3]	20,9%	16,1%	17,0%	13,8%	15,0%
Margem EBITDA[4]	-5,9%	1,1%	6,7%	3,9%	4,5%
Margem EBITDA Ajustada[5]	3,4%	13,5%	20,4%	18,3%	17,2%
Margem Líquida[6]	-3,7%	-3,9%	3,1%	1,6%	2,4%

(1) A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida de nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações. O EBITDA é igual ao lucro operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial, acrescido de despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, despesas com juros, tributos, depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O cálculo de EBITDA apresentado está em conformidade com o permitido pelas entidades reguladoras brasileiras, que estabelecem os princípios contábeis brasileiros.

(2) EBITDA Ajustado é formado pelo EBITDA, sendo ajustado pela exclusão de despesas com impostos indiretos que reduziram o nosso lucro bruto, mas que não representam desembolsos de caixa efetivos no pagamento dos tributos, pois compõem subvenções para investimento - adicionadas ao nosso Patrimônio Líquido, como fruto de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões do País. O cálculo do EBITDA Ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.

(3) Margem Bruta consiste do lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(4) Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(5) Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

(6) Margem Líquida consiste do lucro líquido dividido pela receita líquidas de vendas.

SUMÁRIO DA OFERTA

Apresentamos a seguir um sumário com as principais características da Oferta. Este sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de decidir investir em nossas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações contidas na seção "Fatores de Risco" e nas nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, antes de tomar a decisão de adquirir/subscrever as nossas Ações. Para uma descrição completa dos termos da Oferta, o investidor deverá ler a seção "Informações sobre a Oferta".

Segue, abaixo, breve resumo de alguns dos termos da Oferta:

Companhia	Positivo Informática S.A.
Acionistas Vendedores	Mantova Investimentos S.A.; LP Investimentos S.A.; Infoinvest Investimentos Ltda.; CIR Investimentos S.A. e GOLS Participações S.A.
Coordenador Líder	Banco UBS S.A.
Coordenadores	Banco UBS S.A. e Banco UBS Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	Banco ABN AMRO Real S.A., Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão e HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.
Agentes de Colocação Internacional	ABN AMRO Bank N.V. (London Branch), Deutsche Bank Securities Inc., HSBC Securities (USA) Inc. e UBS Securities LLC.
Oferta	Oferta pública que compreende a distribuição primária de 2.800.000 Ações pela Companhia e a distribuição secundária de 19.150.000 Ações pelos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400. Adicionalmente, os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior, (a) sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *SEC*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, (b) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* editada pela *SEC*, respeitada a legislação vigente nesses países. Os investidores residentes no exterior deverão realizar seu investimento no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.
Oferta Primária	A oferta pública de distribuição primária de 2.800.000 Ações, a ser realizada no âmbito da Oferta.
Oferta Secundária	A oferta pública de distribuição secundária de 19.150.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no âmbito da Oferta.

Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder para a distribuição das Ações Suplementares, equivalentes a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta. As Ações Suplementares serão destinadas exclusivamente a atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta. A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, total ou parcialmente, por decisão conjunta dos Coordenadores, no período de 30 dias contados da data deste Prospecto, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.
Ações Adicionais	Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta, excluídas as Ações Suplementares, foi, a critério dos Acionistas Vendedores, com o consentimento dos Coordenadores, aumentada em 10%, correspondendo a 2.195.000 ações ordinárias, conforme dispõe o artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	O Preço por Ação foi fixado em R$ 23,50 após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, pois tal preço não proverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública primária e secundária, em que o valor de mercado das Ações a serem vendidas foi determinado com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram sua ordem de compra no contexto da Oferta.
Valor Total da Oferta	R$ 567.407.500,00.
Capital Social	O capital social da Companhia, na data do Prospecto Definitivo, era de R$ 86.936.920,00 e se dividia em 85.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações conferem aos seus titulares todos os direitos assegurados aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Estatuto Social da Companhia e pelo Regulamento do Novo Mercado, inclusive a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação. Ver seção "Descrição do Capital Social".

Dividendos	O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas de, pelo menos, 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a não ser que os administradores informem à Assembléia Geral que a distribuição seria incompatível com a condição financeira e a distribuição do dividendo obrigatório for conseqüentemente suspensa. Ver as seções "Descrição do Capital Social" e "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações". Aqueles que adquirirem/subscreverem Ações no âmbito da Oferta terão direito de recebimento de dividendos integrais declarados e demais proventos que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir da Data de Liquidação.
Direito de Venda Conjunta (*Tag Along*)	Na hipótese de alienação do Poder de Controle da Companhia, o adquirente do Poder de Controle deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações aos titulares das nossas Ações, observando-se os prazos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante (100% *tag along)*. Ver seção "Descrição do Capital Social – Alienação de Controle".
Direito de Voto	Cada Ação confere ao seu titular o direito a um voto em todas as deliberações da Assembléia Geral de acionistas da Companhia, inclusive em matérias como a alteração do Estatuto Social, a eleição e destituição de membros do Conselho de Administração, bem como outras matérias previstas na Lei das Sociedades por Ações e descritas na seção "Descrição do Capital Social".
Restrições à Transferência de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, os membros de seu Conselho de Administração, os Acionistas Vendedores e seus acionistas controladores, desde 22 de novembro de 2006, data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 dias contados da data deste Prospecto, inclusive, celebraram um Acordo de Não Disposição, por meio do qual obrigaram-se a não alienar as ações de emissão da Companhia de sua titularidade e derivativos lastreados em tais ações, sujeito a determinadas exceções. Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos 6 meses subseqüentes à primeira distribuição pública das Ações, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima. Após esse período inicial de 6 meses, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima. A partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, a Companhia não registrará transferências de ação para os adquirentes e para aqueles que vierem a deter o Poder de Controle, enquanto estes não subscreverem o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos da Oferta Primária totalizam R$ 61.876.200,34 com base no Preço por Ação mencionado na capa deste Prospecto e serão utilizados no curso normal das atividades da Companhia, incluindo, entre outros, a eventual verticalização de etapas críticas do processo produtivo, investimento em sistemas de informação, financiamentos para clientes estratégicos e para fornecedores com alto potencial de crescimento. O valor total dos recursos obtidos com a Oferta Primária será destinado à conta de capital social. Nós não receberemos quaisquer recursos provenientes da Oferta Secundária, que totalizam, excluídas as Ações Suplementares, R$ 501.607.500,00, com base no Preço por Ação mencionado na capa deste Prospecto. Todos os recursos obtidos com a venda das Ações na Oferta Secundária serão recebidos pelos Acionistas Vendedores. Ver seção "Destinação de Recursos".
Público-Alvo	A Oferta será direcionada a Investidores Não-Institucionais e Investidores Institucionais.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em ações, a subscrição ou aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente consideradas antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto antes de aceitarem a Oferta.
Pedidos de Reserva	Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de 6 dias úteis, iniciado em 29 de novembro de 2006 e encerrado em 06 de dezembro de 2006, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Período de Colocação	Prazo de até 3 dias úteis, contado da data de publicação do Anúncio de Início.
Liquidação	A liquidação física e financeira ocorrerá no terceiro dia útil após a data da publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Regime de Colocação – Garantia Firme	As Ações serão colocadas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, coordenadas pelos Coordenadores, em regime de garantia firme de liquidação. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação de os Coordenadores adquirirem, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo de Ações resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores, e (ii) o número de Ações efetivamente colocadas no mercado, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador. Tal garantia é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding,* do deferimento do registro da Oferta pela CVM, da disponibilização do Prospecto Definitivo, da publicação do Anúncio de Início e da assinatura do Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores, até a publicação do Anúncio de

	Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado, no máximo, ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.
Mercados de Negociação	Em 01 de novembro de 2006, a Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, cuja eficácia somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início. As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado da BOVESPA, onde serão negociadas sob o código POSI3. Não foi nem será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro País, exceto o Brasil.
Aprovações Societárias	Oferta Primária. A autorização para abertura de capital da Companhia e a realização da Oferta Primária foram deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2006. A ata da deliberação societária da Companhia foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. O aumento de capital, a realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, e a determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta, foram aprovados em nossa Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de novembro de 2006, cuja ata foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. O Preço por Ação foi deliberado por nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2006, ou seja, antes da concessão do registro da Oferta. Oferta Secundária. A autorização, pelos Acionistas Vendedores, para alienação das Ações de sua titularidade e o Preço por Ação foram aprovados pelos Acionistas Vendedores, na forma estabelecida em seus documentos societários.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção "Informações sobre a Oferta". A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta em 29 de setembro de 2006, o qual foi concedido em 08 de dezembro de 2006. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Oferta".
Fatores de Risco	Ver a seção "Fatores de Risco", além de outras informações incluídas no presente Prospecto, para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição Atual do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 86.936.920,00, representado por 85.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a Data de Liquidação, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, o capital social subscrito e integralizado da Companhia passará a ser de R$ 152.736.920,00, representado por 87.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Após a Data de Liquidação, assumindo a colocação da totalidade das Ações, das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, o capital social subscrito e integralizado da Companhia continuará sendo de R$ 152.736.920,00, representado por 87.800.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, uma vez que as Ações Adicionais e as Ações Suplementares são de titularidade dos Acionistas Vendedores.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de nossas ações, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, evidenciando a colocação da totalidade das Ações e das Ações Adicionais, sem as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações ON**	**(%)**	**Ações ON**	**(%)**
Oriovisto Guimarães	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Samuel Ramos Lago	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Ruben Tadeu Coninck Formighieri	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Cixares Libero Vargas	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Hélio Bruck Rotemberg	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
GOLS Participações S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
LP Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Mantova Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
CIR Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Infoinvest Investimentos Ltda.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Outros	5	0,0	24.145.005	27,5
Total	**85.000.000**	**100**	**87.800.000**	**100**

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de nossas ações, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionistas	**Ações ON**	**(%)**	**Ações ON**	**(%)**
Oriovisto Guimarães	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Samuel Ramos Lago	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Ruben Tadeu Coninck Formighieri	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Cixares Libero Vargas	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Hélio Bruck Rotemberg	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
GOLS Participações S.A.	5.500.000	6,5	572.500	0,7
LP Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	572.500	0,7
Mantova Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	572.500	0,7
CIR Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	572.500	0,7
Infoinvest Investimentos Ltda.	5.500.000	6,5	572.500	0,7
Outros	5	0,0	27.437.505	31,3%
Total	**85.000.000**	**100**	**87.800.000**	**100**

Descrição da Oferta

A Oferta compreenderá a distribuição pública primária de 2.800.000 Ações pela Companhia e a distribuição pública secundária de 19.150.000 Ações pelos Acionistas Vendedores, totalizando 21.950.000 Ações. A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 400, e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, (a) sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144*A editada pela *SEC*, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, (b) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* editada pela *SEC*, respeitada a legislação vigente nesses países. Os investidores residentes no exterior deverão realizar seu investimento no Brasil segundo as normas da Resolução CMN 2.689 e da Instrução CVM 325.

As Ações serão distribuídas no Brasil pelos Coordenadores, em conjunto com instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição por eles contratadas, em regime de garantia firme de liquidação ("Coordenadores Contratados" ou, conforme o caso, "Corretoras Consorciadas", em conjunto com os Coordenadores, "Instituições Participantes da Oferta"). No exterior, o ABN AMRO Bank N.V. (London Branch), Deutsche Bank Securities Inc., HSBC Securities (USA) Inc. e UBS Securities LLC ("Agentes de Colocação Internacional") realizarão esforços de colocação das Ações, conforme descrito acima. Os investidores estrangeiros deverão adquirir/subscrever as Ações em conformidade com a legislação brasileira que trata de investimentos estrangeiros no Brasil.

Os Acionistas Vendedores concederam ao Coordenador Líder uma opção para aquisição de um lote suplementar de ações ordinárias de emissão da Companhia, compreendendo até 3.292.500 ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, equivalentes, no total, a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, as Ações Suplementares, a ser exercida, total ou parcialmente, pelo Coordenador Líder mediante decisão conjunta dos Coordenadores, no período de 30 dias contado da data deste Prospecto Definitivo. A Opção de Ações Suplementares é destinada exclusivamente para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelo Coordenador Líder no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertadas, excluídas as Ações Suplementares, foi, a critério dos Acionistas Vendedores, com o consentimento dos Coordenadores, aumentada em 10%, correspondendo a 2.195.000 ações ordinárias, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado em R$23,50 após conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 170, §1º, inciso III da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, pois tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública primária e secundária, em que o valor de mercado das Ações a serem vendidas foi determinado com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais (conforme definido abaixo) apresentaram sua ordem de compra no contexto da Oferta. Os Investidores Não-Institucionais (conforme definido abaixo) que aderiram à Oferta de Varejo (conforme definido abaixo) não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação. O Preço por Ação foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 07 de dezembro de 2006, ou seja, antes da concessão do registro da presente Oferta pela CVM.

Sem prejuízo do disposto no Contrato de Estabilização (conforme definido abaixo), o Preço por Ação será mantido até a publicação do Anúncio de Encerramento, e será o preço máximo de revenda, pelos Coordenadores, das Ações ou das Ações Suplementares, durante tal período.

Quantidade, Valor, Espécie das Ações Objeto da Oferta e Recursos Líquidos

Na hipótese de não haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas e das Ações Adicionais:

Ofertante	Quantidade de Ações	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Recebidos Líquidos de Comissões e Despesas (R$)
Oferta Primária:				
Companhia	2.800.000	23,50	65.800.000,00	61.876.200,34
Oferta Secundária:				
GOLS Participações S.A.	4.269.000	23,50	100.321.500,00	94.339.106,87
LP Investimentos S.A.	4.269.000	23,50	100.321.500,00	94.339.106,87
Mantova Investimentos S.A.	4.269.000	23,50	100.321.500,00	94.339.106,87
CIR Investimentos S.A.	4.269.000	23,50	100.321.500,00	94.339.106,87
Infoinvest Investimentos Ltda.	4.269.000	23,50	100.321.500,00	94.339.106,87
Total	**24.145.000**	**-**	**567.407.500,00**	**533.571.734,67**

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Ações Suplementares e considerando a distribuição total das Ações originalmente ofertadas:

Ofertante	Quantidade de Ações	Preço por Ação (R$)	Montante (R$)	Recursos Recebidos Líquidos de Comissões e Despesas (R$)
Oferta Primária:				
Companhia	2.800.000	23,50	65.800.000,00	61.915.881,63
Oferta Secundária:				
GOLS Participações S.A.	4.927.500	23,50	115.796.250,00	108.960.895,26
LP Investimentos S.A.	4.927.500	23,50	115.796.250,00	108.960.895,26
Mantova Investimentos S.A.	4.927.500	23,50	115.796.250,00	108.960.895,26
CIR Investimentos S.A.	4.927.500	23,50	115.796.250,00	108.960.895,26
Infoinvest Investimentos Ltda.	4.927.500	23,50	115.796.250,00	108.960.895,26
Total	**27.437.500**	**-**	**644.781.250,00**	**606.720.357,94**

Custos de Distribuição

As comissões e as despesas relativas à Oferta serão divididas entre nós e os Acionistas Vendedores na proporção das Ações distribuídas por cada um. Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta não considerando as Ações do Lote Suplementar:

Despesas[1]	Valor em R$	% em Relação ao Valor Total da Oferta	% em Relação ao Valor Total das Despesas[2]
Comissão de Coordenação	2.482.407,81	0,44%	7,34%
Comissão de Colocação	2.482.407,81	0,44%	7,34%
Comissão de Venda	9.220.371,88	1,63%	27,25%
Comissão Adicional de Vendas[3]	410.401,37	0,07%	1,21%
Prêmio de Incentivo	14.185.187,50	2,50%	41,92%
Impostos sobre Comissões	3.053.524,99	0,54%	9,02%
Total de Comissões	**31.834.301,36**	**5,61%**	**94,08%**
Outras Despesas	2.001.463,97	0,35%	5,92%
Taxas de Registro na CVM	165.740,00	0,03%	0,49%
Advogados[4]	1.132.634,73	0,20%	3,35%
Auditores[5]	403.089,24	0,07%	1,19%
Publicidade da Oferta[6]	300.000,00	0,05%	0,89%
Total	**19.787.257,58**	**5,96%**	**100,00%**

(1) Despesas incluem comissão do Coordenador Líder, dos Coordenadores Contratados e das Corretoras Consorciadas.

(2) Sem levar em consideração o exercício integral da Opção de Ações Suplementares e levando em consideração a distribuição total das Ações inicialmente ofertadas e das Ações Adicionais.

(3) Para Coordenadores Contratados, conforme prevista na Cláusula 9.1.2 do Contrato de Distribuição.

(4) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos da América.

(5) Incluídos os custos de abertura de capital.

(6) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

Aprovações Societárias

Oferta Primária. A autorização para abertura de capital da Companhia e a realização da Oferta Primária foram deliberadas na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2006. A ata da deliberação societária da Companhia foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. O aumento de capital, a realização da Oferta Primária, com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas, e a determinação da quantidade de Ações objeto da Oferta foram aprovados em nossa Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de novembro de 2006, cuja ata foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Indústria e Comércio. O Preço por Ação foi deliberado por nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2006, ou seja, antes da concessão do registro da Oferta.

Oferta Secundária. A autorização, pelos Acionistas Vendedores, para alienação das Ações de sua titularidade e o Preço por Ação foram aprovados pelos Acionistas Vendedores, na forma estabelecida em seus documentos societários.

Público Alvo da Oferta

O público-alvo da Oferta é composto de:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados investidores institucionais e clubes de investimento registrados na BOVESPA ("Investidores Não-Institucionais"), nos termos da regulamentação em vigor, que venham a realizar Pedido de Reserva; e

(ii) investidores institucionais, assim considerados, para os fins da presente Oferta, pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujos valores de investimento excedam o limite estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e os investidores institucionais residentes e domiciliados no exterior que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução 2.689 e da Instrução CVM 325 ("Investidores Institucionais").

Cronograma e Procedimentos da Oferta

Segue abaixo um cronograma estimativo das principais etapas da Oferta, a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

N.º	Evento	Data da Realização/Data Prevista[1]
1	Publicação do Aviso ao Mercado sem a indicação das Corretoras Consorciadas	22 de novembro de 2006
2	Disponibilização do Prospecto Preliminar	22 de novembro de 2006
3	Início do *Road Show*	22 de novembro de 2006
4	Início do Procedimento de *Bookbuilding*	22 de novembro de 2006
5	Republicação do Aviso ao Mercado com os logotipos das Corretoras Consorciadas	29 de novembro de 2006
6	Início do Período de Reserva	29 de novembro de 2006
7	Encerramento do Período de Reserva	6 de dezembro de 2006
8	Encerramento do *Road Show*	7 de dezembro de 2006
9	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	7 de dezembro de 2006
10	Fixação do Preço por Ação e Reunião do Conselho de Administração para aprovação do Preço por Ação	7 de dezembro de 2006
11	Assinatura do Contrato de Colocação e dos demais contratos relacionados à Oferta	7 de dezembro de 2006
12	Concessão do Registro da Oferta pela CVM	8 de dezembro de 2006
13	Publicação do Anúncio de Início	8 de dezembro de 2006
14	Disponibilização do Prospecto Definitivo	8 de dezembro de 2006
15	Início do Prazo para Exercício da Opção de Ações Suplementares	8 de dezembro de 2006
16	Início da negociação das Ações no Novo Mercado da BOVESPA	11 de dezembro de 2006
17	Data de Liquidação	13 de dezembro de 2006
18	Final do Prazo para Exercício da Opção de Ações Suplementares	8 de janeiro de 2007
19	Data Máxima de Publicação do Anúncio de Encerramento	12 de janeiro de 2007

[1] As datas previstas para os eventos futuros são meramente estimativas, e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos, sem aviso prévio, a critério dos Acionistas Vendedores, da Companhia e dos Coordenadores.

Procedimento da Distribuição na Oferta

Após a concessão do competente registro pela CVM, a disponibilização deste Prospecto Definitivo e a publicação do Anúncio de Início, a distribuição pública da Oferta será efetuada pelas Instituições Participantes da Oferta, nos termos previstos no artigo 21 da Instrução CVM 400, observado o disposto abaixo.

***Oferta de Varejo*.** O montante de, no mínimo, 10% das Ações objeto da Oferta, sem levar em consideração as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, será destinado prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que fizeram reservas no âmbito da Oferta de Varejo, irrevogáveis e irretratáveis, exceto pelo disposto no itens "j" e "k" abaixo, observados os termos do Pedido de Reserva (conforme abaixo definido). Os Coordenadores poderão, a seu exclusivo critério, aumentar a quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, até o máximo de 30% das Ações objeto da Oferta. Os Pedidos de Reserva puderam ser efetuados por Investidores Não-Institucionais, observadas as condições do próprio instrumento do Pedido de Reserva, mediante seu preenchimento junto a qualquer Participante da Oferta, de acordo com as seguintes condições:

a. Cada um dos Investidores Não-Institucionais interessados pôde efetuar o seu Pedido de Reserva a um único Participante da Oferta, nas dependências físicas das instituições indicadas no Aviso ao Mercado, republicado em 29 de novembro de 2006, mediante o preenchimento de formulário específico ("Pedido de Reserva"), dentro do Período de Reserva (conforme definido abaixo), sem necessidade de depósito do valor do investimento pretendido, observados o limite mínimo de investimento de R$ 1.000,00 e o limite máximo de R$ 300.000,00 por Investidor Não-Institucional, sendo que tais investidores puderam estipular, no Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3° do artigo 45 da Instrução CVM 400.

b. Recomendou-se ao Investidor Não-Institucional verificar com a Corretora Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se tal Corretora Consorciada exigia, a seu

exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta de investimento aberta e/ou mantida em tal Corretora Consorciada, para fins de garantia do Pedido de Reserva.

c. Os Investidores Não-Institucionais, inclusive os que eram Pessoas Vinculadas, realizaram seus Pedidos de Reserva no período de 29 de novembro de 2006, inclusive, a 06 de dezembro de 2006, inclusive ("Período de Reserva"). Os Pedidos de Reserva efetuados por Pessoas Vinculadas foram cancelados pelas respectivas Instituições Participantes da Oferta que os receberam, na forma do artigo 55 da Instrução CVM 400, em virtude de se ter verificado distribuição com excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas.

d. Na hipótese de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais não superar a totalidade das Ações destinadas à Oferta de Varejo, excluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas. Quaisquer sobras no lote originalmente alocado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional.

e. Na hipótese de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais superar a totalidade das Ações destinadas à Oferta de Varejo, excluindo as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, será realizado o rateio das Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que tiverem realizado Pedidos de Reserva, sendo que (i) até o limite de R$5.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada um dos Pedidos de Reserva e à quantidade total de Ações; e (ii) uma vez atendido o rateio descrito no item (i) acima, as Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor de cada Pedido de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, os Coordenadores, de comum acordo com a Companhia e com os Acionistas Vendedores, poderão aumentar a quantidade de Ações destinada à Oferta de Varejo, até o limite máximo de 30% previsto acima, para que os Pedidos de Reserva excedentes realizados pelos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item "e".

f. Até às 16:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início, cada Instituição Participante da Oferta deverá informar àqueles Investidores Não-Institucionais de quem tenha recebido Pedidos de Reserva o número de Ações a serem por eles adquiridas e o valor a ser pago em razão de tal aquisição, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência. O pagamento será limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvadas a possibilidade de rateio, conforme previsto no item "e" acima.

g. O Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item "f" acima para a Instituição Participante da Oferta com a qual tenha efetuado seu respectivo Pedido de Reserva, com recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação.

h. Após às 16:00 horas da Data de Liquidação, a CBLC, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta em que o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não-Institucional que com ela tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens "j" e "k" abaixo, respectivamente, e a possibilidade de rateio prevista no item "e" acima. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações.

i. Os pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que estipularam, como condição de eficácia, um preço máximo por Ação inferior ao Preço por Ação, foram automaticamente cancelados pela Instituição Participante da Oferta junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado e o valor eventualmente depositado pelo Investidor Não-Institucional será devolvido a cada um deles, sem juros nem correção monetária, e sem reembolso da quantia relativa à CPMF, prazo de 3 dias úteis da data da publicação do Anúncio de Início.

j. O Investidor Não-Institucional somente poderá desistir do Pedido de Reserva efetuado nas hipóteses de suspensão ou modificação da Oferta, ou ainda de divergência relevante entre as informações do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo

investidor ou sua decisão de investimento, conforme previsto nos artigos 20, 27 e no parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, respectivamente. Nesta hipótese, tais investidores deverão informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta com a qual tiverem efetuado Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva e os termos da Instrução CVM 400 acima mencionados. Caso o Investidor Não-Institucional não informe por escrito a Instituição Participante da Oferta de sua desistência do Pedido de Reserva no prazo acima mencionado, será presumido que o Investidor Não-Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, tal investidor deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva.

k. Na hipótese de não conclusão da Oferta, de resilição do Contrato de Colocação, ou de desistência do Pedido de Reserva, os Pedidos de Reserva serão considerados automaticamente cancelados e o valor do depósito eventualmente efetuado por cada Investidor Não-Institucional será devolvido a ele, sem juros ou correção monetária, e sem reembolso da quantia relativa à CPMF, no prazo de até 3 dias úteis após o cancelamento do Pedido de Reserva. A Instituição Participante da Oferta comunicará aos Investidores Não-Institucionais que com eles tenham realizado Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta, o que ocorrerá, inclusive, através de publicação de Anúncio de Retificação (conforme definido abaixo).

l. Na hipótese de haver descumprimento, por qualquer dos Coordenadores Contratados ou das Corretoras Consorciadas, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Coordenador Contratado ou Corretora Consorciada deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. O Coordenador Contratado ou a Corretora Consorciada a que se refere este item "l" deverá informar imediatamente os Investidores Não-Institucionais que com ela tenham realizado Pedido de Reserva sobre o referido cancelamento.

***Oferta Institucional*.** As Ações não destinadas à Oferta de Varejo, bem como eventuais sobras de Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais que realizaram Pedidos de Reserva, conforme previsto no item "d" acima, foram destinadas à colocação para Investidores Institucionais. Não foi admitido para Investidores Institucionais reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento.

As ordens recebidas de Investidores Institucionais que sejam Partes Vinculadas foram canceladas pelas Instituições Participantes da Oferta que tenham recebido tais ordens, em virtude de se ter verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Ações ofertadas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Caso o número de Ações indicado nas ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações destinadas à Oferta Institucional, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Coordenadores, da Companhia e dos Acionistas Vendedores melhor atenderem o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por investidores com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e da conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, em conformidade com o plano de distribuição, desenvolvido pelo Coordenador Líder em conjunto com os Acionistas Vendedores.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição de Ações da Oferta mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição.

Período de Colocação, Data de Liquidação e Prazo da Oferta.

O prazo para a colocação das Ações será de até 3 dias úteis, contados da data da publicação do Anúncio de Início ("Período de Colocação") e o último dia do Período de Colocação será a data de liquidação da Oferta ("Data de Liquidação").

A Oferta deverá ser realizada pelo Preço por Ação dentro do prazo máximo de 6 meses, contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação

A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores e a CBLC celebraram, no dia 07 de dezembro de 2006, o Contrato de Colocação que está disponível na Companhia e na CVM, nos endereços indicados no Prospecto Definitivo.

As Ações serão colocadas no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, pelas Instituições Participantes da Oferta, coordenadas pelos Coordenadores, em regime de garantia firme de liquidação. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação de os Coordenadores adquirirem, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (a) o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelo Coordenador Líder; e (b) o número de Ações efetivamente colocadas no mercado. Tal garantia é vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, do deferimento do registro da Oferta pela CVM, da disponibilização do Prospecto Definitivo, da publicação do Anúncio de Início e da assinatura do Contrato de Colocação.

Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores até a publicação do anúncio de encerramento da Oferta, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Encerramento"), o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado, no máximo, ao Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.

De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação, a totalidade das Ações, no total de 21.950.000 Ações.

Nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, firmado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão, exclusivamente no exterior, esforços de venda das Ações, objeto da garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores sob o Contrato Colocação, para Investidores Estrangeiros. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente adquiridas, liquidadas e pagas aos Coordenadores em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4.º, da Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

O Contrato de Colocação e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que as obrigações dos Coordenadores, dos Agentes de Colocação Internacional, da Companhia, dos Acionistas Vendedores, e seus controladores estão sujeitas a determinadas condições que visam a atestar aos Coordenadores a não ocorrência de eventos materialmente adversos em relação à Companhia, a conformidade da Oferta com as legislações aplicáveis e a consistência das informações financeiras da Companhia divulgadas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, imediatamente antes da realização, pelos Coordenadores, do pagamento pelas Ações.

Restrições à Negociação de Ações (Lock-Up)

A Companhia, os membros de seu Conselho de Administração, os Acionistas Vendedores e seus acionistas controladores, desde 22 de novembro de 2006, data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, inclusive, celebraram um Acordo de Não Disposição, por meio do qual obrigaram-se a não alienar as ações de emissão da Companhia de sua titularidade e derivativos lastreados em tais ações, sujeito a determinadas exceções.

Nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos 6 meses subseqüentes à primeira distribuição pública das Ações, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima. Após esse período inicial de 6 meses, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima.

Estabilização do Preço das Ações

O Coordenador Líder, por intermédio da UBS Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., poderá realizar atividades de estabilização do preço das Ações de emissão da Companhia em relação ao Preço por Ação. As atividades de estabilização poderão ser realizadas no prazo de até 30 dias, contados da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na BOVESPA. Para tal fim, foi celebrado contrato de prestação de serviços de estabilização de preço de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Contrato de Estabilização"), conforme minuta previamente aprovada pela CVM e pela BOVESPA. O Contrato de Estabilização está disponível para consulta com o Coordenador Líder e a CVM, nos endereços indicados neste

Prospecto. Não existe a obrigação por parte do Coordenador Líder ou qualquer agente atuando legitimamente em seu nome de determinar a realização das operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares todos os direitos assegurados às ações de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descrito no presente Prospecto, dentre os quais incluem-se os seguintes:

- direito de voto nas assembléias gerais da Companhia, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Por Ações;
- em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, ainda que por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ("OPA") dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"), de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle (100% *tag along)*;
- em caso de cancelamento do registro da Companhia de companhia aberta ou de cancelamento de listagem da Companhia no Novo Mercado da BOVESPA, direito de alienação de suas ações em OPA a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia por, no mínimo, seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação; e
- todos os demais direitos assegurados às Ações nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia.

Cotação e Admissão à Negociação das Ações na BOVESPA

Atualmente, as Ações não são negociadas na BOVESPA. As Ações serão admitidas à negociação na BOVESPA sob o código POSI3, no dia seguinte à publicação do Anúncio de Início.

Regime de Distribuição

De acordo com o Contrato de Colocação celebrado em 07 de dezembro de 2006 entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores e a CBLC (como interveniente-anuente), a totalidade das Ações e das Ações Adicionais será distribuída pelos Coordenadores, inicialmente, em regime de garantia firme de liquidação, sem presunção de solidariedade, de acordo com as quantidades de ações indicadas na tabela abaixo, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

Coordenador	Quantidade de Ações	(%)
Banco UBS S.A.	12.072.500	50%
Banco UBS Pactual S.A.	12.072.500	50%

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

A Companhia e os Acionistas Vendedores podem requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores podem modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3.º do

artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes e os boletins de subscrição e contratos de compra e venda eventualmente firmados serão automaticamente cancelados.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio dos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado do Paraná e Jornal Indústria e Comércio, veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação"). Após a publicação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM: (1) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (2) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária, com a dedução do valor relativo à CPMF.

Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Além da presente Oferta, o Coordenador Líder e suas controladas não mantêm relações comerciais com a Companhia ou com suas controladas ou controladores, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para a Companhia, pelos quais pretendem receber comissões.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco UBS Pactual

A Companhia manteve e mantém relacionamento comercial com o Banco UBS Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, e poderá, no futuro, contratar o Banco UBS Pactual para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Relacionamento entre a Companhia e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Até a presente Oferta, a Companhia não mantinha qualquer relacionamento comercial com o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco ABN AMRO Real S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, a Companhia manteve e mantém relacionamento comercial, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, com o Banco ABN AMRO Real S.A. Ainda, a Companhia e empresas a ela coligadas mantêm operações de crédito com o banco, entre as quais capital de giro, repasses via resolução 2770, fiança bancária, cartas de crédito e operações de leasing. Além disso, o banco também presta serviços bancários em geral, tais como serviços de cobrança bancária e fechamentos de câmbio.

Relacionamento entre a Companhia e o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

A Companhia mantém relacionamento comercial no curso normal de seus negócios com o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo e com sociedades de seu conglomerado econômico. Com base neste relacionamento, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam, atualmente, e podem, no futuro, vir a prestar, para a Companhia, serviços de *investment banking* e de mercado de capitais, bem como realizam ou podem vir a realizar entre outras, operações de (i) financiamento; (ii) crédito; (iii) crédito imobiliário; (iv) operações envolvendo aplicações em certificados de depósitos bancários; e (v) serviços bancários.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Além da presente Oferta, o Coordenador Líder e suas controladas não mantêm relações comerciais com os Acionistas Vendedores, mas, no futuro, poderão prestar serviços e contratar produtos de banco comercial, banco de investimento, consultoria financeira, e outros serviços e produtos para os Acionistas Vendedores, pelos quais pretendem receber comissões.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco UBS Pactual

Até a presente Oferta, o Banco UBS Pactual não mantinha qualquer relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Até a presente Oferta, os Acionistas Vendedores não mantinham qualquer relacionamento comercial com o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco ABN AMRO Real S.A.

Até a presente Oferta, os Acionistas Vendedores não mantinham qualquer relacionamento comercial com o Banco ABN AMRO Real S.A.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo

Até a presente Oferta, os Acionistas Vendedores não mantinham qualquer relacionamento comercial com o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo.

Declaração de Inadequação de Investimento

O investimento em Ações representa um investimento de risco, visto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a diversos riscos, inclusive à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir/subscrever as Ações. Para Informações Adicionais veja a seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

Informações Complementares

A Companhia requereu o seu registro de companhia aberta à CVM em 29 de setembro de 2006, o qual foi concedido em 06 de dezembro de 2006.

O Coordenador Líder recomenda aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilitará aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

Para a obtenção de mais informações sobre a Oferta ou obter cópias deste Prospecto os investidores interessados poderão contatar quaisquer dos Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

Coordenador Líder

BANCO UBS S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6.º andar
CEP: 04543-000
São Paulo - SP
Sr. Hans Lin
Telefone: (55 11) 3048-5210
Fax (55 11) 3078-7926
Site: www.ubs-brasil.com.br

Coordenador

BANCO UBS PACTUAL S.A
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º e 10° andares
CEP 04538-133
São Paulo – SP
Sr. Evandro Pereira
Telefone: (55 11) 3046-2000
Fax: (55 11) 3046-2001
Site: www.pactual.com.br

Coordenadores Contratados

BANCO ABN AMRO REAL S.A.
Av. Paulista, nº 1.374, 15º andar
CEP: 01310-916
São Paulo – SP
Sr. Vital Menezes
Telefone: (55 11) 3174-7165
Fax: (55 11) 3174-6809
E-mail: vital.menezes@br.abnamro.com
www.bancoreal.com.br/ofertaspublicas

DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO
Rua Alexandre Dumas, 2200
CEP 04717-910
Sao Paulo, SP
At. Sr. Mauro Meinberg
Tel: (55 11) 5189-5065
Fax (55 11) 5189-5110
www.deutsche-bank.com.br

HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3064, 4º andar
CEP: 01451-000
São Paulo - SP
At: Sr. Eduardo Rangel
Tel: (55 11) 3847-9740
Fax: (55 11) 3847-9856
Site: http://www.hsbcbroker.com.br

Corretoras Consorciadas

Nas dependências das Corretoras Consorciadas credenciadas pela CBLC para participar da Oferta e no endereço eletrônico da CBLC na rede mundial de computadores (www.cblc.com.br).

Instituição Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de custódia, escrituração e transferência das Ações é o Banco Itaú S.A.

O Aviso ao Mercado foi republicado em 29 de novembro de 2006 com a indicação das Corretoras Consorciadas a partir de cuja data puderam ser obtidas informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas no site da Internet da CBLC (www.cblc.com.br).

Este Prospecto também está disponível, eletrônica e fisicamente: (a) na CVM, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tel.: (55 21) 3233-8686 e na Rua Libero Badaró, nº 471, 7º andar, Centro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tel.: (55 11) 2146-2000 (www.cvm.gov.br); (b) na BOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (www.bovespa.com.br); e (c) na Companhia, situada na Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC, CEP 81310-000, Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná (www.positivoinformatica.com.br).

Declaração da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400

Declaração da Companhia e dos Acionistas Vendedores

A Companhia e os Acionistas Vendedores declaram que (i) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, de suas atividades e dos riscos a elas inerentes, de sua situação econômico-financeira e quaisquer outras informações relevantes, (ii) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram, elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo mais não se limitando à Instrução CVM 400; e (iii) todas e quaisquer informações prestadas e a serem prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes ("Declaração"). Na assinatura da Declaração da Companhia e dos Acionistas Vendedores a Companhia foi representada pelo seu Diretor Presidente, Hélio Bruck Rotemberg, e pelo Presidente de seu Conselho de Administração, Oriovisto Guimarães, enquanto os Acionistas Vendedores foram representados na seguinte forma: Infoinvest Investimentos Ltda., representada por seu sócio administrador Hélio Bruck Rotemberg; CIR Investimentos S.A., representada por seu diretor estatutário Cixares Libero Vargas; Gols Participações S.A., representada por seu diretor estatutário Oriovisto Guimarães; L.P. Investimentos S.A., representada por seu diretor estatutário Samuel Ramos Lago; e Mantova Investimentos S.A., representada por seu diretor estatutário Rubem Tadeu Coninck Formighieri.

Declaração do Coordenador Líder

Considerando que (i) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta, (ii) foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 1º de agosto de 2006 e prosseguiu até a data deste Prospecto; (iii) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram materialmente relevantes para a Oferta; (iv) além dos documentos mencionados em (iii), foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado; e (v) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; o Coordenador Líder declara que (a) tomou, e tomará, todas as cautelas e agiu, e agirá, com elevados padrões de diligência, para assegurar que (1) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e neste Prospecto, respectivamente, bem como todas e quaisquer informações fornecidas e a serem fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (2) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo contêm, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (b) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo foram, elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 ("Declaração da Instituição Líder"). A Declaração da Instituição Líder foi assinada por seus diretores estatutários Hans Lin e Roberto Barbuti.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

1. Companhia

Positivo Informática S.A.
Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC
CEP 81310-000
Curitiba - PR
Sr. Lucas Guimarães
Telefone: (55 41) 3316-7887
Fax: (55 41) 3316-7810
Correio eletrônico: ir@positivo.com.br
Site: www.positivoinformatica.com.br

2. Acionistas Vendedores:

2.1 GOLS Participações S.A
Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrilho
CEP 80710-570
Curitiba – PR
Sr: Eladir
Telefone: (55 41) 3316-7700
Fax: (55 41) 3316-7700
e-mail: oriovisto@positivo.com.br

2.2 CIR Investimentos S.A;
Avenida Cândido Hartmann, nº 1.400, Bairro Bigorrilho
CEP: 80710-570
Curitiba – PR
Sr: Eladir
Telefone: (55 41) 3316-7700
Fax: (55 41) 3316-7700
e-mail: cixares@positivo.com.br

2.3 Infoinvest Investimentos Ltda.
Rua Senador Accioly Filho, nº 1.021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba
CEP: 81310-000
Curitiba - PR
Sra: Elenise
Telefone: (55 41) 3316-7700
Fax: (55 41) 3316-7700
e-mail: presidencia.info@positivo.com.br

2.4 L.P. Investimentos S.A.
Avenida Cândido Hartmann, nº 1.400, Bairro Bigorrilho
CEP: 807105-570
Curitiba - PR
Sra.: Silvana
Telefone: (55 41) 3244-0190
Fax: (55 41) 3244-0190
e-mail: lp@lago.com.br

2.5 Mantova Investimentos S.A.
Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário
CEP: 80440-000
Curitiba - PR
Sr. Adriane
Telefone: (55 41) 3218-1007
Fax: (55 41) 3218-1007
e-mail: mantovainv@yahoo.com.br

Os Acionistas Vendedores podem ser contatados no endereço da Companhia.

3. Coordenador Líder:

Banco UBS S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6º andar
CEP: 04543-000
São Paulo - SP
Sr. Hans Lin
Telefone: (55 11) 3048-5210
Fax: (55 11) 3078-7926
Site: www.ubs-brasil.com.br

4. Coordenador

Banco UBS Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º e 10º andares
CEP 04538-905
São Paulo – SP
Sr. Evandro Pereira
Telefone: (55 11) 3046-2000
Fax: (55 11) 3046-2001
Site: www.pactual.com.br

5. Coordenadores Contratados:

Banco ABN AMRO Real S.A.
Av. Paulista, nº 1.374, 15º andar
CEP: 01310-916
São Paulo – SP
Sr. Vital Menezes
Telefone: (55 11) 3174-7165
Fax: (55 11) 3174-6809
e-mail: vital.menezes@br.abnamro.com
Site: www.bancoreal.com.br/ofertaspublicas

Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão
Rua Alexandre Dumas, 2200
CEP 04717-910
São Paulo, SP
Sr. Mauro Meinberg
Telefone: (55 11) 5189-5065
Fax (55 11) 5189-5110
Site: www.deutsche-bank.com.br

HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3064, 4º andar
CEP 01451-000
São Paulo - SP
Sr. Eduardo Rangel
Telefone: (55 11) 3847-9740
Fax: (55 11) 3847-9856
Site: http://www.hsbcbroker.com.br

6. Consultores Jurídicos:

Para a Companhia e Acionistas Vendedores quanto ao Direito Brasileiro:

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 50, 4º andar
CEP: 04543-000
São Paulo – SP
Sr. Pedro Lanna Ribeiro
Telefone: (55 11) 3365-4600
Fax: (55 11) 3365-4597
Correio eletrônico: pedro@bmalaw.com.br
Site: www.bmalaw.com.br

Para a Companhia e Acionistas Vendedores quanto à Legislação Norte-Americana:

Linklaters
Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 – térreo
CEP: 05465-070
São Paulo – SP
Sr. Gregory Harrington
Telefone: (55 11) 3024-6300
Fax: (55 11) 3024-6400
Correio eletrônico: gregory.harrington@linklaters.com
Site: www.linklaters.com

Para os Coordenadores da Oferta quanto ao Direito Brasileiro:

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.144 – 11º andar
CEP: 01451-000
São Paulo - SP
Sr. Carlos Mello
Telefone: (55 11) 3150-7010
Fax: (55 11) 3150-7071
Correio eletrônico: crolim@mmso.com.br
Site: www.mmso.com.br

Para os Coordenadores da Oferta quanto à Legislação Norte-Americana:

Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP
One Liberty Plaza 10006
Nova Iorque – NY – Estados Unidos da América
Sra. Francesca Lavin
Telefone: (1 212) 225-2000
Fax: (1 212) 225-3999
Correio eletrônico: flavin@cgsh.com
Site: www.cgsh.com

Auditores Independentes:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Rua Pasteur, nº 463 – 5º andar
CEP: 80250-080
Curitiba - PR
Sr. Cosme dos Santos
Telefone: (55 41) 3312-1402
Fax: (55 41) 3312-1471
Correio eletrônico: cosmesantos@deloitte.com
Site: www.deloitte.com.br

Russell Bedford Brasil Auditores Independentes
Rua Mateus Leme, nº 2004 - Centro Cívico
CEP 80530-010
Curitiba - PR
Sr. Pedro Nunes Gouveia
Telefone: (55 41) 3350-6000
Fax: (55 41) 3350-6101
Correio eletrônico: pedro.gouveia@rbai.com.br
Site: www.rbai.com.br

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das nossas Ações, os potenciais investidores devem considerar cuidadosa e atentamente todas as informações contidas neste Prospecto e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações podem ser adversa e materialmente afetados por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das Ações pode cair devido a quaisquer destes riscos, havendo possibilidade de perda de parte ou de todo o seu investimento.

Para os fins da presente seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá um "efeito adverso para nós" significa que o risco pode ter ou terá um efeito adverso em nossos negócios, condições financeiras, liquidez, resultados de nossas operações, futuros negócios e/ou valor das Ações. Expressões similares nesta seção devem ser lidas como tendo o mesmo significado. Outros riscos que não são atualmente de nosso conhecimento, ou que consideramos irrelevantes neste momento, poderão ter um efeito adverso significativo para nós.

RISCOS RELACIONADOS AOS NOSSOS NEGÓCIOS

Podemos ter tanto a nossa produção como as nossas receitas prejudicadas em razão de atrasos e descumprimentos de nossos fornecedores.

Nossa atividade se caracteriza pela manutenção de um estoque reduzido. Pelo fato de termos poucos fornecedores, não podemos garantir que eventuais atrasos ou descumprimentos por parte de nossos fornecedores não afetarão o nosso desempenho em produção, vendas e receitas. Essa dependência desses poucos fornecedores em caso de eventuais atrasos ou descumprimentos poderá ter um efeito adverso para nós.

Podemos não conseguir implementar integralmente nossas estratégias de negócios.

Como parte de nossa estratégia de crescimento, procuramos posicionar melhor nossa marca, expandir nossas vendas e elevar nosso desempenho operacional. Nós poderemos não ser capazes de implementar satisfatoriamente tais estratégias, tendo como conseqüência, a diminuição da nossa taxa de crescimento e dos nossos resultados operacionais, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Podemos não ser bem sucedidos em gerenciar nosso crescimento.

Experimentamos um crescimento significativo em 2003, 2004 e 2005. Nosso desempenho futuro irá depender de nossa capacidade de gerenciar o crescimento rápido e significativo que acreditamos que nossas operações terão, mediante a melhora de nossos sistemas de controles financeiros e operacionais, nossa infra-estrutura e nosso sistema de informações, assim como a contratação de mão-de-obra qualificada e aumento de nossa capacidade produtiva. Não podemos assegurar que nossa capacidade de gerenciamento de crescimento será bem sucedida. Caso não sejamos capazes de gerenciar nosso crescimento ou não o façamos de forma satisfatória, nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Parcela significativa de nossas vendas está concentrada em grandes redes de varejo.

Uma parcela relevante da produção das empresas do setor de computadores é distribuída por meio do Mercado de Varejo. A concentração do Mercado de Varejo em poucas grandes empresas aumenta seu poder de negociação nas regiões em que atuam e, conseqüentemente, essas empresas podem utilizar o seu poder de mercado para forçar a redução dos preços praticados pelas empresas de nosso setor, o que pode ter um efeito adverso para nós. Ademais, a continuidade do fenômeno de concentração dos setores varejistas pode provocar a diminuição da base de clientes das empresas de nosso setor, incluindo a nossa, elevando nossa dependência dos grandes grupos varejistas, e, portanto, potencializando o poder de negociação de referidos clientes, o que pode ter um efeito adverso para nós.

Estamos sujeitos a sanções impostas por descumprimento de contratos firmados com a administração pública, bem como à rescisão de tais contratos em virtude de razões de interesse público, o que poderia afetar negativamente nossa capacidade de participar em outras licitações públicas e/ou ter um efeito adverso para nós.

Nossos contratos de fornecimento de bens a entes da administração pública são regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelas respectivas leis estaduais ou municipais às quais cada entidade pública está

submetida. Além do fornecimento de computadores e *software*s, assumimos perante tais entidades obrigações de manutenção dos bens fornecidos, concessão de garantias de produtos e prestação de serviços técnicos. Em alguns casos, garantimos o cumprimento de nossas obrigações perante tais entidades públicas através da prestação de garantias, tais como caução, seguro ou fiança, válidas até o fim dos prazos de garantia dos produtos.

Na hipótese de sermos responsabilizados ou condenados por irregularidades, erros ou falhas no fornecimento dos bens ou serviços contratados, poderemos ser advertidos pelos órgãos da administração pública, sofrer multas contratuais significativas, ter o fornecimento dos bens e serviços suspenso temporariamente, bem como sermos impedidos de licitar e contratar com a administração pública. Tais sanções, assim como a rescisão de contratos por razões de interesse público, poderão afetar nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade por um período.

Caso sejamos incapazes de introduzir produtos inovadores e tecnologicamente avançados em uma indústria caracterizada pela rápida obsolescência de seus produtos, nosso crescimento e nossos esforços de mantermos nossa lucratividade poderão ser afetados adversamente.

Nosso modelo de negócios depende de nossa capacidade de agilmente introduzirmos produtos inovadores no mercado. Para que sejamos bem sucedidos nisso, dependemos de diversos fatores, tais como a disponibilidade de novos produtos, um controle de qualidade eficaz, a rapidez de nossos esforços para o lançamento de produtos, uma correta estimativa da demanda, o treinamento de nosso pessoal de vendas e a aceitação, pelos consumidores, de novas tecnologias.

A indústria de computadores caracteriza-se por um curto ciclo de vida dos equipamentos resultante de rápidas mudanças em tecnologia e na preferência de consumidores, assim como na contínua redução de preços. Nossa equipe de engenheiros trabalha continuamente com nossos fornecedores de componentes e outros desenvolvedores de tecnologia para a avaliação dos produtos e tecnologias mais recentes. Não podemos garantir, entretanto, que continuaremos a ter acesso a novas tecnologias, ou a ser bem sucedidos na rápida incorporação dessa nova tecnologia a nossos produtos.

Adicionalmente, a introdução de novas tecnologias gera questões relativas à velocidade de aceitação pelos consumidores e, conseqüentemente, à demanda estimada. Caso sejamos incapazes de estimar a demanda por novos produtos, poderemos enfrentar problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos.

Estamos sujeitos a reclamações de consumidores e defeitos de produtos, o que poderia afetar negativamente nossa imagem e ter um efeito adverso para nós.

Caso venhamos a ser responsabilizados ou condenados por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade. Adicionalmente, o processo de defesa em uma ação judicial cujo objeto é nossa responsabilidade por produtos ou serviços que prestamos pode demandar um custo adicional e elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, mesmo que não sejamos responsabilizados em uma ação judicial, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação a defeitos, erros ou falhas em nossos produtos e à sua qualidade poderia afetar adversamente nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia ter um efeito adverso para nós.

Os seguros de que somos beneficiários podem não prover a cobertura completa dos riscos a que estamos sujeitos, ou podem não estar disponíveis a um custo razoável.

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por seguro, ou que excedam os limites dos seguros dos quais somos beneficiários, poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para nós ou nossa inabilidade de atrairmos e mantermos outras pessoas estratégicas, pode afetar adversamente os nossos negócios.

Nosso sucesso e crescimento futuro dependem da continuidade dos serviços dos nossos atuais administradores, que atualmente ocupam posição estratégica em nossa estrutura e orientam vários aspectos da condução de nossos negócios. Nosso sucesso e crescimento futuro dependem, ainda, de nossa habilidade em identificar, atrair e manter em nossos quadros outros funcionários e administradores qualificados. O mercado em que atuamos é competitivo e nós não

podemos assegurar que teremos sucesso em atrair e manter tais funcionários e administradores. A perda dos serviços ou o falecimento de qualquer destes administradores poderá ter um efeito adverso para nós.

Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais e a suspensão, o cancelamento ou a não renovação de tais benefícios podem afetar adversamente nossos resultados.

Somos titulares de benefícios fiscais federais e estaduais que nos garantem redução nas alíquotas de IPI, redução das alíquotas das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de desktops com preço máximo ao consumidor de R$ 2.500 e notebooks com preço máximo de R$ 3.000, bem como redução nas alíquotas do ICMS por meio de um crédito presumido por ocasião da saída de diversos produtos de informática, de forma que a carga de ICMS resultante seja de 3%. Caso deixemos de cumprir determinadas obrigações a que estamos sujeitos por força das normas e dos documentos que instrumentalizam a concessão de tais benefícios fiscais, tais como (i) investimento mínimo anual em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia de informação, (ii) obrigação de apresentar anualmente certos documentos às autoridades competentes, e (iii) cumprir o PPB – Processo Produtivo Básico – aprovado por decretos interministeriais, nossos benefícios poderão ser suspensos ou cancelados e poderemos ser obrigados a pagar integralmente o valor dos tributos devidos (sem a aplicação dos benefícios), acrescidos de encargos, o que poderá ter um efeito adverso relevante para nós. Ademais, caso, tal como no caso da Lei Estadual nº 13.214/2001, o benefício fiscal estadual de que somos titulares venha a ser objeto de questionamentos judiciais com decisão judicial final desfavorável, poderemos ter o referido benefício fiscal estadual reduzido, cancelado e/ou sermos cobrados pelo valor objeto da redução concedida até a data de tal decisão, conforme o caso, o que poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Em novembro de 2006 o Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2548-1, julgou inconstitucional o benefício estadual de ICMS previsto na Lei Estadual nº 13.214/2001, o qual uniformizava em 7% as alíquotas incidentes sobre os produtos de informática e dava isenção de ICMS para Softwares. Dado que a sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal ainda não foi publicada, não tivemos acesso, até o momento, aos detalhes dessa decisão, o que nos impossibilita de determinarmos com precisão seu impacto sobre nossas operações. Vide: "Atividades – Outras Informações e Contingências Relevantes" para maiores detalhes.

Adicionalmente, não podemos assegurar que, após o término de seu prazo de vigência, os benefícios fiscais de que atualmente somos titulares serão renovados ou, ainda, que conseguiremos obter novos benefícios fiscais em condições favoráveis. Caso tais benefícios fiscais não sejam efetivamente renovados, isso poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Podemos ser incapazes de implementar e manter controles internos de contabilidade, o que poderia causar a perda de confiança por parte de investidores em nossas informações financeiras e um impacto adverso no preço de nossas ações ordinárias.

No passado, foram identificadas certas deficiências em nossos controles internos de contabilidade, decorrentes principalmente de falhas na comunicação interna entre determinadas áreas da Companhia. Essas deficiências, inicialmente, resultaram na emissão por nossos auditores de pareceres com ressalvas às nossas demonstrações financeiras para os anos de 2003 e 2004. Após a republicação pela Companhia das demonstrações para aqueles anos, essas ressalvas foram retiradas. Nos últimos meses, nós documentamos, testamos e melhoramos e, após esta Oferta, nós continuaremos a documentar, testar e melhorar nossos controles internos de contabilidade.

Nós podemos não conseguir remediar deficiências que poderemos encontrar ou prevenir deficiências futuras em nossos controles internos de contabilidade e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais. A ocorrência de uma falha como essa poderia afetar a confiança de investidores sobre nossas demonstrações financeiras, e poderia causar um impacto adverso em nossos resultados, posição financeira e no preço de nossas ações ordinárias.

RISCOS RELACIONADOS AO SETOR

Nossas matérias-primas e/ou componentes são importados ou têm seus preços diretamente atrelados ao Dólar. Uma oscilação brusca e inesperada em seus preços poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Nossas principais matérias-primas importadas são processadores, componentes de memória e de placas mãe, os quais responderam por aproximadamente 61,7% dos custos de nossas matérias-primas nos 9 primeiros meses de 2006. Além disso, 30,5% desse item eram provenientes da aquisição de matéria-prima nacional, indiretamente atrelada ao Dólar. Em razão de essas matérias-primas serem importadas ou terem seus preços diretamente atrelados ao Dólar, seus valores e/ou

de seus componentes flutuam de acordo com a oscilação mundial da oferta e da procura, bem como de acordo com a cotação do Dólar. Historicamente, os preços dessas matérias-primas no mercado internacional sofreram flutuações devido a uma série de fatores, sobre os quais não temos e não teremos controle.

Caso ocorra uma variação significativa nos preços das matérias-primas que importamos, poderemos não ser capazes de repassar tais custos para nossos consumidores, o que poderá vir a diminuir nossa margem de lucro e nos afetar adversamente.

Estamos sujeitos a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal.

Como uma boa parte das nossas matérias-primas e/ou componentes são importados, possíveis greves na Receita Federal, alfândegas e portos de todo o País podem afetar a entrega desses materiais pelos nossos fornecedores, e, por conseqüência, nossa capacidade produtiva, o que poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

Não podemos assegurar que os incentivos governamentais e fiscais de inclusão digital serão mantidos em governos futuros.

Somos beneficiados por diversos programas governamentais de inclusão digital, tais como o "Computador para Todos". Tais programas governamentais prevêem diversos incentivos para a produção e a aquisição de PCs populares, como redução de alíquotas de impostos incidentes sobre a produção e sobre os fabricantes de PCs e a concessão de financiamentos atrativos para consumidores. Não podemos garantir que futuros governos tenham a questão da inclusão digital da população nacional como prioridade de governo. A suspensão, alteração ou cancelamento dos incentivos governamentais e fiscais relacionados à inclusão digital poderão afetar adversamente nosso negócio.

Atuamos em segmentos de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais.

Enfrentamos uma forte competição de um grupo concentrado de concorrentes locais e internacionais. Nossos principais concorrentes são empresas pertencentes a grupos multinacionais que possuem presença global, capacidade tecnológica de ponta, e acesso ao mercado financeiro e de capitais a custos menores e prazos maiores do que aqueles que temos acesso, tais como Dell, HP, Lenovo e Toshiba, dentre outras, bem como grandes empresas nacionais, como Itautec, Semp Toshiba, Novadata, Kennex e CCE. Enfrentamos, ainda, a concorrência de pequenos produtores locais que possuem boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no Mercado Cinza e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os nossos, o que pode vir a resultar na redução de nossos preços e diminuição de nossas vendas e margens. Além disso, novos concorrentes poderão entrar em nossos mercados.

Nossa participação de mercado poderá ser reduzida caso não consigamos nos manter competitivos, principalmente no que se refere à manutenção dos preços de nossos produtos ou serviços compatíveis com os orçamentos de nossos clientes, ou, ainda, caso nossos concorrentes adquiram ou lancem novos produtos que concorram com os nossos ou adicionem novas funcionalidades aos já existentes, apresentando, inclusive, avanços tecnológicos que não pudemos prever. O alto nível de competição do setor em que atuamos pode limitar nossa capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de nossos produtos e serviços, reduzindo nossas receitas e afetando adversamente nosso negócio, resultado operacional e financeiro e fluxo de caixa.

Nossos resultados poderão ser influenciados pelo desempenho do Mercado Cinza.

O Mercado Cinza, por ser principalmente sustentado pela sonegação de impostos, reduzindo seus custos, representa forte concorrência no mercado em que atuamos. Nos últimos 24 meses, a participação do Mercado Cinza nas vendas de computadores apresentou uma queda de 76% para 50,3%, devido a fatores como a baixa cotação do Dólar, política de redução de juros e políticas públicas de fiscalização de fronteiras. Esses fatores, associados a benefícios fiscais como a redução das alíquotas de PIS/COFINS, proporcionaram um significativo fortalecimento do Mercado Oficial, na medida em que o consumidor passou a procurar marcas estabelecidas com garantia de fábrica e uma assistência técnica fácil de encontrar. Não podemos, contudo, garantir que o Mercado Cinza continuará a perder participação na venda de computadores no Brasil. Um eventual crescimento do Mercado Cinza poderá afetar adversamente nosso negócio.

RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, poderão vir a causar um efeito adverso para nós e para o valor de mercado de nossas ações.

O Governo Federal freqüentemente intervém na economia do País e ocasionalmente realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, freqüentemente implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Nossas atividades, situação financeira, resultados operacionais e o preço de mercado das ações de nossa emissão poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- Política monetária, cambial e taxas de juros;
- Políticas de controle cambial;
- Políticas governamentais aplicáveis às nossas atividades e a nosso setor;
- Greve de portos, alfândegas e receita federal;
- Inflação;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Política fiscal;
- Outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem; e
- Racionamento de energia elétrica.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Em novembro de 2006, o Brasil concluiu o processo de eleições presidenciais, tendo sido reeleito seu atual presidente. Não podemos garantir que o presidente reeleito manterá as políticas econômicas atualmente adotadas. No período de 2000 a 2005, a economia brasileira cresceu uma taxa média de 2,2%. O crescimento limitado da economia brasileira nestes últimos anos contribuiu para a incerteza de que as políticas econômicas adotadas atualmente serão mantidas no próximo mandato presidencial. Dessa forma, não podemos prever se as atuais políticas econômicas serão mantidas ou quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias e outras serão adotadas pelo futuro governo, e se estas medidas afetarão adversamente a economia como um todo e/ou terão um efeito adverso para nós.

O controle da taxa de juros pelo Governo Federal implica em riscos normalmente associados à concessão de alguns de nossos financiamentos, bem como à popularização de nossos produtos.

Nós e as demais empresas do setor de informática e computação, captamos recursos a diferentes taxas e indexadores e podemos não conseguir repassar aos nossos clientes tais condições de remuneração. O descasamento de taxas e prazo entre a nossa captação de recursos e os financiamentos por nós concedidos, poderá vir a afetar adversamente o nosso fluxo de caixa e desempenho financeiro.

Além disso, como a maioria da indústria nacional, dependemos do controle exercido pelo Governo Federal sobre as taxas de juros. Como a maior parte das famílias brasileiras realiza a compra de seu primeiro computador por meio de financiamentos bancários, um repentino aumento nas taxas de juros poderá afetar o desempenho do Mercado de Varejo e o acesso da classe média a esse capital.

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro, nós e o valor de mercado de nossas ações ordinárias.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal para combatê-la tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Real em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que em períodos anteriores. Não obstante, pressões inflacionárias persistem. Medidas adotadas para combater a inflação e especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro.

A inflação apurada pelo Índice Geral de Preços do Mercado, ou IGP-M, foi 25,3% em 2002, 8,7% em 2003, 12,4% em 2004, 1,2% em 2005 e 0,7% no primeiro trimestre de 2006. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo IPCA, aumentaram em 12,5% em 2002, 9,3% em 2003, 7,6% em 2004, 5,7% em 2005 e 2,2% nos primeiros nove meses de 2006.

O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para toda a indústria de computação brasileira.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido freqüentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a freqüência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dois mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos de tempo mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$ 2,34 por US$ 1,00, o que representa uma valorização do Real de 13,4% desde 31 de dezembro de 2004. Em 30 de setembro de 2006, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$ 2,17 por US$ 1,00. Não é possível assegurar que a taxa de câmbio permanecerá nos níveis atuais.

As desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento, de modo geral, dos preços dos produtos importados (como muitas de nossas matérias-primas), sendo necessária, então, a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os potenciais impactos da flutuação da taxa de câmbio e das medidas que o Governo Federal pode vir adotar para estabilizar a taxa de câmbio são incertos. A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para toda a indústria de computação brasileira.

Nos 9 primeiros meses de 2006, aproximadamente 61,7% dos custos de nossas matérias-primas estavam diretamente atrelados a taxas de câmbio de moedas estrangeiras (além de atrelados a oscilações na oferta e na demanda). Além disso, 30,5% desse item eram provenientes da aquisição de matéria-prima nacional, indiretamente atrelada ao Dólar. À medida que o Real se valoriza frente ao Dólar, o custo de aquisição destas matérias-primas tende a diminuir. Entretanto, não podemos assegurar que a taxa de câmbio permanecerá nos níveis atuais. Caso ocorra uma desvalorização do Real frente ao Dólar, o custo de nossas matérias-primas poderá aumentar, o que poderá afetar desfavoravelmente nosso negócio, tendo em vista que poderemos não ser capazes de repassar tais custos para nossos consumidores ou, caso façamos isso, a demanda por nossos produtos pode ser diretamente afetada. Além disso, uma variação significativa no preço de nossas matérias-primas poderia também resultar em um aumento nos preços de venda de nossos produtos. Nesse sentido, tendo em vista que nos beneficiamos da redução das alíquotas das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS com base nos limites estabelecidos para os preços de vendas dos computadores, um aumento poderia fazer com que deixássemos de ser titulares dos mencionados benefícios fiscais.

Adicionalmente, como a maior parte de nossas matérias-primas são importadas, celebramos contrato de proteção à variação cambial (*hedge*) visando minimizar os riscos de uma eventual valorização no Dólar. Caso não sejamos capazes de celebrar os contratos de *hedge* necessários, poderemos ter nossos resultados afetados adversamente.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pela percepção de risco do Brasil e de outras economias emergentes e a deterioração dessa percepção poderá ter um efeito adverso no valor de mercado de nossas ações e restringir nosso acesso ao mercado financeiro e de capitais internacional.

Acontecimentos adversos na economia e as condições de mercado em outros países de mercados emergentes, especialmente da América Latina, poderão influenciar o mercado em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores brasileiros. Em razão dos problemas econômicos em vários países de mercados emergentes em anos recentes (como a crise financeira da Ásia em 1997, a

crise financeira da Rússia em 1998 e a crise financeira da Argentina que começou em 2001), os investidores examinaram com maior prudência os investimentos em mercados emergentes. Essas crises produziram uma evasão de Dólares norte-americanos do Brasil, fazendo com que as companhias brasileiras enfrentassem custos mais altos para a captação de recursos, tanto no País como no exterior, restringindo seu acesso ao mercado de capitais internacional. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes poderiam restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os nossos, o que afetaria adversamente o preço de mercado de nossas ações.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado em geral e pelas condições econômicas internacionais, especialmente as condições econômicas nos Estados Unidos da América.

A ocorrência de um ou mais desses fatores poderia afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações e dificultar nosso acesso ao mercado financeiro e de capitais em condições aceitáveis por nós.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

Um mercado ativo e líquido para nossas Ações poderá não se desenvolver, limitando a sua possibilidade de venda no preço e na ocasião desejados.

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para as Ações de nossa emissão. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores por nós ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das Ações na BOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Como exemplo, a BOVESPA apresentou capitalização bursátil de aproximadamente R$1,1 trilhão em 31 de dezembro de 2005 e uma média diária de negociação de R$1,5 bilhão em 2005. As dez ações mais negociadas em termos de volume contabilizaram mais da metade de todas as ações negociadas na BOVESPA no ano de 2006 (até 30 de novembro de 2006). Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de Ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, conseqüentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

O Preço por Ação será determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta, inclusive em resposta a estes fatores de risco ou a qualquer outro motivo relacionado aos nossos resultados operacionais.

A venda de um número significativo de nossas Ações após a conclusão desta Oferta pode afetar de maneira adversa o seu preço.

Por ocasião da consumação da Oferta, teremos 87.800.000 ações em circulação. Nós, os membros de nosso Conselho de Administração e os Acionistas Vendedores, desde a data da publicação do Aviso ao Mercado e até o término do prazo de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, obrigaram-se, salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito do Coordenador Líder, a não oferecer para a venda, vender, contratar ou concordar em vender, empenhar, ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, quaisquer ações de nossa emissão, ou outros valores mobiliários passíveis de conversão, permuta ou exercício sob a forma de ações de nossa emissão, na forma prevista em "Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-Up*)". Adicionalmente, de acordo com as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado, nos 6 meses subseqüentes à data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, os Acionistas Vendedores, os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos Diretores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas ações e derivativos de que eram titulares imediatamente após a Data da Liquidação e a data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares. Após esse período inicial de 6 meses, os Acionistas Controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os nossos Diretores não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações e derivativos de que eram titulares imediatamente após a Data da Liquidação e a Data da Liquidação das Ações Suplementares. Após o transcurso do Período de *Lock-up*, todas as ações sujeitas a essas restrições de negociação poderão ficar disponíveis para venda no mercado.

Vendas ou a percepção da possibilidade de vendas de volume substancial de ações poderiam prejudicar o preço de mercado vigente das nossas Ações.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em nossas Ações.

É possível que tenhamos interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos nossos acionistas, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no nosso capital social.

Podemos não pagar dividendos aos acionistas titulares de nossas Ações.

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas 25% de nosso lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. Para mais informações, ver a seção "Dividendos e Política de Dividendos" deste Prospecto. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício social se nossos administradores manifestarem, e nossa Assembléia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de nossa situação financeira.

Nossos Acionistas Controladores poderão tomar determinadas decisões em relação aos nossos negócios que podem conflitar com os interesses dos potenciais investidores da Oferta.

Quando da consumação desta Oferta, os Acionistas Controladores serão titulares de 72,5% do nosso capital social votante, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares. Nossos Acionistas Controladores poderão tomar medidas que podem ser contrárias aos interesses dos potenciais investidores da Oferta, inclusive reorganizações societárias e condições de pagamento de dividendos. Os Acionistas Controladores manterão o nosso controle efetivo, elegendo a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração. A decisão dos nossos Acionistas Controladores quanto aos nossos rumos pode divergir da decisão esperada por nossos acionistas minoritários.

Nosso Estatuto Social contém disposições que podem desencorajar operações de aquisição, impedir ou postergar transações às quais os investidores sejam favoráveis.

Nosso Estatuto Social contém disposições para evitar a concentração das ações da Companhia em pequeno grupo de investidores, de sorte a promover a dispersão das ações. Uma dessas disposições exige que qualquer acionista (que não aqueles que já sejam acionistas da Companhia no dia da publicação do Anúncio de Início, e demais investidores que se tornem acionistas da Companhia em certas transações especificadas em seu Estatuto Social) que passe a deter 10% ou mais do capital social da Companhia (excluindo-se ações em tesouraria e aumentos de capital involuntários, conforme especificado no nosso Estatuto Social) realize oferta pública da totalidade das ações em circulação por preço estabelecido em conformidade com o Estatuto Social no prazo de 30 (trinta) dias contados da aquisição da aludida participação. Essas disposições podem resultar em desincentivo a que terceiros adquiram o controle da companhia em operações que assegurariam aos detentores de nossas ações o direito de vendê-las a tal terceiro (*tag along*).

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos com a parcela da Oferta correspondente à distribuição primária totalizam R$ 61.876.200,34, após deduzidos os descontos e comissões dos coordenadores e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas por nós.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos obtidos com a parcela da Oferta correspondente à distribuição primária no curso normal das atividades da Companhia, incluindo: (i) verticalização de etapas críticas do processo produtivo, (ii) investimento em sistemas de informação, (iii) financiamentos de clientes estratégicos e, (iv) financiamentos de fornecedores com alto potencial de crescimento. Estimamos destinar os recursos líquidos captados com a Oferta Primária na proporção indicada na tabela abaixo:

Destinação	**Percentual Estimado**	**Valor Estimado (R$)**
Verticalização de Etapas do Processo Produtivo (i)	45%	27.844.290,15
Investimentos em Sistemas de Informação (ii)	10%	6.187.620,03
Reforço do Capital de Giro (iii) e (iv)	45%	27.844.290,15
Total	**100%**	61.876.200,34

O valor total dos recursos obtidos com a parcela da Oferta correspondente à distribuição primária serão destinados à conta do capital social.

Os recursos obtidos com a parcela da Oferta correspondente à distribuição secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores, não havendo qualquer destinação desses recursos para os interesses da Companhia.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Brasileira na situação patrimonial da Companhia, ver seções “Capitalização” e “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras”.

Parte II – COMPANHIA 55
Capitalização 56
Diluição 57
Informações Financeiras Selecionadas 58
Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais 61
A Indústria de Computadores e de Tecnologia Educacional 111
Atividades 122
Administração 143
Principais Acionistas e Acionistas Vendedores 149
Operações com Partes Relacionadas 151
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos 153
Descrição do Capital Social 154
Dividendos e Política de Dividendos 167
Práticas Diferenciadas De Governança Corporativa 171

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o nosso caixa, bancos, aplicações financeiras, endividamento de curto e longo prazo e estrutura de capital em 30 de setembro de 2006 e ajustado para refletir o aumento de capital relativo à Oferta Primária. As informações descritas abaixo foram extraídas de nossas demonstrações financeiras relativas ao período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2006, não auditadas e sujeitas a revisão limitada da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os critérios de elaboração de demonstrações e informações, conforme indicado em "Apresentação das Informações Financeiras – Demonstrações" e informações financeiras". O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as seções "Apresentação das Informações Financeiras", "Resumo das Informações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas", "Discussão e análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" e nossas demonstrações financeiras, constantes deste Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2006	
	(valores em milhares de Reais)	
	Real	Ajustado
Caixa, bancos, aplicações financeiras de curto prazo:	8.058	69.934
Endividamento de curto prazo	20.094	20.094
Endividamento de longo prazo	-	-
Endividamento total	20.094	20.094
Capital Social	86.937	152.737
Reservas de Capital	116.850	116.850
Reserva Especial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Lucros Acumulados	(1.453)	(5.377)
Total do patrimônio líquido[(1)]	202.334	264.210
Total de capitalização[(2)]	**222.428**	**284.304**

(1) Para mais informações sobre o nosso patrimônio líquido, veja a nota explicativa 18 de nossas demonstrações financeiras para o período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2006.

(2) O total da capitalização representa o endividamento total (endividamento de curto prazo mais endividamento de longo prazo) mais o patrimônio líquido.

DILUIÇÃO

Em 30 de setembro de 2006, o valor do nosso patrimônio líquido, calculado a partir de demonstrações financeiras preparadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, era de R$ 202 milhões. O valor patrimonial líquido por ação que representa o valor contábil do patrimônio líquido dividido pelo número total das ações por nós emitidas, correspondia, em 30 de setembro de 2006, a R$ 2,38.

Considerando a emissão de 2.800.000 Ações, ofertadas pelo Preço por Ação de R$ 23,50, e após a dedução das comissões de colocação mas sem considerar as despesas da Oferta a serem pagas por nós, o valor do patrimônio líquido estimado em 30 de setembro de 2006 seria de, aproximadamente, R$ 264 milhões, representando aproximadamente R$ 3,01 por ação, resultando portanto em um aumento imediato do valor do patrimônio contábil por Ação correspondente a R$ 0,63 por Ação para os atuais acionistas, e representando uma diluição imediata do valor patrimonial contábil por Ação de R$ 20,49 para os novos investidores adquirentes de Ações no contexto da presente Oferta Pública. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta Pública.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação.

(em R$ mil, exceto %) **Ações Ordinárias**	
Preço por Ação	R$ 23,50
Valor patrimonial por ação em 30 de setembro de 2006	R$ 2,38
Valor patrimonial por ação após a Oferta	R$ 3,01
Aumento no valor patrimonial por ação	R$ 0,63
Diluição por ação para novos acionistas	R$ 20,49
Percentual de diluição para os novos investidores[(1)]	87,19%

[(1)] Calculado por meio de divisão entre a diluição por Ação para novos acionistas e o Preço por Ação.

O Preço por Ação não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding* realizado junto aos Investidores Institucionais.

No contexto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, nossos atuais acionistas sofrerão uma diluição acionária imediata, passando de, 100 % para, aproximadamente, 96,81 % de participação em nosso capital total.

A oferta das Ações integrantes da Oferta Secundária pelos Acionistas Vendedores não implica alteração do número de ações ordinárias de nossa Companhia, ou na alteração do valor de patrimônio líquido de nossa Companhia, uma vez que os recursos obtidos com a Oferta Secundária serão pagos exclusivamente aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre nosso patrimônio líquido, veja nota explicativa 18 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Temos um Plano de Opção de Ações aprovado em Assembléia Geral realizada em 03 de novembro de 2006. Este Plano de Opção de Ações é administrado por nosso Conselho de Administração, que pode, a seu exclusivo critério, outorgar opções de compra de ações a quaisquer de nossos administradores, empregados e prestadores de serviços. As opções de compra de ações a serem oferecidas nos termos deste Plano de Opção de Ações, representarão, o máximo de 2% do total de ações de nosso capital. Os termos e condições das opções serão definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações. Na data deste Prospecto, não há opções de compra outorgadas nos termos do Plano de Opção de Ações.

A emissão de novas ações mediante o exercício de opções de compra de ações nos termos do Plano de Opção de Ações resultarão em uma diluição adicional para os acionistas existentes.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As tabelas abaixo apresentam um sumário do balanço patrimonial e demonstrativo de resultado e outras informações para os períodos ali indicados. As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as seções "Resumo das Demonstrações Financeiras" e "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais".

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras auditadas para esses exercícios.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas e sujeitas a revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativas a esse período.

Nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foram auditadas pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2005 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Demonstrações de Resultado

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
			(valores em R$ mil)		
Receita Bruta de Vendas					
Venda de produtos	44.774	173.273	541.782	341.376	599.057
Revenda de mercadorias	53.004	69.322	163.388	89.013	232.633
Prestação de serviços	14.302	23.072	26.551	20.140	18.110
	112.080	**265.667**	**731.721**	**450.528**	**849.800**
Deduções Sobre Vendas					
Devoluções e descontos comerciais	(7.785)	(18.792)	(37.994)	(15.750)	(23.607)
Impostos e contribuições	(17.258)	(57.074)	(153.675)	(100.963)	(179.399)
	(25.043)	**(75.866)**	**(191.669)**	**(116.712)**	**(203.006)**
Receita Líquida de Vendas	**87.037**	**189.801**	**540.052**	**333.816**	**646.794**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(68.827)**	**(159.222)**	**(448.229)**	**(287.774)**	**(549.681)**
Lucro Bruto	**18.210**	**30.579**	**91.823**	**46.042**	**97.113**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(10.279)	(19.644)	(45.688)	(28.880)	(56752)
Gerais e administrativas	(19.950)	(22.408)	(23.214)	(14.187)	(20.824)
Remuneração dos administradores	(193)	(108)	(166)	(125)	(126)
Receitas financeiras	2.610	1.709	7.555	7.200	12.876
Despesas financeiras	(3.349)	(6.239)	(13.835)	(9.463)	(16.521)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.952	5.282	5.007	3.475	4.377
	(25.209)	**(41.408)**	**(70.341)**	**(41.980)**	**(76.970)**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**(6.999)**	**(10.829)**	**21.482**	**4.062**	**20.143**
Resultado Não Operacional	**32**	**34**	**86**	**87**	**3**
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes Dos Efeitos Tributários	**(6.967)**	**(10.795)**	**21.568**	**4.149**	**20.146**
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(177)	(792)	(6.079)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(119)	(2.006)	(2.249)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.771	3.339	(4.355)	4.111	3.502
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	**(3.196)**	**(7.456)**	**16.917**	**5.463**	**15.320**

Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2003	2004	2005	2005	2006
			(valores em R$ mil)		
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	1.322	5.247	5.248	2.000	8.058
Clientes	24.251	61.645	144.871	77.896	173.799
Estoques	12.770	31.423	59.225	51.744	78.512
Adiantamentos a fornecedores	114	137	3.204	16.970	7.487
Impostos a recuperar	5.096	14.211	19.458	4.866	38.298
Outros créditos	355	437	1.108	1.157	3.706
Total do circulante	**43.908**	**113.100**	**233.114**	**154.633**	**309.860**
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	110	-	11.186	1.059	-
Tributos diferidos	3.771	7.110	2.755	11.491	6.540
Outros créditos	231	251	275	-	-
Total do realizável a longo prazo	**4.112**	**7.361**	**14.216**	**12.549**	**6.540**
Permanente					
Investimentos	199	199	199	199	199
Imobilizado líquido	3.584	3.645	6.113	6.061	8.605
Diferido líquido	18.234	17.416	18.882	17.781	20.212
Total do permanente	**22.017**	**21.260**	**25.194**	**24.041**	**29.016**
Total do Ativo	**70.037**	**141.721**	**272.524**	**191.223**	**345.416**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.926	2.784	24.833	18.932	20.094
Fornecedores	12.143	37.619	72.314	25.969	72.551
Salários e Encargos a Pagar	710	752	3.465	4.389	8.335
Provisões	7.316	12.954	18.816	15.583	22.660
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	-	296	2.797	6.570
Impostos e Contribuições	578	6.269	4.185	3.987	3.847
Dividendos a Pagar	-	590	8	272	8
Adiantamento de clientes	54	21	1.049	55	-
Outras contas a pagar	27	459	449	246	1.836
Total do circulante	**22.754**	**61.448**	**125.415**	**72.229**	**135.901**
Exigível à Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	-	-	8.278	14.240	-
Partes relacionadas	3.126	27.172	-	4.035	-
Provisões para contingências	-	-	1.258	5	1.258
Outras provisões	3.717	3.178	3.578	2.486	2.949
Total do exigível à longo prazo	**6.843**	**30.350**	**13.114**	**20.766**	**4.207**
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.122	23.091	81.000	81.000	86.937
Reserva de capital	15.533	20.223	38.925	8.486	116.850
Lucros (prejuízos) acumulados	(15.994)	(5.264)	5.158	(170)	(1.453)
Total do patrimônio líquido	**19.661**	**38.050**	**125.083**	**89.316**	**202.334**
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.779	11.873	8.911	8.911	2.974
Total do Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	**40.440**	**49.923**	**133.995**	**98.227**	**205.308**
Total do Passivo	**70.037**	**141.721**	**272.524**	**191.223**	**345.416**

Conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
R$ mil	**2003**	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(3.196)**	**(7.456)**	**16.917**	**5.463**	**15.320**
(-) Depreciação e Amortização	(1.127)	(8.390)	(8.419)	(6.453)	(5.115)
(-) Resultado Financeiro	(739)	(4.530)	(6.280)	(2.263)	(3.645)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.771	3.339	(4.651)	1.314	(4.826)
EBITDA	**(5.101)**	**2.125**	**36.267**	**12.865**	**28.906**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [1]	8.094	23.521	74.036	48.217	82.546
EBITDA Ajustado	**2.993**	**25.646**	**110.303**	**61.082**	**111.452**

(1) Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

Outros dados financeiros

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
			(Valores em R$ mil)		
Receita Líquida de Vendas	87.037	189.801	540.052	333.816	646.794
Lucro Bruto	18.210	30.579	91.823	46.042	97.113
EBITDA[1]	(5.101)	2.125	36.267	12,865	28.906
EBITDA Ajustado[2]	2.993	25.646	110.303	61.082	111.453
Lucro Líquido	(3.196)	(7.456)	16.917	5.463	15.320
Margem Bruta[3]	20,9%	16,1%	17,0%	13,8%	15,0%
Margem EBITDA[4]	-5,9%	1,1%	6,7%	3,9%	4,5%
Margem EBITDA Ajustada[5]	3,4%	13,5%	20,4%	18,3%	17,2%
Margem Líquida[6]	-3,7%	-3,9%	3,1%	1,6%	2,4%

(1) A inclusão de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida de nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações. O EBITDA é igual ao lucro operacional antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial, acrescido de despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo os princípios contábeis brasileiros, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, despesas com juros, tributos, depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária ou dos níveis de depreciação e amortização. Conseqüentemente, acreditamos que o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O cálculo de EBITDA apresentado está em conformidade com o permitido pelas entidades reguladoras brasileiras, que estabelecem os princípios contábeis brasileiros.

(2) EBITDA Ajustado é formado pelo EBITDA, sendo ajustado pela exclusão de despesas com impostos indiretos que reduziram o nosso lucro bruto, mas que não representam desembolsos de caixa efetivos no pagamento dos tributos, pois compõem subvenções para investimento - adicionadas ao nosso Patrimônio Líquido, como fruto de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões do País. O cálculo do EBITDA Ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.

(3) Margem Bruta consiste do lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas.

(4) Margem EBITDA consiste no EBITDA dividido pela receita líquida de vendas.

(5) Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de vendas.

(6) Margem Líquida consiste do lucro líquido dividido pela receita líquidas de vendas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Essa seção contém discussões sobre estimativas futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais podem diferir significativamente daqueles discutidos nas afirmações sobre estimativas futuras como resultado de diversos fatores, incluindo, sem limitação, aqueles informados nas seções "Considerações sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro" e ''Fatores de Risco" e os assuntos informados de forma geral nesse Prospecto.

A discussão a seguir é baseada nas demonstrações e informações financeiras anexas a este Prospecto, devendo com elas ser lida em conjunto, e com as seções "Apresentação das Informações Financeiras", "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas" e com outras informações financeiras apresentadas neste Prospecto.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 foram extraídos das demonstrações financeiras auditadas para esses exercícios.

Os dados de balanço patrimonial e demonstrações do resultado relativos aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas e sujeitas a revisão especial da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativas a esse período.

Nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005 e para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram preparadas de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 foram auditadas pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

As demonstrações financeiras anexas a este Prospecto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria. As informações trimestrais anexas a este Prospecto relativas aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006 foram objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria nº 6 (NPA 06), emitida pelo IBRACON, em consonância com a Resolução nº 678/90 emitida pelo CFC.

As informações financeiras são apresentadas nesta seção em milhões de Reais.

Cenário Macro-Econômico Brasileiro

Desde a posse do atual Governo Federal, a economia brasileira tem apresentado maior grau de estabilidade e, de maneira geral, o Governo Federal vem dando continuidade à política macroeconômica do governo anterior, priorizando a responsabilidade fiscal.

O Real valorizou-se 18,2% em comparação ao Dólar, em 2003. A inflação anual em 2003, medida pelo IPCA, foi de 9,3%. A economia brasileira mostrou sinais de recuperação no último trimestre de 2003, tendo o PIB crescido, em termos reais, durante todo o ano de 2003, aproximadamente 0,5%. O Banco Central reduziu a taxa de juros sete vezes ao longo do ano de 2003.

Em 2004, a economia brasileira mostrou importantes melhorias em seus principais indicadores. O PIB cresceu 4,9% e a taxa média de desemprego caiu de 10,9% para 9,6% nas principais regiões metropolitanas do País, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. O Brasil registrou um superávit primário nas contas públicas (antes do pagamento de suas dívidas) de 4,61%, o que foi acima da meta de 4,25% do PIB estabelecida pelo Fundo Monetário Internacional como parte de seu acordo de empréstimo então em vigor com o Brasil naquele período. Durante 2004, o Brasil teve um superávit comercial de US$34 bilhões, seu mais alto superávit comercial até então. A inflação medida pelo IPCA foi de 7,6% em 2004.

Em 2004, o Real valorizou-se 8,1% em comparação ao Dólar. Entretanto, o aumento das atividades econômicas causou alguma preocupação com relação à inflação, o que resultou na manutenção da taxa de juros SELIC pelo Governo Federal em níveis elevados. Adicionalmente, a carga tributária aumentou de 35,1% para 35,7% do PIB brasileiro, de acordo com a estimativa da Associação Brasileira dos Secretários de Finanças das Capitais.

O ano de 2005 foi marcado pelo esforço do Banco Central em atingir a meta de inflação anual de 5,1%, o que resultou na manutenção da taxa de juros em níveis elevados. Porém, com o desaquecimento da economia, a partir de novembro, o Governo Federal começou a reduzir a taxa básica de juros de modo a incentivar a retomada do crescimento econômico. Em 31 de dezembro de 2005, a taxa básica de juros era de 18,0% ao ano.

Em 2005, o Real valorizou-se 11,8% em comparação ao Dólar. Apesar dessa valorização, o Brasil teve um superávit comercial de US$ 44,8 bilhões, seu mais alto superávit comercial de todos os tempos. O PIB cresceu em 2,4% e a taxa média de desemprego caiu de 11,6% de janeiro a novembro de 2004 para 10% no mesmo período de 2005 nas principais regiões metropolitanas do Brasil, de acordo com as estimativas de desemprego publicadas pelo IBGE. A inflação medida pelo IPCA foi de 5,7% em 2005.

Nos três primeiros trimestres de 2006, o Real se valorizou 6,97% em comparação com o Dólar e a taxa de inflação medida pelo IPCA foi de 2,0% no período.

A tabela a seguir fornece os dados do crescimento real do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio do Dólar nos períodos indicados.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de	
	2003	2004	2005	2005	2006
Crescimento real do PIB	0,5%	4,9%	2,4%	2,6%	ND
Inflação (IGP-M)[1]	8,7%	12,4%	1,2%	3,4%	2,2%
Inflação (IPCA)[2]	9,3%	7,6%	5,7%	0,2%	2,0%
CDI[3]	16,3%	17,5%	19,0%	4,0%	14,2%
Valorização do Real face ao Dólar	18,2%	8,1%	11,8%	16,3%	7,0%
Taxa de câmbio do fim do período — US$1.00[4]	R$ 2,8892	R$ 2,6544	R$ 2,3407	R$ 2,2222	R$ 2,1742
Taxa de câmbio média — US$1.00	R$ 3,0715	R$ 2,9257	R$ 2,4341	R$ 2,1938	R$ 2,1687

Fontes: IBGE, FGV/SP, Banco Central e Bloomberg.

(1) A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV/SP.

(2) A Inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

(3) A taxa CDI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticadas durante o dia no Brasil (acumulada para o mês do fim do período, atualizada).

(4) Média das taxas de câmbio do último dia de cada mês durante o período.

Efeitos da Inflação, Taxa de Juros e Taxa de Câmbio nos Resultados das Operações e Situação Financeira

Nossos resultados operacionais podem ser afetados pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial.

O impacto da variação dos índices de inflação nos nossos custos e despesas existe, por serem o IGP-M e o IPCA bases de reajuste de diversos serviços utilizados por nós, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios), que representaram aproximadamente 12,7% do total das nossas despesas operacionais apurados nos primeiros 9 meses de 2006, e outros gastos como viagens, comunicação e aluguel, que poderão sofrer aumentos de acordo com negociações norteadas por estes índices.

A variação das taxas de juros e/ou na inflação no País pode influenciar os nossos resultados na medida em que uma eventual oscilação nessas taxas possa gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir o ritmo da atividade econômica ou afetar, positiva ou negativamente, o volume de investimentos na economia. Adicionalmente, considerando que a inflação pode ocasionar aumento em nossos custos, podemos vir a ter dificuldade no repasse desse aumento para nossos clientes, com a possibilidade de compressão de margens.

O resultado de nossas operações e a nossa condição financeira são também afetados por oscilações na taxa de câmbio referenciada ao Dólar norte-americano. Nos 9 primeiros meses de 2006, aproximadamente 61,7% dos nossos custos com matérias-primas estavam diretamente atrelados a taxas de câmbio de moedas estrangeiras (além de atrelados a oscilações na oferta e na demanda). Além disso, 30,5% desse item eram provenientes da aquisição de matéria-prima nacional, indiretamente atrelada ao Dólar. Entre os custos atrelados à moeda norte-americana, destacam-se o custo de processadores, discos rígidos, componentes de placas-mãe e memórias para a produção de computadores. Em uma eventual desvalorização do Real, os nossos custos podem ser diretamente impactados. Nesse contexto, podemos não conseguir repassar esse aumento de custos aos nossos consumidores, acarretando em uma redução de margens. Por essa razão, oscilações na taxa de câmbio podem promover receitas ou despesas financeiras, promovendo impactos positivos ou negativos em nossos resultados. Em função desta exposição à variação cambial, desde 1999 adotamos uma política

de hedge que minimiza nossa exposição cambial através da contratação de instrumentos financeiros, através das quais trocamos nossas obrigações denominadas em dólares por obrigações denominadas em reais sobre as quais incidem juros à taxa CDI e à taxa Pré-fixada.

Destaque-se, por outro lado, que os financiamentos de longo prazo que contratamos são basicamente provenientes de linhas de crédito obtidas em bancos de desenvolvimento nacionais, com taxas de juros diferenciadas e significativamente inferiores às taxas de juros normalmente utilizadas no mercado financeiro brasileiro.

Impactos dos Incentivos Fiscais

A Positivo Informática se beneficia de dois tipos de incentivos fiscais: (i) incentivos incidentes sobre o valor de venda dos computadores; e (ii) incentivos incidentes sobre o valor de imposto de renda da companhia.

Incentivos Fiscais sobre o Valor de Venda dos Computadores

Incentivos Federais - Redução do IPI

Somos titulares de incentivo fiscal federal instituído pelas Leis 8.248/91 (Lei de Informática), 10.176/01 e 11.077/04, que, atualmente, permite uma redução de 95% no IPI incidente sobre a comercialização dos bens e serviços de informática e automação produzidos de acordo com o denominado "processo produtivo básico" - conjunto mínimo de operações necessárias para caracterizar a efetiva industrialização de determinado produto em território nacional.

Para usufruirmos do referido benefício, investimos anualmente uma parcela de nosso faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, cujo valor é calculado de acordo com a Lei nº 8.248/91. Para manutenção de tal benefício, é necessária a comprovação anual tanto do nível de nacionalização de nosso processo produtivo, quanto de nosso investimento em P&D, o que pode ser uma barreira para entrada de novos concorrentes. Atualmente o investimento em P&D representa aproximadamente 0,86% de nossa receita bruta e no ano de 2007 este investimento deve subir para aproximadamente 1,72% da receita bruta e assim se manter até o fim de 2015, quando deve diminuir para 1,5% da receita bruta e assim se manter até o fim de 2019. Em 30 de setembro de 2006, restavam R$1.619 mil a serem investidos em pesquisa e desenvolvimento, notadamente no desenvolvimento de produtos inovadores e lucrativos no Segmento de Tecnologia Educacional. Historicamente, temos conseguido cumprir integralmente todos requisitos exigidos para mantermos o incentivo fiscal de IPI. Ao final de cada exercício social, realizamos investimentos acima do mínimo necessário para mantermos o incentivo fiscal do IPI. Acreditamos que continuaremos a preencher todos os requisitos de investimentos em pesquisas e desenvolvimento no segmento de tecnologia educacional, incluindo as obrigações para os exercícios fiscais de 31 de dezembro de 2006, no qual seremos capazes de incluir quantias gastas até 31 de março de 2007.

Até 31 de dezembro de 2014, a redução será de 95%, o que reduz o IPI de 15% a 0,75%. De 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro do mesmo ano, a redução passará a ser de 90% , passando de 15% para 1,5%. A partir de 1º de janeiro de 2016, o percentual será reduzido para 70% do imposto devido, reduzindo o IPI de 15% para 4,5%, o qual será mantido até 31 de dezembro de 2019, quando o incentivo será extinto.

Contribuições Federais - Redução de PIS/PASEP e COFINS

PIS/PASEP e COFINS são contribuições sociais exigidas pelo Governo Federal sobre o valor de receitas auferidas que, na prática, funcionam como impostos federais sobre o valor de venda. Como parte do programa do Governo Federal denominado Computador para Todos, a Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005 reduziu a alíquota de PIS/COFINS de 9,25% para 0% para *desktops* com preço de venda até R$ 2.500,00 e *notebooks* até R$ 3.000,00. Esta redução somente é aplicável na venda para o usuário final e não nas operações de revenda. e tem vigência até 2.009.

Quando vendemos para redes de varejo, não somos beneficiados pela redução. Quem se beneficia pela redução é a loja que revende para o usuário final. A redução se aplica para nós quando vendemos diretamente a usuário final, sendo este pessoa física ou jurídica.

Entretanto, o resultado final é o mesmo: *desktops* com preço de venda até R$ 2.500,00 e *notebooks* até R$ 3.000,00 passaram a ter um preço final 9,25% menor. Esta redução foi decisiva no crescimento do mercado oficial desta faixa de computadores, pois o preço dos computadores legais se aproximou muito do mercado cinza. As estatísticas feitas pela IT-DATA mostram que a arrecadação dos impostos federais, ao contrário de diminuir, aumentou devido ao crescimento

do mercado formal e ao maior número de empregos gerados. Por este motivo, acreditamos que esta isenção poderá ser prorrogada além de 2009.

O valor pago de PIS e COFINS pela empresa é registrado na conta "Impostos e Contribuições" de nosso Demonstrativo de Resultados, a exemplo dos demais impostos incidentes sobre venda. Para valores pagos, ver tabela ao final desta seção.

Incentivos Estaduais - Crédito de ICMS

Somos titulares de incentivo fiscal de ICMS, nos termos do Decreto nº 5.375/02 do Estado do Paraná. Até novembro de 2006, éramos também titulares do incentivo previsto na Lei Estadual nº 13.214/2001, a qual foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Vide: "Atividades – Outras Informações e Contingências Relevantes" para maiores detalhes.

O Decreto 5.375/02 do Estado do Paraná, onde nossa fábrica está localizada, reduz o ICMS a pagar das alíquotas de 18% (vendas internas), 12% (vendas para os estados da região sul e sudeste, exceto Espírito Santo) e 7% (para as demais regiões do país), para 3%. Esta redução se dá por meio de um crédito presumido concedido pelo Estado do Paraná, calculado sobre a diferença entre a alíquota destacada na nota fiscal (18%, 12% ou 7%) e 3%. Esta redução é possível quando os computadores forem produzidos no Estado do Paraná e de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) definido pelo Governo Federal.

Da mesma forma que o benefício do IPI, esta redução exige como contrapartida que a empresa invista em pesquisa e desenvolvimento nas mesmas proporções exigidas no beneficio do IPI, mas com a diferença de que pelo menos 20% deste investimento seja aplicado dentro do Estado do Paraná.

Tanto para o benefício de redução de alíquota do ICMS como para o IPI, as legislações que as regulamentaram fazem menção à classificação fiscal específica de acordo com a tabela IPI-TIPI, que deve ser utilizada na emissão da nota fiscal. No período de 2001 a 2005, para o IPI, e a partir de junho de 2005, para o ICMS, a classificação fiscal por nós utilizada na emissão de notas fiscais sofreu alterações. Amparados na opinião de nossos assessores legais e em laudo técnico emitido pela TECPAR, entendemos que há bons argumentos jurídicos que justifiquem, para nossos produtos, o uso dos códigos utilizados nas notas fiscais, os quais não estavam em contradição com os previstos nas referidas legislações.

Apesar de efetivamente não pagarmos o valor da alíquota cheia de ICMS (18%, 12% ou 7%) por conta desse benefício, nós contabilizamos a despesa integral destacada na nota fiscal (18%, 12% ou 7%) na conta "Impostos e Contribuições". Nos é facultada esta forma de contabilização pelos motivos expostos a seguir.

Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)

O benefício de ICMS descrito no item acima gera um segundo benefício fiscal relevante. Por tratar-se de um subsídio concedido com o propósito de incentivar um investimento específico (em pesquisa e desenvolvimento no Estado do Paraná), a legislação do Imposto de Renda nos faculta a decisão de contabilizá-lo na conta "Reserva de Capital", diretamente em nosso Patrimônio Líquido, ao invés de contabilizar este crédito na conta "Impostos e Contribuições".

A legislação do Imposto de Renda classifica este incentivo como uma subvenção para investimento, um benefício do Estado à Companhia com objetivo específico de investir na ampliação da atividade econômica através do desenvolvimento de soluções de Tecnologia Educacional e Tecnologia de Hardware no Estado do Paraná, não devendo ser considerada como parte de nossa receita e não estando, assim, sujeita à tributação sobre renda. Nos 9 primeiros meses de 2006, este crédito contabilizado como subvenção para investimento foi de R$ 82,5 milhões. Ainda, segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Capital constituída apenas pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos por tratar-se de um benefício do Estado à nossa companhia para uma atividade específica.

O efeito desta contabilização é o de reduzir nosso o lucro antes de impostos no exato valor do crédito de ICMS recebido do Estado do Paraná, pois este incentivo não é contabilizado como crédito, não reduzindo o saldo da conta "Impostos e Contribuições", despesa relevante de nosso Demonstrativo de Resultados. Conseqüentemente, acabamos por reduzir a despesa com imposto de renda consideravelmente, uma vez que o nosso lucro é também reduzido.

Nos últimos 4 anos, devido ao forte crescimento de vendas e conseqüente demanda de caixa para ampliação de nossa atividade econômica, entendemos ter sido a melhor opção para a companhia a redução de lucro que a contabilização da "subvenção para investimento" proporcionou. Conforme demonstrado, este benefício acaba por aumentar a geração de caixa e capacidade de re-investimento na Companhia, dado que um lucro menor reduz também o montante do imposto de renda a pagar. No entanto, a Companhia não pretende acumular caixa além do nível necessário para que sua operação continue a gerar valor real ao acionista, produzindo retornos acima de seu custo de capital.

A seguir os impostos que compõe a conta "Impostos e Contribuições", parte das deduções sobre vendas do Demonstrativo de Resultados do Exercício (em milhares de R$):

	Exercício findo em 31 de dezembro de		Exercício findo em 30 de setembro de
R$ mil	**2004**	**2005**	**2006**
ICMS	(31.462)	(94.637)	(108.301)
IPI	(1.665)	(4.462)	(5.196)
ISS	(358)	(509)	(128)
PIS	(4.410)	(9.662)	(11.732)
COFINS	(19.178)	(44.406)	(54.042)
Total de "Impostos e Contribuições" no DRE	**(57.074)**	**(153.675)**	**(179.399)**
Crédito de ICMS contabilizado na conta "Reserva de Capital" do balanço Patrimonial	23.521	74.036	82.546
Total de "Impostos e Contribuições" transferindo-se crédito de "Reserva de Capital"	**(33.553)**	**(79.639)**	**(96.853)**

Políticas e Estimativas Contábeis Críticas

Na elaboração de nossas demonstrações financeiras, nos baseamos em estimativas e premissas derivadas de nossa experiência histórica e de vários outros fatores que entendemos ser razoáveis e relevantes. As "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas" são aquelas consideradas importantes na determinação da posição financeira e dos resultados das operações e cuja determinação é mais difícil, subjetiva e complexa, exigindo, freqüentemente, estimativas sobre questões futuras ou inerentemente incertas por parte da nossa Administração. A aplicação das "Políticas e Estimativas Contábeis Críticas" geralmente requer julgamento por parte da administração com relação aos efeitos dos assuntos que sejam relacionados ao valor dos ativos e passivos e dos resultados de nossas operações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá afetar a nossa situação patrimonial e financeira, bem como os resultados das operações por resultar em valores diferentes dos estimados. Segue abaixo discussão sobre o que a nossa administração considera como políticas contábeis críticas, incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade que essas estimativas estão sujeitas.

Provisão para garantias e assistência técnica

Esta provisão é constituída com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas. Em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida sobre o parque em garantia nas respectivas datas base.

Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda de nossos diferentes produtos e serviços, aplicado sobre o saldo de duplicatas a receber.

Provisões trabalhistas e encargos

As provisões trabalhistas incluem as férias, 13º salários dos empregados e os respectivos encargos. Seus cálculos consideram os períodos aquisitivos integrais e parciais devidos, aplicados individualmente. Incluem-se, também, nessas provisões os valores devidos aos empregados a título de participação nos lucros ou resultados, previstos em convenção coletiva.

Provisão para verba de propaganda cooperada (VPC)

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada, são calculados conforme contratos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelos clientes. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente. A verba de propaganda cooperada - VPC é repassada às grandes redes varejistas por meio de descontos ou bonificações e é direcionada aos anúncios de nossos computadores publicados nas peças publicitárias dessas redes.

Provisão para devedores duvidosos

Registramos a despesa com provisão para devedores duvidosos dentro das despesas com vendas no valor que consideramos suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Para monitorar a adequação da provisão para devedores duvidosos avaliamos constantemente o valor e as características de nossos créditos. Para registrar uma provisão levamos em consideração: (i) nosso histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) nosso entendimento de que os valores registrados poderão serem não recebidos em sua totalidade. Não registramos uma provisão para devedores duvidosos quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. Caso o valor de nossa provisão para devedores duvidosos seja diferente dos valores efetivamente recebidos, poderemos incorrer numa perda acima do montante provisionado.

Provisão para contingências

Uma contingência é reconhecida no balanço da Companhia quando ela possui uma obrigação legal sendo questionada ou como resultado de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja necessário para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas a nossos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento de nossa administração. Embora a administração entenda que a provisão para contingências atualmente registrada seja suficiente, a liquidação dessas obrigações legais poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Impostos diferidos

Reconhecemos o ativo e o passivo fiscais diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e os valores que servem de base para a tributação do ativo e passivo, usando as alíquotas previstas na legislação em vigor. Analisamos regularmente o ativo fiscal diferido e reduzimos o seu valor de realização, baseado nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para sua revisão, somos requeridos a fazer estimativas e premissas significativas relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, temos que estimar as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas, práticas da indústria, taxas de juros, alterações nas estratégias de nossos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos que oferecemos e requisitamos ao mercado.

Formação dos Resultados Operacionais – Critérios Contábeis

Receita Bruta de Vendas

Nossa receita bruta de vendas advém das transações de comercialização de computadores e de tecnologia educacional, e da prestação de serviços agregados, de assistência técnica e de treinamento e capacitação de professores para acesso aos portais, mensuradas pelo valor bruto formalizado em cada transação.

Deduções sobre vendas

As deduções sobre vendas referem-se aos impostos incidentes sobre as vendas, quais sejam, o PIS e a COFINS, que são contribuições sociais federais, e o ICMS, de âmbito estadual, além das devoluções e descontos comerciais concedidos.

Impostos e Contribuições

ICMS. O ICMS é um tributo estadual de valor agregado, incidente sobre operações relativas a circulação de mercadorias e prestação de serviço, a alíquotas que variam de acordo com o produto e o estado da federação no qual o produto é vendido. Podemos compensar o ICMS com quaisquer quantias pagas por nossos fornecedores a título de ICMS sobre matéria-prima e embalagem utilizadas em nossos produtos. Recebemos também incentivos do Estado do Paraná reduzindo a nossa alíquota devida de ICMS para 3% e 7% sobre os nossos principais produtos de *hardware*.

PIS/COFINS. O PIS e a COFINS são contribuições sociais federais incidentes sobre a receita operacional bruta. Podemos compensar suas obrigações tributárias de PIS e COFINS com o PIS e COFINS pagos por nossos fornecedores sobre a matéria-prima utilizada na fabricação dos produtos sob o regime da "não-cumulatividade". A alíquota combinada do PIS e da COFINS para os produtos sob o regime da "cumulatividade", é de 3,65%. A alíquota combinada do PIS e da COFINS para os produtos sob o regime da "não-cumulatividade", que correspondem a aproximadamente 97% de nossa receita, é de 9,25%. Ainda somos beneficiados por incentivo federal que nos isenta do recolhimento destas contribuições sobre a receita de venda de computadores *desktop* com preço de venda inferior a R$2.500,00 e laptops com preço de venda inferior a R$3.000,00, sempre que estas vendas forem efetuadas diretamente a usuários finais.

IPI. O IPI é um imposto federal incidente sobre produtos industrializados a alíquotas que variam de acordo com o produto. O IPI pago por nós incide sobre a receita operacional bruta que recebe pela venda dos produtos. A alíquota média de IPI paga por nós em 2005 foi de cerca de 0,75% sobre a receita bruta. Podemos compensar do IPI quaisquer quantias pagas por nossos fornecedores a título de IPI sobre a matéria-prima e a embalagem utilizadas em nossos produtos.

ISS. O ISS é um imposto municipal, incidente sobre a receita operacional bruta proveniente de serviços à alíquota de 5%. Recolhemos ISS sobre suas receitas operacionais brutas provenientes dos serviços prestados.

Devoluções

Representam casos em que, quando da entrega dos produtos vendidos, os clientes, em atenção a fatores peculiares de seus negócios, surgidos entre a compra da mercadoria e sua entrega, decidem substituir os produtos por outros ou mesmo reduzir a quantidade anteriormente requerida, o que acarreta a necessidade da devolução de vendas.

Descontos comerciais

Na nossa política comercial consta, quando aplicável e de acordo com as condições específicas de mercado a cada momento, a concessão de descontos comerciais para determinados segmentos e em função de determinados volumes, a depender de cada caso.

Receita Líquida de vendas

A receita líquida de vendas representa a receita bruta de vendas de produtos e serviços, deduzida dos impostos incidentes sobre o faturamento, dos descontos comerciais e das devoluções.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

Nosso custo dos produtos vendidos e serviços prestados vendidos inclui:

- Matérias-primas, como processadores, discos rígidos, componentes de placas-mãe e de memórias, *softwares*, gabinetes, monitores, etc.;
- Aquisição de direitos autorais e licenças de uso;
- Embalagens;
- Mão-de-obra direta e indireta de fabricação, treinamento e capacitação de clientes e serviços de terceiros;
- Gastos gerais de fabricação, como energia elétrica, gás natural, água, conservação, etc.;
- Depreciação dos ativos industriais e instalação do parque fabril.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da dedução dos custos dos produtos vendidos da receita líquida de vendas.

Despesas operacionais

Nossas despesas operacionais incluem:

Despesas com Vendas

Consistem principalmente das despesas: (i) de propaganda e marketing; (ii) com assistência técnica e garantias; (iii) de créditos duvidosos e perdas; (iv) com comissões devidas aos representantes e/ou distribuidores; (v) com fretes e demais custos da estrutura logística de distribuição; e (iv) com verba de propaganda cooperada.

Despesas Gerais e Administrativas

Consistem principalmente nas despesas: (i) com salários e encargos da nossa equipe não ligada à produção; (ii) com treinamento e desenvolvimento de pessoal; (iii) com aluguéis, locações e manutenção de máquinas, instalações e de nossos sistemas de gestão e controle; (iv) com serviços de terceiros; (v) com a incidência de tributos não recuperáveis ou não compensáveis, tais como o PIS/COFINS (exceto os incidentes sobre vendas), IPTU, e contribuições ao INSS sobre serviços prestados e imposto de renda na fonte; entre outros.

Despesas (Receitas) Financeiras Líquidas

Nossas receitas e despesas financeiras refletem principalmente: (i) os custos dos empréstimos de curto e longo prazos; (ii) os rendimentos de aplicações financeiras; (iii) ganhos ou perdas em operações de hedge; (iv) incidência de PIS e COFINS na receita financeira; e (v) encargos pagos à instituições financeiras.

Outras Despesas (Receitas) Operacionais

Outras despesas e receitas operacionais são compostas pela soma das despesas e receitas, geralmente não recorrentes, porém, resultantes das nossas atividades normais, como as eventuais constituições de provisões para contingências ou ganhos, perdas em ativos, receitas provenientes de sinistros e doações.

Resultado Não Operacional

Os resultados não operacionais são os resultados de todas as receitas e despesas não relacionadas à nossa operação no segmento de computadores e de tecnologia educacional.

Lucro (Prejuízo) líquido antes dos efeitos tributários

O lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários consiste no lucro bruto após as despesas operacionais somado ao resultado não operacional.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são classificados em corrente e diferido.

Corrente

O imposto de renda e contribuição social correntes são aqueles cobrados sobre o lucro antes da tributação, de acordo com os critérios de apuração e alíquotas definidas na legislação fiscal brasileira.

Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos consistem no ajuste realizado na provisão do imposto de renda e contribuição social para refletir diferenças temporárias no nosso resultado fiscal, a exemplo das originadas por ajustes realizados em contas de provisão, variações cambiais e diferimento de lucros com órgãos públicos.

Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período

Lucro (prejuízo) após tributação do imposto de renda e contribuição social.

EBITDA

EBITDA corresponde ao lucro antes de despesas (receitas) financeiras líquidas, do IRPJ e da CSLL e, da depreciação e amortização. O cálculo do EBITDA não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.

EBITDA Ajustado

Formado pelo EBITDA, sendo ajustado pela exclusão de despesas com impostos indiretos que reduziram o nosso lucro bruto, mas que não representam desembolsos de caixa efetivos no pagamento dos tributos, pois compõem subvenções para investimento - adicionadas ao nosso Patrimônio Líquido, como fruto de políticas públicas estaduais destinadas ao desenvolvimento econômico de determinadas regiões do País. O cálculo do EBITDA Ajustado não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA ou EBITDA Ajustado utilizada por outras companhias.

Demonstrações de Resultado

A tabela a seguir contém as nossas demonstrações de resultado para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os valores expressos como uma porcentagem da receita líquida de vendas de cada período e as variações ano a ano de 2003 a 2005.

Demonstrações de Resultado	**Exercício findo em 31 de dezembro de**							
	2003	**AV**	**2004**	**AV**	**2005**	**AV**	**2004/2003**	**2005/2004**
					(valores em R$ mil)			
Receita Bruta de Vendas								
Venda de produtos	44.774		173.273		541.782		287,0%	212,7%
Revenda de mercadorias	53.004		69.322		163.388		30,8%	135,7%
Prestação de serviços	14.302		23.072		26.551		61,3%	15,1%
	112.080		**265.667**		**731.721**		**137,0%**	**175,4%**
Deduções Sobre Vendas								
Devoluções e descontos comerciais	(7.785)		(18.792)		(37.994)		141,4%	102,2%
Impostos e contribuições	(17.258)		(57.074)		(153.675)		230,7%	169,3%
	(25.043)		**(75.866)**		**(191.669)**		**202,9%**	**152,6%**
Receita Líquida de Vendas	**87.037**		**189.801**		**540.052**		**118,1%**	**184,5%**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(68.827)**	**-79,1%**	**(159.222)**	**-83,9%**	**(448.229)**	**-83,0%**	**131,3%**	**181,5%**
Lucro Bruto	**18.210**	**20,9%**	**30.579**	**16,1%**	**91.823**	**17,0%**	**67,9%**	**200,3%**
(Despesas) Receitas Operacionais								
Com vendas	(10.279)	-11,8%	(19.644)	-10,3%	(45.688)	-8,5%	91,1%	132,6%
Gerais e administrativas	(19.950)	-22,9%	(22.408)	-11,8%	(23.214)	-4,3%	12,3%	3,6%
Remuneração dos administradores	(193)	-0,2%	(108)	-0,1%	(166)	0,0%	-44,0%	53,7%
Receitas financeiras	2.610	3,0%	1.709	0,9%	7.555	1,4%	-34,5%	342,1%
Despesas financeiras	(3.349)	-3,8%	(6.239)	-3,3%	(13.835)	-2,6%	86,3%	121,8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.952	6,8%	5.282	2,8%	5.007	0,9%	-11,3%	-5,2%

	(25.209)	**-29,0%**	**(41.408)**	**-21,8%**	**(70.341)**	**-13,0%**	**64,3%**	**69,9%**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**(6.999)**	**-8,0%**	**(10.829)**	**-5,7%**	**21.482**	**4,0%**	**54,7%**	**-298,4%**
Resultado Não Operacional	**32**	**-**	**34**	**-**	**86**	**0,0%**	**6,3%**	**152,9%**
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes Dos Efeitos Tributários	**(6.967)**	**-8,0%**	**(10.795)**	**-5,7%**	**21.568**	**4,0%**	**54,9%**	**-299,8%**
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(177)	0,0%	-	0,0%
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(119)	0,0%	-	0,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.771	4,3%	3.339	1,8%	(4.355)	-0,8%	-11,5%	-232,3%
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	**(3.196)**	**-3,7%**	**(7.456)**	**-3,9%**	**16.917**	**3,1%**	**133,3%**	**-325,5%**

Conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido

A tabela a seguir contém a conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido, cujas informações financeiras foram extraídas das nossas demonstrações Financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005.

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
R$ mil	**2003**	**2004**	**2005**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(3.196)**	**(7.456)**	**16.917**
(-) Depreciação e Amortização	(1.127)	(8.390)	(8.419)
(-) Resultado Financeiro	(739)	(4.530)	(6.280)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	3.771	3.339	(4.651)
EBITDA	**(5.101)**	**2.125**	**36.267**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [1]	8.094	23.521	74.036
EBITDA Ajustado	**2.993**	**25.646**	**110.303**

[1] Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

A tabela a seguir contém a nossa demonstração de resultado para os períodos de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, os valores expressos como uma porcentagem da receita líquida de vendas de cada período e as variações de um período a outro.

Demonstrações de Resultado

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				
	2005	**AV**	**2006**	**AV**	**2006/2005**
			(valores em R$ mil)		
Receita Bruta de Vendas					
Venda de produtos	341.376		599.057		75,5%
Revenda de mercadorias	89.013		232.633		161,3%
Prestação de serviços	20.140		18.110		-10,1%
	450.528		**849.800**		**88,6%**
Deduções Sobre Vendas					
Devoluções e descontos comerciais	(15.750)		(23.607)		49,9%
Impostos e contribuições	(100.963)		(179.399)		77,7%
	(116.712)		**(203.006)**		**73,9%**
Receita Líquida de Vendas	**333.816**		**646.794**		**93,8%**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	**(287.774)**	**-86,2%**	**(549.681)**	**-85,0%**	**91,0%**
Lucro Bruto	**46.042**	**13,8%**	**97.113**	**15,0%**	**111,0%**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Com vendas	(28.880)	-8,7%	(56752)	-8,8%	96,5%
Gerais e administrativas	(14.187)	-4,2%	(20.824)	-3,2%	46,8%
Remuneração dos administradores	(125)	0,0%	(126)	0,0%	0,8%
Receitas financeiras	7.200	2,2%	12.876	2,0%	78,8%
Despesas financeiras	(9.463)	-2,8%	(16.521)	-2,6%	74,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.475	1,0%	4.377	0,7%	26,0%
	(41.980)	**-12,6%**	**(76.970)**	**-11,9%**	**83,3%**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**4.062**	**1,2%**	**20.143**	**3,1%**	**395,9%**

Resultado Não Operacional	**87**	**0,0%**	**3**	**0,0%**	**-96,6%**
Lucro (Prejuízo) Líquido Antes Dos Efeitos Tributários	**4.149**	**1,2%**	**20.146**	**3,1%**	**385,6%**
Provisão para Imposto de Renda	(792)	-0,2%	(6.079)	-0,9%	668,5%
Provisão para Contribuição Social	(2.006)	-0,6%	(2.249)	-0,3%	12,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.111	1,2%	3.502	0,5%	-14,8%
Lucro (Prejuízo) do Exercício/Período	**5.463**	**1,6%**	**15.320**	**2,4%**	**180,4%**

Conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido

A tabela a seguir contém a conciliação do EBITDA Ajustado e do EBITDA com o Lucro Líquido, cujas informações financeiras foram extraídas das nossas demonstrações Financeiras para o período de 9 meses encerrado em 30 de setembro de 2005 e 2006.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
R$ mil	**2005**	**2006**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**5.463**	**15.320**
(-) Depreciação e Amortização	(6.453)	(5.115)
(-) Resultado Financeiro	(2.263)	(3.645)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	1.314	(4.826)
EBITDA	**12.865**	**28.906**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [(1)]	48.217	82.546
EBITDA Ajustado	**61.082**	**111.452**

(1) Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

Balanço Patrimonial e Outras Informações Financeiras

A tabela a seguir contém o nosso balanço patrimonial para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2003, 2004 e 2005, os valores expressos como uma porcentagem do total do ativo ou do total do passivo, conforme o caso, e as variações ano a ano de 2003 a 2005.

Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro de							
	2003	**AV**	**2004**	**AV**	**2005**	**AV**	**2004/2003**	**2005/2004**
				(valores em R$ mil)				
Ativo								
Circulante								
Disponibilidades	1.322	1,9%	5.247	3,7%	5.248	1,9%	296,9%	0,0%
Clientes	24.251	34,6%	61.645	43,5%	144.871	53,2%	154,2%	135,0%
Estoques	12.770	18,2%	31.423	22,2%	59.225	21,7%	146,1%	88,5%
Adiantamentos a fornecedores	114	0,2%	137	0,1%	3.204	1,2%	20,2%	2238,7%
Impostos a recuperar	5.096	7,3%	14.211	10,0%	19.458	7,1%	178,9%	36,9%
Outros créditos	355	0,5%	437	0,3%	1.108	0,4%	23,1%	153,5%
Total do circulante	**43.908**	**62,7%**	**113.100**	**79,8%**	**233.114**	**85,5%**	**157,6%**	**106,1%**
Realizável a Longo Prazo								
Partes relacionadas	110	0,2%	-	-	11.186	4,1%	-	-
Tributos diferidos	3.771	5,4%	7.110	5,0%	2.755	1,0%	88,5%	-61,3%
Outros créditos	231	0,3%	251	0,2%	275	0,1%	8,7%	9,6%
Total do realizável a longo prazo	**4.112**	**5,9%**	**7.361**	**5,2%**	**14.216**	**5,2%**	**79,0%**	**93,1%**
Permanente								
Investimentos	199	0,3%	199	0,1%	199	0,1%	-	0,0%
Imobilizado líquido	3.584	5,1%	3.645	2,6%	6.113	2,2%	1,7%	67,7%
Diferido líquido	18.234	26,0%	17.416	12,3%	18.882	6,9%	-4,5%	8,4%
Total do permanente	**22.017**	**31,4%**	**21.260**	**15,0%**	**25.194**	**9,2%**	**-3,4%**	**18,5%**
Total do Ativo	**70.037**	**100,0%**	**141.721**	**100,0%**	**272.524**	**100,0%**	**102,4%**	**92,3%**

Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	1.926	2,7%	2.784	2,0%	24.833	9,1%	44,5%	792,0%
Fornecedores	12.143	17,3%	37.619	26,5%	72.314	26,5%	209,8%	92,2%
Salários e Encargos a Pagar	710	1,0%	752	0,5%	3.465	1,3%	5,9%	360,8%
Provisões	7.316	10,4%	12.954	9,1%	18.816	6,9%	77,1%	45,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	-	-	-	296	0,1%	-	0,0%
Impostos e Contribuições	578	0,8%	6.269	4,4%	4.185	1,5%	984,6%	-33,2%
Dividendos a Pagar	-	-	590	0,4%	8	0,0%	-	-98,6%
Adiantamento de clientes	54	0,1%	21	-	1.049	0,4%	-61,1%	4895,2%
Outras contas a pagar	27	-	459	0,3%	449	0,2%	1600,0%	-2,2%
Total do circulante	**22.754**	**32,5%**	**61.448**	**43,4%**	**125.415**	**46,0%**	**170,1%**	**104,1%**
Exigível à Longo Prazo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	8.278	3,0%	-	0,0%
Partes relacionadas	3.126	4,5%	27.172	19,2%	-	0,0%	769,2%	-100,0%
Provisões para contingências	-	-	-	-	1.258	0,5%	-	0,0%
Outras provisões	3.717	5,3%	3.178	2,2%	3.578	1,3%	-14,5%	12,6%
Total do exigível à longo prazo	**6.843**	**9,8%**	**30.350**	**21,4%**	**13.114**	**4,8%**	**343,5%**	**-56,8%**
Patrimônio Líquido								
Capital social	20.122	28,7%	23.091	16,3%	81.000	29,7%	14,8%	250,8%
Reserva de capital	15.533	22,2%	20.223	14,3%	38.925	14,3%	30,2%	92,5%
Lucros (prejuízos) acumulados	(15.994)	-22,8%	(5.264)	-3,7%	5.158	1,9%	-67,1%	-198,0%
Total do patrimônio líquido	**19.661**	**28,1%**	**38.050**	**26,8%**	**125.083**	**45,9%**	**93,5%**	**228,7%**
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.779	29,7%	11.873	8,4%	8.911	3,3%	-42,9%	-24,9%
Total do Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	**40.440**	**57,7%**	**49.923**	**35,2%**	**133.995**	**49,2%**	**23,4%**	**168,4%**
Total do Passivo	**70.037**	**100,0%**	**141.721**	**100,0%**	**272.524**	**100,0%**	**102,4%**	**92,3%**

A tabela a seguir contém o balanço patrimonial para os períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, os valores expressos como uma porcentagem do total do ativo ou do total do passivo, conforme o caso, e as variações de 30 de setembro de 2005 para 30 de setembro de 2006.

Balanço Patrimonial	**Em 30 de setembro de** *(valores em R$ mil)*				
	2005	**AV**	**2006**	**AV**	**2006/2005**
Ativo					
Circulante					
Disponibilidades	2.000	1,0%	8.058	2,3%	302,9%
Clientes	77.896	40,7%	173.799	50,3%	123,1%
Estoques	51.744	27,1%	78.512	22,7%	51,7%
Adiantamentos a fornecedores	16.970	8,9%	7.487	11,1%	125,7%
Impostos a recuperar	4.866	2,5%	38.298	2,1%	47,8%
Outros créditos	1.157	0,6%	3.706	1,2%	245,7%
Total do circulante	**154.633**	**80,9%**	**309.860**	**89,7%**	**100,4%**
Realizável a Longo Prazo					
Partes relacionadas	1.059	0,6%	-	0,0%	-100,0%
Tributos diferidos	11.491	6,0%	6.540	1,9%	-43,1%
Outros créditos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do realizável a longo prazo	**12.549**	**6,6%**	**6.540**	**1,9%**	**-47,9%**
Permanente					
Investimentos	199	0,1%	199	0,1%	0,0%
Imobilizado líquido	6.061	3,2%	8.605	2,5%	42,0%
Diferido líquido	17.781	9,3%	20.212	5,9%	13,7%
Total do permanente	**24.041**	**12,6%**	**29.016**	**8,4%**	**20,7%**
Total do Ativo	**191.223**	**100,0%**	**345.416**	**100,0%**	**80,6%**

Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	18.932	9,9%	20.094	5,8%	6,1%
Fornecedores	25.969	13,6%	72.551	21,0%	179,4%
Salários e Encargos a Pagar	4.389	2,3%	8.335	2,4%	89,9%
Provisões	15.583	8,1%	22.660	6,6%	45,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.797	1,5%	6.570	1,9%	134,9%
Impostos e Contribuições	3.987	2,1%	3.847	1,1%	-3,5%
Dividendos a Pagar	272	0,1%	8	0,0%	-97,1%
Adiantamento de clientes	55	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Outras contas a pagar	246	0,1%	1.836	0,5%	647,4%
Total do circulante	**72.229**	**37,8%**	**135.901**	**39,3%**	**88,2%**
Exigível à Longo Prazo					
Empréstimos e financiamentos	14.240	7,4%	-	0,0%	-100,0%
Partes relacionadas	4.035	2,1%	-	0,0%	-100,0%
Provisões para contingências	5	0,0%	1.258	0,4%	24859,8%
Outras provisões	2.486	1,3%	2.949	0,9%	18,6%
Total do exigível à longo prazo	**20.766**	**10,9%**	**4.207**	**1,2%**	**-79,7%**
Patrimônio Líquido					
Capital social	81.000	42,4%	86.937	25,2%	7,3%
Reserva de capital	8.486	4,4%	116.850	33,8%	1276,9%
Lucros (prejuízos) acumulados	(170)	-0,1%	(1.453)	-0,4%	753,5%
Total do patrimônio líquido	**89.316**	**46,7%**	**202.334**	**58,6%**	**126,5%**
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.911	4,7%	2.974	0,9%	-66,6%
Total do Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	**98.227**	**51,4%**	**205.308**	**59,4%**	**109,0%**
Total do Passivo	**191.223**	**100,0%**	**345.416**	**100,0%**	**80,6%**

PERÍODO DE 9 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 COMPARADO COM O PERÍODO DE 9 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2005.

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas totalizou R$ 849,8 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando aumento de 88,6% em relação à receita bruta de vendas de R$ 450,5 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. Este aumento deve-se ao acréscimo de 128,1% no volume de PCs vendidos, que totalizaram 532,7 mil nos primeiros 9 meses de 2006 e 233,5 mil nos primeiros 9 meses de 2005, em função do aumento da demanda principalmente pelos seguintes fatores: (i) medidas de desoneração fiscal (implementação da MP do Bem); (ii) combate à pirataria; e (iii) aumento da disponibilização do crédito por parte do governo, visando impulsionar a inclusão digital. Nesse mesmo período, houve uma diminuição em 14,5% dos preços médios de PCs, que foi de R$ 1.533,43 nos primeiros 9 meses de 2006 e R$ 1.794,22 nos primeiros 9 meses de 2005, em função, principalmente, do aumento das vendas ao mercado de varejo, cujos preços são menores que os praticados nas vendas para o mercado de licitações públicas. Essa redução também deveu-se à valorização do Real em 2,1% frente ao Dólar entre esses períodos e à venda de modelos mais acessíveis ao consumidor.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita bruta de vendas proveniente dos Segmentos de Hardware e Tecnologia Educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	**9M05**	**% Rec. Bruta**	**9M06**	**% Rec. Bruta**	**Variação**
Hardware	426,6	94,7%	817,5	96,2%	91,6%
Tecnologia Educacional	23,9	5,3%	32,3	3,8%	34,9%
Total	**450,5**	**100%**	**849,8**	**100%**	**88,6%**

Receita Bruta de Vendas no Segmento de Hardware

A tabela a seguir apresenta a receita bruta de vendas proveniente do setor de *hardware*, assim como a abertura por tipo de produto.

R$ milhões	9M05	9M06	Variação
Desktops	409,8	758,7	85,1%
Notebooks	9,2	58,2	532,1%
Serviços	7,6	0,6	-91,9%
Total	**426,6**	**817,5**	**91,6%**

A receita bruta proveniente do Segmento de Hardware totalizou R$ 817,5 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 (96,2% da receita bruta de vendas), representando um aumento de 91,6% em relação aos primeiros 9 meses de 2005, quando foi de R$ 426,6 milhões (94,7% da receita bruta de vendas). Esse aumento resultou principalmente do crescimento em 299,2 mil unidades vendidas, partindo de 233,5 mil unidades nos primeiros 9 meses de 2005 para 532,7 mil unidades nos primeiros 9 meses de 2006. O aumento de volume deveu-se principalmente às vendas de *desktops*, que totalizaram 510,7 mil unidades ou 95,9% dos PCs vendidos nos primeiros 9 meses de 2006, resultado de nossa estratégia de ampliar a posição de liderança no varejo e aproveitar o potencial de crescimento deste segmento, responsável por 84,9% das nossas vendas nos primeiros 9 meses de 2006. Neste mesmo período, obtivemos um crescimento de 783,0% de nossas vendas de *notebooks* em função, principalmente, do lançamento de uma nova linha a qual teve boa aceitação entre o público de varejo, o que contribuiu para o crescimento da receita bruta de vendas no Segmento de Hardware. Também contribuiu para crescimento, o aumento de 783,0% de nossas vendas de *notebooks*. O Segmento de Hardware foi beneficiado por políticas do governo para aumento da inclusão digital no País, como a redução das alíquotas de PIS e COFINS e aumento do crédito disponível. As vendas para licitações públicas totalizaram 70,5 mil unidades vendidas, nos primeiros nove meses de 2006, volume 78,1% superior ao alcançado nos primeiros 9 meses de 2005 neste segmento.

Receita Bruta de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita bruta de vendas do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 32,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 (3,8% da receita bruta de vendas), representando aumento de 34,9% em relação aos primeiros 9 meses de 2005, quando foi R$ 23,9 milhões (5,3% da receita bruta de vendas). Essa variação deveu-se principalmente ao aumento de 244,5% nos serviços prestados, que totalizaram R$ 4,6 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 frente a R$ 1,3 milhão nos primeiros 9 meses de 2005, e de 24,6% nas vendas de mesas educacionais que totalizaram R$ 10,8 milhões no mesmo período, frente a R$ 8,6 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. As mesas e os portais educacionais representaram, 33,4% e 40,1% da receita bruta do segmento de tecnologia educacional, respectivamente, respondendo por 73,5% da receita bruta de vendas deste segmento. Os outros 26,5% são provenientes das vendas de *softwares* educacionais às escolas públicas e ao varejo e de serviços de treinamento e capacitação de professores.

Deduções sobre Vendas

As deduções sobre vendas, compostas pelos impostos sobre as vendas, descontos comerciais concedidos e devoluções, foram de R$ 203,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, frente a R$ 116,7 milhões nos primeiros 9 meses de 2005, apresentando um aumento de 73,9%, refletindo basicamente o aumento das vendas descrito acima. Essas deduções corresponderam a 23,9% e 25,9% da receita bruta de vendas nos primeiros 9 meses de 2006 e 2005, respectivamente.

Receita Líquida de Vendas

A Receita Líquida de Vendas totalizou R$ 646,8 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, um acréscimo de 93,8% em relação à receita líquida de vendas de R$ 333,8 milhões nos primeiros 9 meses de 2005, pelos mesmos motivos descritos para a variação de nossa receita bruta de vendas acima. A receita líquida de vendas correspondeu a 76,1% e 74,1% da receita bruta de vendas nos primeiros 9 meses de 2006 e 2005, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita líquida de vendas proveniente dos Segmentos de Hardware e tecnologia educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	9M05	9M06	Variação
Hardware	311,9	619,4	98,6%
Tecnologia Educacional	22,0	27,4	24,8%
Total	**333,8**	**646,8**	**93,8%**

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Hardware

A tabela a seguir apresenta a receita líquida de vendas proveniente do setor de *hardware*, assim como a abertura por tipo de produto.

R$ milhões	9M05	9M06	Variação
Desktops	300,0	573,9	91,3%
Notebooks	6,7	45,0	570,5%
Serviços	5,1	0,5	-91,1%
Total	**311,9**	**619,4**	**98,6%**

O Segmento de Hardware apresentou receita líquida de vendas de R$ 619,4 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 (95,8% da receita líquida de vendas), acréscimo de 98,6% se comparado à receita líquida de vendas de R$ 311,9 milhões nos primeiros 9 meses de 2005 (93,4% da receita líquida de vendas). Esse aumento ocorreu pelos mesmos motivos mencionados para a variação de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 27,4 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 (4,2% da receita líquida de vendas), apresentando aumento de 24,8% em relação à receita líquida de vendas de R$ 22,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2005 (6,6% da receita líquida de vendas). Essa variação deveu-se, principalmente, ao aumento proveniente das vendas de serviços, conforme explicado anteriormente. A receita líquida proveniente da venda de mesas educacionais não apresenta o mesmo crescimento notado na receita bruta devido ao aumento pontual nas deduções sobre vendas, de aproximadamente R$ 2,7 milhões.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados atingiu R$ 549,7 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, apresentando um aumento de 91,0% em relação aos R$ 287,8 milhões contabilizados nos primeiros 9 meses de 2005. Em termos de percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados permaneceu praticamente estável nos primeiros 9 meses de 2006, sendo 85,0% da receita líquida de vendas, frente a 86,2% nos primeiros 9 meses de 2005.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso custo de produtos vendidos e serviços prestados para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de R$)	9M05	% do CPV	9M06	% do CPV	Variação
Matéria Prima e Insumos	(267,4)	92,9%	(521,7)	94,9%	95,1%
Mão-de-Obra	(10,5)	3,6%	(18,1)	3,3%	73,0%
Serviços de Terceiros	(5,9)	2,0%	(3,2)	0,6%	-45,0%
Depreciação/ Amortização	(0,0)	0,0%	(0,1)	0,0%	375,6%
Outros	(4,0)	1,4%	(6,6)	1,2%	64,4%
Total	**(287,8)**	**100%**	**(549,7)**	**100%**	**91,0%**

O aumento dos custos dos produtos vendidos deve-se, principalmente, ao elevado crescimento das nossas atividades e, secundariamente, aos efeitos da inflação medida no período no custo das matérias-primas e serviços, fatores esses parcialmente compensados por avanços nas negociações com fornecedores, pelo ganho em escala e pela valorização do Real frente ao Dólar.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R$ 97,1 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, acréscimo de 110,9% em relação ao lucro bruto de R$ 46,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. A margem sobre receita líquida passou de 13,8% nos primeiros 9 meses de 2005 para 15,0% nos primeiros 9 meses de 2006.

Receitas (Despesas) Operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 77,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando aumento de 83,4% com relação a R$ 42,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. Nos primeiros 9 meses de 2006 e 2005, as despesas operacionais representaram 11,9% e 12,6% da receita líquida respectivamente, permanecendo praticamente estável.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa operacional, assim como sua variação percentual no período:

Receitas (Despesas) Operacionais (em milhões de R$)	**9M05**	**9M06**	**Variação**
Despesas com Vendas	(28,9)	(56,8)	96,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(14,3)	(21,0)	46,4%
Resultado Financeiro	(2,3)	(3,6)	61,1%
Outros	3,5	4,4	25,9%
Total	**(42,0)**	**(77,0)**	**83,4%**

Despesas com Vendas

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa com vendas, assim como a variação entre os primeiros 9 meses de 2006 e 2005:

R$ milhões	**9M05**	**9M06**	**Variação**
Marketing	(3,8)	(8,3)	119,5%
Assistência Técnica e Garantia	(5,5)	(11,2)	104,1%
Créditos Duvidosos e Perdas	(0,2)	(0,9)	254,6%
Fretes e Comissões	(14,8)	(26,4)	77,7%
VPC	(4,5)	(10,0)	121,1%
Total	**(28,9)**	**(56,8)**	**96,5%**

As Despesas com Vendas totalizaram R$ 56,8 milhões, nos primeiros nove meses de 2006, representando um aumento de 96,5% se comparado a aos primeiros 9 meses de 2005. Em termos de percentual da receita líquida, as despesas com vendas atingiram 4,5% nos primeiros 9 meses de 2005, comparado a 8,8% nos primeiros 9 meses de 2006. O aumento de 96,5% das despesas com vendas em termos absolutos deveu-se, principalmente: (i) ao aumento de 119,5% nas despesas com marketing, em função principalmente de anúncios e propagandas direcionadas, principalmente, ao segmento de varejo, que totalizaram R$ 8,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2006; (ii) ao crescimento de 77,7% nas despesas com fretes e comissões sobre vendas, que passaram de R$ 14,8 milhões nos primeiros 9 meses de 2005 para R$ 26,4 milhões nos primeiros 9 meses de 2006; e (iii) aos valores referentes à VPC – Verba de Propaganda Cooperada, que são repassados às grandes redes varejistas por meio de descontos e bonificações, que totalizaram R$ 10,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando aumento de 121,1% se comparado aos primeiros 9 meses de 2005.

Essas variações são resultados diretos do aumento de nossas vendas, conforme descrito anteriormente.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 46,4%, passando de R$ 14,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2005 para R$ 21,0 milhões nos primeiros 9 meses de 2006. Em termos de percentuais da receita líquida, nossas despesas gerais e administrativas passaram de 2,3% nos primeiros 9 meses de 2005 para 3,4% nos primeiros 9 meses de 2006: o aumento foi inferior ao o aumento das vendas no período, cuja receita líquida aumentou 93,8% entre os primeiros 9 meses de 2006 e de 2005.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas despesas gerais e administrativas.

R$ milhões	9M05	9M06	Variação
Pessoal	(3,9)	(9,8)	149,4%
Serviços Profissionais e Contratados	(1,0)	(1,5)	49,3%
Depreciação e Amortização	(6,4)	(5,0)	-22,0%
Gerais	(2,9)	(4,6)	57,6%
Total	**(14,3)**	**(21,0)**	**46,4%**

Nos primeiros nove meses de 2006 vendemos 128,1% mais computadores do que nos primeiros nove meses de 2005. O aumento de 149,4% na conta de pessoal reflete basicamente o aumento de pessoal em função de contratações para ampliação da produção, ampliação do quadro em funções administrativas e de vendas.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida totalizou R$ 3,6 milhões, nos primeiros 9 meses de 2006, representando um aumento de 61,1% no resultado financeiro líquido, frente a uma despesa financeira de R$ 2,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. Tal variação deveu-se principalmente ao aumento das despesas financeiras, influenciadas pelos juros provenientes de capital de giro e do empréstimo junto ao BNDES, através do qual captamos em abril de 2005, R$ 30,0 milhões, indexados à TJLP + 3,5% a.a. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento em 71,9% nas receitas financeiras, devido basicamente às variações cambiais ativas relacionadas a ganhos na taxa de conversão do Dólar em contratos com fornecedores.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nosso resultado financeiro.

R$ milhões	9M05	9M06	Variação
Receitas Financeiras	6,0	10,2	71,9%
Despesas Financeiras	(5,8)	(14,5)	147,6%
Efeitos líquidos de *hedge*	(2,4)	0,6	124,7%
Total	**(2,3)**	**(3,6)**	**61,1%**

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

O item "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" totalizou receita operacional de R$ 4,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, apresentando aumento de 26,0% se comparado à receita operacional de R$ 3,5 milhões obtida nos primeiros 9 meses de 2005, decorrente, principalmente dos direitos autorais dos CD Roms vendidos para a Posigraf, que são comercializados junto com os seus materiais didáticos.

Lucro Líquido antes dos Efeitos Tributários

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o lucro antes dos impostos totalizou R$ 20,1 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando aumento de 395,9% , se comparado a R$ 4,1 milhões obtido nos primeiros 9 meses de 2005.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social no período totalizaram R$ 4,8 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, aumento de 467,0% se comparado ao crédito de imposto de R$ 1,3 milhão obtido nos primeiros 9 meses de 2005, adicionalmente, a legislação fiscal brasileira nos faculta diferir o recolhimento do IRPJ e CSSL devido sobre o lucro auferido na venda aos órgãos públicos até que se verifique o efetivo pagamento destas vendas.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido passou de R$ 5,5 milhão nos primeiros 9 meses de 2005 (1,6% da receita líquida de vendas) para um lucro líquido de R$ 15,3 milhões nos primeiros 9 meses de 2006 (2,4% da receita líquida de vendas), representando aumento de 180,4%, proporcionado principalmente pela combinação do aumento no volume das vendas e ganho de escala obtido em nossas operações.

EBITDA

Nosso EBITDA atingiu R$ 28,9 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando aumento de 124,7% em comparação ao EBITDA de R$ 12,9 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. A margem EBITDA sobre receita líquida foi de 4,5% e de 2,0% nos primeiros 9 meses de 2006 e de 2005, respectivamente.

EBITDA Ajustado

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R$ 111,5 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, representando um crescimento de 82,5% em relação ao EBITDA Ajustado de R$ 61,1 milhões nos primeiros 9 meses de 2005. A margem EBITDA ajustada foi de 17,2% e de 18,3% nos primeiros 9 meses de 2006 e 2005, respectivamente.

A tabela abaixo mostra a conciliação do EBITDA Ajustado para o lucro líquido nos períodos indicados.

(em milhões de R$)	9M05	9M06	Variação
Lucro (Prejuízo) Líquido	**5,5**	**15,3**	**180,4%**
(-) Depreciação e Amortização	(6,5)	(5,1)	-20,7%
(-) Resultado Financeiro	(2,3)	(3,6)	61,1%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	1,3	(4,8)	(467,0%)
EBITDA	**12,9**	**28,9**	**124,7%**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [1]	48,2	82,5	71,2%
EBITDA Ajustado	**61,1**	**111,5**	**82,5%**

[1] Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E 30 DE SETEMBRO DE 2005

Ativo

Em 30 de setembro de 2006, o ativo totalizou R$ 345,4 milhões, representando aumento 80,6% comparado a R$ 191,2 milhões em 30 de setembro de 2005. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 30 de setembro de 2006, o ativo circulante era de R$ 309,9 milhões, representando aumento de 100,4% se comparado a R$ 154,6 milhões em 30 de setembro de 2005. Em 30 de setembro de 2006, o ativo circulante representava 89,7% do ativo total enquanto, em 30 de setembro de 2005, representava 80,9% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 8,8 pontos percentuais no período. Essa variação é conseqüência direta do aumento de 128,1% nas vendas de computadores e *notebooks* do período, impulsionado por aquelas direcionadas ao mercado de varejo.

Disponibilidades

As disponibilidades em 30 de setembro de 2006 totalizaram R$ 8,1 milhões, valor 302,9% superior a 30 de setembro de 2005, quando somavam R$ 2,0 milhões, representando, respectivamente, 2,3% e 1,0% do ativo total.

Clientes

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento é como segue:

R$ mil	30/09/06	30/09/05
A vencer	163.331	78.366
Vencidos há 30 dias	2.847	170
Vencidos de 31 a 60 dias	2.843	27
Vencidos de 61 a 90 dias	1.876	14
Vencidos de 91 a 180 dias	3.213	90
Vencidos há mais de 180 dias	1.203	191
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.514)	(962)
Total contas a receber	**173.799**	**77.896**

A companhia avalia a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa através da análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas efetivas dos créditos em atraso.

O saldo das contas a receber de clientes totalizou R$ 173,8 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 123,1% se comparado a R$ 77,9 milhões em 30 de setembro de 2005, representando, respectivamente, 50,3% e 40,7% do ativo total. Esse aumento foi em decorrência do crescimento da necessidade de financiamento das vendas para clientes, principalmente em razão àquelas de nossas vendas ao mercado de varejo.

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$ 78,5 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 51,7% se comparado ao saldo de R$ 51,7 milhões em 30 de setembro de 2005. Essa variação deveu-se basicamente ao aumento de 13,6% no estoque de matérias-primas, de 91,6% no estoque de mercadorias para revenda, e de Materiais em Trânsito que teve saldo zero em 2005 e saldo de R$ 13,6 milhões em 2006, com o objetivo de suportar a demanda crescente observada no período.

R$ mil	**30/09/06**	**30/09/05**	**Variação**
Matéria-prima	41.328	36.371	13,6%
Mercadorias para revenda	14.924	7.789	91,6%
Produtos acabados	5.294	4.465	18,6%
Produtos em elaboração	462	1.571	-70,6%
Licenças de uso	2.513	1.431	75,6%
Materiais em Trânsito	13.600	0	-
Outros estoques	391	117	234,2%
Total de estoques	**78.512**	**51.744**	**51,7%**

Em 30 de setembro de 2006, o saldo de estoques representava 22,7% do ativo total e, em 30 de setembro de 2005, 27,1%, tendo apresentado uma redução de 4,4 pontos percentuais no período.

Adiantamento a Fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores, composto por impostos sobre importação, fretes internacional e rodoviário, custos com despachante aduaneiro e com armazenagem de mercadoria, totalizou R$ 7,5 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 53,0% se comparado ao saldo de R$ 4,9 milhões em 30 de setembro de 2005. Tal crescimento é justificado pela necessidade de aquisição de maior volume de matérias-primas para suprir o aumento da demanda do mercado de computadores. Em termos de percentuais do ativo total, o saldo de adiantamentos a fornecedores representou 2,1% em 30 de setembro de 2006 e 2,5% em 30 de setembro de 2005.

Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$ 38,3 milhões em 30 de setembro de 2006 e R$ 17,0 milhões em 30 de setembro de 2005, representando um aumento de 125,7%. Esse aumento refere-se, principalmente, ao acúmulo de créditos de ICMS e IPI. Em 30 de setembro de 2006, os impostos a recuperar representavam 11,1% do ativo total e, em 30 de setembro de 2005, representavam 8,9% do ativo total, tendo apresentado uma elevação de 2,2 pontos percentuais no período.

Outros Créditos

O saldo de outros créditos totalizou R$ 3,7 milhões em 30 de setembro de 2006, aumento de 220,3% se comparado a R$ 1,2 milhão em 30 de setembro de 2005. Esse aumento é explicado, basicamente, pelos direitos autorais referentes a disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na internet denominado "Portal Positivo" aos clientes indicados pela Gráfica e Editora Positivo S.A., bem como com o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais. Tal conta representa, em 30 de setembro de 2006, 51,7% da conta Outros Créditos. Em 30 de setembro de 2006, o saldo de outros créditos representava 1,2% do ativo total e, em 30 de setembro de 2005, representava 0,6% do ativo total.

Realizável a Longo Prazo

Em 30 de setembro de 2006, o ativo realizável a longo prazo era de R$ 6,5 milhões, representando redução de 47,9% se comparado a 30 de setembro de 2005, quando o mesmo era de R$ 12,5 milhões, variação esta, explicada pelas razões abaixo. Em termos de percentuais do ativo total, em 30 de setembro de 2006 o realizável a longo prazo representou 1,9% e em 30 de setembro de 2005, 6,6%.

Partes Relacionadas

Não houve saldo de ativo em transações com partes relacionadas em 30 de setembro de 2006. Em 30 de setembro de 2005 a conta totalizou 1,1 milhão, representando 0,6% do ativo total. Historicamente, a companhia foi financiada pelas outras empresas do grupo. A partir de 2005, com o forte crescimento nas vendas de computadores, impulsionado pelo início das vendas no mercado de varejo, a companhia passou a ser credora de suas partes relacionadas, situação esta que foi finalizada em 30 de junho de 2006, com o fim do contrato de mútuo.

R$ mil	**30/09/06**	**30/09/05**
Realizável a longo prazo		
Mútuos:		0
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	-	0
Positivo Indústria e Eletrônica Ltda.	-	1.059
Total Partes Relacionadas	-	**1.059**

Durante os períodos reportados as operações de mútuo entre partes relacionadas eram decorrentes de política de gestão de caixa único entre as empresas do Grupo Positivo, buscando o uso racional dos recursos disponíveis gerados por essas empresas. Os recursos eram transferidos de uma empresa para outra de acordo com a necessidade de caixa de cada parte relacionada. Tais operações eram suportadas por contratos ajustados diariamente pela taxa do CDI, compatível com as pactuadas pela companhia em suas captações junto às instituições financeiras.

Tributos Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R$ 6,5 milhões em 30 de setembro de 2006, representando redução de 43,1%, se comparado a R$ 11,5 milhões em 30 de setembro de 2005. Essa redução foi em função do efeito decorrente do aumento do lucro líquido de R$ 5,5 milhões obtidos nos três primeiros trimestres de 2005 para 9,3 milhões no mesmo período em 2006. Em 30 de setembro de 2006, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos representava 1,9% do ativo total, se comparado a 6,0% em 30 de setembro de 2005, diminuição de 4,1 pontos percentuais.

Outros Créditos

Tanto nos 9 primeiros meses de 2006, quanto de 2005, não houve saldo proveniente de outros créditos.

Permanente

Em 30 de setembro de 2006, o ativo permanente totalizou de R$ 29,0 milhões, aumento de 20,7%, comparado a R$ 24,0 milhões em 30 de setembro de 2005, representando, respectivamente, 8,4% e 12,6% do ativo total, devido aos fatores apresentados a seguir.

Investimentos

O saldo proveniente de investimentos permaneceu estável, totalizando R$ 199 mil em 30 de setembro de 2006 e 2005. Em termos de percentuais do ativo total, o saldo de investimentos representou 0,1% do ativo total em 30 de setembro de 2006 e de 2005.

Imobilizado Líquido

O saldo de imobilizado líquido totalizou R$ 8,6 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 42,0%, se comparado a R$ 6,1 milhões em 31 de dezembro 2005. Esse aumento é oriundo, basicamente, de investimentos de ampliação de instalações e de investimentos em tecnologia da informação (Projeto Oracle) . Em termos de percentuais do ativo total, o saldo de imobilizado líquido totalizou 2,5% e 3,2% em 30 de setembro de 2006 e 30 de setembro de 2005, respectivamente.

Diferido Líquido

O saldo diferido líquido totalizou R$ 20,2 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 13,7%, se comparado a R$ 17,8 milhões em 31 de setembro de 2005. Em termos de percentuais do ativo total, o saldo diferido líquido totalizou 5,9% e 9,3% em 30 de setembro de 2006 e 30 de setembro de 2005, respectivamente.

R$ mil	Taxas anuais de amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido em 30/09/06	Líquido em 30/09/05
Ágio	10,42	32.395	(24.797)	7.598	8.442
Ágio – Provisão			(7.598)	(7.598)	(8.442)
Total Ágio		**32.395**	**(32.395)**	**-**	**-**
Pesquisas Cient. Tecnológica.	33,33	54.123	(33.987)	20.136	18.247
Benf. Imóveis terceiros	5	201	(125)	76	82
Total Diferido Líquido		**86.719**	**(66.507)**	**20.212**	**18.329**

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática Ltda. adquiriu cotas do capital da sociedade Positivo Informática Ltda., pelo valor total de R$ 38,6 milhões, passando a ser o sócio controlador da sociedade. Nessa operação foi gerado um ágio no valor de R$ 32,4 milhões, com base na rentabilidade futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação. Posteriormente, em 3 de janeiro de 2000, a Companhia incorporou a Positivo Sistemas e Informática Ltda., registrando esse ágio no ativo diferido. Para este saldo existe provisão no mesmo montante, constituída no exercício de 2003, em contrapartida ao patrimônio líquido, para anular o aumento do patrimônio causado pelo registro do ágio gerado dentro do próprio grupo econômico, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores do ágio e de sua respectiva provisão estão sendo amortizados pelo prazo de 11 anos, finalizando em 2008, considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei 8.248 de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto 792 de 23 de outubro de 1991, alterada pela Lei 10.176 de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800 de 20 de abril de 2001, e alterada pela Lei 11.077 de 30 de dezembro de 2004 (*ver seção "Incentivos Fiscais"*). Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização dos investimentos foi fixada em 03 anos.

Passivo

Em 30 de setembro de 2006, o passivo totalizou R$ 345,4 milhões, representando aumento 80,6% comparado a R$ 191,2 milhões em 30 de setembro de 2005. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 30 de setembro de 2006, o passivo circulante totalizou R$ 135,9 milhões, representando aumento de 88,2%, comparado a R$ 72,2 milhões em 30 de setembro de 2005, e representando, respectivamente, 39,3% e 37,8% do passivo total. Os efeitos que resultaram nessa variação são explicados abaixo.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 20,1 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 6,1% comparado a R$ 19,0 milhões em 30 de setembro de 2005, justificado pelo financiamento obtido por meio do Progeren – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, no montante de R$ 30,1 milhões, indexados à TJLP + 3,5% ao ano. Esse empréstimo foi contratado com 12 meses de carência, sendo amortizado em 12 parcelas mensais, com início em abril de 2006. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de empréstimos e financiamentos correspondeu a 5,8% e 9,9% do passivo total, em 30 de setembro de 2006 e 30 de setembro de 2005, respectivamente.

Fornecedores

Em razão da necessidade de aquisição de maior volume de matérias-primas para suprir o aumento da demanda do mercado de computadores, impulsionada por nossas vendas ao mercado de varejo, o saldo de fornecedores totalizou R$ 72,5 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 179,4% comparado a R$ 26,0 milhões em 30 de setembro de 2005. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de fornecedores obteve aumento de 7,4 pontos percentuais, representado por 21,0% em 30 de setembro de 2006 e 13,6% em 30 de setembro de 2005.

Salários e Encargos a Pagar

Também em função da necessidade de suprir à crescente demanda do mercado por computadores, o saldo de salários e encargos a pagar totalizou R$ 8,3 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 89,9% se comparado a R$ 4,4 milhões em 30 de setembro de 2005. O número de colaboradores da companhia passou de 1.023 em 30 de setembro de 2005 para 1.547 em 30 de setembro de 2006, apresentando aumento de 51,2%. Em 30 de setembro de 2006 e 2005, o saldo de salários e encargos a pagar representava 2,4% e 2,3% do passivo total, respectivamente.

Provisões

O saldo de provisões totalizou R$ 22,7 milhões em 30 de setembro de 2006, apresentando aumento de 45,4% comparado a R$ 15,6 milhões em 30 de setembro de 2005. Esse crescimento em termos absolutos foi conseqüência direta do aumento das vendas de computadores. Entretanto, em termos de percentual do passivo total, obtivemos redução de 1,5 pontos percentuais, representando 6,6% e 8,1% em 30 de setembro de 2006 e 2004, respectivamente, podendo-se verificar o ganho de escala em nossas operações.

R$ mil	**30/09/06**	**30/09/05**
Provisão para garantias e assistência técnica (a)	12.754	10.751
Provisão para comissões (b)	4.499	2.021
Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada (c)	4.340	810
Provisão para fretes	461	962
Provisão para devoluções	430	447
Provisão para quebra na industrialização	176	82
Provisão para perda SWAP	-	510
Total Curto prazo	**22.660**	**15.583**

A provisão para garantias e assistência técnica foi constituída com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas. Em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida sobre o parque em garantia na data base. Essa provisão totalizou R$ 12,7 milhões em 30 de setembro de 2006, apresentando aumento de 18,6% comparado a R$ 10,7 milhões em 30 de setembro de 2005.

A provisão para comissões tomou como base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda de nossos diferentes produtos e serviços. Este percentual médio foi multiplicado sobre o saldo de contas a receber em cada data base. Essa provisão totalizou R$ 4,5 milhões em 30 de setembro de 2006, apresentando aumento de 122,6% comparado a R$ 2,0 milhões em 30 de setembro de 2005.

Os valores provisionados como VPC - Verba de Propaganda Cooperada, foram calculados conforme os pedidos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelas redes varejistas. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente. Essa provisão totalizou R$ 4,3 milhões em 30 de setembro de 2006, apresentando aumento de 435,8% comparado a R$ 810 mil em 30 de setembro de 2005, refletindo os efeitos do início de nossas vendas ao mercado de varejo.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar totalizou R$ 6,6 milhões em 30 de setembro de 2006, com aumento de 134,9% comparado com os R$ 2,8 milhões em 30 de setembro de 2005. Em termos de percentual do passivo total, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar representou 1,9% do passivo total em 30 de setembro de 2006 e 1,5% em 30 de setembro de 2005.

Impostos e Contribuições

O saldo de impostos e contribuições foi de R$ 3,8 milhões em 30 de setembro de 2006, apresentando redução de 3,5% se comparado a R$ 4,0 milhões em 30 de setembro de 2005. Essa redução deveu-se principalmente aos efeitos da Lei 11.196/05 que reduziu a zero a alíquota de PIS/COFINS para *desktops* de até R$ 2.500,00 e *notebooks* de até R$ 3.000,00, a partir de novembro de 2005. Em 30 de setembro de 2006, os impostos e contribuições representavam 1,1% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representavam 2,1% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 1 ponto percentual no período.

Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes foi zero em 30 de setembro de 2006, enquanto em 30 de setembro de 2005 o resultado foi de R$ 55 mil. Em 30 de setembro de 2006 e 2005, os adiantamentos representavam 0,0% do passivo total em ambos períodos.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar foi de R$ 1,8 milhões em 30 de setembro de 2006 e R$ 246 mil em 30 de setembro de 2005, representando um aumento de 647,4%. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de outras contas a pagar representou 0,5% e 0,1% em 30 de setembro de 2006 e 2005, respectivamente.

Exigível a Longo Prazo

O exigível a longo prazo totalizou R$ 4,2 milhões em 30 de setembro de 2006 e R$ 20,8 milhões em 30 de setembro de 2005, apresentando uma redução de 79,7%. Em 30 de setembro de 2006, o exigível a longo prazo representava 1,2% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representava 10,9% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 9,7 pontos percentuais no período.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos foi zero em 30 de setembro de 2006, contra 14,2 milhões em 2005, o que representa 7,4% do ativo total. Esse saldo foi re-classificado para o passivo circulante em 30/09/2006, conforme seu vencimento.

Partes Relacionadas

O saldo de transações com partes relacionadas totalizou R$ 4,0 milhões em 30 de setembro de 2005, ou 2,1% do passivo total, comparado a zero em 30 de setembro de 2006. Essa redução é justificada pela quitação de empréstimos em 2005 com outras empresas do Grupo, nos quais a companhia era devedora.

Provisões Para Contingências

A partir de 2005, a companhia passou a contabilizar os valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, considerados como perda provável pelos assessores jurídicos da companhia. No ano de 2005, o saldo de provisões para contingências foi de R$ 5 mil, representando 0,0% do passivo total. O saldo de provisões para contingências totalizou R$ 1,3 milhão em 30 de setembro de 2006, ou 0,4% do passivo total.

R$ mil	30/09/2006
Natureza:	
Tributárias	1.064
Trabalhistas	13
Cíveis	181
Total de provisões para contingências	**1.258**

Outras Provisões

Parte da provisão de garantias e assistência técnica de computadores é contabilizada no longo prazo. O saldo no longo prazo correspondeu a 18,78% do total desta provisão em 30 de setembro de 2006 e também a 18,78% em 30 de setembro de 2005. O saldo de longo prazo foi de R$ 2,9 milhões em 30 de setembro de 2006 e de R$ 2,5 milhões em 30 de setembro de 2005, representando um aumento de 18,6%. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de outras provisões representou 0,9% e 1,3% em 30 de setembro de 2006 e 2005, respectivamente.

Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo de patrimônio líquido e de adiantamento para futuro aumento de capital foi de R$ 205,3 milhões em 30 de setembro de 2006 e de R$ 98,2 milhões em 30 de setembro de 2005, apresentando um aumento de 109,0%, pelas razões apresentadas abaixo. Em 30 de setembro de 2006, o patrimônio líquido e o adiantamento para futuro aumento de capital

representavam 59,4% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representavam 51,4% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 8 pontos percentuais no período.

Capital Social

O saldo do capital social totalizou R$ 86,9 milhões em 30 de setembro de 2006, representando aumento de 7,3% comparado a R$ 81,0 milhões em 30 de setembro de 2005. Tal incremento é oriundo do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Em 30 de setembro de 2006, o capital social representava 25,2% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representava 42,4% do passivo total, tendo apresentado um aumento de 17,2 pontos percentuais no período.

Reservas de Capital

O saldo das reservas de capital foi de R$ 116,8 milhões em 30 de setembro de 2006 e de R$ 8,5 milhões em 30 de setembro de 2005, um aumento de 1.277,0%. Esse acréscimo deveu-se, essencialmente, ao aumento de 1.303,6% do crédito presumido de ICMS, contabilizado nesta conta como subvenção para investimento, conforme apresentado abaixo. Em termos de percentuais do passivo total, as reservas de capital em 30 de setembro de 2006 representavam 33,8%, enquanto que em 2005 representava 4,4%, aumento de 29,4 pontos percentuais.

R$ mil	30/09/06	30/09/05	Variação
Reserva de Incentivos Fiscais	172	172	0,0%
Subvenções para Investimentos	116.678	8.313	1.303,6%
Total de Reservas de Capital	**116.850**	**8.486**	**1.277,0%**

Lucros (Prejuízos) Acumulados

O saldo de lucros (prejuízos) acumulados totalizou um prejuízo de R$ 1,4 milhão em 30 de setembro de 2006, aumentando o prejuízo acumulado em 753,5%, se comparado ao prejuízo de R$ 170 mil em 30 de setembro de 2005. Em 30 de setembro de 2006, o saldo de lucros (prejuízos) acumulados representava -0,4% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representavam -0,1% do passivo total.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital totalizou R$ 3,0 milhões em 30 de setembro de 2006, redução de 66,6% se comparado a R$ 8,9 milhões em 30 de setembro de 2005. Em 30 de setembro de 2006, o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital representava 0,9% do passivo total e, em 30 de setembro de 2005, representava 4,7% do passivo total.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 COMPARADO COM O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004.

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas totalizou R$ 731,7 milhões em 2005, representando aumento de 175,4% em relação à receita bruta de vendas de R$ 265,7 milhões em 2004. Este aumento deve-se ao acréscimo de 274,6% no volume de PCs vendidos, que totalizaram 379,4 mil em 2005 e 101,3 mil em 2004, em função do aumento da demanda principalmente pelos seguintes fatores: (i) medidas de desoneração fiscal (implementação da MP do Bem); (ii) combate à pirataria; e (iii) aumento da disponibilização do crédito por parte do governo,visando impulsionar a inclusão digital. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela diminuição em 20,3% dos preços médios de PCs, que foi de R$ 1.797,1 em 2005 e R$ 2.255,9 em 2004, em função, principalmente, do início das vendas ao mercado de varejo, cujos preços são menores do que os praticados nas vendas para o mercado de licitações públicas. Essa redução também deveu-se à valorização do Real em 13,4% frente ao Dólar durante o exercício de 2005 e à venda de modelos mais acessíveis ao consumidor.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita bruta de vendas proveniente dos Segmentos de Hardware e Tecnologia Educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	2004	% Rec. Bruta	2005	% Rec. Bruta	Variação
Hardware	237,2	89,3%	691,0	94,4%	191,3%
Tecnologia Educacional	28,5	10,7%	40,7	5,6%	43,0%
Total	**265,7**	**100%**	**731,7**	**100%**	**175,4%**

Receita Bruta de Vendas no Segmento de Hardware

A tabela a seguir apresenta a receita bruta de vendas proveniente do setor de *hardware*, assim como a abertura por tipo de produto.

R$ milhões	2004	2005	Variação
Desktops	228,0	666,6	191,3%
Notebooks	0,6	15,4	2.628,8%
Serviços	8,6	8,9	3,3%
Total	**237,2**	**691,0**	**191,3%**

A receita bruta proveniente do Segmento de Hardware totalizou R$ 691,0 milhões em 2005 (94,4% da receita bruta de vendas), representando um aumento de 191,3% em relação ao ano de 2004, quando foi de R$ 237,2 milhões (89,3% da receita bruta de vendas). Esse aumento resultou principalmente do crescimento em 278,1 mil unidades vendidas, partindo de 101,3 mil unidades em 2004 para 379,4 mil unidades em 2005. O aumento de volume deveu-se principalmente às vendas de *desktops*, que totalizaram 374,9 mil unidades ou 98,8% dos PCs vendidos em 2005, resultado de nossa estratégia de ampliar a posição de liderança no varejo e aproveitar o potencial de crescimento deste segmento, responsável por 74,2% das nossas vendas. Este segmento foi beneficiado por políticas do governo para aumento da inclusão digital no País, como a redução das alíquotas de PIS e COFINS e aumento do crédito disponível. Importante mencionar que as vendas para licitações públicas também obtiveram um bom resultado em 2005, evidenciando nossa credibilidade institucional, totalizando 90,3 mil unidades vendidas, volume 80,6% superior ao alcançado em 2004 neste segmento.

Receita Bruta de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita bruta de vendas do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 40,7 milhões em 2005 (5,6% da receita bruta de vendas), representando aumento de 43,0% em relação a 2004, quando foi R$ 28,5 milhões (10,7% da receita bruta de vendas). Essa variação deveu-se principalmente ao aumento de 142,4% nas vendas de mesas educacionais, que totalizaram R$ 17,8 milhões em 2005 frente a R$ 7,4 milhões em 2004, e de 66,3% nas vendas de portais educacionais que totalizaram R$ 14,9 milhões no mesmo período, frente a R$ 9,0 milhões em 2004. As mesas e os portais educacionais representaram, 43,8% e 36,6% da receita bruta do segmento de tecnologia educacional, respectivamente, respondendo por 80,4% da receita bruta de vendas deste segmento Os outros 20% são provenientes das vendas de *softwares* educacionais às escolas públicas e ao varejo e de serviços de treinamento e capacitação de professores.

Deduções sobre Vendas

As deduções sobre vendas, compostas pelos impostos sobre as vendas, descontos comerciais concedidos e devoluções, foram de R$ 191,7 milhões em 2005, frente a R$ 75,9 milhões em 2004, apresentando um aumento de 152,6%, refletindo basicamente o aumento das vendas descrito acima. Essas deduções corresponderam a 26,2% e 28,6% da receita bruta de vendas em 2005 e 2004, respectivamente.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas totalizou R$ 540,1 milhões em 2005, com um acréscimo de 184,5% em relação à receita líquida de vendas de R$ 189,8 milhões em 2004, pelos mesmos motivos descritos para a variação de nossa receita bruta de vendas. A receita líquida de vendas correspondeu a 73,8% e 71,4% da receita bruta de vendas em 2005 e 2004, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita líquida de vendas proveniente dos Segmentos de Hardware e tecnologia educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	2004	2005	Variação
Hardware	163,3	503,1	208,1%
Tecnologia Educacional	26,5	36,9	39,4%
Total	**189,8**	**540,1**	**184,5%**

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Hardware

A tabela a seguir apresenta a receita líquida de vendas proveniente do setor de *hardware*, assim como a abertura por tipo de produto.

R$ milhões	2004	2005	Variação
Desktops	156,0	486,1	211,5%
Notebooks	0,6	11,0	1.896,5%
Serviços	6,7	6,0	-11,0%
Total	**163,3**	**503,1**	**208,1%**

O Segmento de Hardware apresentou receita líquida de vendas de R$ 503,1 milhões em 2005 (93,2% da receita líquida de vendas), acréscimo de 208,1% se comparado à receita líquida de vendas de R$ 163,3 milhões em 2004 (86,0% da receita líquida de vendas). Esse aumento deveu-se pelos mesmos motivos mencionados para a variação de nossa receita bruta de vendas.

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 36,9 milhões em 2005 (6,8% da receita líquida de vendas), apresentando aumento de 39,4% em relação à receita líquida de vendas de R$ 26,5 milhões em 2004 (14,0% da receita líquida de vendas). Essa variação deveu-se, principalmente, ao aumento proveniente das vendas de mesas e portais educacionais, conforme explicado anteriormente.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados atingiu R$ 448,2 milhões em 2005, apresentando um aumento de 181,5% em relação aos R$ 159,2 milhões contabilizados em 2004. Em termos de percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados apresentou uma redução de 0,9 ponto percentual em 2005, sendo 83,0% da receita líquida de vendas, frente a 83,9% em 2004.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso custo de produtos vendidos para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (em milhões de R$)	2005	% do CPV	2004	% do CPV	Variação
Matéria Prima e Insumos	(420,4)	93,8%	(146,7)	92,1%	186,6%
Mão-de-Obra	(15,2)	3,4%	(4,6)	2,9%	230,4%
Serviços de Terceiros	(6,8)	1,5%	(2,3)	1,5%	190,7%
Depreciação/ Amortização	(0,0)	0,0%	(0,0)	0,0%	-4,9%
Outros	(5,8)	1,3%	(5,6)	3,5%	3,5%
Total	**(448,2)**	**100%**	**(159,2)**	**100%**	**181,5%**

O aumento dos custos dos produtos vendidos deve-se principalmente ao elevado crescimento das nossas atividades e secundariamente aos efeitos da inflação medida no período no custo das matérias-primas e serviços, fatores esses parcialmente compensados por avanços nas negociações com fornecedores, pelo ganho em escala e pela valorização do Real frente ao Dólar.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R$ 91,8 milhões em 2005, acréscimo de 200,3% em relação ao lucro bruto de R$ 30,6 milhões em 2004. A margem sobre receita líquida passou de 16,1% em 2004 para 17,0% em 2005, já refletindo os ganhos obtidos em escala.

Receitas (Despesas) Operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 70,3 milhões em 2005, representando aumento de 69,9% com relação a R$ 41,4 milhões em 2004. Em 2005 e 2004 as despesas operacionais representaram 13,0% e 21,8% da receita líquida respectivamente, indicando importante ganho de escala nesta conta.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa operacional, assim como sua variação percentual no período:

Receitas (Despesas) Operacionais (em milhões de R$)	2004	2005	Variação
Despesas com Vendas	(19,6)	(45,7)	132,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(22,5)	(23,2)	3,1%
Resultado Financeiro	(4,5)	(6,3)	38,6%
Outros	5,2	5,0	-6,0%
Total	**(41,4)**	**(70,3)**	**69,9%**

Despesas com Vendas

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa com vendas, assim como a variação entre 2005 e 2004:

R$ milhões	2004	2005	Variação
Marketing	(2,7)	(8,0)	201,7%
Assistência Técnica e Garantia	(8,1)	(9,4)	15,7%
Créditos Duvidosos e Perdas	(0,5)	(0,7)	13,6%
Fretes e Comissões	(7,2)	(21,0)	190,7%
VPC	(1,1)	(6,6)	520,1%
Total	**(19,6)**	**(45,7)**	**132,6%**

Em termos de percentual da receita líquida, as despesas com vendas diminuíram para 8,5% em 2005, comparado a 10,3% em 2004. O aumento de 132,6% das despesas com vendas em termos absolutos deveu-se principalmente: (i) ao aumento de 201,7% nas despesas com marketing, em função principalmente de anúncios e propagandas direcionadas principalmente ao segmento de varejo, que totalizaram R$ 8,0 milhões em 2005; (ii) ao crescimento de 190,7% nas despesas com fretes e comissões sobre vendas, que passaram de R$ 7,2 milhões em 2004 para R$ 21,0 milhões em 2005; e (iii) aos valores referentes à VPC – Verba de Propaganda Cooperada, que são repassados às grandes redes varejistas por meio de descontos e bonificações, que iniciaram no último trimestre de 2004, com a nossa entrada no mercado de varejo, totalizando R$ 6,6 milhões em 2005, representando aumento de 520,1% se comparado a 2004.

Essas variações são resultados diretos do aumento de nossas vendas, conforme descrito anteriormente.

Despesas Gerais e Administrativas

Em termos de percentuais da receita líquida, nossas despesas gerais e administrativas reduziram de 11,9% em 2004 para 4,3% em 2005. Apesar do aumento das vendas no período, cuja receita líquida aumentou 184,5% entre 2004 e 2005, conseguimos fazer uma gestão eficaz nas nossas despesas gerais e administrativas, obtendo aumento em termos absolutos de 3,8%, passando de R$ 22,5 milhões em 2004 para R$ 23,4 milhões em 2005, em função principalmente do crescimento da amortização dos nossos projetos em pesquisa e desenvolvimento e de conteúdo.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas despesas gerais e administrativas.

R$ milhões	2004	2005	Variação
Pessoal	(11,5)	(5,9)	-48,8%
Serviços Profissionais e Contratados	(2,3)	(2,0)	-11,6%
Depreciação e Amortização	(8,4)	(8,4)	0,4%
Gerais	(0,3)	(7,1)	2073,4%
Total	**(22,5)**	**(23,4)**	**3,8%**

Em termos de percentual sobre receita líquida, as despesas com pessoal, compostas por salários, encargos e benefícios, passaram de 6,1% em 2004 para 1,1% em 2005, refletindo o ganho em escala obtido nas nossas operações, totalizando R$ 5,9 milhões em 2005. O efeito do ganho de escala também pode ser notado nas despesas com serviços profissionais e contratados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou um aumento de 38,6%, totalizando uma despesa financeira líquida de R$ 6,3 milhões em 2005. Tal variação deveu-se principalmente ao aumento das despesas financeiras, influenciadas pelos juros provenientes de capital de giro e do empréstimo junto ao BNDES, através do qual captamos em abril de 2005, R$ 30,0 milhões, indexados à TJLP + 3,5% a.a. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento em 341,0% nas receitas financeiras, devido basicamente às variações cambiais ativas.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nosso resultado financeiro.

R$ milhões	2004	2005	Variação
Receitas Financeiras	1,7	6,3	274,1%
Despesas Financeiras	(4,1)	(9,8)	134,9%
Efeitos líquidos de *hedge*	(2,1)	(2,8)	37,4%
Total	**(4,5)**	**(6,3)**	**38,6%**

Outros

O item "outros" totalizou receita operacional de R$ 5,0 milhões em 2005, apresentando redução de 5,2% se comparado à receita operacional de R$ 5,3 milhões obtida em 2004, decorrente, principalmente dos direitos autorais dos CD Roms vendidos para a Posigraf, que são comercializados junto com os materiais didáticos.

Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos

Em decorrência dos aspectos mencionados acima, o lucro antes dos impostos totalizou R$ 21,6 milhões em 2005, representando aumento de 299,8% , se comparado ao prejuízo de R$ 10,8 milhões obtido em 2004.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social no período totalizaram R$ 4,7 milhões em 2005, redução de 230,4% se comparado ao crédito de imposto de R$ 3,3 milhões obtido em 2004, adicionalmente, a legislação fiscal brasileira nos faculta diferir o recolhimento do IRPJ e CSSL devido sobre o lucro auferido na venda aos órgãos públicos até que se verifique o efetivo pagamento destas vendas.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O resultado líquido passou de um prejuízo de R$ 7,5 milhões em 2004 (-3,9% da receita líquida de vendas) para um lucro líquido de R$ 16,9 milhões em 2005 (3,1% da receita líquida de vendas), representando aumento de 326,9%, proporcionado principalmente pela combinação do aumento no volume das vendas e ganho de escala obtido em nossas operações.

EBITDA

Nosso EBITDA atingiu R$ 36,3 milhões em 2005, representando aumento de 1.606,4% em comparação ao EBITDA de R$ 2,1 milhões em 2004. A margem EBITDA sobre receita líquida foi de 6,7% em 2005, em comparação a margem de 1,1% em 2004.

EBITDA Ajustado

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R$ 110,3 milhões em 2005, representando um crescimento de 330,1% em relação ao EBITDA Ajustado de R$ 25,6 milhões em 2004. A margem EBITDA ajustada foi de 20,4% em 2005, em comparação a 13,5% em 2004.

A tabela abaixo mostra a conciliação do EBITDA Ajustado para o lucro líquido nos períodos indicados.

(em milhões de R$)	**2004**	**2005**	**Variação**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(7,5)**	**16,9**	**326,9%**
(-) Depreciação e Amortização	(8,4)	(8,4)	0,3%
(-) Resultado Financeiro	(4,5)	(6,3)	38,6%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	3,3	(4,7)	-239,3%
EBITDA	**2,1**	**36,3**	**1.606,4%**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [(1)]	23,5	74,0	214,8%
EBITDA Ajustado	**25,6**	**110,3**	**330,1%**

(1) Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

Ativo

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo total totalizou R$ 272,5 milhões, representando um aumento de 92,3% se comparado a R$ 141,7 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo circulante era de R$ 233,1 milhões, representando um aumento de 106,1% se comparado a R$ 113,1 milhões em 31 de dezembro de 2004. Em 31 de dezembro de 2005, o ativo circulante representava 85,5% do ativo total enquanto que em 31 de dezembro de 2004, representava 79,8% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 5,7 pontos percentuais no período. Essa variação é conseqüência direta do aumento de 274,6% nas vendas de computadores no período, impulsionadas pelas vendas no mercado de varejo.

Disponibilidades

As disponibilidades tanto em 31 de dezembro de 2005, quanto em 31 de dezembro de 2004 somavam R$ 5,2 milhões, representando, respectivamente, 1,9% e 3,7% do ativo total. Essa diminuição em termos de percentuais, deveu-se basicamente ao crescimento de 92,3% do ativo total, uma vez que as disponibilidades permaneceram estáveis entre esses períodos.

Clientes

A composição das contas a receber de clientes por idade de vencimento pode ser discriminada da seguinte forma:

R$ mil	**2004**	**2005**
A vencer	56.944	137.630
Vencidos há 30 dias	4.766	7.394
Vencidos de 31 a 60 dias	25	178
Vencidos de 61 a 90 dias	-	36
Vencidos de 91 a 180 dias	14	83
Vencidos há mais de 180 dias	589	323
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(693)	(773)
Total de contas a receber de clientes	**61.645**	**144.871**

A Companhia avalia a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa através da análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas efetivas dos créditos em atraso.

O saldo das contas a receber de clientes totalizou R$ 144,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando aumento de 135,0% se comparado a R$ 61,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando, respectivamente, 53,2% e 43,5% do ativo total. Esse aumento se deu em decorrência do crescimento da necessidade de financiamento das vendas para clientes, principalmente em razão do início de nossas vendas ao mercado de varejo, o que resultou em um aumento de 274,6% nas vendas totais de computadores.

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$ 59,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando aumento de 88,5% se comparado ao saldo de R$ 31,4 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa variação deveu-se basicamente ao aumento de 112,5% no estoque de matérias-primas e de 56,5% no estoque de mercadorias para revenda, com o objetivo de suportar a demanda crescente observada no período.

R$ mil	**2005**	**2004**	**Variação**
Matéria-prima	34.462	16.220	112,5%
Mercadorias para revenda	9.837	6.285	56,5%
Produtos acabados	3.349	3.852	-13,1%
Produtos em elaboração	2.210	1.403	57,5%
Licenças de uso	2.350	2.842	-17,3%
Importação em andamento	6.854	737	-
Outros estoques	163	84	94,0%
Total de estoques	**59.225**	**31.423**	**88,5%**

Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de estoques representava 21,7% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, 22,2%, tendo apresentado uma redução de 0,5 ponto percentual no período.

Adiantamento a Fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores, composto por impostos sobre importação, fretes internacional e rodoviário, custos com despachante aduaneiro e com armazenagem de mercadoria, totalizou R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 2.238,7% se comparado ao saldo de R$ 137 mil em 31 de dezembro de 2004. Em termos percentuais, o saldo de adiantamentos a fornecedores representou 1,2% e 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente, crescimento este justificado pela necessidade de aquisição de maior volume de matérias-primas para suprir o aumento da demanda do mercado de computadores.

Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$ 19,5 milhões em 31 de dezembro de 2005 e R$ 14,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 36,9% no período. Esse aumento refere-se, principalmente, ao acúmulo de créditos de ICMS e IPI. Em 31 de dezembro de 2005, os impostos a recuperar representavam 7,1% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 10,0% do ativo total, tendo apresentado uma redução de 2,9 pontos percentuais no período.

Outros Créditos

O saldo de outros créditos totalizou R$ 1,1 milhão em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 153,5% se comparado a R$ 437 mil em 31 de dezembro de 2004. Esse aumento pode ser explicado, basicamente, pela cessão de cheques caução que são dados em garantia nos processos de licitações públicas para fornecimento de computadores, cujas vendas aumentaram em 80,6% no período. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de outros créditos representava 0,4% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 0,3% do ativo total.

Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo realizável a longo prazo era de R$ 14,2 milhões, representando aumento de 93,1% se comparado a 31 de dezembro de 2004, quando o mesmo era de R$ 7,4 milhões, variação esta, explicada pelas razões abaixo. Em termos percentuais, entre 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, o ativo realizável a longo prazo permaneceu estável, representando 5,2% do ativo total.

Partes Relacionadas

O saldo de ativo em transações com partes relacionadas totalizou R$ 11,2 milhões em 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2004 não possuíamos ativos em transações com partes relacionadas. Historicamente, a Companhia foi financiada pelas outras empresas do Grupo. A partir de 2005, com o forte crescimento nas vendas de computadores, impulsionado pelo início das vendas no mercado de varejo, a Companhia passou a ser credora de suas partes relacionadas. Em termos percentuais, o ativo de transações com partes relacionadas representou 4,1% e 0,0% do ativo total em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

Tabela em R$ mil			**2005**		**2004**
	Taxa	Vencimento	Ativo	Passivo	Passivo
Mútuo e uso de funcionários:					
Sociedade Educac. Positivo Ltda.	CDI	Indeterminado	9.727	-	24.512
Positivo Ind. e Eletrônica Ltda.		Indeterminado	1.459	-	-
			11.186	**-**	**24.512**
Conta corrente acionistas:					
Oriovisto Guimarães		Indeterminado	-	13	532
Cixares Libero Vargas		Indeterminado	-	14	532
Samuel Ramos Lago		Indeterminado	-	14	532
Ruben T.C. Formighieri		Indeterminado	-	14	532
Helio B. Rotenberg		Indeterminado	-	14	532
			-	**69**	**2.660**
Total de Transações com Partes Relacionadas			**11.186**	**69**	**27.172**

Durante os períodos reportados, as operações de mútuo entre partes relacionadas eram decorrentes de política de gestão de caixa único entre as empresas do Grupo Positivo, buscando o uso racional dos recursos disponíveis gerados por essas empresas. Os recursos eram transferidos de uma empresa para outra de acordo com a necessidade de caixa de cada parte relacionada. Tais operações estão suportadas por contratos ajustados diariamente pela taxa do CDI, compatível com as

pactuadas pela Companhia em suas captações junto às instituições financeiras. O efeito no resultado de 2005 de encargos financeiros dessas operações foi de R$ 165 mil.

A partir de julho de 2005, a Companhia utilizou funcionários da Positivo Indústria Ltda. na sua linha de produção. O custo pago pela Companhia pelo uso desses funcionários foi de R$ 1,7 milhões no exercício de 2005, registrado no custo dos produtos vendidos e serviços prestados.

Tributos Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando redução de 61,3% se comparado aos R$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução se deu em função do efeito decorrente do prejuízo de R$ 7,5 milhões em 2004, que passou para um lucro líquido de R$ 16,9 milhões obtido em 2005. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos representava 1,0% do ativo total, verificando-se uma diminuição de 4,0 pontos percentuais se comparado a 5,0% em 31 de dezembro de 2004.

Outros Créditos

O saldo proveniente de outros créditos totalizou R$ 275 mil em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 9,6% se comparado aos R$ 251 mil de 31 de dezembro de 2004, representando 0,1% e 0,2% do ativo total, respectivamente.

Permanente

Em 31 de dezembro de 2005, o ativo permanente totalizou R$ 25,2 milhões, representando um aumento de 18,5%, se comparado aos R$ 21,3 milhões de 31 de dezembro de 2004. Estes números representam, respectivamente, 9,2% e 15,0% do ativo total, devido aos fatores apresentados a seguir.

Investimentos

O saldo proveniente de investimentos permaneceu estável, totalizando R$ 199 mil em 31 de dezembro de 2005 e 2004. Em termos percentuais do ativo total, o saldo de investimentos representou 0,1% do ativo total em 31 de dezembro de 2005 e de 2004.

Imobilizado Líquido

O saldo de imobilizado líquido totalizou R$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 67,7%, se comparado aos R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro 2004. Esse aumento foi basicamente em função de investimentos em ampliação de instalações no período, a fim de atender à crescente demanda (*ver seção "Investimentos"*). Em termos percentuais do ativo total, o saldo de imobilizado líquido totalizou 2,2% e 2,6% em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

Diferido Líquido

O saldo diferido líquido totalizou R$ 18,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 8,4%, se comparado aos R$ 17,4 milhões de 31 de dezembro 2004. Em termos percentuais do ativo total, o saldo diferido líquido totalizou 6,9% e 12,3% em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

R$ mil	Taxas anuais de amortização (%)	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido em 2005	Líquido em 2004
Ágio rentabilidade	10,42	32.395	(22.264)	10.131	13.508
Provisão para Ágio – Manutenção do Patrimônio		(10.131)	-	(10.131)	(13.508)
Pesquisas Cient. Tecnológica.	33,33	48.412	(29.621)	18.791	17.306
Benf. Imóveis terceiros	5	201	(110)	91	110
Total		**70.877**	**(51.995)**	**18.882**	**17.416**

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática Ltda. adquiriu cotas do capital da sociedade Positivo Informática Ltda. (antiga denominação da Companhia) pelo valor total de R$ 38,6 milhões, passando a ser a sócia controladora da sociedade. Nessa operação, foi gerado um ágio no valor de R$ 32,4 milhões, com base na rentabilidade

futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação. Posteriormente, em 3 de janeiro de 2000, a Companhia incorporou a Positivo Sistemas e Informática Ltda., registrando esse ágio no ativo diferido. Para este saldo existe provisão no mesmo montante, constituída no exercício de 2003, em contrapartida ao patrimônio líquido, para anular o aumento do patrimônio causado pelo registro do ágio gerado dentro do próprio grupo econômico, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores do ágio e de sua respectiva provisão estão sendo amortizados pelo prazo de 11 anos, finalizando em 2008, considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática (regulamentada pelo Decreto nº 792 de 23 de outubro de 1991), alterada pela Lei nº 10.176 de 11 de janeiro de 2001 (regulamentada pelo Decreto nº 3.800 de 20 de abril de 2001) e pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004 (*ver seção "Incentivos Fiscais"*). Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, um percentual mínimo do seu faturamento. Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e seus encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização dos investimentos foi fixada em 03 anos.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2005, o passivo total totalizou R$ 272,5 milhões, representando aumento 92,3% se comparado a R$ 141,7 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 31 de dezembro de 2005, o passivo circulante totalizou R$ 125,4 milhões, representando um aumento de 104,1% se comparado a R$ 61,4 milhões em 31 de dezembro de 2004. Em termos percentuais, o passivo circulante representou 46,0% e 43,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente. Os efeitos que resultaram nessa variação são explicados abaixo.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 24,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 792,0% se comparado a R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, justificado pelo financiamento obtido por meio do Progeren – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, no montante de R$ 30,1 milhões, indexado à TJLP + 3,5% ao ano. Esse empréstimo foi contratado com 12 meses de carência, sendo amortizado em 12 parcelas mensais, com início em abril de 2006. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de empréstimos e financiamentos correspondeu a 9,1% e 2,0% do passivo total, em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

Fornecedores

Em razão da necessidade de aquisição de maior volume de matérias-primas para suprir o aumento da demanda do mercado de computadores, impulsionada pelo início de nossas vendas ao mercado de varejo, saldo de fornecedores totalizou R$ 72,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 92,2% se comparado a R$ 37,6 milhões em 31 de dezembro de 2004. Em termos percentuais, o saldo de fornecedores permaneceu estável, representando 26,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2004.

Salários e Encargos a Pagar

Também em função da necessidade de suprir à crescente demanda do mercado por computadores, o saldo de salários e encargos a pagar totalizou R$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 360,8% se comparado a R$ 752 mil em 31 de dezembro de 2004. O número de colaboradores da Companhia passou de 522 em 31 de dezembro de 2004 para 1.061 em 31 de dezembro de 2005, apresentando aumento de 103,8%. Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o saldo de salários e encargos a pagar representava 1,3% e 0,5% do passivo total, respectivamente.

Provisões

O saldo de provisões totalizou R$ 18,8 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando aumento de 45,3% se comparado a R$ 13,0 milhões em 31 de dezembro de 2004. Esse crescimento em termos absolutos foi conseqüência direta do aumento das vendas de computadores. Entretanto, em termos de percentual do passivo total, obtivemos redução de 2,2 pontos percentuais, representando 6,9% e 9,1% em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente, podendo-se verificar o ganho de escala em nossas operações.

R$ mil	2004	2005	Variação
Provisão para garantias e assistência técnica	7.421	11.345	52,9%
Provisão para comissões	2.557	3.639	42,3%
Provisões Trabalhistas e Encargos	1.497	-	-
Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada	231	1.720	644,6%
Provisão para fretes	697	1.305	87,2%
Provisão para devoluções	551	726	31,8%
Provisão para quebra na industrialização	-	81	-
Total de provisões para curto prazo	**12.954**	**18.816**	**45,3%**

A provisão para garantias e assistência técnica foi constituída com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas. em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida sobre o parque em garantia na data base. essa provisão totalizou R$ 11,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando aumento de 52,9% se comparado a R$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2004.

A provisão para comissões tomou como base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda de nossos diferentes produtos e serviços. Este percentual médio foi multiplicado sobre o saldo de contas a receber em cada data base. Essa provisão totalizou R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando um aumento de 42,3% se comparado a R$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2004.

Os valores provisionados como VPC - Verba de Propaganda Cooperada, foram calculados conforme os pedidos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelas redes varejistas. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente. Essa provisão totalizou R$ 1,7 milhão em 31 de dezembro de 2005, apresentando um aumento de 644,6% se comparado a R$ 231 mil em 31 de dezembro de 2004, refletindo os efeitos do início de nossas vendas ao mercado de varejo.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

O saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar totalizou R$ 296 mil em 31 de dezembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2004, não tínhamos essa despesa em razão do prejuízo de R$ 7,5 milhões obtido no período. Em termos percentuais, o saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar representou 0,1% do passivo total em 31 de dezembro de 2005.

Impostos e Contribuições

O saldo de impostos e contribuições foi de R$ 4,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, apresentando redução de 33,2% se comparado a R$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2004. Essa redução deveu-se principalmente aos efeitos da Lei nº 11.196/05 que reduziu a zero a alíquota de PIS/COFINS para desktops de até R$ 2.500,00 e notebooks de até R$ 3.000,00, a partir de novembro de 2005. Em 31 de dezembro de 2005, os impostos e contribuições representavam 1,5% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 4,4% do passivo total, o que representa uma redução de 2,9 pontos percentuais no período.

Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes foi de R$ 1,0 milhão em 31 de dezembro de 2005, apresentando aumento de 4.895,2% se comparado a R$ 21 mil em 31 de dezembro de 2004. Esse crescimento foi ocasionado pelo registro de diversos adiantamentos efetuados por nossos clientes do mercado de varejo. Em 31 de dezembro de 2005 e 2004, os adiantamentos representavam 0,4% e 0,0% do passivo total, respectivamente.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar foi de R$ 449 mil em 31 de dezembro de 2005 e R$ 459 mil em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 2,2% nesse período. Em termos percentuais, o saldo de outras contas a pagar representou 0,2% e 0,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

Exigível a Longo Prazo

O exigível a longo prazo totalizou R$ 13,1 milhões em 31 de dezembro de 2005 e R$ 30,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando uma redução de 56,8% nesse período. Em 31 de dezembro de 2005, o exigível a longo prazo representava 4,8% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 21,4% do passivo total, tendo apresentado uma redução de 16,6 pontos percentuais no período. Essa redução é justificada pelas transações com partes relacionadas, nas quais a Companhia era historicamente devedora, passando à condição de credora a partir de 2005, conforme explicado no item "Realizável a Longo Prazo - Partes Relacionadas".

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 8,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 3,0% do passivo total. Esse saldo deveu-se à obtenção do empréstimo junto ao BNDES, por meio do Progeren, conforme explicado anteriormente. A Companhia não possuía empréstimos e financiamentos de longo prazo até a contratação deste empréstimo.

Partes Relacionadas

O saldo de transações com partes relacionadas totalizou R$ 27,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando 19,2% do passivo total, comparado a zero em 31 de dezembro de 2005. Essa redução justifica-se pela quitação de empréstimos em 2005 com outras empresas do Grupo, nos quais a Companhia figurava como devedora. Neste mesmo ano, a Companhia passou a ser credora de tais empréstimos, conforme explicado no item "Realizável a Longo Prazo - Partes Relacionadas".

Provisões Para Contingências

A partir de 2005, a Companhia passou a contabilizar os valores de contingências que estão sendo discutidas judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis, considerados como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia. O saldo de provisões para contingências totalizou R$ 1,3 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando 0,5% do passivo total.

R$ mil	2005
Natureza:	
Tributárias	1.064
Trabalhistas	13
Cíveis	181
Total de provisões para contingências	**1.258**

Para maiores detalhes, ver seção "Pendências Judiciais e Administrativas".

Outras Provisões

O saldo de outras provisões, que é composto pelas provisões para garantias e assistência técnica de computadores, foi de R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 12,6%. Em termos de percentuais do passivo total, o saldo de outras provisões representou 1,3% e 2,2% em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo de patrimônio líquido e de adiantamento para futuro aumento de capital foi de R$ 134,0 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 168,4%, pelas razões apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2005, o patrimônio líquido e o adiantamento para futuro aumento de

capital representavam 49,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representavam 35,2% do passivo total, o que corresponde a um aumento de 14,0 pontos percentuais no período.

Capital Social

O saldo do capital social totalizou R$ 81,0 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando aumento de 250,8% se comparado a R$ 23,1 milhões em 31 de dezembro de 2004. O incremento de R$ 57,9 milhões no capital subscrito da Companhia originou-se das reservas de isenção e subvenção destinadas ao aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2005, o capital social representava 29,7% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 16,3% do passivo total, o que corresponde a um aumento de 13,4 pontos percentuais no período.

Reservas de Capital

O saldo das reservas de capital foi de R$ 38,9 milhões em 31 de dezembro de 2005 e de R$ 20,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, o que corresponde a um aumento de 92,5% nos período. Esse acréscimo deveu-se, essencialmente, ao aumento de 93,3% do crédito presumido de ICMS, contabilizado nesta conta como subvenção para investimento, conforme apresentado abaixo. Em termos percentuais, as reservas de capital permaneceram estáveis, representando 14,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

R$ mil	2004	2005	Variação
Reserva de Incentivos Fiscais	173	173	0,0%
Subvenções para Investimentos	20.050	38.752	93,3%
Total de Reservas de Capital	**20.223**	**38.925**	**92,5%**

Lucros (Prejuízos) Acumulados

O saldo de lucros (prejuízos) acumulados totalizou um lucro de R$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando um aumento de 198,0% se comparado ao prejuízo de R$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2004. O incremento foi ocasionado pela absorção de prejuízos acumulados em 2004, conforme previsto na legislação. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de lucros (prejuízos) acumulados representava 1,9% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava -3,7% do passivo total.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital totalizou R$ 8,9 milhões em 31 de dezembro de 2005, representando uma redução de 24,9% se comparado a R$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2004. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital representava 3,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, representava 8,4% do passivo total.

Compromissos

(a) A Positivo Informática S.A. possui contrato de aluguel da unidade industrial onde está instalada a fábrica da Companhia e que pertence à parte relacionada, Rosch Administração de Bens Ltda. Em 30 de junho de 2006, foi firmado contrato de locação entre as partes, pelo prazo de cinco anos, com término previsto para 29 de junho de 2011, podendo ser renovado automaticamente, por igual período. O valor do aluguel, ajustado entre as partes, é de R$ 159 mil mensais, e será reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor – IGPM. O contrato teve carência de 90 dias, tendo entrado em vigor a partir de 1° de outubro de 2006, a partir de quando os alugueres passaram a ser devidos. O valor ajustado entre as partes foi definido através de pesquisa de mercado com empresas do segmento imobiliário que atuam na região. Adicionalmente, a Companhia não tem outros compromissos de compra a longo prazo com terceiros.

(b) A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais, de redução de alíquota de IPI, concedidos para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto 792, de 23 de outubro de 1991. A referida lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei 11.077 de 30 de dezembro de 2004. Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e

serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que do faturamento bruto são deduzidos as revendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei: Os percentuais para investimento estão reduzidos em 20% até 2014 e em 50% até 31 de dezembro de 2006. Em conseqüência, a partir de 2007 o valor do compromisso de investimento irá aumentar. Em 30 de setembro de 2006, restavam a investir R$ 1.619 mil para cumprimento dessa exigência, decorrente das vendas efetuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 (em 30 de setembro de 2005, todo compromisso de investimento decorrente das vendas ocorridas até aquela data já havia sido cumprido).

PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 COMPARADO COM O PERÍODO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003.

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas totalizou R$ 265,7 milhões em 2004, representando aumento de 137,0% em relação à receita bruta de vendas de R$ 112,1 milhões em 2003. Este aumento de receita foi decorrente do acréscimo de 371,2% no volume de PCs vendidos, cujas vendas totalizaram 101,3 mil unidades em 2004 e 21,5 mil unidades em 2003, em função principalmente: (i) do início de nossas atividades no mercado de varejo em 2004; (ii), das medidas de desoneração fiscal e aumento do crédito pelo governo, de forma a impulsionar a inclusão digital; e (iii) combate à pirataria. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de 39,2% dos preços médios de PCs, que foi de R$ 2.556,4 em 2004 e R$ 3.713,2 em 2003, em função da valorização do Real em 8,8% frente ao Dólar durante o exercício de 2004 e à venda de modelos mais acessíveis ao consumidor.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita bruta proveniente dos Segmentos de Hardware e tecnologia educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	2003	% Rec. Bruta	2004	% Rec. Bruta	Variação
Hardware	85,0	75,8%	237,2	89,3%	179,2%
Tecnologia Educacional	27,1	24,2%	28,5	10,7%	5,0%
Total	**112,1**	**100%**	**265,7**	**100%**	**137,0%**

Receita no Bruta de Vendas Segmento de Hardware

A tabela a seguir apresenta a receita bruta de vendas proveniente do setor de *hardware*, assim como a abertura por tipo de produto.

R$ milhões	2003	2004	Variação
Desktops	79,8	228,0	185,6%
Notebooks	-	0,6	-
Serviços	5,2	8,6	68,4%
Total	**85,0**	**237,2**	**179,2%**

O Segmento de Hardware apresentou uma receita bruta de vendas de R$ 237,2 milhões em 2004 (89,3% da receita bruta de vendas), frente a uma receita bruta de vendas de R$ 85,0 milhões em 2003 (75,8% da receita bruta de vendas), apresentando um aumento de 179,2%. Essa variação é decorrência principalmente do início de nossa atuação no mercado varejista em abril de 2004, impulsionado pelas vendas de *desktops*, totalizando 51,3 mil unidades vendidas para esse segmento apenas nos 3 últimos meses de 2004, nos posicionando como líderes no mercado de PCs no Brasil no quarto trimestre de 2004. Também contribuiu para esse crescimento, o aumento em 132,5% nas vendas para o mercado de licitações públicas do governo, totalizando 50,0 mil unidades vendidas em 2004.

Receita Bruta de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita bruta de vendas proveniente do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 28,5 milhões em 2004 (10,7% da receita bruta de vendas), apresentando aumento de 5,0% com relação à receita bruta de vendas de R$ 27,1 milhões em 2003 (24,2% da receita bruta de vendas). Esse aumento deveu-se basicamente ao incremento de 30,4% na receita bruta de vendas de portais educacionais, que foi de R$ 9,0 milhões em 2004 e R$ 6,9 milhão em 2003, e ao aumento de 138,1% na receita bruta proveniente de prestação de serviços de capacitação técnica e treinamento de professores, que foi de R$ 5,5 milhões em 2004 e R$ 2,3 milhões em 2003. Em termos percentuais sobre a receita bruta de vendas, a receita de tecnologia educacional reduziu de 24,2% em 2003 para 10,7% em 2004, principalmente devido à

maior participação do Segmento de Hardware na receita bruta de vendas total, em decorrência do início da venda de PCs para o mercado varejista.

Deduções sobre Vendas

As deduções sobre vendas, compostas pelos impostos sobre as vendas, descontos comerciais concedidos e devoluções, foram de R$ 75,9 milhões em 2004, aumento de 202,9%, frente às deduções de R$ 25,0 milhões em 2003. Tal aumento refletiu o aumento das vendas de PCs descrito acima, assim como a alteração da alíquota da COFINS que passou de 3,0% em 2003 para 7,6% em 2004. Essas deduções corresponderam a 28,6% e 22,3% da receita bruta de vendas em 2004 e 2003, respectivamente.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas totalizou R$ 189,8 milhões em 2004, acréscimo de 118,1% em relação à receita líquida de vendas de R$ 87,0 milhões em 2003, decorrente do aumento das vendas no período, conforme descrito acima em nossa receita bruta de vendas e nas deduções sobre vendas. A receita líquida de vendas correspondeu a 71,4% e 77,7% da receita bruta de vendas em 2004 e 2003, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta a composição da receita líquida de vendas proveniente dos Segmentos de Hardware e tecnologia educacional, assim como sua variação no período.

R$ milhões	2003	2004	Variação
Hardware	62,8	163,3	159,8%
Tecnologia Educacional	24,2	26,5	9,5%
Total	**87,0**	**189,8**	**118,1%**

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Hardware

O Segmento de Hardware apresentou receita líquida de vendas de R$ 163,3 milhões em 2004 (86,0% da receita líquida de vendas), acréscimo de 159,8% se comparado à receita líquida de R$ 62,8 milhões em 2003 (72,2% da receita líquida de vendas). Esse aumento é decorrente do aumento das vendas de PCs, especialmente os *desktops*, cujas vendas aumentaram 166,2%, como podemos observar na tabela a seguir.

R$ milhões	2003	2004	Variação
Desktops	58,6	156,0	166,2%
Notebooks	0,0	0,6	-
Serviços	4,2	6,7	59,0%
Total	**62,8**	**163,3**	**159,9%**

Receita Líquida de Vendas no Segmento de Tecnologia Educacional

A receita líquida de vendas proveniente do segmento de tecnologia educacional totalizou R$ 26,5 milhões em 2004 (14,0% da receita líquida de vendas), apresentando aumento de 9,5% com relação à receita líquida de vendas de R$ 24,2 milhões em 2003 (27,8% da receita líquida de vendas). Essa variação deveu-se ao expressivo crescimento das vendas de serviços e de portais, conforme mencionado acima, embora tenha havido redução de 37,1% na receita líquida de vendas proveniente de mesas educacionais, atingindo R$ 5,8 milhões em 2004, frente a R$ 9,3 milhões em 2003, e redução de 5,8% na receita líquida de vendas de *softwares* educacionais para o varejo, atingindo R$ 3,1 milhões em 2004 frente a R$ 3,3 milhões em 2003. Em termos de participação na receita líquida de vendas total, o segmento de tecnologia educacional passou para 14,0% em 2004, vindo de um patamar de 27,8% em 2003.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados foi de R$ 159,2 milhões em 2004, frente a R$ 68,8 milhões em 2003, apresentando um aumento de 131,3%. Em termos de percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos e serviços prestados atingiu 83,9% da receita líquida de vendas em 2004, frente a de 79,1% em 2003.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso custo de produtos e serviços vendidos para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (em milhões de R$)	2003	% do CPV	2004	% do CPV	Variação
Matéria Prima e Insumos	(61,3)	89,1%	(146,7)	92,1%	139,2%
Mão-de-Obra	(2,5)	3,7%	(4,6)	2,9%	84,0%
Serviços de Terceiros	(5,0)	7,2%	(2,3)	1,5%	-53,3%
Outros	-	-	(5,6)	3,5%	-
Total	**(68,8)**	**100%**	**(159,2)**	**100%**	**131,3%**

O aumento dos custos dos produtos e serviços vendidos, deve-se principalmente ao elevado crescimento das nossas atividades e, secundariamente, aos efeitos da inflação medida no período no custo das matérias-primas e serviços, parcialmente compensados por avanços nas negociações com fornecedores, pelo ganho em escala e pela valorização do Real frente ao Dólar.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R$ 30,6 milhões em 2004, acréscimo de 67,9% em relação ao lucro bruto de R$ 18,2 milhões em 2003. A margem sobre receita líquida passou de 20,9% em 2003 para 16,1% em 2004, devido à maior participação do Segmento de Hardware na receita total da empresa e aos preços competitivos que praticamos nesse período com o objetivo de iniciar nossa atuação no mercado varejista.

Receitas (Despesas) Operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 41,4 milhões em 2004, representando aumento de 64,3% com relação a R$ 25,2 milhões em 2003.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa operacional, assim como sua variação percentual no período:

Receitas (Despesas) Operacionais (em milhões de R$)	2003	2004	Variação
Despesas com Vendas	(10,3)	(19,6)	91,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(20,2)	(22,5)	11,4%
Resultado Financeiro	(0,7)	(4,5)	542,9%
Outros	6,0	5,2	-13,1%
Total	**(25,2)**	**(41,4)**	**64,3%**

Despesas com Vendas

Em termos de percentual da receita líquida, as despesas com vendas diminuíram para 10,3% em 2004, comparado a 11,8% em 2003. O aumento de 91,1% das despesas com vendas em termos absolutos deveu-se principalmente (i) ao aumento de 270,3% nas despesas com marketing, que totalizaram R$ 2,7 milhões em 2004; (ii) ao crescimento de 273,3% nas despesas com comissões sobre vendas, que passou de R$ 1,9 milhão em 2003 para R$ 7,2 milhões em 2004; e (iii) aos valores referentes à VPC – Verba de Propaganda Cooperada, que são repassados às grandes redes varejistas por meio de descontos e bonificações, que iniciaram em 2004 com a nossa entrada no mercado de varejo, totalizando R$ 1,1 milhão. Essas variações são resultados diretos do aumento de nossas vendas, conforme descrito anteriormente.

Despesas Gerais e Administrativas

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 22,5 milhões em 2004, 11,8% maior se comparado às despesas de R$ 20,1 milhões em 2003.

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas despesas gerais e administrativas.

R$ milhões	2003	2004	Variação
Pessoal	(9,5)	(11,5)	21,1%
Serviços Gerais e Contratados	(3,3)	(2,3)	-31,5%
Depreciação e Amortização	(1,1)	(8,4)	644,5%
Gerais	(6,2)	(0,3)	94,7%
Total	**(20,1)**	**(22,5)**	**11,8%**

As despesas com pessoal, compostas por salários, encargos e benefícios, totalizaram R$ 11,5 milhões em 2004, 21,1% maior que a despesa gerada em 2003, justificada basicamente pela contratação de mão-de-obra adicional com o objetivo

de suportar o aumento das vendas ocasionado pelo início de nossa atuação junto ao segmento de varejo. Por essa mesma razão, as despesas gerais, que compreendem gastos com materiais de expediente, taxas, instalações, locações e manutenção, entre outros, cresceram 11,8%, totalizando R$ 22,5 milhões em 2004, contra R$ 20,1 milhões em 2003. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela redução em 31,5% nas despesas com serviços em geral e contratados, que totalizaram R$ 2,3 milhões em 2004.

Em termos de percentual sobre receita líquida, nossas despesas gerais e administrativas reduziram para 11,9% em 2004, comparado a 23,1% em 2003. Essa redução foi devida principalmente aos ganhos de escala e produtividade e a iniciativas de redução de custo no período.

Resultado Financeiro

Nosso resultado financeiro passou de uma despesa de R$ 739 mil em 2003 para uma despesa de R$ 4,5 milhões em 2004, apresentando um aumento de 513,2%, decorrente, principalmente dos efeitos de operações de *hedge* que totalizaram R$ 2,1 milhões em 2004, aumento de 172,1% se comparado a 2003. Também contribuiu para o aumento da despesa financeira, os juros sobre capital de giro e perdas relativas à variação cambial.

A tabela a seguir apresenta os componentes de nosso resultado financeiro.

R$ milhões	**2003**	**2004**	**Variação**
Receitas Financeiras	2,4	1,7	-30,1%
Despesas Financeiras	(2,4)	(4,2)	73,3%
Efeitos líquidos de *hedge*	(0,8)	(2,1)	172,1%
Total	**(0,7)**	**(4,5)**	**513,2%**

Outros

O item outros totalizou receita operacional de R$ 5,3 milhões em 2004, apresentando redução de 11,3% se comparado à receita operacional de R$ 6,0 milhões em 2003. Essa receita é decorrente principalmente dos direitos autorais dos CD Roms vendidos para a Posigraf, que são comercializados junto com os materiais didáticos.

Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos

Em decorrência dos aspectos mencionados acima, obtivemos um prejuízo antes dos impostos de R$ 7,0 milhões em 2003 para R$ 10,8 milhões em 2004, apresentando aumento de 54,7%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social totalizaram um crédito de R$ 3,3 milhões em 2004, redução de 11,4% se comparado a um crédito de R$ 3,8 milhões em 2003.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

Obtivemos um prejuízo de R$ 7,5 milhões em 2004 (-3,9% da Receita Líquida de Vendas), 133,3% maior que o prejuízo de R$ 3,2 milhões em obtido em 2003 (-3,7% da Receita Líquida de Vendas).

EBITDA

Nosso EBITDA atingiu R$ 2,1 milhões em 2004, comparado ao EBITDA negativo de R$ 5,1 milhões em 2003, representando uma variação de R$ 141,7%. A margem EBITDA sobre receita líquida foi de 1,1% em 2004, em comparação à margem negativa de 5,9% em 2003.

EBITDA Ajustado

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R$ 25,6 milhões em 2004, representando um crescimento de 757,0% em relação ao EBITDA Ajustado de R$ 3,0 milhões em 2003. A margem EBITDA Ajustada foi de 13,5% em 2004, em comparação a 3,4% em 2003.

A tabela abaixo mostra a conciliação do EBITDA Ajustado para o lucro líquido nos períodos indicados.

(em milhões de R$)	2003	2004	Variação
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(3,2)**	**(7,5)**	**133,3%**
(-) Depreciação e Amortização	(1,1)	(8,4)	644,5%
(-) Resultado Financeiro	(0,7)	(4,5)	513,2%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	3,8	3,3	-11,4%
EBITDA	**(5,1)**	**2,1**	**141,7%**
(+) Ajustes de Benefícios Fiscais [1]	8,1	23,5	190,6%
EBITDA Ajustado	**3,0**	**25,6**	757,0%

[1] Para mais informações sobre benefícios fiscais, ver a Seção "Atividades – Impactos dos Incentivos Fiscais – Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)".

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E 31 DE DEZEMBRO DE 2003

Ativo

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo da Companhia totalizou R$ 141,7 milhões, representando um aumento de 102,4% se comparado a R$ 70,0 milhões de 31 de dezembro de 2003. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo circulante era de R$ 113,1 milhões, representando um aumento de 157,6% se comparado a R$ 43,9 milhões de 31 de dezembro de 2003. Em 31 de dezembro de 2004, o ativo circulante representava 79,8% do ativo total, enquanto que, em 31 de dezembro de 2003, representava 62,7% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 17,1 pontos percentuais no período. Essa variação é conseqüência direta do aumento de 371,2% nas vendas de computadores no período, impulsionado pelo início das vendas para o mercado de varejo.

Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R$ 5,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 296,9% se comparadas a R$ 1,3 milhão de 31 de dezembro de 2003. Estas representaram, respectivamente, em 31 de dezembro de 2004 e 2003, 3,7% e 1,9% do ativo total.

Clientes

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, pode ser discriminada da seguinte maneira:

R$ mil	2003	2004
A vencer	23.576	56.944
Vencidos há 30 dias	126	4.766
Vencidos de 31 a 60 dias	36	25
Vencidos de 61 a 90 dias	30	-
Vencidos de 91 a 180 dias	43	14
Vencidos há mais de 180 dias	569	589
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129)	(693)
Total de contas a receber de clientes	**24.251**	**61.645**

A Companhia avalia a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa através da análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas efetivas dos créditos em atraso.

O saldo das contas a receber de clientes totalizou R$ 61,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 154,2% se comparado a R$ 24,3 milhões em 31 de dezembro de 2003. Estes números representam, respectivamente, 43,5% e 34,6% do ativo total. Esse aumento foi em decorrência do crescimento da necessidade de financiamento das vendas para clientes, principalmente em razão do início de nossas vendas ao mercado de varejo, o que resultou em um aumento de 371,2% nas vendas totais de computadores.

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$ 31,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 146,1% se comparado ao saldo de R$ 12,8 milhões em 31 de dezembro de 2003. Essa variação deveu-se basicamente ao aumento de 127,3% no estoque de matérias-primas, de 246,7% no estoque de mercadorias para revenda e de 476,5% no estoque de licenças de uso, como o Windows, por exemplo, com o objetivo de suportar a demanda crescente observada no período.

R$ mil	2003	2004	Variação
Matéria-prima	7.137	16.220	127,3%
Mercadorias para revenda	1.813	6.285	246,7%
Produtos acabados	2.229	3.852	72,8%
Produtos em elaboração	1.029	1.403	36,3%
Licenças de uso	493	2.842	476,5%
Importação em andamento	-	737	-
Outros estoques	69	84	21,7%
Total de estoques	**12.770**	**31.423**	**146,1%**

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de estoques representava 22,2% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2003, 18,2% do ativo total, o que representa um aumento de 4,0 pontos percentuais no período.

Adiantamento a Fornecedores

O saldo de adiantamentos a fornecedores, composto por impostos sobre importação, fretes internacional e rodoviário, custos com despachante aduaneiro e com armazenagem de mercadoria, totalizou R$ 137 mil em 31 de dezembro de 2004, representando aumento de 20,2% se comparado ao saldo de R$ 114 mil em 31 de dezembro de 2003. Em termos percentuais, o saldo de adiantamentos a fornecedores representou 0,1% e 0,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003.

Impostos a Recuperar

O saldo de impostos a recuperar totalizou R$ 14,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 e R$ 5,1 milhões em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 178,9% no período. Esse aumento refere-se, principalmente, ao acúmulo de créditos de ICMS e IPI. Em 31 de dezembro de 2004, os impostos a recuperar representavam 10,0% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2003, representavam 7,3% do ativo total, tendo apresentado um aumento de 2,7 pontos percentuais no período.

Outros Créditos

O saldo de outros créditos totalizou R$ 437 mil em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 23,1% se comparado a R$ 355 mil em 31 de dezembro de 2003. Esse aumento é explicado, basicamente, pela cessão de cheques caução que são dados em garantia nos processos de licitações públicas para fornecimento de computadores, cujas vendas aumentaram em 132,5% no período. Em 31 de dezembro de 2004, as outras contas a receber representavam 0,3% do ativo total e, em 31 de dezembro de 2003, representavam 0,5% do ativo total.

Realizável a Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo realizável a longo prazo era de R$ 7,4 milhões, representando um aumento de 79,0% se comparado a 31 de dezembro de 2003, quando o mesmo era de R$ 4,1 milhões, variação esta explicada pelas razões abaixo. Em termos percentuais, entre 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003, o ativo realizável a longo prazo representou 5,2% e 5,9% do ativo total, respectivamente.

Partes Relacionadas

O saldo de ativo em transações com partes relacionadas totalizou R$ 110 mil em 31 de dezembro de 2003. Em 31 de dezembro de 2004 não possuíamos ativos em transações com partes relacionadas. Historicamente, a Companhia foi financiada pelas outras empresas do grupo. A partir de 2005, com o forte crescimento nas vendas de computadores, impulsionado pelo início das vendas no mercado de varejo, a Companhia passou a ser credora de suas partes relacionadas. Em termos percentuais, o ativo de transações com partes relacionadas representou 0,0% e 0,2% do ativo total em 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003, respectivamente.

R$ mil			2004	2003	
	Taxa	Vencimento	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuo e uso de funcionários:					
Sociedade Educac. Positivo Ltda.	CDI	Indeterminado	24.512	-	3.126
Positivo Ind. e Eletrônica Ltda.		Indeterminado	-	-	-
			24.512	**-**	**3.126**
Conta corrente acionistas:					
Oriovisto Guimarães		Indeterminado	532	22	-
Cixares Libero Vargas		Indeterminado	532	22	-
Samuel Ramos Lago		Indeterminado	532	22	-
Ruben T.C. Formighieri		Indeterminado	532	22	-
Helio B. Rotenberg		Indeterminado	532	22	-
			2.660	**110**	**-**
Total de transações com partes relacionadas			**27.172**	**110**	**3.126**

Durante os períodos reportados as operações de mútuo entre partes relacionadas eram decorrentes de política de gestão de caixa único entre as empresas do Grupo Positivo buscando o uso racional dos recursos disponíveis gerados por essas empresas. Os recursos eram transferidos de uma empresa para outra de acordo com a necessidade de caixa de cada parte relacionada. Tais operações estão suportadas por contratos ajustados diariamente pela taxa do CDI, compatível com as pactuadas pela Companhia em suas captações junto às instituições financeiras.

Tributos Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou R$ 7,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 88,5% se comparado a R$ 3,8 milhões em 31 de dezembro de 2003. Esse aumento se deu em função, basicamente, do efeito decorrente do prejuízo de R$ 3,1 milhões em 2003 que passou para um prejuízo maior de R$ 7,5 milhões obtido em 2004. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos representava 5,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2003, representava 5,4%.

Outros Créditos

O saldo proveniente de outros créditos totalizou R$ 251 mil em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 8,7% se comparado a R$ 231 mil em 31 de dezembro de 2003. Estes números representavam, 0,2% e 0,3% do ativo total, respectivamente.

Permanente

Em 31 de dezembro de 2004, o ativo permanente totalizou R$ 21,3 milhões, redução de 3,4%, se comparado a R$ 22,0 milhões em 31 de dezembro de 2003. Estes números representavam, respectivamente, 15,0% e 31,4% do ativo total, devido aos fatores apresentados a seguir.

Investimentos

O saldo proveniente de investimentos permaneceu estável, totalizando R$ 199 mil em 31 de dezembro de 2004 e 2003. Em termos percentuais, o saldo de investimentos representou 0,1% e 0,3% do ativo total em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, respectivamente.

Imobilizado Líquido

O saldo de imobilizado líquido totalizou R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 1,7%, se comparado a R$ 3,6 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em termos percentuais do ativo total, o saldo de imobilizado líquido totalizou 2,6% e 5,1% em 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003, respectivamente.

Diferido Líquido

O saldo diferido líquido totalizou R$ 17,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando redução de 4,5%, se comparado a R$ 18,2 milhões em 31 de dezembro 2003. Em termos percentuais do ativo total, o saldo diferido líquido totalizou 12,3% e 26,0% em 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003, respectivamente.

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática Ltda. adquiriu cotas do capital da sociedade Positivo Informática Ltda. (antiga denominação da Companhia), pelo valor total de R$ 38,6 milhões, passando a ser a sócia controladora da sociedade. Nessa operação, foi gerado um ágio no valor de R$ 32,4 milhões, com base na rentabilidade futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação. Posteriormente, em 3 de janeiro de 2000, a Companhia incorporou a Positivo Sistemas e Informática Ltda., registrando esse ágio no ativo diferido. Para este saldo existe provisão no mesmo montante, constituída no exercício de 2003, em contrapartida ao patrimônio líquido, para anular o aumento do patrimônio causado pelo registro do ágio gerado dentro do próprio grupo econômico, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores do ágio e de sua respectiva provisão estão sendo amortizados pelo prazo de 11 anos, finalizando em 2008, considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda.

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática, (regulamentada pelo Decreto nº 792 de 23 de outubro de 1991) alterada pela Lei nº 10.176 de 11 de janeiro de 2001, (regulamentada pelo Decreto nº 3.800 de 20 de abril de 2001) e pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004 (*ver seção "Incentivos Fiscais"*). Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, um percentual mínimo do seu faturamento. Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e seus encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens e outros correlatos. A amortização dos investimentos foi fixada em 03 anos.

Passivo

Em 31 de dezembro de 2004, o passivo total atingiu R$ 141,7 milhões, representando um aumento de 102,4% se comparado a R$ 70,0 milhões em 31 de dezembro de 2003. Essa variação é explicada pelos fatores apresentados a seguir.

Circulante

Em 31 de dezembro de 2004, o passivo circulante totalizou R$ 61,4 milhões, representando um aumento de 170,1% se comparado a R$ 22,8 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em termos percentuais, o passivo circulante representou 43,4% e 32,5% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente. Os efeitos que resultaram nessa variação são explicados abaixo.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 2,8 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 44,5% se comparado a R$ 1,9 milhão em 31 de dezembro de 2003, justificado pelo maior volume de recursos financeiros captado através de um crédito rotativo junto ao HSBC Bank Brasil S.A., o qual pode ser prorrogado automaticamente e é garantido por nota promissória e aval dos acionistas. Em termos percentuais, o saldo de empréstimos e financiamentos correspondeu a 2,0% e 2,7% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 31 de dezembro de 2003, respectivamente.

Fornecedores

Em razão da necessidade de aquisição de maior volume de matérias-primas para suprir o aumento da demanda do mercado de computadores, impulsionada pelo início de nossas vendas ao mercado de varejo, o saldo de fornecedores totalizou R$ 37,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 209,8% se comparado a R$ 12,1 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em termos percentuais, o saldo de fornecedores representou 26,5% e 17,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Salários e Encargos a Pagar

Em decorrência do aumento da demanda do mercado por computadores, em função do início de atuação junto ao mercado de varejo, o saldo de salários e encargos a pagar totalizou R$ 752 mil em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de

5,9% se comparado a R$ 710 mil em 31 de dezembro de 2003. O número de colaboradores da Companhia passou de 373 em 31 de dezembro de 2003 para 522 em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 41,8%. Em 31 de dezembro de 2004 e 2003, o saldo de salários e encargos a pagar representou 0,5% e 1,0% do passivo total, respectivamente.

Provisões

O saldo de provisões totalizou R$ 13,0 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 77,1% se comparado a R$ 7,3 em 31 de dezembro de 2003. Esse crescimento em termos absolutos foi conseqüência direta do aumento das vendas de computadores. Entretanto, em termos de percentual do passivo total, obtivemos redução de 1,3 ponto percentual, representando 9,1% e 10,4% em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente, podendo-se verificar algum ganho de escala em nossas operações.

R$ mil	**2003**	**2004**	**Variação**
Provisão para garantias e assistência técnica (a)	7.421	5.542	33,9%
Provisão para comissões (b)	2.557	620	312,4%
Provisões Trabalhistas e Encargos	1.497	1.154	-22,9%
Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada (c)	231	-	-
Provisão para fretes	697	-	-
Provisão para devoluções	551	-	-
Provisão para quebra na industrialização	-	-	-
Total de provisões para curto prazo	**12.954**	**7.316**	**77,1%**

A provisão para garantias e assistência técnica foi constituída com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas. Em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida sobre o parque em garantia na data base. Essa provisão totalizou R$ 7,4 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 33,9% se comparado a R$ 5,5 milhões em 31 de dezembro de 2003.

A provisão para comissões tomou como base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda de nossos diferentes produtos e serviços. Este percentual médio foi multiplicado sobre o saldo de contas a receber em cada data base. Essa provisão totalizou R$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 312,4% se comparado a R$ 620 mil em 31 de dezembro de 2003.

Os valores provisionados como VPC - Verba de Propaganda Cooperada, foram calculados conforme os pedidos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelas redes varejistas. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente. Os valores de VPC começaram a ser provisionados em 2004, ano em que totalizou R$ 231 mil, uma vez que compõem uma verba específica do mercado de varejo.

Imposto de renda e contribuição social a pagar

Em 2004 e 2003 não registramos saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar em razão dos prejuízos obtidos no período.

Impostos e Contribuições

O saldo de impostos e contribuições foi de R$ 6,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, apresentando um aumento de 984,6% se comparado a R$ 578 mil em 31 de dezembro de 2003. Tal aumento refletiu basicamente o aumento das vendas de computadores, além da alteração da alíquota da COFINS que passou de 3,0% em 2003 para 7,6% em 2004. Em 31 de dezembro de 2004, os impostos e contribuições representaram 4,4% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2003, 0,8% do passivo total, o que representa um aumento de 3,6 pontos percentuais no período.

Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes foi de R$ 21 mil em 31 de dezembro de 2004, apresentando redução de 61,1% se comparado a R$ 54 mil em 31 de dezembro de 2003, representando 0,0% e 0,1% do passivo total, respectivamente.

Outras Contas a Pagar

O saldo de outras contas a pagar foi de R$ 459 mil em 31 de dezembro de 2004 e R$ 27 mil em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 1.600,0% no período. Em termos percentuais, o saldo de outras contas a pagar representou 0,3% e 0,0% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Exigível a Longo Prazo

O exigível a longo prazo totalizou R$ 30,4 milhões em 31 de dezembro de 2004 e R$ 6,8 milhões em 31 de dezembro de 2003, apresentando um aumento de 343,5% no período. Em 31 de dezembro de 2004, o exigível a longo prazo representava 21,4% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2003, representava 9,8% do passivo total, o que representa um aumento de 11,6 pontos percentuais no período. Esse aumento justifica-se pelas transações com partes relacionadas, nas quais a Companhia figurava como devedora.

Empréstimos e Financiamentos

Em 2004 e 2003 não possuíamos empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Partes Relacionadas

O saldo de transações com partes relacionadas totalizou R$ 27,2 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 769,2% se comparado a R$ 3,1 milhões em 31 de dezembro de 2003. Esse aumento reflete o maior volume de recursos captados por meio de empréstimos obtidos perante outras empresas do Grupo, em que a Companhia figurava como devedora, conforme explicado anteriormente.

Provisões Para Contingências

A Companhia somente passou a contabilizar os valores de contingências a partir de 2005. Tais contingências incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis considerados como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

Outras Provisões

O saldo de outras provisões, que é composto pelas provisões para garantias e assistência técnica de computadores, foi de R$ 3,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 e de R$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2003, representando uma redução de 14,5% no período. Em termos percentuais, o saldo de outras provisões representou 2,2% e 5,3% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Patrimônio Líquido e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo de patrimônio líquido e de adiantamento para futuro aumento de capital foi de R$ 49,9 milhões em 31 de dezembro de 2004 e de R$ 40,4 milhões em 31 de dezembro de 2003, apresentando um aumento de 23,4% no período, pelas razões apresentadas abaixo. Em 31 de dezembro de 2004, o patrimônio líquido e o adiantamento para futuro aumento de capital representavam 35,2% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2003, 57,7%, o que corresponde a uma redução de 22,5 pontos percentuais no período.

Capital Social

O saldo do capital social totalizou R$ 23,1 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando um aumento de 14,8% se comparado a R$ 20,1 milhões em 31 de dezembro de 2003. O incremento de R$ 3,0 milhões no capital subscrito da Companhia originou-se das reservas de isenção e subvenção destinadas ao aumento de capital. Em 31 de dezembro de 2004, o capital social representava 16,3% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2003, 28,7%, o que corresponde a redução de 12,4 pontos percentuais no período.

Reservas de Capital

O saldo das reservas de capital foi de R$ 20,2 milhões em 31 de dezembro de 2004 e de R$ 15,5 milhões em 31 de dezembro de 2003, representando um aumento de 30,2% no período. Esse acréscimo deveu-se, essencialmente, ao aumento de 30,5% do crédito presumido de ICMS, contabilizado nesta conta como subvenção para investimento, conforme apresentado abaixo. Em termos percentuais, as reservas de capital representaram 14,3% e 22,2% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

R$ mil	2004	2003	Variação
Reserva de Incentivos Fiscais	173	173	0,0%
Subvenções para Investimentos	20.050	15.360	30,5%
Total de Reservas de Capital	**20.223**	**15.533**	**30,2%**

Lucros (Prejuízos) Acumulados

O saldo de lucros (prejuízos) acumulados totalizou um prejuízo de R$ 5,3 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 67,1% se comparado ao prejuízo de R$ 16,0 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em 31 de dezembro de 2004, o saldo de lucros (prejuízos) acumulados representava -3,7% do passivo total e, em 31 de dezembro de 2004, -22,8%.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo de adiantamento para futuro aumento de capital totalizou R$ 11,9 milhões em 31 de dezembro de 2004, representando uma redução de 42,9% se comparado a R$ 20,8 milhões em 31 de dezembro de 2003. Em termos percentuais, o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital representou 8,4% e 29,7% do passivo total em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

Liquidez e Recursos Financeiros

Fluxo de Caixa

Nossa principal fonte de recursos são nossas operações, cuja geração de caixa é positivamente impactada pelos incentivos fiscais que são vigentes no Estado do Paraná onde nossas plantas estão instaladas. Adicionalmente, procuramos obter recursos de baixo custo provenientes de bancos de fomento e organismos multilaterais, com o propósito de minimizar nosso custo médio ponderado de capital.

Nossa necessidade de capital de giro está diretamente relacionada ao nosso aumento de receitas, pois habitualmente financiamos nossos clientes e mantemos um nível mínimo de estoque para atendê-los. Em 2005 nosso prazo médio de recebimento foi 98 dias, tivemos um estoque médio de 45 dias e um prazo médio de pagamento a fornecedores de 54 dias.

Nosso fluxo de caixa operacional líquido totalizou cerca de R$ 27,5 milhões em 2005, devido basicamente ao aumento do nosso lucro líquido, que totalizou R$ 16,9 milhões em 2005, frente ao prejuízo de R$ 7,5 milhões obtido em 2004, combinado com o efeito positivo de incentivos fiscais, que totalizaram R$ 74,0 milhões em 2005. Esse efeito teria sido maior, não fosse o aumento da necessidade de capital de giro em função do crescimento das vendas, refletido diretamente no acréscimo de financiamento aos nossos clientes, totalizando R$ 83,2 milhões em 2005, e no aumento de nossos estoques em R$ 27,8 milhões em 2005.

Em 2004, nosso fluxo de caixa proveniente de nossas operações foi negativo em R$ 2,8 milhões. Esse efeito deveu-se basicamente ao aumento de 138,3% no prejuízo do exercício de R$ 7,5 milhões em 2004, comparado ao prejuízo de R$ 3,1 milhões em 2003 e ao aumento da necessidade de capital de giro devido ao crescimento das vendas, refletido diretamente nas contas a receber para financiamento de nossos clientes, que totalizou R$ 37,4 milhões em 2004, e no aumento de 2.564,7% nos nossos estoques que totalizaram R$ 18,7 milhões em 2004. A redução do fluxo de caixa operacional líquido poderia ter sido maior, não fosse o efeito positivo de incentivos fiscais, totalizando R$ 23,5 milhões 2004.

Em 2003, nosso fluxo de caixa proveniente de nossas operações totalizou uma geração de caixa de R$ 16,6 milhões. Em adição aos recursos gerados das operações, obtivemos cerca de R$ 8,1 milhões por meio de benefícios fiscais.

Investimentos

A tabela a seguir contém os investimentos realizados nos períodos indicados:

R$ milhões	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Período encerrado em 30 de setembro de
	2003	2004	2005	2006
Terrenos	0,2	-	1,4	-
Edifícios, Máquinas e Instalações	-	0,2	0,6	1,3
Móveis e Instalações Administrativas	0,7	0,5	1,1	1,1
Projeto ERP Oracle	-	-	-	3,6
Pesquisa e Desenvolvimento	6,2	6,8	9,0	5,7
Outros	-	0,1	0,3	0,0
Total	**7,2**	**7,6**	**12,4**	**11,7**

Nossos investimentos totais foram de R$ 11,7 milhões nos primeiros 9 meses de 2006, R$ 12,4 milhões em 2005, R$ 7,7 milhões em 2004 e R$ 7,2 milhões em 2003, direcionados principalmente aos projetos de pesquisa e desenvolvimento no segmento de tecnologia educacional. Adicionalmente, em 2006, iniciamos projeto de implantação de projeto de ERP, com o objetivo de otimizar nossos controles e processos internos, maximizando a produtividade e segurança nas informações.

Endividamento

Para efeito da realização dos vários investimentos concluídos até 2005 e necessidade de capital de giro para ampliação de nossas operações, utilizamos linhas de financiamento de médio a longo prazo, com taxas e prazos compatíveis com os investimentos.

A tabela a seguir apresenta nossos empréstimos e financiamentos, bem como suas características e valores:

R$ milhões	Taxas Vigentes %	Modalidade	2003	2004	2005	9M06
			R$	R$	R$	R$
Banco do Brasil	104% do CDI	Conta Garantida				3,0
HSBC Bank	CDI + 5% a.a	Conta Garantida	1,9	2,8	-	-
BNDES Progeren	TJLP+3,5% a.a	Capital de Giro	-	-	33,1	17,1
Total			**1,9**	**2,8**	**33,1**	**20,1**
Total de curto prazo	-	-	1,9	2,8	24,8	20,1
Total de longo prazo	-	-	-	-	8,3	-

Contratos Relevantes

Contratos Financeiros Relevantes

Contrato de Financiamento com o BNDES

Em 10 de março de 2005, celebramos um financiamento com o BNDES no valor de R$ 30 milhões, por meio do PROGEREN – Programa de Apoio ao Fortalecimento da capacidade de geração de Emprego e Renda, cuja liberação, ocorreu em 28 de março de 2005. O financiamento é corrigido por uma taxa de juros de 3,5% ao ano acima da TJLP, com carência de 12 meses e 12 amortizações mensais a partir de abril de 2006, com vencimento em março de 2007. Este endividamento é garantido por aval dos sócios e três cartas de fianças bancárias, no valor de R$ 10 milhões cada uma, emitidas pelo Banco Itaú S.A., Banco Real ABN AMRO e Banco HSBC Bank Brasil S/A. As obrigações decorrentes do contrato mencionados neste parágrafo constituem as únicas obrigações de longo prazo.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

R$ milhões Ano de vencimento:	**2003**	**2004**	**2005**	**9M06**
2005	-	-	-	-
2006	-	-	24,8	-
2007	-	-	8,3	-
Total	-	-	33,1	-

Contrato de Empréstimo com Banco do Brasil

O valor do empréstimo do Banco do Brasil S.A., refere-se a crédito rotativo que pode ser prorrogado automaticamente. Foi dado como garantia nota promissória e aval dos sócios.

Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC

Em 21 de dezembro de 2005, celebramos contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos de Créditos sem Co-Obrigação e Outras Avenças, cujo prazo de vigência é indeterminado. Até a presente data, já foram destinados cerca de aproximadamente R$15 milhões em recebíveis, oriundos de contratos comercias celebrados entre a Companhia e determinados clientes e fornecedores, para constituição do FIDC. Em decorrência do contrato acima mencionado, em 20 de janeiro de 2006, celebramos Contrato de Prestação de Serviço de Custódia de Direitos Creditórios oriundos do FIDC. Não foram emitidos valores mobiliários lastreados por direitos creditórios do FIDC e não foi adiantado nenhum recurso em decorrência destes contratos.

Contratos Comerciais

Celebramos diversos contratos relacionados às nossas atividades operacionais. Alguns desses contratos estão protegidos por cláusulas de confidencialidade que objetivam resguardar determinadas informações e/ou condições comerciais de nossas contrapartes, mas que não causam efeito adverso em nossa atividade. Descrevemos a seguir breve descrição de nossos contratos comerciais relevantes.

Contratos de fornecimento de bens a entes da administração pública

Possuímos diversos contratos de fornecimento de bens e equipamentos de informática para entes da administração pública, que representam uma receita líquida anual de aproximadamente R$ 166,0 milhões. Tais contratos são regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como pelas respectivas leis estaduais ou municipais às quais cada entidade pública está submetida. Além do fornecimento de computadores e *softwares*, assumimos perante tais entidades obrigações de prestar serviços de assistência técnica, manutenção dos bens fornecidos e concessão de garantias de produtos. Em alguns casos, garantimos o cumprimento de nossas obrigações perante tais entidades públicas através da prestação de garantias, tais como caução, seguro ou fiança.

Pela inobservância de qualquer cláusula do contrato ou na hipótese de sermos responsabilizados ou condenados por irregularidades, erros, falhas ou atrasos no fornecimento dos bens ou serviços contratados, poderemos ser advertidos pelos órgãos da administração pública, sofrer multas contratuais significativas, ter o fornecimento dos bens e serviços suspenso temporariamente, bem como sermos impedidos de licitar e contratar com a administração pública. Além disso, tais contratos podem ser rescindidos, nos termos da mencionada lei, por ato unilateral da administração pública, por motivos de interesse público.

Também celebramos com inúmeras prefeituras e órgãos públicos contratos administrativos para fornecimento e instalação de equipamentos e tecnologia educacional, como portais, *softwares* e Mesas Educacionais, além da prestação de serviços de formação de educadores e suporte técnico e pedagógico, visando à implantação de laboratórios de Tecnologia Educacional em diversas instituições de ensino. Tais contratos representaram, em 2005, uma receita líquida anual de aproximadamente R$ 16,5 milhões e também são regidos pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e normas pertinentes, ficando a Companhia, em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, sujeita às disposições e penalidades estabelecidas na mencionada legislação.

Vendas para o Mercado Varejista

Hardware

Fornecemos equipamentos para nossos clientes no Mercado Varejista via pedido específico de compra, no qual são definidos os dados para faturamento, entrega e cobrança, bem como a descrição detalhada do produto e a quantidade dos equipamentos a serem fornecidos, além das condições e das formas de pagamento, entre outras informações relevantes para operação. As vendas para o Mercado Varejista representam uma receita líquida anual de aproximadamente R$ 332 milhões.

Tecnologia Educacional

Fornecemos *softwares* educacionais para nossos clientes no Mercado Varejista via pedido específico de compra, no qual são definidos os dados para faturamento, entrega e cobrança, bem como a descrição detalhada do produto e a quantidade dos produtos a serem fornecidos, além das condições comerciais e das formas de pagamento, entre outras informações relevantes para operação.

Contratos de fornecimento de matérias-primas e componentes

Possuímos contratos que regulam nossas relações comerciais com nossos fornecedores de matérias-primas e componentes utilizados em nosso processo produtivo. Dentre outros, possuímos contratos celebrados com a Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. e a EMC Ind. e Com. do Amazonas Ltda. para fornecimento de monitores de vídeo, bem como com a Digitron da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. para fornecimento de Placas-mãe, Placas de Rede, Fax Modem, Placas de Som e Placas de Vídeo para PCs e com a Serdia Eletrônica Industrial Ltda. para fornecimento e industrialização de placas de circuito. Estes contratos foram celebrados na modalidade *Original Equipament Manufacturer* ("OEM") e dependem de um "Pedido/Ordem de Compra", no qual são definidas as quantidades e

especificações dos equipamentos fornecidos, bem como o prazo de entrega e as condições de pagamento. Nos termos destes contratos, não somos obrigados a adquirir quotas mensais mínimas de produtos. Além disso, por se tratar de fornecimento na modalidade OEM, estamos autorizados a promover o reprocessamento do produto podendo comercializá-lo com marca própria. Além destes, existem outros fornecedores nacionais e internacionais de bens relevantes para os nossos negócios com os quais não celebramos contratos, sendo a formalização realizada através de *forecast* via eletrônica (e-mail) e a confirmação da demanda e a autorização de fornecimento via pedido de compra. Nosso custo anual com matérias-primas e componentes é de aproximadamente R$ 420 milhões.

Contratos de acesso aos Portais

Para a prestação dos serviços de disponibilização de acesso ao conteúdo restrito de nossos Portais, a Companhia mantém contratos com diversas instituições de ensino, tanto públicas como privadas, para atender a alunos, professores, pessoal administrativo, coordenadores pedagógicos e diretores formalmente ligados às mesmas. Estes contratos representam uma receita líquida anual de aproximadamente R$ 15 milhões. Possuímos autorização de todos os titulares de direitos sobre o conteúdo veiculado nos Portais, mediante assinatura de contratos que prevêem a licença ou cessão do conteúdo à Companhia como, por exemplo, os contratos firmados com as empresas Hyper Media Editora e Studio Ziraldo. De acordo com nossa política comercial, concedemos descontos no valor das mensalidades a instituições de ensino relevantes ou a editoras que atendem grande número de escolas, destacando-se a *Posigraf*, que atende a mais de 2500 escolas.

Contratos de distribuição

Possuímos contratos com empresas localizadas no exterior para distribuição e comercialização das nossas de Mesas Educacionais em seus respectivos países. Através destes contratos, iniciamos a comercialização de nossos produtos no mercado internacional. Tais contratos representam uma receita líquida anual de, aproximadamente, R$ 265 mil. Na maioria dos casos, são fixadas quantidades mínimas a serem adquiridas. Além disso, o pagamento é fixado por unidade vendida, sendo o distribuidor responsável por retirar a mercadoria do porto brasileiro, contratar o despacho aduaneiro de importação e pagar todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas decorrentes da nacionalização e comercialização das mesas, bem como por prestar assistência técnica aos clientes finais. Também atuamos no licenciamento de *softwares* de terceiros e, com isso, celebramos contratos com diversas empresas para fins de distribuição e comercialização dos referidos produtos especialmente no Brasil, mediante pagamento de *direitos autorais.* A maioria destes contratos exige a aquisição de uma garantia mínima de produtos e estabelece que somos responsáveis por oferecer suporte técnico a clientes finais. Além disso, em alguns casos, é reservado ao fornecedor o direito de, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, suspender a produção, distribuição ou licença dos produtos, bem como de alterar, aperfeiçoar e modificar seu design ou suas especificações, além de outros serviços e políticas relativas aos produtos.

Contratos de representação comercial e prestação de serviços

Possuímos contratos com empresas especializadas para mediação da venda de nossos produtos e para prestação de serviços de instalação, treinamento, assistência técnica e manutenção da nossa área de informática. Tais contratos são por prazo indeterminado. As atividades são exercidas sem exclusividade em uma zona territorial determinada, que pode ser aumentada ou restringida, de acordo com a necessidade das partes. A título de retribuição pelas vendas efetuadas e pela prestação de serviços pós-venda, durante os 12 meses da garantia, a representante faz jus à uma comissão sobre o valor vendido. No caso das vendas não intermediadas pela representante, esta recebe uma remuneração pela prestação dos serviços de instalação, treinamento, assistência técnica e manutenção de equipamentos, que varia em função do atendimento prestado. Além disso, possuímos empresas credenciadas a nossa rede de assistência técnica (Assistência Técnica Positivo), que prestam serviços de assistência técnica para nossos clientes. De acordo com nosso contrato padrão, os serviços são contratados para determinada zona territorial, por prazo indeterminado e a remuneração varia de acordo com a distância do local no qual será prestado o atendimento ao cliente e com o número de visitas a serem realizadas. No caso de licitações públicas, as vendas são realizadas diretamente pela Companhia.

Contratos de transporte

Celebramos contratos de transporte com empresas especializadas para prestação de serviços de embarque e/ou desembarque de matérias-primas e/ou produtos finais adquiridos ou remetidos por nós, sendo a transportadora responsável, a partir da coleta dos volumes até sua entrega ao destinatário, pelo manuseio, transporte e seguro da carga transportada. A empresa de transporte também se responsabiliza por danos e prejuízos que venham a ser sofridos por

nós e pelos usuários dos serviços, inclusive nas hipóteses de caso de furto e força maior, acidentes, colisões, inundações, roubo, extravio, estelionato, apropriação indébita, devendo contratar coberturas de seguros específicos, além de manter contrato de gerenciamento do risco com empresas homologadas pela Companhia. Alem disso, mantemos um seguro sobre as cargas embarcadas como contingência ao seguro das transportadoras, em valores suficientes para a cobertura de eventuais perdas. Os nossos contratos de transporte não pressupõem exclusividade, são por prazo indeterminado e representam um custo anual de aproximadamente R$ 11 milhões.

Acordos não contabilizados no balanço patrimonial

Não possuímos operações relevantes que não estejam registradas nas nossas demonstrações financeiras.

Informações quantitativas e qualitativas sobre os riscos de mercado

Taxa de juros

Em função de nossas obrigações quanto a empréstimos e financiamentos estarem indexadas à TJLP e CDI, estamos sujeitos às oscilações dessas taxas na formação de nossos custos com os financiamentos tomados. Nossa dívida atual atrelada à TJLP é junto ao BNDES e vence no curto prazo. Uma variação de +1% na TJLP afetaria as três ultimas parcelas, todas estas vincendas em 2007 e acresceria o valor da dívida em R$ 85,7mil em valor nominal. O efeito da variação da CDI não pode ser medida com precisão dado o curtíssimo prazo com que tomamos estes recursos.

Variação cambial

Em função de suas obrigações quanto à aquisição de matéria-prima importada, que compôs cerca de 61,7% dos custos de nossas matérias-primas nos primeiros nove meses de 2006, estamos sujeitos às oscilações da taxa de câmbio na formação de nossos custos. Adicionalmente, 30,5% dos custos de nossas matérias-primas, apesar de estas não serem importadas, são diretamente atrelados à variação cambial. Fazemos *hedge* cambial de toda nossa dívida em dólar e assim uma variação na taxa de câmbio teria efeito limitado em nossas obrigações junto a fornecedores.

A INDÚSTRIA DE COMPUTADORES E DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

A Indústria de Informática no Mundo

Segundo a IDC, o mercado mundial de tecnologia da informação atingiu cerca de US$1,08 trilhão em 2005. Deste total, cerca de 39% refere-se ao mercado dos Estados Unidos, com US$416 bilhões, 10% ao mercado japonês, com US$109 bilhões, e 3% ao mercado da China, com US$31 bilhões. O mercado da América Latina representa aproximadamente 3% do mercado global, com US$29,3 bilhões, sendo o Brasil responsável por 1/3 do total do mercado de tecnologia da informação e por aproximadamente 34% da base instalada de PCs na região.

Segundo estimativas da IDC, em 2005 foram vendidos aproximadamente 195,3 milhões de PCs no mundo. Estima-se que, em 2004, cerca de 772,4 milhões de PCs estavam em uso no mundo, sendo que mais da metade estava concentrada nos Estados Unidos, Japão, China, Alemanha e Reino Unido. O Brasil ocupava a 9º posição, com uma participação mundial de 2,5%.

Atualmente, a indústria de PCs no mundo é composta por um número limitado de grandes empresas multinacionais e numerosas empresas locais de menor porte. Entre as maiores empresas do setor de informática no mundo, estão a Dell, a HP, a Apple, a Lenovo, a Sony e a Toshiba. Principalmente fora de seus países de origem, tais empresas encontram forte competição de companhias locais, como a Acer, em Taiwan, a Fujitsu, no Japão e nós, no Brasil.

Número de PCs em Uso no Mundo (2004)

País	Milhões de Unidades	PCs por 100 hab	Internet por 100 hab	Crescimento do PIB 2000 - 2005
Estados Unidos	223,8	75,1	62,0	3,3%
Japão	69,2	54,0	50,1	1,8%
China	53,0	4,0	7,1	11,3%
Alemanha	40,0	48,4	42,6	1,4%
Reino Unido	35,9	60,1	63,0	3,1%
França	29,4	48,6	41,3	2,4%
Coréia do Sul	26,2	54,8	66,0	6,6%
Canadá	22,4	69,4	62,0	3,6%
Brasil	**19,4**	**10,4**	**11,8**	**3,1%**
Rússia	19,0	13,3	11,2	7,9%
Itália	18,2	31,2	49,7	1,2%
Índia	13,0	1,2	3,2	7,6%
México	11,2	10,5	13,1	3,2%
Argentina	3,0	7,7	15,9	1,8%
Chile	2,1	13,1	26,4	5,3%
Outros	186,6	6,7	8,8	N/A
Total Geral	**772,4**	**11,9**	**13,3**	

Fonte: ITU, Network Wizards, RIPE, ONU

Apesar da base de computadores no mundo crescer rapidamente, o nível de inclusão digital é bastante distinto entre os países, como observado através dos dados de penetração de PCs por 100 habitantes – especialmente aqueles em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia, Argentina e Rússia.

O mercado mundial de PCs caracteriza-se por produtos com ciclo de vida bastante reduzido e por um ambiente agressivo de preços decorrente da dinâmica de mercado e do acirramento da concorrência. Segundo fabricantes do setor, o crescimento continua bastante forte, mas apresentou desaceleração no crescimento do volume global de unidades vendidas, passando de 18% no primeiro semestre de 2005 para 9% no mesmo período em 2006. Mercados menos maduros, como o Brasil, tendem a apresentar um crescimento superior ao patamar global, dado que o desenvolvimento da indústria tem se dado por meio da popularização do PC e do forte aumento de venda de *desktops*, geralmente produtos mais baratos, com maior penetração em mercados com menor renda per capita e baixo grau de informatização. Em mercados maduros, como Estados Unidos e alguns países da Europa, o crescimento tem se dado por meio do aumento de vendas de computadores mais modernos, produtos de nicho e acessórios, como *notebooks*, monitores de tela plana e soluções ligadas à mobilidade. Em 2005, as vendas globais de *desktops* cresceram cerca de 9,1%, enquanto as de *notebooks* aumentaram cerca de 35,0%. Neste mesmo período, as vendas de PCs no Brasil aumentaram 35,8%, sendo as vendas de *desktop*s 35,4% e *notebooks* 46,4%.

A Indústria de Informática e *Hardware* no Brasil

Histórico

O desenvolvimento da indústria nacional de informática no Brasil teve início em 1976, com a criação de uma rígida reserva de mercado que proibia a importação de microcomputadores e componentes eletrônicos. Em 1984, foi sancionada a Lei nº 7.232, que fixou a Política Nacional de Informática (PNI), com a qual se oficializou a reserva para alguns segmentos do mercado, inclusive *software*.

No início de 1990, uma série de modificações foi introduzida na PNI com o intuito de adequá-la às políticas econômicas de maior abertura ao mercado externo. O Governo Federal liberou importações de componentes, passando a incentivar a industrialização em território nacional através da redução de impostos. Desde então, as políticas governamentais vêm incentivando a instalação de indústrias de informática no País, com o propósito de geração de empregos e repasse de tecnologia. Estas políticas, expressas em leis com validade até 2019, determinam que, para se obter os benefícios fiscais e, conseqüentemente praticar preços competitivos na venda de computadores, obrigatoriamente, eles devem ser produzidos no País. Estas leis fizeram que empresas como Dell, HP e Lenovo somente comercializassem computadores fabricados em território nacional. Nos últimos anos, foram implementadas diversas medidas para ampliar a inclusão digital no País.

Introdução

A indústria de informática possui o maior faturamento total dentre as áreas que compõem a indústria de eletroeletrônicos, sendo uma das responsáveis pelo forte crescimento deste setor nos últimos anos. Ao final de 2005, a indústria de informática representava aproximadamente 26,3% da indústria eletroeletrônica brasileira, frente a 25,3% ao final de 2004.

Faturamento Total por Área (R$ milhões a preços correntes)	2004		2005	
	R$ (em milhões)	%	R$ (em milhões)	%
Informática	**20.624**	**25,3%**	**24.437**	**26,3%**
Telecomunicações	13.006	15,9%	16.451	17,7%
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	15.338	18,8%	16.180	17,4%
Equipamentos Industriais	10.319	12,7%	11.814	12,7%
Componentes Elétricos e Eletrônicos	8.697	10,7%	8.653	9,3%
Material Elétrico de Instalação	5.947	7,3%	6.392	6, 9%
GTD[1]	5.581	6,8%	6.557	7,1%
Automação Industrial	2.090	2,6%	2.330	2,5%
Total	**81.601**	**100,0%**	**92.814**	**100,0%**

Fonte: ABINEE
[1] Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

As tabelas abaixo demonstram a forte performance do setor de informática, que consistentemente apresenta uma das maiores taxas de crescimento e uma crescente utilização da capacidade produtiva.

Taxa de Crescimento do Faturamento da Indústria de Eletroeletrônicos (1T06 x 1T05)

Área	Crescimento (R$ Constantes)
GTD[1]	62,0%
Informática	**31,0%**
Telecomunicações	15,0%
Utilidades Domésticas Eletroeletrônicas	10,0%
Equipamentos Industriais	8,0%
Material Elétrico de Instalação	7,0%
Automação Industrial	0,0%
Componentes Elétricos e Eletrônicos	-4,0%
Total	**18,0%**

Fonte: ABINEE
[1] Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

Utilização da Capacidade Produtiva (turno de 8 horas)

Área	Jun/05	Dez/05	Jun/06*
Informática	**79,0%**	**88,0%**	**93,0%**
Automação Industrial	87,0%	91,0%	93,0%
Componentes Elétricos e Eletrônicos	88,0%	88,0%	92,0%
Telecomunicações	84,0%	90,0%	88,0%
Equipamentos Industriais	81,0%	89,0%	85,0%
GTD[1]	86,0%	90,0%	85,0%
Material Elétrico de Instalação	78,0%	76,0%	80,0%
Total	**82,0%**	**88,0%**	**88,0%**

Fonte: ABINEE; * Estimativa ABINEE
[1] Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

Contexto Atual do Setor

O mercado brasileiro de PCs possui grande relevância na América Latina, representando 41,2% de aproximadamente 13,3 milhões de unidades vendidas em 2005. Neste mesmo período, o crescimento total do mercado da América Latina foi da ordem de 29,6%, sendo 27,2% no segmento de *desktop*s e 55,4% no segmento de *notebooks*. A partir do quarto trimestre de 2004, ocupamos a liderança no mercado brasileiro, o que nos proporciona a 4ª posição no ranking de fabricantes na América Latina, apesar de, atualmente, não atuarmos no mercado externo.

Ranking de Fabricantes na América Latina (Em Unidades – 2005)

Posição	Empresa	Market-Share
1º	Empresa A	12,0%
2º	Empresa B	9,0%
3º	Empresa C	4,0%
4º	**Positivo**	**3,0%**
5º	Empresa D	2,0%
6º	Empresa E	1,0%
7º	Empresa F	1,0%
8º	Empresa G	1,0%
9º	Empresa H	1,0%
10º	Empresa I	1,0%
-	Mercado Cinza	57,0%
-	Outros	8,0%
	Total Geral	**100,0%**
	Total Geral (US$ Milhões)	**10.517**
	Total Geral (Mil Unidades)	**13.314**

Fonte: IDC

A penetração de PCs por país da América Latina é bastante distinta, ainda mais quando comparamos com outras regiões do mundo. Segundo a IDC, o Chile liderou o ranking em 2005 com 14,1% de penetração, seguido pelo México, com 10,9%, e Brasil, com 9,3%.

O ritmo de crescimento do setor Brasil vem se mostrando cada vez mais agressivo. Entre 1997 e 2001, foram vendidos no País cerca de 12 milhões de computadores e, no período de 2001 a 2005, cerca de 19 milhões. Somente no ano de 2005, a comercialização de PCs atingiu 5,5 milhões de unidades, representando US$4,1 bilhões em vendas. As vendas do mercado legal passaram de 230 mil unidades no segundo trimestre de 2004 para cerca de 360 mil unidades no segundo de 2005 e 823 mil no segundo de 2006, registrando crescimento de 258% entre o segundo de 2004 e o segundo de 2006. Em 2005, o crescimento total do mercado brasileiro foi de 35,9%, sendo 35,4% no segmento de *desktop*s e 47,5% no segmento de *notebooks*.

Ranking de Fabricantes no Brasil (em Unidades – 2005)

Posição	Empresa	Market Share
1º	**Positivo**	**6,9%**
2º	Empresa A	5,2%
3º	Empresa B	3,1%
	Outros	16,2%
	Mercado Cinza	68,6%
	Total	**100,0%**

Ranking de Fabricantes no Brasil (em Unidades – 6M06)

Posição	Empresa	Market Share
1º	**Positivo**	**11,1%**
2º	Empresa A	6,3%
3º	Empresa B	5,5%
	Outros	23,4%
	Mercado Cinza	53,7%
	Total	**100,0%**

Fonte: IDC

Mercado Cinza e o Mercado Oficial de PCs

A IDC estima que, no segundo trimestre de 2006, cerca de 54,0% do mercado brasileiro era atendido pelo Mercado Cinza. Este mercado vem perdendo espaço, notadamente desde o quarto trimestre de 2004, quando representava 76% das vendas totais. Dentre os fatores responsáveis pela redução da participação do Mercado Cinza nas vendas totais de PCs, destacamos:

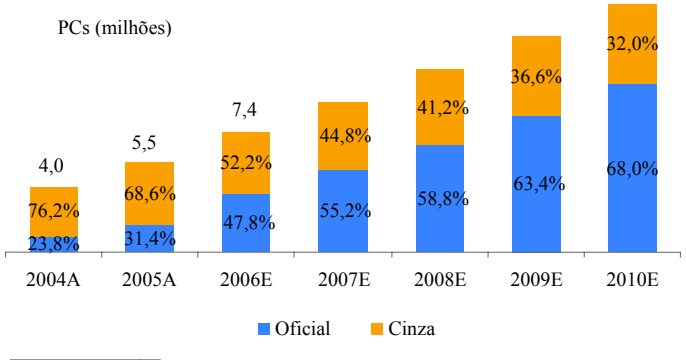
Grande expansão do mercado. (i) baixa penetração do computador na classe C; (ii) as classes C e D compram computadores através do grande varejo, onde encontram financiamento em até 25 parcelas e crédito vantajoso; (iii) o grande varejo não compra do mercado cinza; e (iv) redução dos preços e do valor da prestação ao consumidor final, em função, principalmente:

- valorização do real frente ao dólar;
- redução de impostos de maneira significativa pelo governo federal;
- disseminação de sistemas operacionais tipo Linux e Microsoft Starter Edition;
- linhas de financiamentos especiais através do programa "Computador para Todos"

Diminuição da margem entre os preços do Mercado Oficial e Mercado Cinza. (i) queda de impostos; (ii) sistemas operacionais mais baratos; (iii) aumento da fiscalização do governo contra a comercialização pirata.

Estes fatores propiciaram um significativo fortalecimento do Mercado Oficial, uma vez que o consumidor passou a procurar marcas reconhecidas, com garantia e suporte técnico do fabricante. A previsão da IDC é de que o Mercado Oficial cresça de 31,4% em 2005 para 68,0% em 2010, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Mercado Oficial e Mercado Cinza – Histórico e Estimativa



O segmento de *desktops* tem sido o principal vetor do crescimento do Mercado Oficial de *hardware* no Brasil, respondendo atualmente por cerca de 92% do total do mercado. A venda de *notebooks*, ainda pouco significativa, vem experimentando um forte crescimento com a redução de preços, facilidade de crédito e crescente mobilidade com acesso à Internet sem fio. Entre o primeiro e segundo trimestres de 2006, o crescimento nas vendas de *notebooks* foi de 43,8%, enquanto que o de *desktop*s foi de 19,8%, em linha com o crescimento de 21,2% do mercado total. Nesse mesmo período, o Mercado Oficial registrou crescimento de 49,5%.

A tabela abaixo demonstra a participação das principais empresas no mercado nacional de *hardware* ao final dos primeiros 6 meses de 2006.

	1T06	%	2T06	%	1S06	%
(Unidades mil)						
Desktops						
1ª Colocada - Positivo	**159**	**11,4%**	**193**	**11,6%**	**352**	**11,5%**
2 ª Colocada		5,3%		5,0%		5,1%
3ª Colocada		4,4%		3,8%		4,0%
Outros		20,1%		23,9%		22,4%
Mercado Cinza	816	58,8%	927	55,7%	1.743	57,0,4%
Total	**1.389**	**100,0%**	**1.664**	**100,0%**	**3.053**	**100,0%**
Notebooks						
Positivo	**3**	**2,9%**	**7**	**5,5%**	**10**	**4,4%**
1ª Colocada		20,9%		22,7%		26,7%
2ª Colocada		19,5%		20,8%		20,8%
Outros		17,6%		18,6%		13,0%
Mercado Cinza	35	39,1%	41	32,4%	76	35,1%
Total	**89**	**100,0%**	**127**	**100,0%**	**216**	**100,0%**
Total						
1ª Colocada - Positivo	**161**	**10,9%**	**200**	**11,2%**	**361**	**11,1%**
2ª Colocada		6,3%		6,1%		6,2%
3ª Colocada		5,3%		5,1%		5,5%
Outros		19,9%		15,1%		21,6%
Mercado Cinza	851	57,6%	968	54,0%	1.819	55,6%
Total	**1.478**	**100,0%**	**1.792**	**100,0%**	**3.269**	**100,0%**

Fonte:IDC

Principais Canais de Venda Utilizados no Mercado Brasileiro

Atualmente, com relação à participação dos canais de venda dos fabricantes na comercialização de *hardware*, destacam-se a força própria de vendas, focada em empresas e revendedores, e o Mercado de Varejo, focado nos consumidores domésticos. Ainda que linhas de financiamento do Governo Brasileiro ofereçam taxas muito inferiores às praticadas nas lojas, é nas redes varejistas que a população tem financiado a compra de computadores. A facilidade de aprovação de crédito torna o varejo o grande financiador de bens de consumo para as Classes C e D.

	2003	2004	2005	1S06
Vendas Diretas	58,5%	59,7%	57,1%	52,8%
Revendedor	26,9%	26,0%	25,5%	23,6%
Varejo	**12,4%**	**12,2%**	**15,6%**	**21,6%**
Internet	1,3%	1,3%	1,3%	1,5%
Outros	0,8%	0,8%	0,6%	0,5%
Total Geral	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: IDC

O Mercado de Varejo tem apresentado um forte aumento de sua participação entre os canais de venda, principalmente em conseqüência dos programas de inclusão digital que estão sendo viabilizados por meio da expansão do crédito. Este aumento também se deu em função das cadeias de varejo adotarem algumas medidas para atrair o consumidor, tais como funcionários que conhecem as linhas de produto, fácil acesso aos equipamentos nos pontos-de-venda e estoques disponíveis para pronta-entrega.

Brasil – Ranking de Fabricantes no Varejo (1S06)

Posição	Empresa	Unidades (mil)	Participações no Mercado
1º	**Positivo**	**264**	**37,4%**
2º	Empresa A		8,9%
3º	Empresa B		7,6%
4º	Empresa C		6,5%
5º	Empresa D		5,2%
6º	Empresa E		5,1%
7º	Empresa F		5,0%
8º	Empresa G		4,8%
-	Outros		19,5%
	Total Geral		**100,0%**

Fonte: IDC
Nota: Percentuais aproximados

Em linha com o crescimento da participação do Mercado de Varejo, observamos o mercado doméstico como o maior consumidor do segmento, representando aproximadamente 41,4% do consumo total no primeiro semestre de 2006, alavancado pelos programas governamentais de inclusão digital.

Medidas Governamentais Recentes para o Aumento da Penetração de PCs

O Brasil tem uma distribuição bastante desigual de renda. Aproximadamente 47,9% dos domicílios brasileiros em 2004 tinham renda mensal inferior a 3 salários mínimos, enquanto os domicílios com mais de 10 salários mínimos correspondiam a 11,4% do total do País.

A penetração de computadores nas classes sociais brasileiras é também bastante desigual. Apenas 16,9% dos domicílios da Classe C possuem computador. Nas Classes B e A, a penetração é 3,5 e 5,5 vezes maior, respectivamente. Historicamente, apenas as classes com renda mais elevada da população podem ser consideradas um mercado estável para bens duráveis no Brasil. As demais classes são incorporadas ao mercado de consumo de bens duráveis em períodos de forte crescimento econômico e disponibilidade de crédito. Por essa razão, medidas como a redução de impostos e financiamento subsidiado se revelaram efetivas para aumentar o acesso à informática para a maior parte da população.

Brasil – Domicílios Com Computadores

	Computador	*Desktops*	*Notebooks*	Com Internet
Total Brasil	**16,9%**	**16,6%**	**0,8%**	**21,4%**
Por Renda Mensal				
Até R$ 300	2,0%	2,0%	0,0%	5,7%
R$ 301 a R$ 500	3,0%	3,0%	0,0%	7,2%
R$ 501 a R$ 1000	7,3%	7,3%	0,0%	12,6%
R$ 1001 a R$ 1800	23,1%	22,0%	1,3%	29,5%
R$ 1801 ou mais	53,4%	52,5%	3,4%	56,8%
Por Classe Social				
A	89,5%	88,7%	9,4%	87,2%
B	56,9%	55,6%	3,3%	58,4%
C	16,4%	16,1%	0,4%	22,1%
D/E	2,0%	2,0%	0,0%	6,8%

Fonte: CGI.br/ Instituto IPSOS (ago/set 2005)

Segundo estudos da IDC, o crescimento potencial do mercado de PCs por classe social para os próximos anos, deve se concentrar principalmente na Classe C, onde sua penetração é menor e as opções para financiamento são de fácil acesso.

A tabela a seguir mostra o potencial de crescimento dos domicílios com computadores, divididos por classes sociais.

Classe Social	Domicílios	Domicílios com PC	Penetração 2005	Potencial de Crescimento em Domicílios	%
A	2.590.106	2.317.627	89,5%	272.479	10,5
B	5.180.212	2.949.613	56,9%	2.230.599	43,1
C	17.612.721	2.888.486	16,4%	14.724.235	83,6
D/E	26.419.082	528.382	2,0%	25.890.700	98,0
Total	**51.802.121**	**8.759.739**	**16,9%**	**43.118.013**	**83,2**

Fonte: IDC

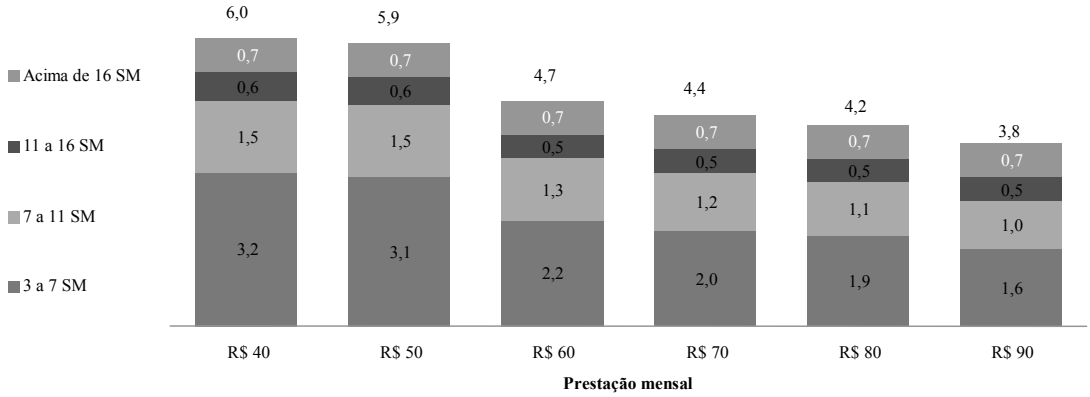
Acreditamos que, embora as Classes D e E apresentem um potencial maior de crescimento de PCs por domicílio, este não será atingido nos próximos anos, uma vez que essas classes têm como prioridade em seu orçamento itens de subsistência como moradia e alimentação.

O Governo Brasileiro tem contribuído de forma efetiva para a melhora de tais índices, por meio de medidas de desoneração fiscal e aumento do crédito disponível para possibilitar o aumento das vendas de computadores e inclusão digital, potencializando o crescimento de mercado brasileiro de informática, especialmente o de PCs.

Em 2005, como parte de sua política nacional de inclusão digital, o Governo Federal adotou a "Nova MP do Bem" (a Medida Provisória nº 255), reduzindo o imposto sobre a venda em 9,25% para PCs com preço inferior a R$2.500,00. Também em 2005, lançou o Programa “Computador para Todos”, um importante conjunto de incentivos que faz parte do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

O Programa “Computador para Todos” foi baseado em estudo encomendado pelo Governo Federal, o qual estimou que financiamentos com prestações mensais de cerca de R$ 60,00 teriam o potencial de gerar uma demanda no mercado residencial de 4,7 milhões de PCs em 3 anos, beneficiando diretamente a população com renda entre 3 e 7 salários mínimos. O estudo indicou também que uma parcela de R$ 60,00 levaria a um aumento do Mercado Oficial de 446% em três anos.

Estimativa de Demanda – Mercado Residencial
(em milhões de unidades)



Fonte: Governo Federal – Programa Brasileiro de Inclusão Digital (2004)

Além das iniciativas mencionadas acima, a política de informática vigente até 2019, concede incentivos fiscais às empresas de informática que investirem em linhas de produção no território brasileiro e aplicarem um percentual do faturamento em pesquisa e desenvolvimento. Para obtenção do incentivo fiscal que reduz a tributação de IPI de 15% para 0,75%, as empresas devem manter alto grau de nacionalização em seu processo produtivo, incluindo matéria-prima e mão-de-obra. A manutenção desse benefício é condicionada à comprovação anual dessas exigências. Ver seção "Incentivos Fiscais".

Os esforços do Governo, no entanto, não têm se limitado aos incentivos fiscais. As ações coordenadas entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Receita Federal têm contribuído para a redução do contrabando e a sonegação via pirataria, o que favorece o aumento da venda legal de equipamentos.

Essas medidas, combinadas com a baixa cotação do dólar no período, que refletiu na redução do custo de matérias-primas importadas, contribuíram para uma redução de 25% e 30% no preço médio dos *desktop*s e *notebooks*, respectivamente, entre os períodos compreendidos entre dezembro de 2004 e junho de 2006, conforme apresentado na tabela abaixo. Apesar da redução de preço verificada nos últimos anos, computador ainda é um bem restrito a uma minoria da população, fazendo com que as vendas dependam de condições de crédito favoráveis, viabilizando parcelas compatíveis com a limitada renda média do trabalhador brasileiro.

Preço Médio de PCs no Brasil (R$)

	Dez/2004	**Dez/2005**	**Jun/2006**
Desktops	1.675	1.385	1.251
Notebooks	4.481	3.475	3.151

Fonte: IDC

Aumento do Crédito Para o Setor por Meio de Cadeias Varejistas

O programa do Governo Federal prevê financiamento a computador popular com preço máximo de R$ 1.400, equipado com um conjunto de 27 *softwares* livres, financiado em 24 vezes, em prestações em média de R$ 70 e com taxas de juros de até 3% ao mês para o consumidor final, seja empresa privada, órgão público ou pessoa física.

O BNDES aprovou duas linhas de crédito especiais para os comerciantes que participarão do programa "Computador para Todos". A primeira linha de crédito é voltada para comerciantes com faturamento de até R$ 60 milhões por ano, e será concedida com incidência de mais 1% ao ano, resultando em juros de financiamento para o consumidor final de até 2% ao mês. A segunda linha é destinada aos grandes varejistas, com incidência de TJLP mais 4% de juros ao ano, limitando, ao final, o repasse ao consumidor a 3% ao mês. O BNDES possui uma linha de crédito de R$ 300 milhões para financiar o programa de inclusão digital. Até junho de 2006, pouco mais de 50% desses recursos foram liberados. Os recursos só podem ser usados para financiar a venda de PCs produzidos dentro de critérios definidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A partir do Decreto nº 5.688, de 1º de fevereiro de 2006, houve uma flexibilização ainda maior do crédito especial disponibilizado pelo BNDES, estendendo o benefício a redes de varejo que possuem acionistas estrangeiros. Antes disso, apenas varejistas com gestão brasileira podiam se beneficiar pela linha de crédito do BNDES. A CEF e o Banco do Brasil S.A contam com cerca de R$ 250 milhões provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Em agosto de 2006, o BNDES aprovou a liberação de mais R$ 50 milhões para financiar a venda de PCs. O valor é suficiente para o financiamento de 40 mil PCs e foi liberado para a rede de lojas Magazine Luiza. Este foi o segundo financiamento concedido à rede, que já recebeu R$ 30 milhões, com os quais financiou a venda de 23 mil PCs. Além do Magazine Luiza, outras redes como Ponto Frio, Pão de Açúcar, Condor Super Center, Americanas.com, Eletrosom, Eletro Dom Pedro e TV Sky Shop estão vendendo PCs com financiamento do BNDES. Segundo a IT Data, cerca de 43% dos computadores com selo do programa "Computador para Todos" foram comercializados no primeiro semestre de 2006 pela Companhia.

Difusão de Novas Tecnologias e Seu Impacto Sobre o Mercado de Computadores

Atualmente a Internet no Brasil atinge 32,1 milhões de pessoas que vivem, estudam ou trabalham em locais com acesso à rede. No entanto apenas 16,9% dos domicílios possuem computador e aproximadamente 48% da população nunca usou um PC. Apesar da baixa penetração, serviços *online* e novas tecnologias vêm impulsionando consumidores a comprarem seus primeiros computadores.

A disseminação da Internet, principalmente com o acesso à banda larga, torna o computador um instrumento quase indispensável a uma parcela cada vez maior da população. O acesso fácil a informações *on-line*, aos serviços bancários, compras *on-line* (e-*commerce*) o que possibilita a realização de compras a preços mais baixos sem enfrentar trânsito e filas, a diminuição a exposição à violência urbana, o acesso a serviços públicos e a inúmeras possibilidades de entretenimento são atrativos que motivam a aquisição do computador.

O aprimoramento do nível de segurança dos meios de pagamento via Internet, juntamente com o crescimento do número de usuários da rede têm contribuído para o forte desenvolvimento do *e-commerce*, que, segundo a e-Bit, em 2005 obteve um faturamento de R$ 2,5 bilhões no País (com 4,8 milhões de consumidores), com um aumento de 43% em relação a 2004 (45% em número de consumidores).

A banda larga vem apresentando um alto crescimento do número de usuários, sendo que, nos últimos doze meses finalizados em junho de 2006, é estimado um aumento de 59,6% na base de usuários, segundo estimativas do site Teleco. Dado que apenas 13% dos usuários de Internet no Brasil acessam a rede através da banda larga, acreditamos que o potencial de expansão é bastante elevado.

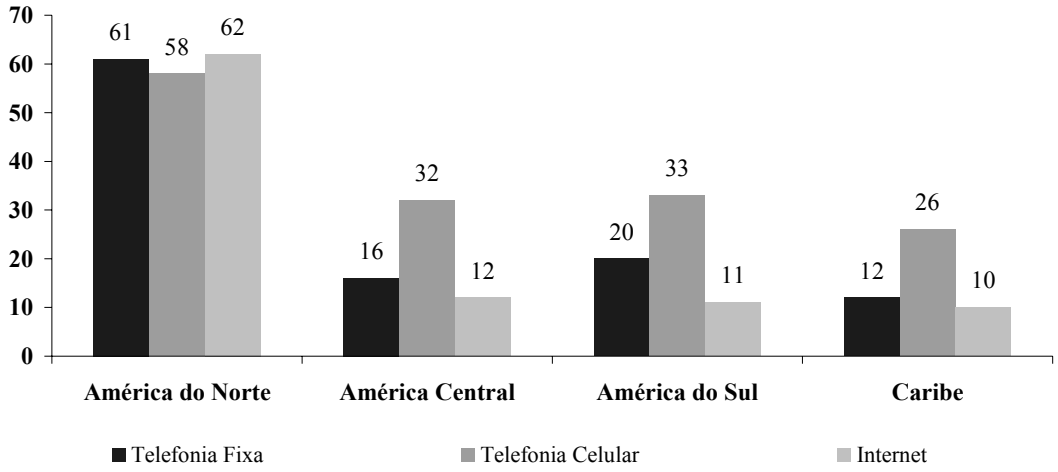
Adicionalmente, a tecnologia de voz sobre IP – VoIP – destacou-se em 2005 pela sua penetração crescente no mercado de telecomunicações. Este crescimento deve-se, principalmente, aos ganhos econômicos proporcionados pela comunicação de voz através da banda larga. Segundo um estudo da IDC a expectativa é que o número de usuários de VoIP no Brasil passe da ordem de 2 milhões em 2005 para cerca de 4 milhões até 2009.

Paralelo entre a Expansão da Indústria de Computadores e a Evolução da Indústria de Telefonia Celular

O mercado de celulares tem apresentado um crescimento significativo nos últimos anos, principalmente devido ao aumento de penetração nas Classes C e D. A telefonia celular teve um crescimento de 31% em 2005, atingindo um total de 86,2 milhões de usuários. Este resultado indica um acréscimo de 20,6 milhões de celulares em relação a 2004, alcançando uma penetração superior a 46% da população. Para 2006, a projeção do site Teleco é de um crescimento de 23%, chegando a 106 milhões de usuários. Grande parte do crescimento dos últimos anos se deu por meio do aumento de penetração das classes menos favorecidas, que acreditamos direcionar à recursos para aquisição de seu primeiro computador nos próximos anos, especialmente devido aos baixos preços e condições favoráveis de financiamento no mercado atual.

Nesse contexto, podemos fazer uma comparação entre a penetração da telefonia fixa, telefonia celular e a utilização de Internet nas Américas, onde claramente percebe-se o potencial de crescimento dos usuários de Internet na América do Sul frente à penetração atual de telefonia celular, por exemplo.

Penetração do Serviço nas Américas (Em Percentual – 2004)



Fonte: ITU

Estes números são indicativos do potencial de consumo das camadas de mais baixa renda quando diante de um bem que pode ser pago com parcelas mensais apropriadas ao seu orçamento. Uma pesquisa da Intel revelou que o computador é o terceiro bem mais desejado pela Classe C brasileira, atrás apenas de carro e da casa própria, itens fora do alcance desta camada da população. Conforme a tendência de redução de juros se confirme no Brasil e o acesso ao crédito se expanda, acreditamos que parcela significativa da população excluída digitalmente irá adquirir seu primeiro computador, gerando um aumento de penetração similar ao ocorrido com celulares.

A Indústria de Tecnologia Educacional: Portais e *Softwares* Educacionais

Os avanços tecnológicos, especialmente das tecnologias de comunicação e informação, vêm provocando uma série de mudanças nos diversos segmentos da sociedade, com reflexos na vida de todos os indivíduos. Nesse contexto, as instituições educacionais são desafiadas a formar pessoas capazes de se adaptar a um mundo em constante evolução e capazes de dominar essas transformações tecnológicas. Por isso, a utilização de recursos tecnológicos nos ambientes de aprendizagem é fundamental, pois a escola, como instituição responsável por promover o acesso à informação e ao conhecimento historicamente produzido, representa, muitas vezes, o único instrumento de acesso a essas tecnologias.

O uso da tecnologia nas instituições educacionais, além de contribuir de forma efetiva para a inclusão digital de alunos, professores e comunidade, tem impacto significativo na melhoria da eficiência e da qualidade do ensino e na formação continuada de educadores, bem como na garantia de igualdade de condições para os alunos portadores de necessidades especiais.

Para atingir esses objetivos, é fundamental que sejam desenvolvidas e implantadas, tanto em escolas públicas quanto privadas, soluções de tecnologia educacional que integrem recursos tecnológicos diversos, tais como *hardware*, *software*, materiais concretos e Portais Educacionais, além de programas de formação de professores, suporte técnico e pedagógico, a fim de garantir a melhor formação dos estudantes.

O Ensino Público no Brasil

O Brasil já tem o terceiro maior programa de distribuição gratuita de livros didáticos do mundo, atrás somente da China e EUA. Em 2005, o Brasil atingiu a marca de 49,9 milhões de alunos matriculados da pré-escola ao último ano do ensino médio, número comparável ao dos EUA, previsto para 55,5 milhões de alunos em 2005. Além disso, o ensino superior cresceu a expressiva taxa de 11% ao ano de 1996 a 2004, atingindo 4 milhões de alunos, dos quais cerca de 72% estudam em instituições privadas. Apesar deste crescimento recente, apenas 10,8% dos 25 milhões de jovens com idade entre 18 e 24 anos estão matriculados em curso universitário. Na Argentina são 32%; nos EUA, 50%; na Europa, em torno de 80%.

Apesar do expressivo número de matrículas, a qualidade do ensino público no Brasil ainda deixa a desejar. O investimento encontra-se concentrado nas universidades públicas e é feito de forma ineficiente. Em 1999, o

investimento público por aluno do ensino superior no Brasil superava o investimento de países como Japão (+33%), Inglaterra (+43%) e França (+72%). Entretanto, segundo a OECD, o investimento por aluno no ensino primário perdia para países como Uruguai (-10%), México (-18%) e Argentina (-56%). No Brasil, apesar dos índices de analfabetismo terem caído praticamente pela metade de 1991 a 2004, atingindo 11,3% da população (IBGE/PNAD), estima-se que um percentual de 75% da população com mais de 15 anos seja "analfabeto funcional", ou incapaz de compreender plenamente o que lê (IBOPE Set/2005). Esta mesma pesquisa apontou percentual semelhante em 2001. Outro indicador da má performance do sistema educacional brasileiro é o ranking do País nas edições de 2001 e 2003 do PISA, o Programa Internacional de Avaliação Comparada, cuja principal finalidade é produzir indicadores sobre a efetividade dos sistemas educacionais, avaliando o desempenho de alunos na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. Nestas duas edições que participou, o Brasil ficou em último colocado entre os cerca de 30 países membros da OECD participantes.

Novos Investimentos no Setor

Com o objetivo de melhorar a qualidade da base de seu sistema educacional, o Governo Brasileiro encontra-se em vias de ampliar significativamente o investimento em educação através da aprovação da lei que estabelece o FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. O Projeto de Lei, já aprovado no Senado Brasileiro, planeja que a participação do Governo Federal passe de R$ 313 milhões para R$ 5 bilhões em 5 anos, e que o repasse dos Estados cresça dos atuais R$ 35,2 bilhões para R$ 50,7 bilhões. Este programa prevê garantir recursos consistentes para o ensino básico e médio, e para capacitação de professores em todo o País nos próximos 5 anos, levando novos recursos a todos os níveis de escolas públicas: federais, estaduais e municipais.

Além disso, o Governo Federal anunciou para 2007 o início do uso dos R$ 4 bilhões do Fundo de Universalização do Sistema de Telecomunicações (FUST), por meio da edição de um decreto que cria um novo serviço público de telecomunicações para prover serviço de conexão à Internet, em banda larga, às escolas e bibliotecas públicas de todo o País, visando, em cinco anos, atender a todas as 190 mil escolas públicas do País. Esse projeto faz parte de um programa mais abrangente, "Qualidade na Educação", cujo objetivo é a melhoria da qualidade da educação básica no País.

Outra importante ação desse programa é a ampliação do número de escolas de ensino médio com laboratórios de informática, fundamentais para a formação não só dos alunos, mas dos próprios professores, por meio de cursos à distância. Para 2006, estima-se que o número de escolas com laboratórios será ampliado de 5 mil para 7 mil. O FUST é uma iniciativa similar ao E-Rate, programa que promoveu o acentuado crescimento do uso da Internet nas escolas dos EUA de 1996 (35%) a 2000 (98%).

Em mais um exemplo de sua intenção de aumentar a inclusão digital nas escolas, em 1997, o Governo Federal estabeleceu o PROINFO - Plano de Informatização da Educação. Desde 1997, o PROINFO já investiu R$ 178 milhões em recursos e já atendeu a 7 milhões de alunos. A meta é chegar a 2010 com todas as escolas públicas informatizadas. Nesse sentido, o Plano Plurianual do Governo Federal prevê a destinação de cerca de R$ 400 milhões para o PROINFO. O Ministério da Educação pretende elevar de 60 mil para 400 mil, até 2007, o número de alunos matriculados na rede pública de ensino superior à distância, o que significa um alto volume de investimentos a serem realizados na informatização.

Finalmente, através do PROUNI (Programa Universidade para Todos), o Governo Federal já cedeu 112 mil e 139 mil bolsas em 2005 e 2006 respectivamente, a alunos carentes que tiveram acesso a algumas das melhores instituições de ensino superior privadas do País, a fim de elevar a qualidade do ensino universitário disponibilizado a estudantes de baixa renda. O Governo Federal prevê chegar 400 mil alunos bolsistas em instituições de ensino superior particulares até 2009.

O Potencial de Crescimento do Mercado

Uma análise dos números e do contexto recente indica fatores que devem proporcionar crescimento acentuado nos médio e longo prazos. No Brasil, cerca de 90% das quase 200 mil escolas de ensino infantil, fundamental e médio são públicas e destas, apenas uma minoria tem acesso a computadores, Internet e tecnologia educacional. Esta reduzida inclusão digital se verifica nos três níveis em que se organiza o ensino público: municipal, estadual e federal. Já nas escolas particulares o acesso à tecnologia educacional é maior, visto que estas atendem às Classes A e B da população, possuindo maior recurso para investimentos em produtos e serviços educacionais avançados para melhoria do ensino e diferenciação em relação à concorrência.

De 2000 a 2005, o percentual de escolas públicas de ensino fundamental com acesso à Internet passou de cerca de 3,9% para 14,8%, percentual ainda muito aquém do que se observa em países desenvolvidos – os EUA já proviam acesso à 98% de suas escolas públicas no ano de 2000. O número de escolas públicas de ensino fundamental com ao menos um computador também evoluiu no período, mas chegou à apenas 31,7% em 2005, incluindo neste baixo percentual o uso de computadores para propósitos administrativos, ou seja, não efetivamente educacionais. Comparativamente, das escolas particulares brasileiras no ensino fundamental, 60% já acessavam à Internet e 84% tinham pelo menos um computador em 2005. No ensino médio apenas 51% das escolas públicas possuíam laboratórios de informática em 2005, penetração bastante inferior aos 77% das escolas particulares.

Os estudos da OECD vêm continuamente apontando a posição de atraso no acesso à Internet e aos computadores pelos estudantes brasileiros. O PISA de 2003 indicou que dos 42 países participantes, o Brasil ficou em penúltimo lugar no número de computadores por aluno nas escolas, ficando atrás de outros países emergentes como Uruguai, Indonésia e Rússia, que indicaram uma relação computador/aluno respectivamente 150%, 100% e 50% maior que a brasileira. A proporção média de computadores por aluno é sete vezes maior entre os países participantes do que a indicada no Brasil. O Brasil foi também o último em uso de *software*s educacionais (apenas 9% dos estudantes acusaram o uso desta ferramenta).

Considerando que a ampliação do mercado de *software* e portais educacionais brasileiro é função do crescimento da inclusão digital e de investimentos na melhoria da educação nas escolas públicas, diante dos acontecimentos recentes e do já expressivo tamanho da população estudantil brasileira, estimamos que o setor de tecnologia educacional deve experimentar um crescimento expressivo no médio e longo prazos.

Estudos realizados pela OECD e pelo MEC/INEP apontam para uma correlação positiva entre o uso da Internet e computadores e o desempenho nas provas do PISA e ENEM, Exame Nacional do Ensino Médio. A informatização das escolas públicas também é essencial para permitir o acesso a uma fonte de conhecimentos quase inesgotável à parcela da população que corre o risco de ser marginalizada digitalmente. Com o aumento da base instalada de PCs em todas as classes sociais, principalmente nas Classes C e D, em parte decorrente do projeto "Computador para Todos", esperamos um forte crescimento tanto na venda direta de soluções educacionais e portais para escolas, quanto na venda de *software* educacional no varejo.

ATIVIDADES

Somos líderes na fabricação e venda de computadores no Brasil, respondendo, no primeiro semestre de 2006, por 11,1% do número total de computadores vendidos no mercado brasileiro, correspondendo a uma participação de 24,9% no Mercado Oficial, de acordo com a IDC. No primeiro semestre de 2006, obtivemos uma participação de 37,4% do Mercado de Varejo e de 10,5% no Mercado de Licitações Públicas. Parcela substancial de nossa produção de computadores é vendida através de grandes redes de varejo, com as quais mantemos sólido relacionamento comercial, em função principalmente de nossos preços competitivos, da reconhecida qualidade de nossos produtos e assistência técnica.

Nossa liderança e relacionamento com o varejo nos colocam em posição privilegiada para atender à crescente demanda por computadores no País, notadamente para as Classes B e C. Acreditamos que a venda de computadores para estas classes sociais apresenta grande potencial de crescimento principalmente devido aos seguintes fatores:

- Baixa penetração de computadores na Classe C, onde apenas 16,4% das residências possuíam computadores em 2005, segundo pesquisa do Instituto IPSOS;
- Incentivos do Governo Brasileiro para a venda de computadores por preços mais acessíveis, através de linhas de financiamento e redução de impostos;
- Fácil acesso a linhas de créditos oferecidas pelas redes varejistas, com taxas de juros decrescentes e condições facilitadas de pagamento; e
- Aumento da fiscalização do Governo Federal para reduzir a sonegação via "pirataria" e contrabando.

Oferecemos uma linha completa de PCs, incluindo *desktops* e *notebooks*, que são produzidos em nosso moderno parque industrial, localizado em Curitiba, no Paraná. Em outubro de 2006, produzimos mais de 92.000 PCs e acreditamos que nossa capacidade de produção seja de 130 mil computadores por mês, podendo ser ampliada de maneira rápida e com investimentos marginais. Além disso, para atendimento e suporte aos milhares de consumidores finais e órgãos do governo, contamos com uma ampla e capacitada rede de assistência técnica com mais de 380 empresas licenciadas cobrindo mais de 3.000 cidades brasileiras.

Parcela menor de nossa receita, mas com significativa lucratividade, provém do Segmento de Tecnologia Educacional, no qual acreditamos ser líderes absolutos no País. Oferecemos sistemas completos, *softwares* e portais de educação, além de serviços de capacitação de professores e usuários. Nossos portais têm mais de um milhão de usuários pagantes, recebendo cerca de dois milhões de *page views* diários e gerando receita recorrente. Fornecemos soluções de informática educacional para cerca de 6.400 escolas públicas e 2.500 instituições de ensino privado. Dentre nossos principais produtos estão mesas educacionais, laboratórios de informática, canetas tradutoras, simuladores e *software*s de autoria multimídia, educação e entretenimento. Somos também distribuidores exclusivos no Brasil de empresas líderes no desenvolvimento e distribuição de *software* educacional.

Nosso negócio tem crescido significativamente desde o início de nossas operações em 1989. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2005, registramos uma receita líquida de R$ 540,1 milhões, representando uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 57,5% em relação aos dois exercícios anteriores. Em 2005, atingimos um EBITDA Ajustado de R$ 110,3 milhões e lucro líquido de R$ 16,9 milhões. Nos primeiros 9 meses de 2006, continuamos a apresentar elevado crescimento, atingindo uma receita líquida de R$ 646,8 milhões, um EBITDA Ajustado de R$ 111,5 milhões e um lucro líquido de R$ 15,3 milhões, representando um crescimento de 93,8%, 82,5% e 180,4% em relação ao mesmo período de 2005, respectivamente.

Pontos Fortes

Acreditamos que nossos pontos fortes incluam:

Posição de liderança. Somos a maior fabricante de PCs do Brasil, responsável por cerca de 60 mil unidades vendidas por mês nos primeiros 9 meses de 2006. No primeiro semestre de 2006, tivemos uma participação de 11,1% no mercado brasileiro, correspondendo a 24,9% no Mercado Oficial, participação 79,4% e 113,2% superior às participações do segundo e terceiro colocados, respectivamente. No primeiro semestre de 2006, nossa participação no Mercado de Varejo chegou a 37,4%. Mantemos essa posição dominante há 24 meses, apesar da forte concorrência de fabricantes internacionais, como Dell, HP e Lenovo. Nossa posição de liderança confere vantagens para capturar oportunidades de crescimento, em decorrência, entre outros fatores: (i) da credibilidade de nossa marca e da reputação de alta qualidade

de nossos produtos; (ii) da nossa escala, baixos custos e capacidade de produção; (iii) do nosso estreito relacionamento com as grandes redes de varejo, principais financiadores de bens de consumo; (iv) do apoio estratégico que recebemos dos fornecedores globais que estão dispostos a incentivar lideranças regionais; e (v) da nossa ampla rede de assistência técnica. Acreditamos que nossa já estabelecida posição de liderança dificulta a entrada de novos competidores no mercado brasileiro.

Forte relacionamento com as grandes redes de varejo. Somos beneficiados pelo sólido relacionamento comercial que mantemos com grandes redes varejistas brasileiras, que são as principais responsáveis pela concessão de crédito e venda de bens às Classes B e C. Através das redes varejistas, constituímos extensa e pulverizada rede de distribuição no País. Estimamos que nossos produtos sejam vendidos em cerca de 6.000 pontos de venda. O estreito relacionamento de nossa força de vendas com as redes de varejo nos dá acesso constante a informações sobre a demanda dos consumidores e nos permite atender ao acelerado crescimento do nosso mercado de forma ágil e lucrativa.

Ampla rede de assistência técnica. Somos capazes de atender e dar suporte a nossos milhares de consumidores finais e órgãos do governo em diversas áreas do território brasileiro, por meio de nossa ampla rede de assistência técnica construída ao longo de 17 anos, que conta com mais de 380 empresas rigorosamente selecionadas, cobrindo mais de 3.000 cidades. Essa agilidade e eficiência aumentam a atratividade de nossos produtos e fortalecem o vínculo com nossos clientes e redes varejistas, e assim dificultam a entrada de novos competidores.

Custos reduzidos e preços competitivos. Nossa posição de liderança permite que tenhamos economias de escala na fabricação e na compra de componentes. Nosso modelo de negócios é seletivamente verticalizado, o que nos permite reduzir custos logísticos e capturar maior valor em nossa cadeia produtiva. Nossas atividades são totalmente integradas em uma única fábrica, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, a uma distância de aproximadamente 400 Km de São Paulo, maior mercado consumidor brasileiro, o que nos garante fundamental eficiência logística. Como resultado, nossas margens EBITDA ajustadas atingiram 3,4%, 13,5% e 20,4% em 2003, 2004 e 2005 e, nos primeiros 9 meses de 2006, chegaram a 17,2%.

Marca altamente reconhecida e com credibilidade no mercado brasileiro. O Segmento de *Hardware* beneficia-se da marca Positivo, que foi construída através dos seguintes fatores: (i) nosso foco no usuário final, com a criação de produtos personalizados e de fácil utilização; (ii) nossa agilidade na identificação de tendências e necessidades de mercado; e (iii) um processo produtivo pautado nos mais rigorosos padrões de qualidade internacionais. Esses fatores contribuem de maneira fundamental para a valorização de nossa marca no Segmento de Tecnologia Educacional, para a fidelização de nossa base de clientes e para a atração dos melhores profissionais dos mercados de tecnologia e de desenvolvimento de *software*.

Produtos pioneiros, personalizados e criativos. Somos inovadores no desenvolvimento de soluções educacionais e de tecnologia. No Segmento de *Hardware*, fomos os primeiros a desenvolver um PC pronto para acesso à televisão a um preço acessível e adaptado à realidade brasileira. Lançamos computadores com grande facilidade de uso e instalação, próprios para consumidores iniciantes. No Segmento de Tecnologia Educacional, fomos um dos pioneiros no desenvolvimento de soluções tecnológicas e portais educacionais no País, e contamos hoje com uma equipe de aproximadamente 100 pessoas, desenvolvendo conteúdo educacional diferenciado, o que nos permitiu construir uma carteira de clientes que inclui algumas das principais escolas do País. Criamos uma série de produtos inovadores, como a mesa educacional E-Blocks, uma ferramenta revolucionária para alfabetização e aprendizado da língua inglesa, altamente conceituada e premiada nos Estados Unidos. Fidelizamos nossos clientes através de soluções personalizadas, integrando-as aos sistemas de controle acadêmico das escolas.

Administração ágil, experiente e alinhada com os nossos objetivos. Nossa administração provou sua capacidade repetidas vezes, gerando crescimento e mantendo nossa rentabilidade a despeito do ambiente macroeconômico desfavorável em diversos períodos. Nos últimos dois anos, por exemplo, nossa administração mostrou-se capaz de multiplicar o volume de vendas em seis vezes e gerar margens de lucro crescentes. Somos mais rápidos que a concorrência em lançar produtos adaptados ao mercado brasileiro e explorar incentivos governamentais para o setor. O empreendedorismo e agilidade decisória de nossa gestão propiciam vantagem competitiva sobre nossos principais concorrentes. Adicionalmente, procuramos alinhar os interesses de nossos colaboradores através de um plano de remuneração baseado em metas de lucro e um Plano de Opção de Ações.

Nossa Estratégia

Capitalizarmos a posição de liderança para aproveitar o potencial de crescimento do varejo. Parcela significativa de nosso crescimento virá do aumento do Mercado Oficial de PCs no Brasil. O IDC estima que o Mercado Oficial deva crescer em média 30,7% ao ano entre 2006 e 2010, e entendemos que este crescimento se dará principalmente no

Mercado de Varejo, com o aumento do consumo nas Classes B e C. Nosso objetivo é ampliar nossa liderança e para isso, buscaremos continuar: (i) fornecendo produtos com baixo custo e alta qualidade, (ii) oferecendo serviços diferenciados de assistência técnica e suporte pós-venda; (iii) fortalecendo nosso relacionamento com as redes varejistas; (iv) aproveitando os incentivos fiscais e programas de governo; (v) aumentando a nossa capilaridade através da venda em novas localidades; e (vi) aumentando a nossa participação no crescente mercado de *notebooks*.

Aumentarmos nossa participação no setor corporativo. Em 2005, passamos a fornecer computadores para o Mercado Corporativo com uma linha diferenciada de produtos. Em pouco tempo, conseguimos uma base de importantes clientes, tais como CSN, Unibanco, Fininvest e Votorantim. Pretendemos aumentar nossa participação neste mercado, que em 2005 representou mais de 50% do mercado total de PCs, e no qual nossa participação é de apenas 0,3%. Buscaremos crescer neste segmento através da ampliação de nossa força de vendas e da oferta de novos produtos, nos beneficiando da nossa reputação e posição de liderança no fornecimento às empresas estatais e ao Mercado de Varejo.

Consolidarmos nossa posição de vanguarda no lançamento de produtos adaptados ao mercado brasileiro. Continuaremos aproveitando as oportunidades de mercado por meio do lançamento de produtos inovadores e de fácil utilização, a exemplo do que fizemos com o "PCTV" e dos recém lançados "GamePC" e "PhonePC". Através de nossa agilidade na adaptação de produtos e no fornecimento de soluções integradas, pretendemos também manter a nossa liderança no fornecimento de computadores às diferentes esferas do Governo Brasileiro.

Aproveitarmos oportunidades adicionais de crescimento do nosso negócio. Continuaremos direcionando a obrigação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, exigidos em contrapartida a benefícios fiscais, para oportunidades lucrativas de crescimento no Segmento de Tecnologia Educacional. Entre estas, destacamos (i) o fornecimento de soluções inovadoras de tecnologia educacional, com portais e *softwares* adaptados às diferentes realidades dos mais de 50 milhões de alunos do sistema educacional brasileiro; (ii) o atendimento ao segmento universitário com nosso portal educacional, conferindo diferencial competitivo ao crescente número de instituições particulares de ensino superior e ampliando nossa parcela de receitas recorrentes; e (iii) o aumento das exportações de soluções inovadoras, como o E-Blocks.

Focarmos em eficiência operacional e controle de custos. O controle de custos operacionais é fundamental para manutenção de nossa rentabilidade acima da média do mercado e é um dos fatores determinantes de nossa competitividade. Seguiremos aproveitando o crescimento do mercado e os conseqüentes ganhos de escala, aumentando a nossa eficiência na produção e aprimorando o nosso sistema logístico. Continuaremos a estudar oportunidades de verticalizar determinados processos de nossa cadeia de valor ou de instalar unidades fabris em locais que ofereçam vantagens logísticas e fiscais.

Mantermos nossa sólida posição financeira. O setor pauta-se por um baixo nível de endividamento. Manteremos nossa flexibilidade financeira para viabilizar as oportunidades de crescimento atraentes que surgirem e reduzir nossa susceptibilidade às eventuais oscilações no mercado. Continuaremos a fazer o *hedge* cambial de quase a totalidade de nossas obrigações em moeda estrangeira, estratégia que se mostrou bem sucedida no passado em proporcionar estabilidade contra oscilações macroeconômicas.

Dados Selecionados de Volume de Vendas e Receita Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2003	2004	2005	2004/2003 (%)	2005/2004 (%)	2005	2006	2006/2005 (%)
	(Valores em unidades)							
Volume								
Hardware	**21.496**	**101.287**	**379.396**	**371,2%**	**274,6%**	**233.535**	**532.748**	**128,1%**
Desktops	21.496	101.219	374.862	370,9%	270,3%	231.043	510.744	121,1%
Notebooks	-	68	4.534	-	6567,6%	2.492	22.004	783,0%
Hardware por Canal	**21.496**	**101.287**	**379.396**	**371,2%**	**274,6%**	**233.535**	**532.748**	**128,1%**
Varejo	-	51.318	281.598	-	448,7%	187.900	452.274	140,7%
Governo	21.496 [(1)]	49.969	90.268	132,5%	80,6%	39.563	70.458	78,1%
Corporativo	-	-	7.530	-	-	6.072	10.016	65,0%

Tecnologia Educacional	**81.445**	**98.801**	**94.741**	**21,3%**	**-4,1%**	**62.587**	**105.137**	**68,0%**
Mesas Educacionais	1.373	1.397	2.523	1,7%	80,6%	1.250	889	-28,9%
Softwares Educacionais	29.224	19.085	4.313	-34,7%	-77,4%	585	7.809	1234,9%
Softwares Varejo	48.396	75.732	85.018	56,5%	12,3%	58.025	93.563	61,2%
Portais Educacionais	2.452	2.587	2.887	5,5%	11,6%	2.727	2.876	5,5%

(1) O montante indicado inclui 262 unidades vendidas diretamente a pessoas físicas.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					Período de nove meses findo em 30 de setembro de		
	2003	**2004**	**2005**	**2004/2003 (%)**	**2005/2004 (%)**	**2005**	**2006**	**2006/2005 (%)**
					(Valores em R$ mil)			
Receita Líquida Total	**87.037**	**189.801**	**540.052**	**118,1%**	**184,5%**	**333.816**	**646.794**	**93,8%**
Hardware	**62.839**	**163.305**	**503.128**	**159,9%**	**208,1%**	**311.851**	**619.376**	**98,6%**
Desktops	58.622	156.047	486.137	166,2%	211,5%	300.000	573.894	91,3%
Notebooks	-	552	11.025	-	1896,5%	6.715	45.026	570,5%
Serviços	4.217	6.706	5.965	59,0%	-11,0%	5.135	455	-91,1%
Hardware por Canal	**62.839**	**163.305**	**503.128**	**159,9%**	**208,1%**	**311.851**	**619.376**	**98,6%**
Varejo	-	57.157	332.064	-	481,0%	216.269	491.784	127,4%
Governo	62.839	106.148	166.032	68,9%	56,4%	93.805	117.867	25,7%
Corporativo	-	-	5.031	-	-	1.778	9.724	447,1%
Tecnologia Educacional	**24.198**	**26.496**	**36.925**	**9,5%**	**39,4%**	**21.965**	**27.418**	**24,8%**
Mesas Educacionais	9.292	5.842	14.921	-37,1%	155,4%	7.123	7.148	0,3%
Software Educacional	2.425	3.107	1.384	28,2%	-55,5%	36	417	1066,8%
Portal Educacional	6.877	8.968	14.915	30,4%	66,3%	11.207	12.333	10,0%
Software Varejo	3.312	3.119	2.997	-5,8%	-3,9%	2.275	3.087	35,7%
Serviços	2.293	5.460	2.708	138,1%	-50,4%	1.324	4.432	234,8%

História

Fazemos parte do Grupo Positivo, maior grupo do segmento de educação no Brasil. Fundado em 1972, a partir da criação de uma escola e de uma gráfica, possui atualmente empresas líderes nos três segmentos em que atua: educacional, gráfico-editorial e informática. A partir do grande sucesso de sua inovadora metodologia de ensino desenvolvida, aprimorada e sistematizada pelos conceituados professores fundadores do grupo, a rede de escolas próprias foi ampliada para os demais níveis educacionais e, em 1979, o grupo iniciou a venda de livros e serviços a outras escolas em todo Brasil.

Atualmente, o grupo conta com cerca de 20 mil alunos em suas escolas próprias e no Centro Universitário, além de atender a aproximadamente 10 milhões de alunos com seus produtos e serviços. Os Portais Educacionais do Grupo Positivo atendem uma comunidade virtual de cerca de 1,6 milhão de alunos, pais e professores e o Sistema Positivo de Ensino é utilizado por mais de 536 mil alunos e 65 mil professores em cerca de 2.185 escolas conveniadas no Brasil, Japão e nos Estados Unidos. O grupo conta atualmente com aproximadamente 4.500 colaboradores.

A Positivo Informática foi criada em maio de 1989 com o objetivo inicial de fabricar e vender computadores para escolas clientes do Grupo Positivo em todo Brasil.

Já em 1990, identificamos a oportunidade de fornecer computadores e soluções de informática para empresas e instituições do poder público, através de licitações públicas.

Em 1994, criamos nosso Segmento de Tecnologia Educacional, dando início à comercialização dos primeiros *softwares* educacionais para escolas e para o varejo. Em 2000, lançamos o Portal Educacional, *site* dirigido às escolas privadas e, no ano seguinte, o Portal Aprende Brasil, desenvolvido para atender as necessidades das secretarias de Educação e escolas públicas.

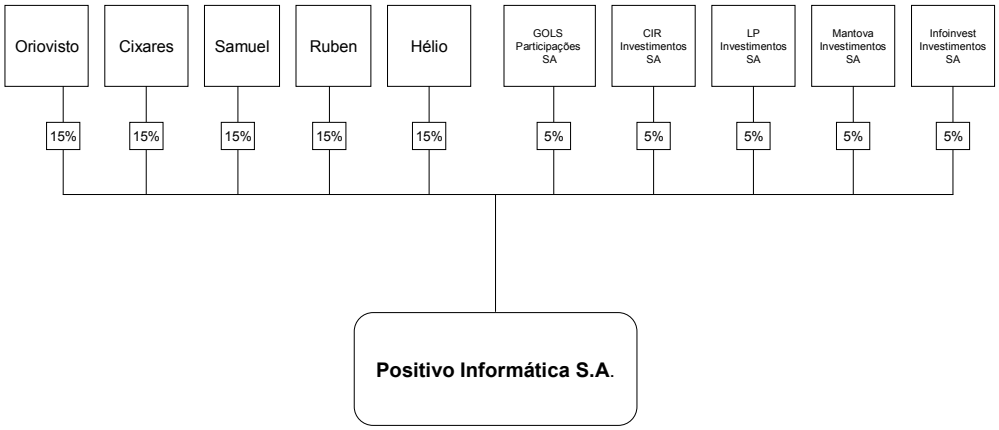
Em 2004, estreamos no mercado de varejo de computadores vendendo computadores para os grandes varejistas do País, e em 9 meses nos tornamos a maior fabricante de computadores do Brasil, permanecendo nesta posição até hoje. Iniciamos também, naquele ano, a comercialização da E-Blocks – mesa educacional para ensino da língua inglesa – nos Estados Unidos e, atualmente, exportamos este produto para países da América do Sul, Europa, Oriente Médio e África. Ao final de 2005 iniciamos a venda para o mercado corporativo de *hardware*, com uma linha de *desktops*, *notebooks* e

servidores, e ultrapassamos a marca de 500 mil computadores produzidos. Em 2006, recebemos o importante prêmio de Melhor Empresa do Setor de Tecnologia e Computação pela revista Exame Edição Melhores e Maiores.

Atualmente, segundo a IDC, somos líderes no Segmento de *Hardware,* com mais de 37% do mercado de venda de PCs no varejo no primeiro semestre de 2006, e um dos principais *players* no Segmento de Tecnologia Educacional, sendo reconhecidos pela nossa inovação no desenvolvimento de *softwares* e mesas educacionais.

Estrutura Societária

O organograma a seguir mostra a nossa composição societária antes da Oferta:



Não possuímos subsidiárias, coligadas, controladas, nem participação em outras empresas.

Segmentos, Mercados e Produtos

Atuamos no Segmento de *Hardware* e no Segmento de Tecnologia Educacional. No Segmento de *Hardware*, atendemos ao Mercado de Varejo, ao Mercado Corporativo e ao Mercado de Licitações Públicas. No Segmento de Tecnologia Educacional, atendemos principalmente a instituições de ensino públicas e privadas. As tabelas a seguir indicam, para os períodos indicados, a nossa Receita Bruta de Vendas e Receita Líquida de Vendas decorrente de cada um desses segmentos:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de nove meses findo em 30 de setembro de	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
Receita Bruta de Vendas			*(valores em milhões de Reais)*		
Hardware	85,0	237,2	691,0	426,6	817,5
Tecnologia Educacional	27,1	28,5	40,7	23,9	32,3
Total	**112,1**	**265,7**	**731,7**	**450,5**	**849,8**

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Em 30 de setembro de	
	2003	**2004**	**2005**	**2005**	**2006**
Receita Líquida de Vendas			*(valores em milhões de Reais)*		
Hardware	62,8	163,3	503,1	311,9	619,4
Tecnologia Educacional	24,2	26,5	36,9	22,0	27,4
Total	**87,0**	**189,8**	**540,1**	**333,8**	**646,8**

Produtos

Atuamos nos Segmentos de *Hardware* e Tecnologia Educacional. Em 2005, o Segmento de *Hardware* representou 93,2% de nossa receita líquida e o de tecnologia educacional, 6,8%, enquanto que nos primeiros 9 meses de 2006, estes segmentos representaram, respectivamente, 95,8% e 4,2%.

Segmento de Hardware

Fabricamos *desktops, notebooks* e servidores. Desenvolvemos linhas de produtos e soluções direcionadas especificamente para cada mercado que atendemos: Mercado de Varejo, Mercado de licitações públicas e Mercado Corporativo, os quais representaram, nos primeiros 9 meses de 2006, uma participação de 79,4%, 19,0% e 1,6% da Receita Líquida do Segmento de Hardware, respectivamente. Em 2005, 96,6% da receita líquida deste segmento foi obtida através da venda de *desktops* e 2,2% de *notebooks*, enquanto que nos primeiros 9 meses de 2006, as vendas de *desktops* representaram 92,7% e de *notebooks*, 7,3% da receita líquida.

No Mercado de Varejo, oferecemos uma linha de computadores, *desktops* e *notebooks standard*, voltada principalmente ao usuário doméstico e também para micro e pequenas empresas, com preços que variam de R$ 999,00 a R$ 5.000,00. Nossa agilidade e conhecimento do mercado permitem o desenvolvimento de produtos funcionais, prontos para usos específicos como assistir televisão, estudar, jogar ou falar ao telefone. Com *designs* modernos, nossos produtos são acompanhados de manuais com linguagem acessível e didática, facilitando grandemente a instalação de nossos computadores. Em 2006, lançamos 5 novas linhas com aproximadamente 20 produtos diferentes. Nossos principais produtos neste mercado são:

Desktops:

- **POSITIVO Plus -** linha padrão, com configurações habituais de *hardware* e *software*, para uso doméstico ou profissional.
- **POSITIVO PC para Você -** linha que atende o programa de inclusão digital do Governo Federal "Computador para Todos".
- **POSITIVO e.PC -** linha que, além das configurações habituais de *hardware* e *software*, oferece conteúdos educacionais acessíveis pela Internet em um portal exclusivo, bem como dicionário e enciclopédia eletrônicos pré-instalados.
- **POSITIVO PCTV -** linha equipada com sintonizador de TV, que permite que o usuário assista e grave programas de TV em seu computador, além de usufruir das funções de rádio FM, MP3 e DVD.
- **POSITIVO PhonePC -** nova linha que possibilita ao usuário efetuar ligações pela Internet através da tecnologia VOIP, através da inclusão de aparelho de telefone USB.
- **POSITIVO GamePC -** nova linha com configurações e *design* que proporcionam a utilização em jogos eletrônicos.
- **POSITIVO Futura –** nova linha de computadores compactos e portáteis, de 3,5 Kg, com tecnologia de notebook aplicada ao desktop.

Notebooks:

- **POSITIVO Mobile -** linha completa de *notebooks* leves, abaixo de 2,5 Kg, preparados para acesso à Internet sem fio e com todas as funcionalidades exigidas de um computador portátil, todos com tela *wide*.

No Mercado de Licitações Públicas, os *desktops*, *notebooks*, servidores e soluções de conectividade são desenvolvidos rigorosamente de acordo com as especificações dos editais de órgãos do governo e empresas públicas, atendendo às necessidades de cada instituição.

Em 2005, passamos a atuar no Mercado Corporativo, atendendo médias e grandes empresas, com *desktops, notebooks*, servidores e serviços de conectividade, produtos de ponta, personalizados de acordo com as necessidades de cada cliente. Em pouco tempo, conseguimos uma base de importantes clientes e formamos uma equipe de profissionais especializados no atendimento a esse mercado, tanto para prospecção como pós-venda, atuando em todas as regiões do País.

Segmento de Tecnologia Educacional

No Segmento de Tecnologia Educacional, nossos produtos são direcionados principalmente para instituições de ensino públicas, privadas e para o mercado doméstico. Nos primeiros 9 meses de 2006, no Segmento de Tecnologia Educacional, os portais representarem 45,0% de nossa receita líquida, enquanto os *software*s e mesas educacionais destinados às escolas públicas representam 1,5% e 26,1% respectivamente e os *softwares* vendidos no varejo representaram 11,3%. Fornecemos serviços integrados, englobando *software*, instalação, equipamentos de informática, além de suporte técnico e pedagógico. Destacam-se os seguintes recursos:

- **Mesas Educacionais**: São ferramentas integradas por módulos eletrônicos, *software*s educacionais e uma variedade de materiais concretos destinados à aprendizagem. Dentre as Mesas Educacionais temos as

seguintes linhas de produtos: Alfabeto, *My Kid, Multimundos, Kid Together e E-Blocks*. A mesa educacional E-Blocks, ferramenta inovadora voltada para a alfabetização da língua inglesa, é comercializada nos Estados Unidos, China, além de países da Europa, América do Sul e Oriente Médio. A inovação e eficácia da E-Blocks foi reconhecida internacionalmente, havendo recebido prêmios da ONU e da Associação Americana dos Editores Educacionais.

- **Portais Educacionais**: Com mais de 1 milhão de usuários pagantes e mais de 2 milhões de *page views* por dia, nossos portais transformam a Internet em uma importante ferramenta de apoio ao aprendizado e à interação entre a escola, pais, alunos e professores. Disponibilizam acesso à vasta biblioteca de conteúdo multimídia educacional, além de possibilitar consultas *on line* a professores especialistas e a participação em projetos interdisciplinares, envolvendo alunos de diferentes escolas. Fornecem conteúdo educacional selecionado e adequado ao nível educacional de cada usuário, atendendo a três diferentes segmentos de usuários: alunos, pais e professores. Os nossos portais educacionais são: (i) Portal Educacional, dirigido às escolas privadas; (ii) Portal Universitário, dirigido às universidades; (iii) Portal Aprende Brasil, dirigido às secretarias de Educação e escolas públicas; e (iv) Portal Positivo, dirigido às escolas conveniadas ao Sistema Positivo de Ensino.

- ***Softwares* Educacionais:** São *softwares* com finalidade educacional, incluindo jogos, simuladores e obras digitais de referência. Além de comercializar *softwares* de nossa autoria, somos também distribuidores no Brasil, sempre com exclusividade, de várias marcas líderes em *software* educacional no mundo. Destacamos a distribuição das canetas tradutoras *Quicktionary* e das edições eletrônicas do dicionário Aurélio. Também somos distribuidores do *software Kid Pix Deluxe*, o *software* de criatividade mais vendido no mundo. Oferecemos, ainda, os seguintes produtos: (i) Simuladores: *Software* que funciona como um laboratório virtual e apóia a aprendizagem criando situações que se assemelhem com a realidade, proporcionando atividades de análise, experimentação, manipulação de variáveis e formulação de hipóteses; (ii) Autoria Multimídia: *Software* que possibilita a autoria de projetos interdisciplinares, integrando diversas mídias (textos, imagens, animações, áudio e vídeo); (iii) Exploração e Prática: *Software* que associa teoria e prática, desenvolvendo atividades que possibilitam a utilização de conceitos de diversas áreas do conhecimento na resolução de situações do dia-a-dia; e (iv) Educação e Entretenimento: *Software* que desenvolve atividades de aprendizagem por meio da utilização de jogos.

- **Serviços agregados:** Programas de formação de educadores e suporte técnico e pedagógico, que já totalizaram mais de 300 mil horas de acompanhamento.

Canais de Distribuição e Clientes

Os principais canais de distribuição de nossos produtos e soluções são as grandes redes varejistas e força de vendas diretas, principais responsáveis pelas vendas para o mercado doméstico e para o setor público, dois dos nossos mercados mais importantes:

Segmento	Principais Canais	Principais Clientes
Hardware	Redes de Varejo	- Pessoas Físicas - Micro e Pequenas Empresas
	Força de Vendas Diretas	- Setor Público - Médias e Grandes Empresas
Tecnologia Educacional	Redes de Varejo e Livrarias	- Pessoas Físicas
	Força de Vendas Diretas	- Escolas Públicas - Escolas Particulares

Adicionalmente, em parcela menor de nossas vendas, são utilizados canais como agentes, revendas, revendas de valor agregado, Internet e canais de TV.

Contamos com clientes dos mais diversos ramos de atividades, com forte presença no setor varejista, no setor público, no setor corporativo e no mercado educacional.

Segmento de Hardware

A tabela abaixo traz nossos produtos e serviços na área de *hardware*, e os canais e segmentos do mercado que alcançam:

Setor	Varejo	Corporativo	Licitações
Produtos	*Desktops* *Notebooks*	*Desktops* *Notebooks* Servidores Redes	*Desktops* *Notebooks* Servidores Redes Soluções
% Receita Líquida[(1)]	79,4	1,6	19,0
Canais	Grandes redes varejistas	Vendas Diretas Agentes Revendas VARs Distribuidores	Vendas Diretas
Clientes	Pessoas físicas Micro empresas Pequenas empresas	Pequenas, médias e grandes empresas Funcionários das empresas Programas especiais (Micro do Milhão)	Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Administração Direta e Indireta, Indústrias, Estatais (todos que compram através de licitações públicas)

(1) Base: 9 primeiros meses de 2006

No Mercado de Varejo, atendemos principalmente a pessoas físicas, micro e pequenas empresas. Nos primeiros nove meses de 2006, houve um representativo aumento na venda de computadores populares. Computadores com preços inferiores a R$ 1.400,00 foram beneficiados não apenas pela redução de 9,25% do imposto sobre o preço de venda, mas também por linhas de financiamento oferecidas pelo BNDES aos varejistas. Aproximadamente 79,4% da nossa receita líquida proveniente do Segmento de Hardware foi obtida através das vendas às grandes redes de varejo – principais responsáveis pela concessão de crédito para as Classes C e D. Destacamos empresas como Ponto Frio, Casas Bahia, Magazine Luiza, Pernambucanas, Lojas Colombo, Wal Mart, Drebes, Condor, Carrefour, Fnac e Bompreço, com as quais acreditamos manter excelente relacionamento em virtude da reconhecida credibilidade de nosso suporte técnico, qualidade e preços competitivos de nossos produtos. Constituímos, através das diversas redes varejistas, a mais extensa e pulverizada rede de distribuição do País, com nossos computadores vendidos em aproximadamente 6.000 pontos de venda. Além disso, acompanhamos as vendas de perto com uma equipe de promotores próprios de 200 profissionais que visitam as lojas destacando nossos computadores e uma equipe de treinamento que visita cerca de 500 vendedores por mês, ação fundamental para o sucesso de nossa estratégia de vendas.

Para fortalecer nosso relacionamento com as grandes redes varejistas e atender nossos clientes, possuímos parcerias com redes de assistência técnica, contando com mais de 380 empresas autorizadas, que cobrem todas as regiões do Brasil.

Temos também forte presença no mercado de fornecimento de computadores para empresas estatais e órgãos do governo executivo, legislativo e judiciário, municipal, estadual e federal da administração direta e indireta e estatais, como Ministério da Educação, INSS, Secretaria de Educação do Paraná, Secretaria de Educação de Minas Gerais, Supremo Tribunal Federal, e Furnas, representando aproximadamente 19,0% da receita líquida proveniente do Segmento de Hardware. Neste setor, a distribuição é feita sem intermediários, por venda direta através de licitações. Neste mercado, acreditamos gozar de ampla credibilidade institucional, que acreditamos ter sido conquistada através de nossa liderança no atendimento com flexibilidade e pontualidade ao elevado e variado padrão técnico demandado pelos diferentes órgãos do governo.

Em 2005, passamos a fornecer computadores para o Mercado corporativo, com uma linha diferenciada de produtos para médias e grandes empresas, bem como a seus funcionários. Em pouco tempo, conquistamos uma base de clientes que inclui algumas das maiores e melhores corporações brasileiras como CSN, Fininvest, Hypercard, Unibanco, Scopus e Votorantim. A distribuição para este mercado é feita por venda direta, revendedores, agentes distribuidores e revendas de valor agregado. Formamos uma equipe de profissionais especializados no atendimento a esse mercado, através de 4 gerências regionais: uma focada para o Estado de São Paulo, uma para os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, uma para a região sul e a última, para o restante do País. Dada nossa posição de liderança no fornecimento às empresas estatais, órgãos do governo e ao grande varejo, acreditamos que este segmento apresenta grandes possibilidades de crescimento.

Segmento de Tecnologia Educacional

No Segmento de Tecnologia da Educação, nossos produtos são direcionados principalmente para escolas públicas, escolas privadas e órgãos do governo. Em 30 de setembro de 2006, cerca de 6.400 mil escolas públicas e 2.500 escolas particulares contam com nossas soluções de tecnologia educacional.

Nossos Portais registram média de 2,2 milhões de *page views* diários e atendem a 1,2 milhões de alunos pagantes, gerando receita recorrente, estratégica para este segmento do negócio. São utilizados por aproximadamente 3 mil escolas, sendo que o Portal Educacional atende a 244 escolas privadas; o Portal Universitário a 41 instituições de ensino superior; o Portal Aprende Brasil a aproximadamente 479 escolas nas esferas estadual e municipal; e o Portal Positivo a 2.185 escolas conveniadas do Sistema Positivo de Ensino.

Além disso, recentemente iniciamos a comercialização das mesas educacionais E-Blocks no exterior, exportando para países como Estados Unidos, Portugal, Reino Unido, Irlanda, Arábia Saudita, Líbano, Egito, China, Coréia do Sul, Argentina, Chile e Angola.

Importante ressaltar que também atuamos no setor varejista, comercializando 92 *softwares* de autoria própria e de outros importantes marcas que somos distribuidores exclusivos de *software* no Brasil, entre os quais destacamos a - The Learning Company e o Dicionário Aurélio. Nossos produtos são vendidos em aproximadamente 850 pontos de venda de empresas como Lojas Americanas, Carrefour, Extra, Wal Mart, Saraiva, Fnac, Blockbuster, Ri Happy e Kalunga. Também vendemos através da Internet e canais de TV como Americanas.Com, Submarino e Shop Time.

Matérias-Primas, Fornecedores e Parcerias

Segmento de Hardware

As matérias-primas correspondem ao maior item de nosso custo, representando 80,7% de nossa receita líquida no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2006. A eficiência na compra e na logística de entrega de matérias-primas torna-se essencial para o sucesso de nossa operação.

Nossos principais componentes são gabinetes, monitores, processadores, componentes de memórias, componentes de placas mãe, placas mãe, discos rígidos e *softwares*. Nos 9 primeiros meses de 2006, aproximadamente 61,7% dos custos de nossas matérias-primas foram comprados de fornecedores em outros países e seus valores podem flutuar de acordo com a oscilação mundial da oferta e da procura, bem como de acordo com a cotação do Dólar. Além disso, 30,5% dos custos de nossas matérias-primas relacionavam-se à aquisição de matéria-prima nacional, indiretamente atrelada ao Dólar. O restante da matéria-prima nacional, correspondendo a 7,8% do custo total de nossas matérias-primas, não está atrelado às variações do Dólar ou de outra moeda.

Contamos com fornecedores internacionais como Microsoft, Intel, Western Digital, Sony, Maxtor, Lite On, Kingmax e MSI, para fornecimento de processadores, discos rígidos, componentes de placas mãe e de memória. Já no mercado nacional, para fornecimento de monitores, placas mãe, gabinetes e monitores, contamos com empresas como Samsung, Proview, AOC, Nilko, Ecimex, Flex e Digitron. Desenvolvemos parcerias e recebemos apoio estratégico de fornecedores globais do setor, como a Microsoft e Intel, dispostos a incentivar lideranças regionais. Ver "Contratos Relevantes – Comerciais". Nossos dez maiores fornecedores respondem por cerca de 70% de nossa compra de matérias-primas.

Obtivemos importantes certificações de fornecedores, dentre as quais podemos citar: *Microsoft Certified Solution Provider, Microsoft Certified Partner, Intel Channel Partner Premier* e *Intel Premier Provider*.

Segmento de Tecnologia Educacional

No setor de tecnologia educacional, desenvolvemos importantes parcerias exclusivas aliadas a importantes marcas no mercado de *software* educacional mundial, dentre as quais destacamos: Quicktionary, The Learning Company, Auralog, Enciclopédia Koogan Houaiss e Dicionário Digital Aurélio.

Concorrência

Os segmentos de mercado nos quais atuamos são altamente competitivos. A preocupação com a satisfação das necessidades do consumidor e a qualidade de nossos produtos, associados ao baixo custo, além da nossa agilidade e flexibilidade, são fatores importantes nesta competição.

Segmento de Hardware

No Segmento de *Hardware*, somos a maior fabricante de PCs do Brasil, com uma capacidade de produção estimada de 130 mil unidades por mês e uma participação no Mercado Oficial de PCs no País de 24,9%, no primeiro semestre de 2006. Em 2005, ocupamos o 4º lugar em vendas na América Latina, segundo a IDC, posição que conquistamos atuando apenas no mercado brasileiro.

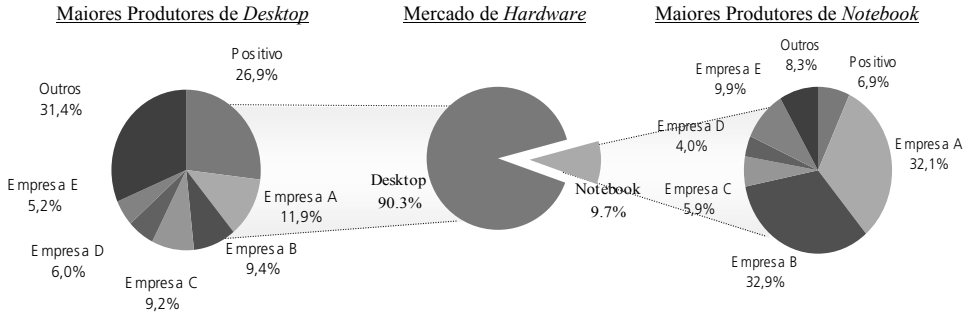
Enfrentamos concorrência de outras companhias tradicionais, tanto nacionais quanto multinacionais, tais como Dell, HP, Lenovo, Semp Toshiba, Kennex, Novadata, Acer, Itautec, CCE, dentre outras, segundo IDC. Enfrentamos, ainda, concorrência de fornecedores do Mercado Cinza, composto de pequenos fabricantes e revendedores que se utilizam de PCs e componentes contrabandeados ou piratas.

Alcançamos a liderança do mercado de PCs no Brasil no quarto trimestre de 2004 mantendo essa posição até os dias de hoje apesar da forte concorrência. No primeiro semestre de 2006, vendemos 79,4% acima do segundo colocado e 113,2% à frente do terceiro. A tabela abaixo demonstra a evolução por semestre da nossa participação no Mercado Oficial em relação às unidades vendidas, entre 2005 e 2006, segundo a IDC:

	Participação no Mercado Oficial/ Unidades Vendidas		
	1S2005	**2S2005**	**1S06**
Mercado Oficial	719.708	1.153.391	1.450.316
Positivo	136.625	242.771	361.392
Participação de Mercado	19,0%	21,0%	24,9%

No mercado de *desktops*, ocupamos o primeiro lugar em unidades vendidas, no primeiro semestre de 2006, com uma participação de 26,9% do Mercado Oficial, 124,9% acima do segundo colocado e e 185,3% acima do terceiro colocado. Também possuímos uma participação de 6,9% no Mercado Oficial de *notebooks*.

O gráfico abaixo demonstra a participação dos principais grupos no Mercado Oficial nacional de *hardware* ao final do primeiro semestre de 2006.



Mercado Oficial de *Hardware* – 1S06

Fonte: IDC

No Mercado de Varejo, mantivemos a liderança absoluta em vendas, no primeiro semestre de 2006, com uma participação de 37,4% do mercado total a frente da Semp Toshiba, da HP, da CCE e da Megaware, que apresentaram, respectivamente, 8,9%, 7,6%, 6,5% e 5,2%.

Nas vendas para o Mercado de Licitações Públicas, no primeiro semestre de 2006, atingimos uma participação de 10,5% de acordo com os dados do IDC.

Segmento de Tecnologia Educacional

No Segmento de Tecnologia Educacional, acreditamos ser a líder no País, oferecendo desde soluções exclusivas, como as Mesas Educacionais, até o desenvolvimento de *softwares* educacionais e portais de educação. Um de nossos grandes diferenciais é o fornecimento de serviços integrados, englobando *software*, instalação, equipamentos, suporte técnico e capacitação pedagógica. Dessa forma, pela natureza exclusiva de nossas soluções, entendemos que não possuímos concorrência direta relevante, principalmente na área de soluções educacionais integradas destinadas a escolas.

No setor de *softwares* educacionais vendidos no varejo, existem hoje entre 10 e 15 empresas distribuidoras no Brasil. Destacam-se como nossas principais concorrentes empresas como Divertire, Anasoft, Cia do *Software* e Eletronic Arts, com uma limitada linha de produtos infantis e filmes.

Os principais concorrentes do Portal Educacional, produto voltado para as escolas particulares, são Escola 24 hs. e E-Aprender. Não encontramos concorrentes diretos ao Portal Universitário, tendo em vista sua funcionalidade principal de complementação ao ensino presencial, diferente do foco de ensino à distância de outros fornecedores do segmento. O Portal Aprende Brasil, voltado para as escolas públicas, tem como concorrentes portais de acesso gratuito como, por exemplo, o EducaRede e o Dia-a-dia Educação – portal educacional do Estado do Paraná.

Marketing

Nos anos de 2003, 2004 e 2005, investimos em nossas ações de marketing R$ 720 mil (ou 0,8% de nossa receita líquida), R$ 2,7 milhões (ou 1,4% de nossa receita líquida) e R$ 8,0 milhões (ou 1,5% de nossa receita líquida), respectivamente. Nos primeiros 9 meses de 2005 e 2006, nosso investimento foi de aproximadamente R$ 3,8 milhões e R$ 8,3 milhões respectivamente.

Segmento de Hardware

No Mercado de Varejo, mercado mais representativo para nossas vendas de PCs, nossos esforços de marketing são direcionados para criação de valor através das seguintes ações:

- **Produtos Inovadores:** Acreditamos que a rápida inovação em produto ajuda na construção da marca Positivo, agregando valor através da funcionalidade e melhores *design*s. O conhecimento profundo do mercado diminui riscos no lançamento de novos produtos;

- **Força da Marca:** Nosso plano de construção de marca busca criar familiaridade e atratividade para o varejo, capturando sinergias de marca com o segmento educacional e utilizando ferramentas de propaganda e marketing, relações públicas e assessoria de imprensa, áreas através das quais nós acreditamos gerar exposição mais relevante e consistente que nossos concorrentes;

- **Preço Adequado:** Obtemos alta eficiência na precificação para a Classe C e buscamos criar oportunidades para melhoria do preço médio através do lançamento de novos produtos, com configuração e *design* diferenciados*;*

- **Trade Marketing:** Acreditamos que nosso excelente relacionamento com o mercado permite melhor entendimento do consumidor e melhor velocidade na reação às oportunidades, através de nossa equipe de campo, que monitora diariamente o mercado, fornecendo informações relacionadas a preços e produtos para a tomada de decisão. Temos a maior equipe de promotores do Brasil em nosso segmento, com 200 profissionais que cobrem 6.000 pontos de venda do varejo e 2 equipes que treinam aproximadamente 500 vendedores por mês, constituindo ação fundamental para o sucesso de nossa estratégia.

Somos reconhecidos por nossa habilidade em diferenciar produtos e oferta por canal e segmentos do mercado e manter o *shelf space* mesmo com a entrada de novos concorrentes, o que permite o fortalecimento de nossa marca em um setor altamente competitivo.

Segmento de Tecnologia Educacional

Nossos *softwares* estão presentes em mais de 800 pontos de venda do varejo, nos quais realizamos marketing de relacionamento e treinamento para que os vendedores conheçam nossos produtos e transmitam para o cliente final suas funcionalidades diferenciadas. Além disso, fazemos publicações e editorias em diversos veículos de informação.

Para os portais educacionais, temos uma estratégia voltada para o marketing direto e pessoal, dada a maior sofisticação e conhecimento das escolas clientes. Nossas principais ações são através do (i) marketing direto, apoiando a equipe comercial, com distribuição de catálogos, informativos eletrônicos e telemarketing; (ii) marketing de relacionamento com as escolas plugadas; (iii) assessoria de imprensa; e (iv) anúncios em revistas, participação e patrocínio de eventos do segmento educacional.

No mercado internacional, realizamos marketing de relacionamento para fidelização de clientes e prospecção de novas vendas, através da distribuição de catálogos, disponibilização de demos, *newsletters* eletrônicos, anúncios em revistas e participação em feiras internacionais de tecnologia educacional e/ou para o ensino de inglês. Realizamos treinamento constante de nossa equipe de vendas e suporte pedagógico.

Plantas Industriais

Nossos *desktops, notebooks* e servidores são produzidos em nossa moderna planta industrial, localizada em Curitiba, no Paraná, com equipamentos de última geração, atendendo aos mais rigorosos padrões de qualidade internacionais.

Fomos um dos primeiros fabricantes instalados no País com Sistema de Gestão da Qualidade certificado conforme ISO 9001 e nosso Sistema de Gestão Ambiental certificado conforme ISO 14001, reafirmando nosso compromisso com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida da comunidade.

Contamos com 1.547 funcionários e nosso parque tecnológico está distribuído em cinco unidades em Curitiba. Nossa planta industrial atual foi inaugurada em 2005 e possui uma área de 19.000 m² e tem capacidade para produzir 130 mil computadores ao mês. Esta capacidade pode ser facilmente ampliada, caso seja necessário, por meio de investimentos marginais.

Redes de Assistência Técnica

Somos capazes de atender e dar suporte a nossos milhares de consumidores finais e órgãos do governo em diversas áreas do território brasileiro, por meio de nossa ampla rede de assistência técnica, construída ao longo de 17 anos, que conta com mais de 380 empresas licenciadas, cobrindo mais de 3 mil cidades. Essas empresas são rigorosamente selecionadas através de processo de avaliação, levando em consideração fatores qualitativos e posição geográfica de forma a atender crescente número de clientes, mantendo os níveis de qualidade e atendimento desejados. Através de equipes especializadas, é realizado acompanhamento diário de desempenho dessas empresas. Também possuímos unidades de atendimento dentro dos centros de distribuição de grandes redes varejistas. Acreditamos que nossa agilidade e eficiência aumentam a qualidade e atratividade de nossos produtos, fortalecem o vínculo com nossos clientes e redes varejistas, consolidando a nossa posição de liderança, conseqüentemente, dificultando a entrada de competidores. Além disso, mantemos um *call center* dedicado ao atendimento do consumidor, que recebe em média 15.000 ligações e 25.000 e-mails ao mês, cujo prazo de atendimento ao cliente de varejo é de, no máximo, 48 horas.

Pesquisa e Desenvolvimento

Temos preocupação constante e dedicamos esforços significativos na inovação e desenvolvimento de nossos produtos. Direcionamos os investimentos em pesquisa e desenvolvimento - obrigatórios e exigidos pelo Estado em contrapartida aos benefícios fiscais (ver item "Incentivos Fiscais" desta seção) - para o aproveitamento de oportunidades de crescimento atrativas na área de tecnologia educacional. Fomos um dos pioneiros no desenvolvimento de soluções tecnológicas e portais educacionais no País. No segmento de desenvolvimento de *softwares*, criamos uma série de produtos inovadores, como a mesa educacional E-Blocks, que é uma ferramenta revolucionária integrada por *softwares* educacionais e materiais concretos em um ambiente colaborativo de aprendizagem de inglês.

No Segmento de *Hardware*, temos uma área dedicada especialmente ao desenvolvimento de novos produtos para o varejo, que baseada em pesquisas e estudos, identifica os diferentes desejos e necessidades do consumidor e aplica no desenvolvimento de novos produtos. Com o objetivo de atender a agilidade exigida pelo mercado, essa área é ligada diretamente ao presidente da companhia, facilitando os processos decisórios.

Impactos dos Incentivos Fiscais

A Positivo Informática se beneficia de dois tipos de incentivos fiscais: (i) incentivos incidentes sobre o valor de venda dos computadores; e (ii) incentivos incidentes sobre o valor de imposto de renda da companhia.

Incentivos Fiscais sobre o Valor de Venda dos Computadores

Incentivos Federais - Redução do IPI

Somos titulares de incentivo fiscal federal instituído pelas Leis 8.248/91 (Lei de Informática), 10.176/01 e 11.077/04, que, atualmente, permite uma redução de 95% no IPI incidente sobre a comercialização dos bens e serviços de informática e automação produzidos de acordo com o denominado "processo produtivo básico" - conjunto mínimo de operações necessárias para caracterizar a efetiva industrialização de determinado produto em território nacional.

Para usufruirmos do referido benefício, investimos anualmente uma parcela de nosso faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, cujo valor é calculado de acordo com a Lei nº 8.248/91. Para manutenção de tal benefício, é necessária a comprovação anual tanto do nível de nacionalização de nosso processo produtivo, quanto de nosso investimento em P&D, o que pode ser uma barreira para entrada de novos concorrentes. Atualmente o investimento em P&D representa aproximadamente 0,86% de nossa receita bruta e no ano de 2007 este investimento deve subir para aproximadamente 1,72% da receita bruta e assim se manter até o fim de 2015, quando deve diminuir para 1,5% da receita bruta e assim se manter até o fim de 2019. Em 30 de setembro de 2006, restavam R$1.619 mil a serem investidos em pesquisa e desenvolvimento, notadamente no desenvolvimento de produtos inovadores e lucrativos no Segmento de Tecnologia Educacional. Historicamente, temos conseguido cumprir integralmente todos requisitos exigidos para mantermos o incentivo fiscal de IPI. Ao final de cada exercício social, realizamos investimentos acima do mínimo necessário para mantermos o incentivo fiscal do IPI. Acreditamos que continuaremos a preencher todos os requisitos de investimentos em pesquisas e desenvolvimento no segmento de tecnologia educacional, incluindo as obrigações para os exercícios fiscais de 31 de dezembro de 2006, no qual seremos capazes de incluir quantias gastas até 31 de março de 2007.

Até 31 de dezembro de 2014, a redução será de 95%, o que reduz o IPI de 15% a 0,75%. De 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro do mesmo ano, a redução passará a ser de 90%, passando de 15% para 1,5%. A partir de 1º de janeiro de 2016, o percentual será reduzido para 70% do imposto devido, reduzindo o IPI de 15% para 4,5%, o qual será mantido até 31 de dezembro de 2019, quando o incentivo será extinto.

Contribuições Federais - Redução de PIS/PASEP e COFINS

PIS/PASEP e COFINS são contribuições sociais exigidas pelo Governo Federal sobre o valor de receitas auferidas, que na prática funcionam como impostos federais sobre o valor de venda. Como parte do programa do Governo Federal denominado Computador para Todos, a Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005 reduziu a alíquota de PIS/COFINS de 9,25% para 0% para *desktops* com preço de venda até R$ 2.500,00 e *notebooks* até R$ 3.000,00. Esta redução somente é aplicável na venda para o usuário final e não nas operações de revenda e tem vigência até 2.009.

Quando vendemos para redes de varejo, não somos beneficiados pela redução. Quem se beneficia pela redução é a loja que revende para o usuário final. A redução se aplica para nós quando vendemos diretamente a usuário final, sendo este pessoa física ou jurídica.

Entretanto o resultado final é o mesmo: *desktops* com preço de venda até R$ 2.500,00 e *notebooks* até R$ 3.000,00 passaram a ter um preço final 9,25% menor. Esta redução foi decisiva no crescimento do mercado oficial desta faixa de computadores, pois o preço dos computadores legais se aproximou muito do mercado cinza. As estatísticas feitas pela IT-DATA mostram que a arrecadação dos impostos federais ao contrário de diminuir, aumentou devido ao crescimento do mercado formal e ao maior número de empregos gerados. Por estes motivos, acreditamos que esta isenção poderá ser prorrogada além de 2009.

O valor pago de PIS e COFINS pela empresa é registrado na conta "Impostos e Contribuições" de nosso Demonstrativo de Resultados, a exemplo dos demais impostos incidentes sobre venda. Para valores pagos, ver tabela ao final desta seção.

Incentivos Estaduais – Crédito de ICMS

Somos titulares de incentivo fiscal de ICMS, nos termos do Decreto nº 5.375/02 do Estado do Paraná. Até novembro de 2006, éramos também titulares do incentivo previsto na Lei Estadual nº 13.214/2001, a qual foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Vide: "Atividades – Outras Informações e Contingências Relevantes" para maiores detalhes.

O Decreto 5.375/02 do Estado do Paraná, onde nossa fábrica está localizada, reduz o ICMS a pagar das alíquotas de 18% (vendas internas), 12% (vendas para os estados da região sul e sudeste, exceto Espírito Santo) e 7% (para as demais regiões do país), para 3%. Esta redução se dá por meio de um crédito presumido concedido pelo Estado do Paraná, calculado sobre a diferença entre a alíquota destacada na nota fiscal (18%, 12% ou 7%) e 3%. Esta redução é possível quando os computadores forem produzidos no Estado do Paraná e de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) definido pelo Governo Federal.

Da mesma forma que o benefício do IPI, esta redução exige como contrapartida que a empresa invista em pesquisa e desenvolvimento nas mesmas proporções exigidas no benefício do IPI, mas com a diferença de que pelo menos 20% deste investimento seja aplicado dentro do Estado do Paraná.

Tanto para o benefício de redução de alíquota do ICMS como para o IPI, as legislações que as regulamentaram fazem menção à classificação fiscal específica de acordo com a tabela IPI-TIPI, que deve ser utilizada na emissão da nota fiscal. No período de 2001 a 2005, para o IPI, e a partir de junho de 2005, para o ICMS, a classificação fiscal por nós utilizada na emissão de notas fiscais sofreu alterações. Amparados na opinião de nossos assessores legais e em laudo técnico emitido pela TECPAR, entendemos que há bons argumentos jurídicos que justifiquem, para nossos produtos, o uso dos códigos utilizados nas notas fiscais, os quais não estavam em contradição com os previstos nas referidas legislações.

Apesar de efetivamente não pagarmos o valor da alíquota cheia de ICMS (18%, 12% ou 7%) por conta desse benefício, nós contabilizamos a despesa integral destacada na nota fiscal (18%, 12% ou 7%) na conta "Impostos e Contribuições". Nos é facultada esta forma de contabilização pelos motivos expostos a seguir.

Incentivo Incidente sobre o Valor de Imposto de Renda da Empresa (Imposto Federal)

O benefício de ICMS descrito no item acima gera um segundo benefício fiscal relevante. Por tratar-se de um subsídio concedido com o propósito de incentivar um investimento específico (em pesquisa e desenvolvimento no Estado do Paraná), a legislação do Imposto de Renda nos faculta a decisão de contabilizá-lo na conta "Reserva de Capital", diretamente em nosso Patrimônio Líquido, ao invés de contabilizar este crédito na conta "Impostos e Contribuições".

A legislação do Imposto de Renda classifica este incentivo como uma subvenção para investimento, um benefício do Estado à Companhia com objetivo específico de investir na ampliação da atividade econômica através do desenvolvimento de soluções de Tecnologia Educacional e Tecnologia de Hardware no Estado do Paraná, não devendo ser considerada como parte de nossa receita, estando assim livre da tributação sobre renda. Nos 9 primeiros meses de 2006, este crédito contabilizado como subvenção para investimento foi de R$ 82,5 milhões. Ainda, segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Capital constituída, apenas pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital, não podendo ser distribuída como dividendos por tratar-se de um benefício do Estado à nossa companhia para uma atividade específica.

O efeito desta contabilização é o de reduzir nosso o lucro antes de impostos no exato valor do crédito de ICMS recebido do Estado, pois este incentivo não é contabilizado como crédito, não reduzindo o saldo da conta "Impostos e Contribuições", despesa relevante de nosso Demonstrativo de Resultados. Conseqüentemente acabamos por reduzir a despesa com imposto de renda consideravelmente, uma vez que o nosso lucro é também reduzido.

Nos últimos 4 anos, devido ao forte crescimento de vendas e conseqüente demanda de caixa para ampliação de nossa atividade econômica, entendemos ter sido a melhor opção para a companhia a redução de lucro que a contabilização da "subvenção para investimento" proporcionou. Conforme demonstrado, este benefício acaba por aumentar a geração de caixa e capacidade de re-investimento na Companhia, dado que um lucro menor reduz também o montante do imposto de renda a pagar. No entanto, a Companhia não pretende acumular caixa além do nível necessário para que sua operação continue a gerar valor real ao acionista, produzindo retornos acima de seu custo de capital.

A seguir os impostos que compõe a conta "Impostos e Contribuições", parte das deduções sobre vendas do Demonstrativo de Resultados do Exercício (em milhares de R$):

R$ mil	Exercício findo em 31 de dezembro de 2004	2005	Exercício findo em 30 de setembro de 2006
ICMS	(31.462)	(94.637)	(108.301)
IPI	(1.665)	(4.462)	(5.196)
ISS	(358)	(509)	(128)
PIS	(4.410)	(9.662)	(11.732)
COFINS	(19.178)	(44.406)	(54.042)
Total de "Impostos e Contribuições" no DRE	**(57.074)**	**(153.675)**	**(179.399)**
Crédito de ICMS contabilizado na conta "Reserva de Capital" do balanço Patrimonial	23.521	74.036	82.546
Total de "Impostos e Contribuições" transferindo-se crédito de "Reserva de Capital"	**(33.553)**	**(79.639)**	**(96.853)**

Propriedade intelectual

Somos inovadores no desenvolvimento de produtos, soluções educacionais e de tecnologia em nossas áreas de atuação, buscamos sempre atender às expectativas do usuário final. Acreditamos que nosso pioneirismo e agilidade em identificar tendências e necessidades de mercado são a natureza de nossas marcas e patentes.

Nossos PCs têm licença para serem comercializados com os selos dos processadores Intel e dos sistemas operacionais da Microsoft. Também temos o direito de distribuição exclusiva no Brasil de produtos de empresas líderes no mercado de *softwares* educacional no mundo, como as canetas tradutoras *Quicktionary* e das edições eletrônicas do Dicionário Aurélio.

Marcas

Em 30 de setembro de 2006, possuíamos 8 marcas registradas e 31 marcas em processo de registro perante o INPI.

Nossas principais marcas nominativas registradas são: Positivo Informática, Patrulheiro das Galáxias e Gincana Virtual. Contamos ainda com algumas marcas nominativas em processo de registro no INPI, tais como: Cooperativa do Saber, Portal Universitário, Aprende Brasil, Oficina do Livro, Oficina do Texto, Sabe – Sistema Aprende Brasil de Ensino, Positivo Server, Positivo PCTV, Positivo PhonePC, Positivo Plus, GamePC, SIM, Educacional, NEO PC e E-blocks. As marcas NEO PC e E-blocks, foram objeto de oposição por terceiros, sendo certo que já foram tomadas as medidas administrativas cabíveis para a defesa das referidas marcas. Estes questionamentos não causam impactos em nossa capacidade de produzir tais produtos, somente no direito de uso de suas marcas.

Além das marcas no Brasil, também possuímos o registro da marca E-Blocks na Comunidade Européia, no Peru e nos Estados Unidos.

Patentes

Em 30 de setembro de 2006, possuíamos, aproximadamente, 6 pedidos de patentes para proteger nossas invenções relacionadas à criação de um sistema educacional que possibilita uma interface entre o aluno e o computador através das mesas educacionais e de um sistema educacional e recreativo para aprendizado de linguagens em geral, bem como de métodos dedicados a: (i) associação de notas em programas de documentos em formato eletrônico; (ii) troca de páginas em programas com conjunto de páginas em geral; e (iii) gerenciamento da ordenação geral de documentos em formato eletrônico.

Solicitamos, ainda, o registro da patente referente ao sistema educacional e recreativo para aprendizado de linguagens em geral na Coréia, Estados Unidos, China, Chile, Japão, Europa, Cingapura, Líbano e México.

Desenhos industriais

Em 30 de setembro de 2006, possuíamos 2 desenhos industriais registrados perante o INPI, os quais visam a proteger a configuração aplicada a um gabinete de computador e a configuração aplicada em central informatizada de atividades, com design exclusivo e características próprias.

Nomes de domínio

Em 30 de setembro de 2006, éramos titulares de 28 nomes de domínio, dentre os quais destacamos:

www.educadoronline.com.br
www.educacional.com.br
www.portaluniversitario.com.br
www.positivoinformatica.com.br

Direitos Autorais

Em 31 de agosto de 2004, registramos como direito autoral as obras didáticas "E-blocks Level I Activities Summary" e "E-blocks Level Companion Book" junto à Biblioteca Nacional.

Software

Desenvolvemos os *softwares* "Positivo Network Manager" e "E-Blocks *software* level 1", os quais encontram-se registrados perante o INPI.

Detemos o controle do uso de *software* de terceiros através do *software* "Positivo Network Manager", por nós desenvolvido, que realiza um inventário dos *softwares* utilizados em nossas dependências. Regularmente realizamos inspeção dos *softwares* instalados nas nossas dependências, além de recebermos avisos no caso de instalações não autorizadas.

Pagamentos a Terceiros

Realizamos pagamentos principalmente à Microsoft por direitos autorais e licenças de uso de *software* daquela companhia. Tais direitos estão formalizados através de *license agreements* celebrados entre as partes e renovados periodicamente. Os valores devidos são apurados com base no número de computadores que vendemos e seu preço varia de acordo com recursos agregados ao computador. Sobre os valores pagos a Microsoft, recolhemos apenas IRRF à alíquota de 15%, amparados na opinião de nossos assessores legais e parecer de orientação da ABES - Associação Brasileira de Empresas de software, não sendo qualquer outro tributo – incluindo a CIDE – Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico – devido.

Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

Nós investimos em pesquisa visando ao desenvolvimento tecnológico e ao aperfeiçoamento de nossos produtos, através da celebração de diversos contratos e convênios com terceiros. Atuamos no financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento no setor de informática, incluindo o desenvolvimento de *softwares*, a formação e treinamento de recursos humanos, o intercâmbio científico e a implementação de infra-estrutura de laboratórios de tecnologia com o intuito de desenvolver e ampliar instituições de pesquisa e desenvolvimento.

Meio Ambiente

As nossas atividades estão sujeitas a regulamentos e exigências de licenciamento e controle ambiental federais, estaduais e locais. Os principais aspectos ambientais relacionados com as nossas atividades envolvem o licenciamento ambiental, o consumo de água, o gerenciamento de resíduos sólidos e o consumo de energia.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas contra nós por eventual inobservância da legislação.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é

emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente da atividade causar ou não danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas e interdição de suas atividades. As atividades desenvolvidas por nós estão licenciadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Com relação ao gerenciamento de resíduos sólidos, nossos objetivos e metas ambientais estão concentrados na redução de sua geração, na reutilização e na reciclagem. Os principais resíduos sólidos gerados são provenientes principalmente de embalagens de matéria-prima, tais como plásticos, madeiras, materiais metálicos e isopor. Nós temos implementado procedimentos de tratamento de resíduos, bem como procedimentos referentes ao descarte de lâmpadas fluorescentes, disquetes e sucata de informática e eletrônicos.

De acordo com a legislação estadual, as atividades geradoras de resíduos sólidos são responsáveis pelo seu acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, disposição final, pelo passivo ambiental oriundo de sua fonte geradora, bem como pela recuperação de áreas degradadas.

Nosso Sistema de Gestão Ambiental é certificado conforme a Norma ISO 14001, desde o ano de 2000,. Para colaborar com a redução da geração de resíduos sólidos, o Sistema de Gestão Ambiental promove ainda a conscientização da importância da reciclagem através de nosso boletim mensal Econcientização, canal de comunicação que tem o objetivo de informar a todos sobre o tema meio ambiente.

Ainda como meta do Sistema de Gestão Ambiental, promovemos a redução do consumo de energia e a utilização racional de água.

Nós esperamos melhorar ainda mais os nossos padrões operacionais ambientais, investindo em projetos na área de meio ambiente tais como (i) projetos de coleta seletiva; (ii) certificação ISO; (iii) criação de uma central de resíduos; (iv) construção de bacias de contenção; (v) projetos de tratamento de esgoto; (vi) projetos de aproveitamento de chuva; e (vi) e aquisição de containers de reciclagem.

Nós nunca recebemos autos de infração ambiental e não existem ações judiciais de cunho ambiental contra a Companhia.

Seguros

Mantemos algumas apólices de seguro com companhias líderes no mercado e financeiramente sólidas. Nossas apólices de seguro cobrem o transporte nacional de nossos bens e mercadorias, como computadores, suas partes e peças, *software*s e material gráfico, desde sua origem em nossas fábricas até seu destino final. Mantemos também apólices contra riscos provenientes de roubo, furto qualificado, extorsão e danos materiais causados em decorrência destas práticas.

Além disso, somos beneficiados pelas apólices de seguros contratadas pelo Centro de Estudos Positivo, que cobrem parte de nosso patrimônio contra riscos potenciais, tais como: danos materiais decorrentes de incêndio, alagamento, quedas, desmoronamento, danos elétricos, raios e explosão. Tais apólices apresentam especificações, limites, franquias usuais no local em que o imóvel estiver situado.

Imobilizado

Nossos imóveis são alugados (para mais detalhes ver seção “Operações com Partes Relacionadas”) e portanto não mantemos imóveis em nossos ativos. Os ativos imobilizados mais relevantes que mantemos em nosso ativo são: (i) as licenças de uso do projeto Oracle, software integrado de gestão cujo término de implantação está previsto para o primeiro trimestre de 2007, (ii) hardware de informática, utilizado em nossa operação por nossos colaboradores e (iii) móveis e utensílios. A tabela a seguir demonstra detalhadamente os itens que compõem o nosso ativo imobilizado, bem como as taxas de depreciação e valor líquido nos últimos dois trimestres de 2006.

	Taxas anuais de depreciação %	Custo Corrigido R$	Depreciação Acumulada R$	Líquido em 30/09/06 R$	Líquido em 30/06/06 R$
Terrenos	-	103	-	103	103
Equipamentos de locação	10	2.017	(1.573)	444	496
Hardware	20	2.260	(1.062)	1.198	1.118
Móveis e utensílios	10	1.698	(501)	1.197	1.179
Software	20	694	(543)	151	186
Máquinas e equipamentos	10	1.137	(154)	983	1.010
Aparelhos comunicações	10	127	(47)	80	83
Instalações industriais	10	805	(11)	794	101
Máq. e equip. escritório	10	25	(24)	1	3
Direito uso telefone	-	25	-	25	25
Licença de uso – Projeto Oracle	-	3.594	-	3.594	2.153
Outros imobilizados	10	25	(16)	9	9
Imobilizado em andamento	-	26	-	26	26
		12.536	(3.931)	8.605	6.492

Colaboradores

Em 30 de setembro de 2006, contávamos com 1.547 Colaboradores, dos quais 638 são recém-transferidos da empresa Positivo Indústria Eletrônica Ltda.

Dos 1.547 colaboradores, 102 estão alocados na área corporativa e os demais alocados da seguinte forma:

	Área Operacional	**Área Administrativa**	**Total**	**%**
Corporativo	-	102	102	6,6%
Hardware	997	259	1.256	81,2%
Tecnologia Educacional	107	82	189	12,2%
Total	**1.104**	**443**	**1.547**	**100%**

Em dezembro de 2003, 2004 e 2005, tínhamos, respectivamente, 373, 522 e 1.061 funcionários.

Além dos colaboradores, a empresa contava, em julho de 2006, com os serviços de 109 cooperativados, associados à CTI – Cooperativa de Trabalho em Tecnologia da Informação de Informática. A grande maioria destes cooperativados presta serviços externos de promoção de vendas junto a clientes da Companhia.

A empresa conta ainda com uma vasta rede credenciada, composta por empresas que prestam serviços de assistência técnica de seus equipamentos em todo o Brasil.

O relacionamento formal com o sindicato dá-se entre o SELETROAR e SINAEES, sindicatos, respectivamente, da categoria de trabalhadores e empregadores das indústrias de aparelhos elétricos, eletrônicos e similares de Curitiba e da Região Metropolitana. Mantemos contato freqüente com o SELETROAR, para tratar principalmente dos seguintes assuntos: (i) dissídios coletivos (todo mês de março); (ii) turnos e jornadas de trabalho; (iv) compensação de horas; e (v) participação nos lucros e resultados.

Política de Recursos Humanos

Nossa política de recursos humanos está pautada em três aspectos fundamentais: captação, integração e acompanhamento do Colaborador. Assim sendo, realizamos um cuidadoso processo de recrutamento e submetemos nossos Colaboradores a um processo de integração, desenvolvimento e reciclagem, por meio de programas de treinamento técnico, operacional e comportamental. Em razão da adoção destas práticas, temos tido baixos níveis de rotatividade em nosso quadro de funcionários, pequeno número de ações trabalhistas e elevação dos nossos índices de produtividade.

Nossa Política de Recursos Humanos está pautada também na remuneração variável para executivos em função dos resultados.

De acordo com o nosso Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com o Plano de Opção de Ações aprovado pela Assembléia Geral em 03 de novembro de 2006, podemos outorgar opção de compra ou

subscrição de nossas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados e colaboradores. Para mais informações, ver seção "Administração - Plano de Opção de Ações".

Benefícios

Os pacotes de benefícios concedidos à maioria dos nossos Colaboradores incluem refeição e desconto na aquisição de produtos da empresa. Além disso, os colaboradores têm a possibilidade de optar por participar da Associação de Funcionários do Grupo Positivo, podendo fazer jus aos seguintes benefícios: assistência médica, seguro de vida, plano de previdência privada, descontos em assistência odontológica e descontos em cursos.

Pendências judiciais e administrativas

Somos parte em diversas ações judiciais oriundas do curso normal de nossos negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias e trabalhistas.

Nós mantemos provisão em nossos balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada de tais perdas. As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que mantenhamos reservas em virtude de perdas prováveis e que efetuemos provisão quando, na opinião de nossa Diretoria e de nossos advogados externos, acreditemos que um resultado desfavorável é provável e a perda pode ser razoavelmente estimada.

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da companhia, foram constituídas provisões para contingências no montante total de R$ 1,3 milhão.

Destacamos, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância de que somos parte.

Cível

Em 30 de setembro de 2006, éramos parte em 114 ações cíveis, sendo que participávamos como autores em 5 ações e, como rés, em 109, perfazendo o valor total envolvido de aproximadamente R$ 9,2 milhões, excluindo as ações populares abaixo mencionadas, pois entendemos que tais ações perderam seu objeto. O valor envolvido nas ações em que figuramos como rés é de aproximadamente R$ 1,7 milhão, novamente sem levar em consideração as ações populares.

Deste total, somos rés em 97 ações que tramitam nos Juizados Especiais Cíveis, envolvendo reclamações de consumidores, o que demonstra um índice bastante baixo, em relação ao número de máquinas em garantia, que abrangia cerca de 658 mil em 30 de setembro de 2006. Somando os valores atribuídos pelos autores às causas, estas totalizavam aproximadamente R$ 432 mil.

Pendências Judiciais Referentes cliente Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) aplicou multa ao consórcio "Alpha ECT 042" vencedor do Pregão 042/2002, do qual a Companhia. fez parte com outra empresa do setor. As pendências referentes a este fornecimento são de dois tipos: disputa sobre multas e sobre o re-equilíbrio econômico financeiro do contrato.

a) Multas

O valor total da multa aplicada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ao consórcio Alpha foi de R$ 22.837 mil. A parte pertinente à Companhia do consórcio corresponde a 38,86%, resultando em um valor de R$ 8.874 mil da multa de responsabilidade da Positivo Informática S.A.

Foi protocolada na Justiça Federal de Curitiba a Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada com a finalidade de anular os processos administrativos que culminaram na aplicação das multas diante do manifesto de cerceamento de defesa e, caso não acolhido este pedido, de limitar a multa ao valor máximo de 20% do valor global dos serviços prestados, ou seja, ao valor de R$ 2.384 mil, sendo R$ 926 mil de responsabilidade da Companhia e R$ 1.457 mil de responsabilidade da outra empresa participante do consórcio, não descontadas as retenções já recolhidas. Ao se descontar as retenções já efetuadas, o valor máximo passa a ser de R$ 764 mil de responsabilidade da Companhia. Este valor máximo foi reconhecido pela justiça através do deferimento de pedido de tutela antecipatória, que confirmou o limite da multa a 20% do valor dos serviços prestados.

b) Re-equilíbrio Econômico-financeiro

O valor pleiteado pelas empresas integrantes do Consórcio Alpha a título de re-equilíbrio econômico-financeiro é de R$ 11.172 mil sendo R$ 4.938 mil a pedido da Companhia. O montante pleiteado, foi parcialmente atendido, e coube à Companhia o valor de R$ 2.465 mil. O pagamento deste valor está sendo averiguado pelo TCU através de um procedimento de Tomada de Contas Especial.

As empresas integrantes do Consórcio Alpha apresentaram manifestação junto ao Tribunal de Contas da União através de seus advogados. Para cobrança da diferença entre o valor pleiteado e recebido, foi distribuída uma ação em Novembro de 2005. Da diferença em relação ao valor originalmente pleiteado cabe à Companhia o valor de R$ 2.473 mil, acrescido de correção monetária.

Outras Ações Cíveis
Há também ação popular, onde o autor objetiva a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços firmado entre o Detran/PR e a Companhia, em virtude de supostas diferenças entre o edital e o contrato, cujo valor global é de R$ 37 milhões. Com base na opinião de nossos advogados externos, acreditamos que a chance de perda desta ação é remota.

Além dos processos mencionados acima, os quais consideramos mais relevantes, existem ainda duas outras ações populares, onde os autores buscavam suspender licitação da qual a Companhia participava, cujo valor total estimado do contrato era de R$ 110,4 milhões. Não sendo atendida a pretensão dos autores, o processo licitatório prosseguiu, sendo vencedor outro participante. Como a Companhia não recebeu nenhum valor decorrente do contrato desta licitação, entendemos que os pedidos formulados nas ações perderam seu objeto.

Trabalhista

Em 30 de setembro de 2006, figurávamos como réus em aproximadamente 14 processos judiciais de natureza trabalhista, perfazendo o valor total envolvido de aproximadamente R$ 454 mil.

Em 30 de setembro de 2006, mantínhamos provisão para questões relativas às nossas pendências judiciais trabalhistas no montante aproximado de R$ 13 mil.

Tributário

Processos judiciais e administrativos

Em 30 de setembro de 2006, éramos parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária e mantínhamos provisão no montante aproximado de R$ 1,1 milhão para suportar eventuais contingências discutidas nesses processos. Além dos processos abaixo mencionados, na data deste Prospecto, éramos parte em outros processos tributários oriundos do curso normal dos nossos negócios, nos quais entendíamos não estarem envolvidos valores que pudessem impactar adversamente e de maneira relevante os nossos resultados.

Imposto sobre Serviços (ISS)

Somos parte em diversos processos administrativos decorrentes de autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de Curitiba para cobrança de débitos de ISS relativos ao período de 1998 a 2002, período em estava vigendo o Decreto-Lei 406/68. Em relação a tais processos, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável para nós, sendo que apresentamos recurso voluntário que aguarda decisão final na esfera administrativa. Na visão dos advogados responsáveis por esses processos, a probabilidade de perda é possível. O valor total envolvido é de aproximadamente R$ 14,7 milhões.

Em linhas gerais, discute-se nesses processos a tributação pelo Município de Curitiba sobre serviços prestados por nós no Município de Pinhais, PR, onde mantínhamos filial constituída para o desenvolvimento da prestação de serviços ao DETRAN do Paraná, em decorrência de termos vencido licitação para este fim. Por ter nossa matriz em Curitiba, onde também fica a sede do DETRAN, este Município entende ser competente para tributar os referidos serviços pelo ISS, em detrimento à tributação pelo Município de Pinhais.

O principal argumento da defesa administrativa refere-se ao fato de que o ISS é devido no local do estabelecimento prestador e não onde o serviço foi efetivamente prestado. Ademais, ainda nos termos da defesa administrativa, embora o serviço tenha sido contratado pelo DETRAN, o mesmo foi efetivamente prestado em diferentes municípios do Estado do Paraná, e não em Curitiba. Assim, ainda que se considerasse que o ISS é devido no local da prestação, o mesmo não poderia ser devido no Município de Curitiba.

Complementarmente, alegamos que o serviço prestado não consta da lista de serviços anexa ao Decreto-Lei 406/68 e que parte dos serviços prestados refere-se à locação de bens móveis, atividade esta que não sofre a incidência do ISS.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

Somos réus em ação de execução fiscal movida pela Fazenda Nacional visando à cobrança de débitos de IPI referente a processo de importação em decorrência da equiparação de nossa empresa a estabelecimento industrial. Apresentamos embargos à execução fiscal que aguarda decisão de 1ª instância. Na visão dos advogados responsáveis por esse processo, a probabilidade de perda da Companhia é provável. O valor envolvido totaliza aproximadamente R$ 1,1 milhão, para o qual foi constituída provisão no valor de aproximadamente R$ 1,1 milhão.

Outras Informações e Contingências Relevantes Em novembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2548-1, julgou inconstitucional o benefício estadual de ICMS previsto na Lei Estadual nº 13.214/2001, o qual uniformizava em 7% as alíquotas incidentes sobre os produtos de informática e dava isenção de ICMS para Softwares. Dado que a sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal ainda não foi publicada, não tivemos acesso, até o momento, aos detalhes dessa decisão, o que nos impossibilita de determinarmos com precisão seu impacto sobre nossas operações.

No entanto, estimamos que o impacto do fim deste benefício em nossa atividade será o aumento da alíquota de ICMS incidente sobre a venda de Software, de 0% para 7%, 12% ou 18% (dependendo da região do país a que se destina a venda). Durante os primeiros nove meses de 2006, a venda de Software correspondeu a menos de 1% de nossa receita líquida. Vide "Atividades – Dados Selecionados de Volume de Vendas e Receita Líquida". Acreditamos, ainda, que o impacto do fim do benefício concedido pela Lei Estadual nº 13.214/2001 sobre a venda de nossos demais produtos de informática será de materialidade limitada, dado que o nosso benefício sobre estes produtos se dá por meio do Decreto 5.375/02.

Contratos Relevantes e Operações entre Partes Relacionadas

Nossos principais contratos são de natureza financeira e comercial - veja a seção "Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Endividamento – Contratos Financeiros" e "Contratos Relevantes – Comerciais".

ADMINISTRAÇÃO

Em 18 de setembro de 2006, o nosso Estatuto Social foi alterado para se adaptar ao Regulamento do Novo Mercado. Neste sentido, além de estarmos sujeitos às normas da Lei das Sociedades por Ações, também estamos sujeitos ao Regulamento do Novo Mercado, conforme descrito abaixo.

Somos administrados por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Além do Conselho de Administração e da Diretoria, possuímos um Conselho Fiscal, de funcionamento não-permanente.

A gestão da Companhia está estruturada de forma que o Conselho de Administração atue com forte visão estratégica e colegiada, apoiado por Diretorias executivas que são responsáveis pela execução das diretrizes definidas pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável pela orientação geral dos nossos negócios, incluindo a nossa estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição de nossos diretores e fiscalização da respectiva gestão. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões.

As reuniões do nosso Conselho de Administração são convocadas pelo presidente do Conselho de Administração ou por, pelo menos, 4 de seus membros, sendo necessária a presença de, no mínimo, 4 membros do Conselho de Administração para que sejam realizadas as suas reuniões.

Nosso Estatuto Social estabelece um número de 6 ou 7 conselheiros, sendo 1 presidente do Conselho de Administração. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, 20% dos conselheiros deverão ser independentes. Nosso Conselho de Administração possui atualmente 1 conselheiro independente. Todos os nossos conselheiros são eleitos em Assembléia Geral de acionistas para mandato unificado de 1 ano, permitida a reeleição, podendo ser destituídos por nossos acionistas reunidos também em Assembléia Geral.

A adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de conselheiros de administração, conforme previsto no artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, somente pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% do capital social da Companhia. No âmbito deste processo, são assegurados a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho de Administração a serem eleitos, sendo reconhecido aos acionistas o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. É assegurado pela Lei das Sociedades por Ações ao acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de voto que sejam titulares de mais de 50% das ações com direito a voto, o direito de eleger conselheiros em igual número ao dos eleitos pelos demais acionistas, mais 1, independentemente do número de conselheiros que, segundo o nosso Estatuto Social, componha o órgão.

Segundo a Instrução da CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual mínimo do capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social. Considerando o atual valor do nosso capital social, acionistas representando 6% do nosso capital social poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros ao Conselho de Administração. O percentual mínimo referido pode variar de 5% a 10%, de acordo com o valor do nosso capital social, conforme previsto na referida instrução.

Caso não seja solicitada a adoção do processo de voto múltiplo, os conselheiros serão eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares de ações de nossa emissão, sendo assegurado aos acionistas que sejam titulares, individualmente ou em bloco, de pelo menos 10% de nossas ações, o direito de indicar, em votação em separado, 1 conselheiro e seu suplente.

O Regulamento do Novo Mercado também prevê que todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um termo de anuência dos administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura deste documento. Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, assinado em 01 de novembro de 2006, os membros do nosso Conselho de Administração responsabilizaram-se pessoalmente a agir em conformidade com o referido contrato, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Novo Mercado.

Atualmente, nosso Conselho de Administração é formado por 6 conselheiros, sendo que destes: (i) 5 membros do Conselho de Administração foram eleitos através da Ata da Reunião de Sócios, realizada em 17.08.06, por meio da qual

se aprovou a transformação do nosso tipo societário de "sociedade limitada" (Positivo Informática Ltda.) para "companhia" (sob a denominação de Positivo Informática S.A.); e (i) 1 membro do Conselho de Administração foi eleito na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2006, por meio da qual foram aprovadas, dentre outras matérias, a abertura de nosso capital, bem como a nossa listagem junto à Bovespa e a nossa adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, com as necessárias adequações em nosso Estatuto Social. Apresentamos na tabela abaixo os nomes, posições e prazos de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração:

Nome	Cargo	Data da Posse	Prazo do Mandato
Sr. Oriovisto Guimarães	Presidente	17.08.06	1 ano
Sr. Cixares Libero Vargas	Conselheiro	17.08.06	1 ano
Sr. Hélio Bruck Rotenberg	Conselheiro	17.08.06	1 ano
Sr. Samuel Ramos Lago	Conselheiro	17.08.06	1 ano
Sr. Ruben Tadeu Coninck Formighieri	Conselheiro	17.08.06	1 ano
Sr. Fernando Soares Mitri	Conselheiro Independente	30.08.06	1 ano

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do nosso Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembléia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócio nos quais tenha interesses conflitantes com os nossos.

Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

Resumimos abaixo as ocupações principais e currículos dos membros do Conselho de Administração da Companhia:

Sr. Oriovisto Guimarães (61 anos). Diretor-presidente do Grupo Positivo desde sua fundação, em 1972. Economista formado pela Universidade Federal do Paraná, e professor de Matemática. É também reitor do UnicenP – Centro Universitário Positivo, um dos mais modernos campus do País. Autor de livros, entre os quais, *Você* é o *dono da escola* (1990), e várias coleções de livros didáticos de Matemática. Em 1979, foi nomeado conselheiro de Educação do Estado do Paraná, ocupando o cargo por três gestões consecutivas. Em 2001, foi representante do Paraná no Programa das Escolas Associadas à Unesco. Desde maio de 2006, é membro da Academia Paranaense de Letras (APL), mesmo ano em que recebeu a Medalha do Conhecimento conferida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior em parceria com a Confederação Nacional da Indústria e o Sebrae.

Sr. Cixares Libero Vargas (59 anos). Sócio fundador do Grupo Positivo. Atualmente, responde pela vice-presidência do grupo como diretor vice-presidente da corporação. Formado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, em 1975. Atuou como professor de Física no período de 1969 a 1976 no Colégio Positivo, onde lecionou para o Ensino Médio. No período de 1977 a 1978, foi Diretor do Curso Preparatório Positivo. Em 1979 e 1980, voltou a lecionar a disciplina de Física, desta vez no Curso Preparatório Positivo. Autor de obras literárias técnicas sobre óptica na área de Física.

Sr. Hélio Bruck Rotenberg (45 anos). Diretor-presidente da Companhia desde sua fundação em 1989, atuando ativamente em sua gestão. Engenheiro Civil formado em 1983 pela Universidade Federal do Paraná e Mestre em Informática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1987. No período de 1988 a 1992, foi coordenador do curso de Informática nas Faculdades Positivo (atual UnicenP – Centro Universitário Positivo).

Sr. Samuel Ramos Lago (65 anos). Sócio fundador do Grupo Positivo. Licenciado e bacharelado em História Natural, formado em 1964 pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Pós-graduado em Orientação Educacional, em 1966, pela PUC-PR. Foi professor de Biologia do Curso Positivo no período de 1972 a 1980 e Diretor do Curso Positivo até 1985. Durante os anos de 1986 a 1994, foi Diretor Pedagógico da Superintendência de Ensino do Grupo Positivo. No período de 1967 a 1978, foi professor de Prática de Ensino (Didática Especial) nos cursos de Biologia e Química na PUC–PR. Autor de várias coleções de livros didáticos na área de Ciências e Biologia, bem como livros paradidáticos e da área de educação. Atualmente, dedica-se a projetos particulares, entre eles um trabalho aprofundado na área de Bioética.

Sr. Ruben Tadeu Coninck Formighieri (51 anos). Sócio do Grupo Positivo. Atualmente, é diretor de Sistemas de Ensino da Editora Positivo, administrando a parceria com uma rede de escolas que se distribuem pelo Brasil, Japão e Estados Unidos. Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia - FAE de Curitiba em julho de 1977. Liderou a criação da Distribuidora Positivo, extinta empresa que, no período de 1979 a 2003, foi responsável por administrar a parceria com as escolas particulares que usavam o sistema de ensino criado pelos fundadores. Sob sua gestão, o Sistema Positivo de Ensino ganhou projeção nacional e assumiu a liderança na rede particular de Educação Básica no Brasil.

Sr. Fernando Soares Mitri (61 anos). Conselheiro independente da Companhia. Formado em Engenharia pela Universidade Federal do Paraná em 1967. Desenvolveu sua carreira profissional no ambiente corporativo. Foi Presidente e Gerente Geral da IBM Brasil, Gerente Geral dos Setores Governo e Utilidades Públicas da IBM Latino Americana e Presidente da Certisign – Certificadora Digital. Foi também Presidente do Conselho de Curadores da Fundação Previdenciária IBM. É certificado pela Lore International Institute, exercendo a atividade de executive coaching no desenvolvimento de executivos a nível corporativo. Atualmente administra a MECA Consultores Associados, empresa dedicada às atividades de Planejamento Estratégico, Governança Corporativa e Executive Coaching. É membro dos Conselhos de Administração da Datasul S/A e das Empresas Gulin e Coordenador Geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa / Capítulo Paraná.

Os membros de nosso Conselho de Administração têm como endereço o de nossa sede, que está localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, com exceção do Conselheiro, Fernando Soares Mitri, cujo endereço é Av. Sete de Setembro, 5011 – Conjunto 502 na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, CEP 80240-000.

Diretoria

Nossos diretores são os nossos representantes legais, responsáveis principalmente pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembléia Geral de nossos acionistas e pelo nosso Conselho de Administração, conduzindo os atos relacionados ao nosso funcionamento regular.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da nossa Diretoria deve ser residente e domiciliado no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, no máximo um terço dos cargos do Conselho de Administração poderá ser preenchido por membros da Diretoria.

De acordo com o nosso Estatuto Social, a Diretoria é composta por até 11 membros, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente de Operações, 1 Diretor Vice-Presidente de Finanças, 1 Diretor de *Supply Chain*, 1 Diretor de Marketing, 1 Diretor de Portais, 1 Diretor Comercial de Tecnologias Educacionais, 1 Diretor de Operações de Tecnologias Educacionais, 1 Diretor de Produções Terceirizadas, 1 Diretor de Conectividade e 1 Diretor de Relações com Investidores, podendo haver acúmulo de funções.

Atualmente, nossa Diretoria é formada por 10 membros, sendo que 1 deles acumula as funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Diretor de Relações com Investidores. Os diretores são eleitos pelo nosso Conselho de Administração podendo, a qualquer tempo, ser por ele destituídos. Os mandatos dos membros da Diretoria são de 2 anos, permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura de seus substitutos.

Compete à Diretoria da Companhia exercer as atribuições que a lei, a Assembléia Geral, o Conselho de Administração e o nosso Estatuto Social conferirem, incumbindo-lhe a gestão dos nossos negócios e atividades sociais, com as seguintes funções dentre outras: (i) zelar pela observância da Lei, de nosso Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral; (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iii) deliberar sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no País ou no exterior; (iv) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele; (vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições e exigências estatutárias; (viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições e exigências estatutárias; (ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Sem prejuízo das demais competências outorgadas a todos os membros da nossa Diretoria, ao Diretor de Relações com os Investidores compete a prestação de informações aos investidores, à CVM e à BOVESPA, bem como manter atualizado o nosso registro de companhia aberta, em conformidade com a regulamentação aplicável.

Apresentamos na tabela abaixo os nomes, posições e prazos de mandato dos nossos diretores:

Nome	Cargo	Data da Posse	Prazo do Mandato
Sr. Hélio Bruck Rotenberg	Diretor Presidente	17.08.06	2 anos
Sra. Marielva Andrade Dias	Diretora Vice-Presidente de Operações	17.08.06	2 anos
Sr. Lucas Raduy Guimarães	Diretor Vice-Presidente de Finanças e Diretor de Relações com Investidores	17.08.06	2 anos
Sr. Luiz Voney Silveira	Diretor de *Supply Chain*	17.08.06	2 anos
Sr. César Augusto Valente Aymoré Filho	Diretor de Marketing	17.08.06	2 anos
Sr. Samuel Ferrari Lago	Diretor de Portais	17.08.06	2 anos
Sr. Claudio Rabinovitz	Diretor Comercial de Tecnologias Educacionais	17.08.06	2 anos
Sra. Elaine Guetter	Diretora de Operações de Tecnologias Educacionais	17.08.06	2 anos
Sr. Guillermo Agripino Diaz Morales	Diretor de Produções Terceirizadas	17.08.06	2 anos
Sr. Erlei Guimarães	Diretor de Conectividade	17.08.06	2 anos

Os nossos Diretores têm como endereço o de nossa sede, que está localizada na Rua Senador Accioly Filho, 1021 CIC, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná.

Seguem abaixo as ocupações principais e currículos resumidos dos Diretores da Companhia (com exceção dos Diretores que são membros do Conselho de Administração):

Sr. Hélio Bruck Rotenberg. Ver "Conselho de Administração" .

Sra. Marielva Andrade Dias (44 anos). Vice Presidente de Operações da Companhia. Formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná em 1983. Em 2003, concluiu MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Antes de ingressar na Companhia, atuou como Engenheira Civil, responsável por diversas obras no Paraná, tendo fundado a empresa Andrade Dias Construção Civil Ltda., onde atuou como sócia-gerente e engenheira responsável. Atua na Companhia há 14 (quatorze) anos.

Sr. Lucas Raduy Guimarães (32 anos). Vice Presidente Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná e com MBA pela MIT *Sloan School of Management*. Nos EUA, trabalhou na área financeira da The Thomson Corporation (Stamford, CT) e para a empresa de consultoria Eduventures, LLC (Boston, MA). Trabalhou por mais de 10 anos em diferentes funções financeiras das empresas do Grupo Positivo. Atualmente, é coordenador do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, capítulo do Paraná.

Sr. Luiz Voney Silveira (52 anos). Diretor de *Supply Chain*. Formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica-RS e COM (*Certified Purchasing Manager*) pela NAPM (*National Association of Purchasing Managers*) (NY-USA). Iniciou sua carreira como engenheiro no Centro Técnico Aeroespacial em São José dos Campos (SP). Em 1978, ingressou na Kodak Brasileira Com e Ind Ltda. em São José dos Campos (SP), como engenheiro de qualidade, onde trabalhou por 17 anos, tendo passado pelas seguintes funções: (i) Supervisor de Ferramentaria e Projeto; (ii) Coordenador de Projetos Novos; (iii) Gerente de Manufatura; (iv) Gerente de Materiais; e (v) Gerente de Compras. Em 1991, foi transferido por um período de um ano para a matriz, em Rochester (NY-USA), para a coordenação de um projeto de redução de custos na aquisição de matérias-primas. Em 1992, retornou ao Brasil e assumiu a Gerencia de Distribuição e Importação. Em 1996, ingressou na Motorola Industrial Ltda., na função de Gerente de Distribuição, com o objetivo de estruturar o *start up* da empresa no Brasil. Em 1999, foi promovido a Diretor de Distribuição com responsabilidade para a América Latina. Durante 2002, foi responsável pelo maior centro de distribuição de celulares da Motorola nos USA na cidade de Harvard (IL-USA). Retornando ao Brasil foi promovido a Diretor de Matérias para as Américas, com responsabilidade pelo planejamento e compras para as três operações de celulares nas Américas (USA, México e Brasil). Em 2006 ingressou na Companhia.

Sr. César Augusto Valente Aymoré Filho (40 anos). Diretor de Marketing. Formado em Administração de Empresas pela (FAE) Faculdade Católica de Administração e Economia em 1987, onde também fez pós-graduação em Marketing e Propaganda. Em 2003, concluiu seu MBA Executivo Internacional pela FIA-USP, em parceira com a Vanderbilt University e a Cambridge University. Foi professor de Planejamento e Marketing da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Faculdade Católica de Administração e Economia e Faculdades Positivo. Iniciou sua carreira profissional no Banco Bamerindus (HSBC) e atuou no mercado acionário através da Ética Corretora de Valores. Durante 8 anos, foi publicitário atuando em agências de propaganda. Em 1994, ingressou na Prosdócimo Eletrodomésticos, que em 1996 foi adquirida pela Electrolux, empresa sueca. Na Electrolux, foi responsável pela introdução da marca no Brasil no segmento, e também pela renovação total do portfolio de produtos. Deixou a empresa em 2004 como Diretor de Marketing e Exportação, para se associar a uma consultoria de *trade marketing*. Em 2006, ingressou na Companhia.

Sr. Samuel Ferrari Lago (39 anos). Diretor de Portais. Formado em Administração de empresas pelas Faculdades Positivo. Iniciou sua carreira aos 16 anos, quando ingressou no Grupo Positivo, em 1983, como contínuo. Em 1984, assumiu o cargo de assistente de marketing. Em 1987, passou a atuar no departamento de recursos humanos e, a partir de 1989 no departamento financeiro, ambos na Administração Central do Grupo Positivo. Em 1990, passou a ocupar a gerência administrativa e de compras da Companhia. Em 1994, assumiu a gerência de compras do Grupo Positivo e, a partir de 2000, novamente na Companhia, passou a dirigir a área de Portais da empresa, onde implementou o projeto.

Sr. Claudio Rabinovitz (47 anos). Diretor Comercial da Divisão de Tecnologia Educacional. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia em 1981, com pós-graduação em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Iniciou suas atividades profissionais como engenheiro da empresa Perbrás, subsidiária da Petrobrás, em Salvador-BA, no período de 1981 a 1983. Atuou como engenheiro da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, de 1983 a 1994. Foi sócio fundador da empresa SPJ Informática, de Salvador-BA, voltada para a comercialização de *softwares* e treinamentos em informática, na qual ocupou o cargo de diretor, de 1987 a 1991. Foi Diretor da empresa Real & Dados, também atuante na comercialização de *softwares* e treinamentos em informática, no período de 1991 a 1994. Atua na Companhia desde 1994.

Sra. Elaine Guetter (42 anos). Diretora de operações da divisão de Tecnologia Educacional. Formada em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná em 1986, com pós-graduação em Administração Estratégica pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 1997. Trabalhou durante 9 anos na IBM Brasil Ltda., nas áreas de análise de sistemas e marketing. Atua na Companhia desde 1998.

Sr. Guillermo Agripino Diaz Morales (60 anos). Diretor de Produções Terceirizadas da Companhia. Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade do Chile e pós-graduado em Análise de Sistemas pela FAAP/FECAP de São Paulo. Iniciou sua carreira profissional em 1973 na Industria de Radio e Televisão (IRT), em Santiago do Chile, como engenheiro de desenvolvimento de produtos. Em 1977, emigrou para o Brasil onde continuou sua carreira profissional na indústria de eletrônica de consumo, na empresa Evadin. Em 1979 foi convidado pelo grupo Itaú a participar da elaboração do projeto e posterior implantação da Itautec, cujo objetivo inicial foi a elaboração e industrialização de equipamentos de informática para o Banco Itaú e o mercado bancário em geral (agências on-line) e posteriormente no lançamento de microcomputadores, de servidores e de outros produtos de informática associados. Sua ultima participação neste grupo empresarial foi na implantação da empresa Itec, uma joint-venture entre Itautec e IBM, objetivando a transferência de tecnologia, a produção e a comercialização local da linha de minicomputadores e servidores IBM AS/400. Em 1998, iniciou sua carreira profissional na Companhia, como gerente de pesquisa e desenvolvimento, participando ativamente no desenvolvimento de várias atividades ligadas aos produtos da empresa, tais como certificações nacionais e internacionais e na implantação de diversas produções terceirizadas de importantes componentes eletrônicos. Adicionalmente, desenvolveu diversas atividades na área de incentivos fiscais atreladas à Lei de Informática, implementando diversos convênios de cooperação cientifica e tecnológica com importantes instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento.

Sr. Erlei Guimarães (35 anos). Diretor de conectividade da Companhia desde 2006. Formado em Engenharia Elétrica (ênfase em Eletrônica e Telecomunicações) pelo INATEL - Instituto Nacional de Telecomunicações em 1993, cursou especialização em Marketing Empresarial pela UFPR - Universidade Federal do Paraná em 1996. Concluiu o MBA em Gestão Empresarial pela FGV - Fundação Getúlio Vargas em 2000, cursando atualmente o MBA em finanças pelo IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Em 1994, iniciou sua atuação profissional na empresa ABC Bull S/A Telematic. Pelos 11 anos subseqüentes, trabalhou na área comercial da divisão de telecomunicações corporativas do grupo Ericsson Telecomunicações (representadas pelas empresas Matec S/A, Ericsson Enterprise Systems do Brasil S/A e Damovo do Brasil S/A), ocupando a Diretoria de desenvolvimento de negócios - Brasil. Em 2005, assumiu a Diretoria de Governo & Utilities da M13 Tecnologia. Paralelamente, foi diretor da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADVB-PR.

Conselho Fiscal

O nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente, podendo ser instalado e ter seus membros eleitos pela Assembléia Geral nos casos previstos em lei, através da solicitação de acionistas representando, no mínimo, 10% do nosso capital. O nosso Conselho Fiscal, quando instalado, será composto de 3 a 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não.

O funcionamento do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, termina na primeira Assembléia Geral ordinária após a sua instalação, sendo admitida a reeleição dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração dos conselheiros fiscais é fixada pela Assembléia Geral de acionistas que os eleger.

Titularidade de Ações

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores na data deste Prospecto.

Nome	Número de Ações	% do capital social
Sr. Oriovisto Guimarães	16.999.999	20
Sr. Cixares Libero Vargas	16.999.999	20
Sr. Hélio Bruck Rotenberg	16.999.999	20
Sr. Samuel Ramos Lago	16.999.999	20
Sr. Ruben Tadeu Coninck Formighieri	16.999.999	20
Sr. Fernando Soares Mitri	5	0,0
Total	**85.000.000**	**100**

Remuneração

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos nossos acionistas, em Assembléia Geral, fixar, anualmente, o montante individual ou global da remuneração dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria. Se fixada globalmente, cabe ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da Diretoria.

A remuneração anual global dos membros dos órgãos da administração da Companhia (Conselho de Administração e Diretoria) está fixada em até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões) de reais, conforme aprovado na Ata da Reunião de Sócios, realizada em 17.08.06, por meio da qual se aprovou a transformação do nosso tipo societário de "sociedade limitada" (Positivo Informática Ltda.) para "sociedade por ações" (sob a denominação de Positivo Informática S.A.). Tendo em vista que os órgãos sociais de administração (Conselho de Administração e Diretoria) somente foram criados em 17.08.06, por conta da nossa transformação em sociedade por ações, não houve qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria nos exercícios passados.

Acordos ou outras Obrigações Relevantes entre a Companhia, seus Conselheiros e Diretores

Ver "Acordos de Acionistas" na seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores" e "Contratos Financeiros Relevantes", na seção "Discussão e Análise da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", acima.

Relação familiar entre os administradores, bem como entre os administradores e os acionistas controladores da Companhia

O Sr. Lucas Guimarães, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, é filho do Sr. Oriovisto Guimarães, Presidente do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Samuel Ferrari Lago, Diretor de Portais, é filho do Sr. Samuel Ramos Lago, e Membro do Conselho de Administração da Companhia. O Sr. Hélio Bruck Rotenberg é, ao mesmo tempo, membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Companhia.

Plano de Opção de Ações

Temos um Plano de Opção de Ações aprovado em Assembléia Geral realizada em 03 de novembro de 2006. Este Plano de Opção de Ações é administrado por nosso Conselho de Administração, que pode, a seu exclusivo critério, outorgar opções de compra a quaisquer de nossos administradores, empregados e prestadores de serviços. Os termos e condições das opções serão definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3°, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no exercício da opção de compra de ações. Na data deste Prospecto, não há opções de compra outorgadas nos termos do Plano de Opções de Ações.

As opções de compra de ações oferecidas representarão o máximo de 2% do total de ações de nosso capital, de acordo com o Plano de Opção de Ações. A emissão de novas ações mediante o exercício de opções de compra de ações nos termos do plano resultarão em uma diluição adicional para os acionistas existentes.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

Principais Acionistas

Nosso capital social, na data deste Prospecto, está totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 85.000.000 de Ações. A tabela abaixo contém informações sobre a quantidade e a distribuição das nossas ações ordinárias, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, evidenciando a colocação da totalidade das Ações e das Ações Adicionais, sem as Ações Suplementares.

	Na data deste Prospecto		Após a Oferta [1]	
Acionistas	Ações	Capital Total (%)	Ações	Capital Total (%)
Oriovisto Guimarães	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Samuel Ramos Lago	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Ruben Tadeu Coninck Formighieri	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Cixares Libero Vargas	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
Hélio Bruck Rotemberg	11.499.999	13,5	11.499.999	13,1
GOLS Participações S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
LP Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Mantova Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
CIR Investimentos S.A.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Infoinvest Investimentos Ltda.	5.500.000	6,5	1.231.000	1,4
Fernando Soares Mitri	5	0,0	5	0,0
Outros	-	-	24.145.000	27,5

[1] Considerando a colocação da totalidade das Ações e das Ações Adicionais, sem as Ações Suplementares.

A totalidade das ações atualmente detidas pelos Acionistas Vendedores foi adquirida de nossos Diretores e membros do nosso Conselho de Administração, com exceção do Conselheiro Independente, através de contrato de compra e venda de ações, datado de 02 de outubro de 2006, sendo quitadas mediante a emissão e aceite de 119 notas promissórias "pró-soluto" a serem pagas em 120 parcelas mensais.

Na data deste Prospecto, os membros do Conselho de Administração e os Diretores detinham, diretamente, em conjunto, 85.000.000 de Ações, o que representa 100% do nosso capital social veja a seção “Descrição do Capital Social” deste Prospecto para mais informações.

Acionistas Vendedores

Na data deste Prospecto, a GOLS Participações S.A. é proprietária de 5.500.000 ações de nossa emissão, representando aproximadamente 6,5% do nosso capital social total. A GOLS Participações S.A. está ofertando a totalidade das Ações de sua titularidade.

Na data deste Prospecto, a CIR Investimentos S.A. é proprietária de 5.500.000 ações de nossa emissão, representando aproximadamente 6,5% do nosso capital social total. A CIR Investimentos S.A. está ofertando a totalidade das Ações de sua titularidade.

Na data deste Prospecto, a Infoinvest Investimentos Ltda. é proprietária de 5.500.000 ações de nossa emissão, representando aproximadamente 6,5% do nosso capital social total. A Infoinvest Investimentos Ltda. está ofertando a totalidade das Ações de sua titularidade.

Na data deste Prospecto, a LP Investimentos S.A. é proprietária de 5.500.000 ações de nossa emissão, representando aproximadamente 6,5% do nosso capital social total. A LP Investimentos S.A. está ofertando a totalidade das Ações de sua titularidade.

Na data deste Prospecto, a Mantova Investimentos S.A. é proprietária de 5.500.000 ações de nossa emissão, representando aproximadamente 6,5% do nosso capital social total. A Mantova Investimentos S.A. está ofertando a totalidade das Ações de sua titularidade.

Acordos de Acionistas

Em 05 de outubro de 2006, foi firmado Acordo de Acionistas entre os Acionistas Vendedores, com o propósito de regular o relacionamento entre os referidos signatários, na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, estabelecendo, dentre outras, regras relativas: (i) ao exercício do direito de voto e poder de controle na Companhia; (ii) à transferência,

alienação ou oneração, sob qualquer forma ou a qualquer título, das ações de emissão da Companhia, inclusive com *(a)* restrição à transferência das ações dos signatários pelo período de 10 (dez) anos, vedando alienação das atuais ações e aquisição de novas ações (*Lock-Up*); e *(b)* Direito de Preferência e Direito de Venda Conjunta (*Tag Along*); (iii) opção de compra detida pela Companhia em relação aos signatários, que poderá ser exercida em caso de falecimento destes; e (iii) normas gerais de gestão e administração da Companhia, com o respectivo procedimento de indicação de membros para os órgãos de administração da Companhia.

Alterações Relevantes da Participação dos Acionistas Vendedores nos Últimos Três Exercícios Sociais

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 86.936.920,00 dividido em 85.000.000 de ações. Cada um dos Acionistas Vendedores possuía, até a data da presente oferta, 20% dessa participação societária, percentual que mantiveram desde 17 de junho de 2003, data em que tiveram as respectivas participações societárias alteradas de aproximadamente 16,6% para 20%, através da celebração do Instrumento de 33ª alteração contratual da Positivo Informática Ltda.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Realizamos, no curso normal de nossos negócios, operações com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as de mercado, ou melhores que essas, a nosso favor. Tais operações incluem, contratos de empréstimo, acordos comerciais e serviços compartilhados. Segue abaixo, um breve resumo dos contratos celebrados por nós com empresas do Grupo Positivo:

FIDC

Parte do contas a receber, no montante de R$ 21.000 mil em 30 de setembro de 2006, compõem a carteira de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, no qual a Companhia participa como quotista, cuja participação é de 58%, equivalente a carteira de crédito cedida. O outro quotista é parte relacionada – a Posigraf – cuja participação é de 42%. Apesar dessa operação ter sido estruturada conjuntamente com a Posigraf, os recebíveis das empresas não se misturam, sendo que cada empresa assume seu próprio risco. Os recursos do fundo oriundo do resgate das duplicatas de recebimento de clientes são mantidos em contas vinculadas aos quotistas e transferidos para os referidos quotistas para quitação de suas obrigações com fornecedores.

Acordo Comercial com a Editora Positivo

Em 04 de julho de 2005, foi celebrado com a Editora Positivo, empresa com a qual possuímos sócios em comum, um Acordo Comercial para disponibilização do Portal Aprende Brasil para todas as Instituições Conveniadas e/ou Parceiras do Sistema de Ensino Positivo. De acordo com tal contrato, o Portal Aprende Brasil passou a ser fornecido, juntamente com os livros didáticos integrados ao Sistema Positivo de Ensino, em sua íntegra, sem restrições e com todas as suas atualizações e inovações futuras a todas às instituições conveniadas, sem limite mínimo ou máximo de alunos. Além disso, somos responsáveis pela prestação de serviços de capacitação e suporte ao pessoal da Editora Positivo e suporte aos usuários, via *on-line*, de todos os serviços disponibilizados no Portal, enquanto que o suporte pós-vendas e os atendimentos pessoais são prestados pela Editora Positivo. Pela disponibilização do mencionado portal, a Editora Positivo se comprometeu a pagar o valor de R$ 16,00 anuais por aluno, mais a correção anual de acordo com o índice IPC-Fipe dos últimos 12 meses acumulados, bem como a quantia de R$ 4,125 em cada livro didático vendido e efetivamente pago.

Contrato com a Posigraf

Celebramos, em 06 de janeiro de 2006, com a *Posigraf*, empresa com a qual possuímos acionistas em comum, contrato para disponibilização de acesso ao sítio na Internet denominado Portal Positivo para os clientes indicados pela *Posigraf* e para todas as Instituições conveniadas pela *Posigraf* ao Sistema Positivo de Ensino. Nos termos deste contrato, também ficou acordado o fornecimento das matrizes de CD-ROMs com conteúdos educacionais e que acompanham os livros didáticos, componentes do Sistema de Ensino Positivo. Todas as instituições conveniadas ao mencionado sistema de ensino, até o limite de 600.000 alunos, têm direito de acesso ao Portal Positivo. Além disso, prestamos serviços de capacitação e suporte ao pessoal da *Posigraf* e damos suporte para os usuários, via *on-line*, de todos os serviços disponibilizados no Portal, enquanto que o suporte pós-vendas às instituições conveniadas e os atendimentos pessoais são prestados pela *Posigraf*. Conforme acordado, a *Posigraf* paga, pelos mencionados serviços, o valor mensal de R$ 553.138,00, sendo este valor reajustado anualmente, de acordo com o IPC-Fipe dos 12 meses. Este contrato é por prazo indeterminado.

Contratos de Rateio de Despesas

Celebramos com a Sociedade Educacional Positivo, empresa com a qual possuímos sócios em comum, Contratos Particulares de Rateio de Despesas, tendo em vista que grande parte de nossas atividades administrativas é centralizada em um único espaço e é realizada por um mesmo grupo de pessoas, com habilidades específicas. Também possuímos Contrato Particular de Rateio com a *Posigraf*, vez que mantemos em conjunto uma unidade destinada ao fornecimento de refeições para os funcionários comuns. Por meio de serviços compartilhados buscamos tornar nossas atividades mais econômicas, além de reduzir custos e despesas administrativas. De acordo com tais contratos, a administração do Departamento de Recursos Humanos, do Departamento de Compras e do Centro de Informática devem ser efetuadas pela Sociedade Educacional Positivo e a administração do refeitório efetuada pela *Posigraf*, sendo os gastos rateados na proporção da utilização dos serviços de apoio correspondentes. O rateio deve ocorrer somente pelos valores incorridos ou efetivamente gastos, não sendo admitido nenhum acréscimo, a qualquer título, que possa representar remuneração, margem de lucro ou qualquer tipo de receita para a Sociedade Educacional Positivo e/ou para a *Posigraf*. Estes

contratos foram celebrados em 30 de junho de 2006 por prazo indeterminado, podendo ser rescindidos de comum acordo pelas partes. Além disso, em 18 de março de 2002, celebramos, juntamente com o Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda., contrato com a empresa MPS Informática Ltda. para prestação de serviços de hospedagem de servidores (Co-Location). O valor mensal contratado inclui infra-estrutura física, de pessoal e banda de Internet, sendo rateado entre a Companhia e o Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. Este contrato foi celebrado por prazo indeterminado. Celebramos, ainda, em 05 de abril de 2005, juntamente com a Sociedade Educacional Positivo, Editora Positivo, Centro de Estudos Superiores Positivo e *Posigraf* (empresas do Grupo Positivo) contrato com a empresa J. Walter Thompson Publicidade Ltda. para a prestação de serviços de propaganda e publicidade, por prazo indeterminado. Pelos serviços prestados, as contratantes pagam à contratada honorários de mídia, correspondentes a 14% sobre os valores brutos investidos em mídia; honorários de produção, equivalentes à 7,5% sobre os custos incorridos na produção de tais serviços; além de custos internos, no caso de peças solicitadas pelas contratantes e criadas pela contratada que não façam parte de campanha.

Descontos concedidos para usuários do Portal Educacional

De acordo com a nossa política comercial, concedemos descontos a instituições de ensino que celebram contratos para fins de acesso ao Portal Educacional, caso as mesmas possuam convênio com a *Posigraf* para fornecimento de material didático do Sistema de Ensino Positivo. Nestes casos, decidimos beneficiá-las com descontos no valor das mensalidades, tendo em vista que o conteúdo disponibilizado no Portal Educacional é o mesmo que o disponibilizado no Portal Positivo, que vem incluído no referido material didático. A concessão de tais descontos é formalizada através de aditivo ao contrato de disponibilização de acesso aos Portais celebrado com a instituição de ensino, ficando os descontos, expressamente, condicionados à manutenção do referido convênio de fornecimento de material didático.

Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na Internet denominado "Portal Positivo" aos clientes indicados pela Posigraf, bem como o fornecimento da matriz de CDROMs com conteúdos educacionais. A Companhia disponibilizará o acesso ao "Portal Positivo" a todas as instituições conveniadas pela Posigraf ao Sistema Positivo de Ensino. Na qualidade de proprietária dos direitos patrimoniais de autor, incidente sobre o Programa de Computador denominado Livro Didático, a Companhia cede à Posigraf esses direitos patrimoniais. O programa de computador é prensado em suporte físico – CD, por solicitação e sob a responsabilidade da Posigraf, em quantidade a ser definida por esta. Conforme contrato, pela cessão desses direitos, a Companhia recebe remuneração específica por unidade de CD comercializado.

Contratos de Locação de Imóveis celebrados por nós e pela Rosh Adm. de Bens Ltda.

Em 30 de junho de 2006, foram firmados contratos de locação não-residencial entre nós e a Rosh Adm. de Bens Ltda., empresa controlada pelos nossos controladores, pelo prazo de cinco anos, com término previsto para 30 de junho de 2011, podendo ser renovado automaticamente, por igual período. Tais contratos referem-se aos imóveis onde se situam nossa sede e nossa planta industrial. O valor conjunto ajustado entre as partes é de R$ 159 mil mensais, e será reajustado anualmente. O contrato tem carência de 90 dias, entrando em vigor a partir de 1° de outubro de 2006, após o que serão devidos os alugueres. Até a data do referido contrato, não era cobrado nenhum encargo à Companhia pelo uso do prédio. O valor ajustado entre as partes foi definido com pesquisa de mercado com empresas do segmento imobiliário que atuam na região.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Geral

O único valor mobiliário de nossa emissão são as ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que compõem o nosso capital social.

Antes da Oferta, nossas ações não eram negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado. Em 01 de novembro de 2006, assinamos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, para que as nossas ações ordinárias sejam admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado, sob o código POSI3, cuja eficácia se encontra suspensa até a data de publicação do Anúncio de Início. Não podemos garantir que, após a Oferta, será desenvolvido um mercado ativo para as nossas ações ordinárias ou que as mesmas sejam negociadas por um valor maior que o Preço por Ação. Para mais informações, ver a Seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações", "Administração", "Descrição do Capital Social" e "Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa".

Negociação na BOVESPA

A BOVESPA é uma entidade sem fins lucrativos de propriedade de corretoras-membro. A negociação na BOVESPA só pode ser realizada pelas corretoras-membro e por um número limitado de não-membros autorizados. As negociações ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado Megabolsa. A BOVESPA também permite negociações das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, por um mercado denominado "after market", conectado a corretoras tradicionais e a corretoras que operam pela Internet. As negociações no "after market" estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelas corretoras que operam pela Internet.

Quando acionistas negociam ações na BOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à BOVESPA na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio da CBLC.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BOVESPA adotou um sistema circuit breaker de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10% ou 15%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Para mais informações, ver "Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa".

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Apresentamos a seguir um resumo de determinadas disposições de nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações e das normas e regulamentos da CVM e do Novo Mercado referentes ao nosso capital social, administração, informações periódicas e eventuais, bem como de outros aspectos corporativos que se aplicam a nós. Este resumo não é exaustivo com relação a qualquer assunto aqui tratado.

Geral

Somos uma sociedade por ações, constituída de acordo com as leis do Brasil. Em 29 de setembro de 2006, requeremos nosso registro de companhia aberta à CVM, o qual foi concedido em 06 de dezembro de 2006.

Em 01 de novembro de 2006, celebramos um contrato com a BOVESPA regulando o nosso ingresso no Novo Mercado, cuja eficácia ocorrerá desde que (i) a Companhia tenha sido admitida no segmento de negociação do Novo Mercado, e cumulativamente (ii) tenha publicado o Anúncio de Início da presente Oferta.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é de R$ 86.936.920,00, dividido em 85.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital social da Companhia pode ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 4.500.000 novas ações ordinárias. Os nossos acionistas deverão aprovar em Assembléia Geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado mencionado acima.

De acordo com as regras do Novo Mercado, a partir da admissão das ações de emissão da Companhia para negociação no segmento do Novo Mercado da BOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou com direito de voto restrito. Por este motivo, o nosso capital continuará a ser representado exclusivamente por ações ordinárias.

Histórico do Capital Social

Segue abaixo um descritivo do histórico da evolução do capital social da Companhia, correspondente aos três últimos exercícios sociais:

Data	Evento	Valor do Capital Social (R$)	
		Antes do evento	Depois do evento
30.06.03	35ª Alteração Contratual	R$ 16.831.250,00	R$ 20.122.330,00
31.12.04	42ª Alteração Contratual	R$ 20.122.330,00	R$ 23.090.790,00
27.09.05	43ª Alteração Contratual	R$ 23.090.790,00	R$ 81.000.000,00
07.02.06	45ª Alteração Contratual	R$ 81.000.000,00	R$ 83.968.460,00
28.06.06	47ª Alteração Contratual	R$ 83.968.460,00	R$ 86.936.920,00

Em 17 de agosto de 2006, a nossa Companhia, que até então era uma sociedade limitada, transformou-se em sociedade por ações, com a respectiva conversão de suas quotas em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Ações em Tesouraria

Nós não temos ações em tesouraria.

Objeto Social

Nosso objeto social, definido na cláusula terceira do nosso Estatuto Social, consiste em: a) a industrialização, comercialização, locação e assistência técnica de bens e equipamentos de qualquer natureza na área de informática e eletro-eletrônica; b) o desenvolvimento, comercialização e locação de *softwares* e sistemas diversos; c) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletro-eletrônica; d) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; e) a prestação de serviços na área de informática; f) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; g) a editoração e

comercialização de livros; e h) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia.

Direitos das Ações Ordinárias

Cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas nossas Assembléias Gerais Ordinárias e Assembléias Gerais Extraordinárias. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o nosso capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias. No caso da nossa liquidação, é conferido aos titulares das Ações direito ao recebimento do capital, na proporção das Ações por eles detidas, após o cumprimento de todas as obrigações sociais. Exceto em situações específicas, previstas na Lei das Sociedades por Ações e em "Direito de Preferência" abaixo, os titulares das Ações têm o direito de participar dos aumentos do nosso capital social, na proporção das Ações por eles detidas.

As Ações garantem aos seus titulares:

- Direito de voto nas nossas assembléias gerais, sendo que cada Ação corresponderá a um voto;
- Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido do respectivo exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- Em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle da Companhia, ainda que por meio de operações sucessivas, esta deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações ("OPA") dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"), de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do alienante do controle (100% *tag along)*;
- Em caso de cancelamento do registro da Companhia de companhia aberta ou de cancelamento de listagem da Companhia no Novo Mercado da BOVESPA, direito de alienação de suas ações em OPA a ser lançada pelo acionista controlador ou pela Companhia por, no mínimo, seu respectivo valor econômico apurado mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa especializada e independente da Companhia, seus administradores e controladores, bem como do poder de decisão destes, com experiência comprovada e escolhida pela assembléia de acionistas titulares de ações em circulação a partir de lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia;
- Direito de recebimento de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da Data de Liquidação; e
- Todos os demais direitos assegurados às Ações nos termos da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento do Novo Mercado e do Estatuto Social da Companhia.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são listadas na BOVESPA sob o código POSI3.

Assembléias Gerais

Nas assembléias gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a decidir sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as deliberações que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, em Assembléia Geral Ordinária, as nossas demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do nosso lucro líquido e o pagamento de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária. Os membros do Conselho Fiscal, na hipótese em que a sua instalação tenha sido solicitada por número suficiente de acionistas, podem ser eleitos em qualquer Assembléia Geral.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo que a Assembléia Geral Ordinária. Compete aos nossos acionistas decidir em Assembléia Geral, exclusivamente, sobre as matérias abaixo, sem prejuízo de outras matérias de sua competência:

- Reforma do nosso Estatuto Social;
- Eleição e destituição dos membros do nosso Conselho de Administração;
- Fixação dos honorários globais dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como da remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;
- Atribuição de bonificações em ações;
- Desdobramentos e/ou grupamentos de ações de nossa emissão;
- Aprovação de planos de opção de compra ou de subscrição de ações;
- Tomada das contas dos administradores e deliberação sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- Destinação do lucro líquido do exercício e pagamento de dividendos, de acordo com proposta apresentada pela nossa administração;
- Saída do Novo Mercado;
- Escolha de sociedade especializada responsável pela determinação do valor econômico da nossa Companhia para fins das ofertas públicas previstas no nosso Estatuto Social, dentre as sociedades indicadas pelo nosso Conselho de Administração;
- Suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social;
- Avaliação de bens através dos quais um acionista pretende subscrever ações do nosso capital social;
- Nossa transformação em uma sociedade limitada ou qualquer outra forma prevista na legislação societária;
- Nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão;
- Nossa dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição do liquidante e aprovação das contas por ele apresentadas; e
- Autorização para que nossos administradores confessem nossa falência ou requeiram nossa recuperação judicial ou extrajudicial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o nosso Estatuto Social e as deliberações aprovadas em Assembléia Geral não podem privar os nossos acionistas dos seguintes direitos:

- Direito de votar nas assembléias gerais;
- Direito de participar na distribuição dos lucros;
- Direito de participar, na proporção da sua participação no nosso capital social, na distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese da nossa liquidação;
- Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações descritas em "- Direito de Preferência"; e
- Direito de retirar-se da nossa Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito em "Direito de Retirada e Resgate".

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembléia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% de nossas Ações e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do nosso

Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de pelo menos dois terços de nossas Ações e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas.

De modo geral, a aprovação de acionistas que comparecerem pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembléia Geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo.

A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações é necessária para a aprovação das seguintes matérias:

- Redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;
- Mudança do nosso objeto social;
- Nossa fusão ou incorporação em outra sociedade;
- Nossa cisão;
- Nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido da Lei das Sociedades por Ações);
- Cessação do nosso estado de liquidação;
- Nossa dissolução;
- Incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornarmos uma subsidiária integral da mesma; e
- Saída do Novo Mercado.

Enquanto nossas Ações estiverem listadas no Novo Mercado, o capital social deve ser representado exclusivamente por ações ordinárias e, para sair do Novo Mercado ou cancelar o registro de companhia aberta e passar a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, os Acionistas Controladores deverá efetivar uma oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas. Veja "Saída do Novo Mercado".

Convocação

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as nossas assembléias são convocadas mediante três publicações no Diário Oficial do Estado do Paraná, no Jornal Indústria e Comércio. A partir da publicação do Anúncio de Início, passaremos a divulgar nossas informações também no Jornal Valor Econômico. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da data da realização da Assembléia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a nossa Companhia, em determinadas circunstâncias, prorrogar a data da Assembléia Geral para que seja feita em até 30 dias antes da data de convocação.

Local da Realização de Assembléia Geral

Nossas assembléias gerais são realizadas em nossa sede social, localizada na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas assembléias gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de Curitiba e a respectiva convocação contenha uma indicação clara, expressa e inequívoca do local em que a Assembléia Geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, ordinariamente, ao nosso Conselho de Administração convocar as assembléias gerais, ainda que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos:

- Qualquer acionista, quando nossos administradores retardarem a convocação por mais de 60 dias da data em que deveriam tê-la realizado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

- Acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma assembléia solicitada por tais acionistas, através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado;

- Acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e

- Conselho Fiscal, quando instalado, caso os órgãos da administração retardarem a convocação da Assembléia Geral Ordinária por mais de um mês da data prevista para a sua realização; o Conselho Fiscal, quando instalado, poderá, ainda, convocar Assembléia Geral Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes a serem tratados.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à Assembléia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto.

Nossos acionistas podem ser representados na Assembléia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, nosso administrador ou advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

Conselho de Administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto de 6 ou 7 membros, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes de acordo com as regras do Novo Mercado, e até igual número de suplentes. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10% do nosso capital votante.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. Nossos conselheiros não estão sujeitos a aposentadoria obrigatória por idade.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de:

- Realizar qualquer ato de liberalidade às custas da companhia, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens da companhia ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração;

- Receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembléia Geral; e

- Intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores da companhia.

Direito de Retirada e Resgate

Direito de Retirada

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de certas deliberações tomadas em Assembléia Geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de retirada poderá ser exercido, dentre outras, nas seguintes circunstâncias:

- Nossa cisão (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);

- Redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas;

- Mudança do nosso objeto social;

- Nossa fusão ou incorporação em outra sociedade (em situações específicas, conforme descritas no parágrafo abaixo);
- Nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações, e em situações específicas, conforme descritas abaixo);
- Nossa transformação societária;
- Incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e
- Aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que a nossa cisão somente ensejará direito de retirada nos casos em que ela ocasionar:

- A mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social;
- A redução do dividendo mínimo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; ou
- A nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações).

Caso ocorra a nossa fusão ou incorporação em outra companhia ou nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de retirada caso as Ações tenham as seguintes características:

- Liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM; e
- Dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob seu controle detenham menos da metade das nossas ações.

O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da Assembléia Geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso. Adicionalmente, os acionistas em assembléia têm o direito de reconsiderar (por maioria dos presentes) qualquer deliberação que tenha ensejado direito de retirada após convocação da Assembléia Geral no prazo de até dez dias subseqüentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entenderem que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso de exercício do direito de retirada, os nossos acionistas terão o direito de receber o valor econômico de suas ações, apurado pelo valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, com base em laudo de avaliação aprovado pela Assembléia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação dos nossos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio.

Registro de Nossas Ações

Nossas Ações são mantidas sob a forma escritural no Banco Itaú S.A. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento pelo Banco Itaú em seus sistemas de registro a débito da conta das ações do alienante e a crédito da conta das ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito no parágrafo abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de Ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária, à época do referido aumento de capital.

Nossos acionistas também possuem direitos de preferência na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contados da publicação do aviso aos acionistas referente ao aumento de capital, para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o nosso Estatuto Social, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo do exercício do direito de preferência dos nossos acionistas, nos aumentos de capital mediante emissões de ações, emissão de debêntures conversíveis em ações e emissão de bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado e, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle.

Mecanismos de Proteção à Dispersão Acionária

Nosso Estatuto Social contém disposições que têm o efeito de dificultar a concentração de nossas ações nas mãos de um grupo pequeno de investidores, de modo a promover uma base acionária mais dispersa, impondo àquele que adquirir ou se tornar titular de Ações, em quantidade igual ou superior a 10% do total das ações de nossa emissão ("Acionista Adquirente"), excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, no prazo de 30 dias, a partir da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações nessa quantidade, a realização ou solicitação do registro de uma oferta pública para aquisição da totalidade das Ações de nossa emissão ("OPA"), observado o disposto na regulamentação aplicável, editada pela CVM, nos regulamentos da BOVESPA e no nosso Estatuto Social.

O preço a ser ofertado pelas Ações na OPA não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico da Companhia apurado por instituição ou empresa especializada a ser escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado; e (iii) a maior cotação unitária das ações da nossa Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações da nossa Companhia.

Caso o acionista adquirente não cumpra as obrigações previstas no nosso Estatuto Social, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o nosso Conselho de Administração convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual tal acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Restrições à realização de determinadas operações por nossos acionistas controladores, Conselheiros e Diretores e pela Companhia

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, a nossa Companhia, nossos acionistas, diretos ou indiretos, membros do nosso Conselho de Administração, nossos diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados *insiders* para efeito da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976, a "Lei do Mercado de Valores Mobiliários") são proibidos de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de emissão da nossa Companhia, nas seguintes condições:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;
- Que se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à nossa Companhia, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo da nossa Companhia ou dos nossos acionistas;
- Sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão pela nossa Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;
- Durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas informações trimestrais (ITR) e anuais (IAN e DFP) exigidas pela CVM; e

- Relativamente aos nossos acionistas controladores, membros do nosso Conselho de Administração e diretores, sempre que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de nossa emissão pela própria Companhia, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob controle comum ao da nossa Companhia.

A Companhia, os membros do nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria, os Acionistas Vendedores e seus acionistas controladores, desde 22 de novembro de 2006, data da primeira publicação do Aviso ao Mercado, até o término do prazo de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, inclusive, celebraram um Acordo de Não Disposição, por meio do qual se obrigaram a não alienar, ofertar para venda, penhorar ou de qualquer maneira dispor das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ou qualquer valor mobiliário que possa ser convertido em, ou cujos direitos possam ser exercidos ou negociados por, Ações por nós emitidas e derivativos lastreados em tais ações, sujeito a determinadas exceções.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, nos 6 meses subseqüentes à primeira distribuição pública das Ações, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima. Após esse período inicial de 6 meses, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia não poderão, por mais 6 meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das ações e derivativos destas de que eram titulares imediatamente após a efetivação da distribuição pública mencionada acima.

Juízo Arbitral

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devemos resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedade por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta só pode ocorrer caso o acionista controlador ou grupo de acionistas que detiver o Poder de Controle da Companhia ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações de sua emissão em circulação, sendo observados os seguintes requisitos: (i) que o preço ofertado seja justo, na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM 361; e (ii) que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações (que não pertençam ao controlador, a Pessoas Vinculadas ou estejam em tesouraria) e que tenham se manifestado sobre o cancelamento, tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública.

A Lei das Sociedades por Ações define preço justo como sendo aquele apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das nossas ações no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e o nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico da Companhia apurado por instituição ou empresa especializada a ser escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração. A deliberação que escolher tal instituição ou empresa especializada será tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes de ações em circulação presentes na assembléia, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Não se computarão os votos em branco para verificação da aprovação da maioria em tal assembléia

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de no mínimo 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos administradores que convoquem assembléia especial dos acionistas para deliberar sobre a realização de nova avaliação, pelo mesmo ou por outro critério, para determinação do valor da nossa Companhia. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias, contados da divulgação do valor da oferta pública, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta pública. Caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública deverá obrigatoriamente adotar esse valor maior, ou ser cancelada.

Saída do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento da negociação das nossas Ações no Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por acionistas que representem a maioria das Ações, e desde que a BOVESPA seja informada por escrito, com, no mínimo, 30 dias de antecedência.

Quando ocorrer a nossa saída do Novo Mercado para que as Ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, contados da saída do Novo Mercado, no mínimo, pelo valor econômico apurado, mediante elaboração de laudo de avaliação por empresa ou instituição especializada e independente quanto ao poder de decisão da companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração.

Conforme definido no nosso estatuto social, acionista controlador significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que exerça o poder de controle da Companhia.

Quando a nossa saída do Novo Mercado ocorrer em razão de cancelamento de registro de companhia aberta, o nosso acionista controlador deverá seguir os demais requisitos aplicáveis ao cancelamento de registro.

O cancelamento da listagem das Ações no Novo Mercado não implica o cancelamento da negociação das Ações na BOVESPA.

Na hipótese da nossa saída do Novo Mercado, em razão de reorganização societária, a qual a companhia resultante não seja admitida à negociação no Novo Mercado, o nosso acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos nossos demais acionistas no mínimo, pelo valor econômico das ações, observadas as condições e prazos previstos na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, sendo certo que o valor econômico da Companhia deverá ser apurado por instituição ou empresa especializada a ser escolhida pela Assembléia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração. A deliberação que escolher tal instituição ou empresa especializada será tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes de ações em circulação presentes na assembléia, que se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Não se computarão os votos em branco para verificação da aprovação da maioria em tal assembléia.

Caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subseqüentes à nossa saída do Novo Mercado, o nosso acionista controlador alienante e o adquirente do controle deverão, conjunta e solidariamente, oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações, nas mesmas condições e pelo mesmo preço pago ao acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado.

Se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições do regulamento de listagem do Novo Mercado, o acionista controlador alienante e o comprador ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença do valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições que as estabelecidas no parágrafo acima.

Mediante o cancelamento da listagem das Ações no Novo Mercado, não poderemos solicitar a listagem das Ações no Novo Mercado no período de dois anos subseqüentes ao cancelamento, salvo se ocorrer uma mudança no nosso controle acionário após o cancelamento.

Alienação de Controle

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a alienação de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos nossos outros acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado.

A oferta pública é exigida, ainda:

- Quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle;

- Em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor; e

- Quando aquele que já detiver nossas ações adquirir Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações. Neste caso, o acionista adquirente estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações pelos mesmos termos e condições oferecidos ao acionista alienante e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa, nos 6 meses anteriores à data da alienação do controle. O valor do ressarcimento é a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações nesse período, devidamente atualizado.

O comprador, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos 6 meses subseqüentes, o percentual mínimo de 25% de ações em circulação no mercado.

Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pela nossa Companhia, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria para posterior alienação ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas:

- Resultar na redução do nosso capital social;

- Requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço;

- Criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não eqüitativas;

- Ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos Acionistas Controladores; ou

- Ocorrer enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição das nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade dos Acionistas Controladores, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias e coligadas.

Qualquer compra de ações de nossa emissão pela Companhia deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão.

Divulgação de Informações

Devemos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos atos normativos expedidos pela CVM. Ainda, em função de nossa listagem das ações de nossa emissão no Novo Mercado, devemos também seguir as exigências relativas à divulgação de informações contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei das Sociedades por Ações, a regulamentação editada pela CVM e o Regulamento do Novo Mercado estabelecem que a companhia aberta deve fornecer à CVM e à BOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Estas regras prevêem, também, a obrigação avisos de convocação de assembléias gerais, bem como as atas destas assembléias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação previstos no Regulamento do Novo Mercado, entre outros:

- No máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, devemos apresentar demonstrações financeiras após o término de cada trimestre, excetuado o último, e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamento e investimentos;

- A partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a obtenção de autorização para negociar nossos valores mobiliários no Novo Mercado, devemos, no máximo 4 meses após o encerramento do exercício social: (1) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da administração, das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo práticas contábeis adotadas no Brasil e a proposta da destinação do resultado, e parecer dos auditores independentes; ou (2) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e

- No máximo quinze dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, devemos: (1) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (2) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre a Companhia, seus controladores, administradores, acionistas controladores, e sociedades controladas e coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,2 milhões, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Informações Trimestrais

Em suas informações trimestrais, além das informações exigidas pela legislação aplicável, após a obtenção de sua autorização para negociar no Novo Mercado, uma companhia listada neste segmento deve apresentar, também, as seguintes informações: (i) balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado, caso a companhia esteja obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao fim do exercício social; (ii) informe da posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5% do capital social da companhia, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informe da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia de que o acionista controlador, os administradores e os membros do Conselho Fiscal sejam titulares, direta ou indiretamente; (iv) informe da evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) a demonstração de fluxo de caixa da companhia e a demonstração de fluxo de caixa consolidado, que deverá ser incluída nas notas explicativas; (vi) informe da quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

As informações previstas nos itens (ii), (iii), (iv), (vi) e (vii) acima deverão também ser incluídas na seção *"Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes"* das Informações Trimestrais - ITR, bem como as informações previstas nos itens (iii), (iv) e (vii) acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais - IAN da Companhia, na seção *"Outras Informações Consideradas Importantes para o Melhor Entendimento da Companhia"*

Todas as operações de aquisição de ações de nossa própria emissão devem atender ao disposto no Manual de Conduta para a Divulgação e Uso de Informações e Política de Negociação de Valores Mobiliários, aprovado em 20 de novembro de 2006 pelo nosso Conselho de Administração. Veja o item "Política de Negociação de Valores Mobiliários" nesta seção deste Prospecto para mais informações.

Divulgação de Negociação por Parte de Acionista Controlador, Conselheiro, Diretor ou Membro do Conselho Fiscal

Nossos acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo, devem informar a nós, para que possamos divulgar à CVM e à BOVESPA, o número e tipo de valores mobiliários de nossa emissão, de nossas controladas e de nossas controladoras, incluindo derivativos, que são detidos direta ou indiretamente por eles ou por pessoas próximas ligadas a eles, bem como quaisquer mutações nas suas respectivas posições. As informações relativas às movimentações de tais valores mobiliários, como, por exemplo, quantia, preço e data de compra, devem ser fornecidas à CVM e à BOVESPA dentro do prazo de 10 dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorrerem. Essas informações devem conter: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Caso não tenha havido mutações nas posições mensais, encaminharemos tal informação à CVM e à BOVESPA.

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 12 da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, sempre que restar elevada em pelo menos 5% a participação dos nossos acionistas controladores e/ou qualquer indivíduo ou sociedade, seja individualmente ou em conjunto com outros indivíduos ou sociedades com o mesmo interesse, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar a nós, à BOVESPA e à CVM as seguintes informações: (i) nome e qualificação do adquirente das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da companhia.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluído nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerente à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) dá exemplos de ato ou fato potencialmente relevante que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, administradores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados onde a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhia aberta; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo da nossa Companhia.

Negociação em Bolsas de Valores

As nossas Ações serão negociadas na BOVESPA, uma entidade sem fins lucrativos, de propriedade das corretoras que dela são membros. As negociações na BOVESPA são realizadas pelas suas corretoras. A CVM e a BOVESPA possuem autoridade para, discricionariamente, suspender as negociações das ações de emissão de uma companhia aberta específica em determinadas circunstâncias.

A liquidação das operações realizadas na BOVESPA ocorre três dias úteis após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por intermédio de câmara de compensação independente. A câmara de compensação da BOVESPA é a CBLC. A CBLC é contraparte central garantidora das operações realizadas na BOVESPA, realizando a compensação multilateral tanto para as obrigações financeiras quanto para as movimentações de títulos. Segundo o Regulamento da CBLC, a liquidação financeira é realizada através do Sistema de Transferência de Reservas do Banco Central. A movimentação de títulos é realizada no sistema de custódia da CBLC. Tanto as entregas quanto os pagamentos têm caráter final e irrevogável.

Eventos Societários Recentes

Anteriormente à Oferta, a Companhia: (i) transformou-se em sociedade por ações em 17 de agosto de 2006; (ii) aumentou seu capital social em 07 de fevereiro de 2006, e (iii) reformou seu Estatuto Social em 18 de setembro de 2006 para adequá-lo a estas transformações, às exigências de listagem do Novo Mercado. A descrição do Estatuto Social indicada nesta seção reflete as alterações ocorridas.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

A Lei das Sociedades por Ações permite que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima do lucro líquido para distribuição pela companhia em cada exercício social na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido do imposto de renda retido na fonte pode ser imputado como parte do valor do dividendo obrigatório e pode ser considerado como despesa dedutível para fins de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido.

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25% do nosso lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, lucro líquido é definido como o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos ao imposto de renda e à contribuição social, líquido de quaisquer prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro da companhia. Para mais informações, ver "Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos", abaixo, relativa ao cálculo do montante disponível para ser distribuído aos acionistas.

A Lei das Sociedades por Ações, contudo, permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que os órgãos da administração reportem à Assembléia Geral que a distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita a aprovação em Assembléia Geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se estiver instalado na ocasião. Nosso Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de 5 dias a contar da Assembléia Geral pertinente. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial. Se não forem absorvidos por prejuízos subseqüentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

A Assembléia Geral da Companhia poderá determinar montante a ser pago ou creditado aos nossos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com o art. 9º, da Lei nº 9.249/95, alterado pela Lei n.º 9.430/96.

Alocação do Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos

Valores Disponíveis para Distribuição

Anteriormente a cada Assembléia Geral ordinária, nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do nosso lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação por acionistas da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o valor correspondente ao nosso lucro líquido, conforme ajustado, ficará disponível para distribuição a acionistas em qualquer exercício, podendo ser:

- Reduzido por valores alocados à reserva legal;
- Reduzido por valores alocados a reservas estatutárias, se houver;
- Reduzido por valores alocados à reserva de contingência, se houver;
- Reduzido por valores alocados à reserva de lucros a realizar;
- Aumentado por reversões de reservas de contingência registradas em anos anteriores; e
- Aumentado por valores alocados à reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não forem absorvidos por prejuízos.

O cálculo do lucro líquido e a destinação para as reservas em qualquer exercício social são determinados com base em nossas demonstrações financeiras auditadas, não consolidadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior. Ao adquirir/subscrever as Ações, o acionista fará jus aos dividendos proporcionais relativos ao lucro líquido do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2006.

Reservas

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, as companhias geralmente apresentam duas principais contas de reservas: (i) as reservas de lucros; e (ii) as reservas de capital.

Reservas de Lucros. As reservas de lucros compreendem a reserva legal, as reservas estatutárias (de que não dispomos), a reserva para contingências, a reserva de lucros a realizar, a reserva de lucros para expansão ou reserva para retenção de lucros.

Reserva Legal. Estamos obrigados a manter reserva legal, à qual devemos destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social até que o valor da reserva seja igual a 20% do nosso capital social. Não obstante, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal com relação a qualquer exercício social em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em Assembléia Geral ordinária de acionistas e só podem ser utilizados para aumentar o nosso capital social ou compensar prejuízos. Dessa forma, os recursos da Reserva Legal não são disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de setembro de 2006, não havia recursos alocados em nossas reserva legal, uma vez que nossas reservas de capital excedem a 30% de nosso capital social.

Reserva de Lucros a Realizar. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores: (1) o resultado líquido positivo, se houver, da equivalência patrimonial; e (2) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, quando realizados e se não absorvidos por prejuízos em exercícios subseqüentes. Em 30 de setembro de 2006, não possuíamos recursos alocados em nossa reserva de lucros a realizar.

Reserva para Contingências. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à formação da reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A proposta da administração para destinação de parte do lucro líquido à formação desta reserva deverá indicar a causa da perda prevista e justificar a constituição da reserva. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício social em que a perda que tenha sido antecipada, não venha, de fato, a ocorrer, ou deverá ser baixado, na hipótese de a perda antecipada efetivamente ocorrer.

A alocação de recursos destinados à reserva para contingências está sujeita à aprovação dos acionistas em Assembléia Geral. Em 30 de setembro de 2006, não possuíamos recursos alocados em nossa reserva para contingências.

***Reserva Estatutária*.** De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o estatuto social poderá criar reserva estatutária de lucros desde que indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e estabeleça o limite máximo da reserva. A alocação de recursos para reservas estatutárias não poderá ocorrer caso afete o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. O nosso Estatuto Social não prevê essa espécie de reserva, conforme explicitado no item "Reserva de Lucros" acima.

Reserva de Retenção de Lucros. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos nossos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado. Em 30 de setembro de 2006, não possuíamos recursos alocados em nossa reserva de retenção de lucros.

O saldo das contas de reservas de lucros, com exceção da reserva para contingências e reserva de lucros a realizar, não podem exceder o nosso capital social. Caso isso ocorra, a Assembléia Geral Ordinária deverá decidir se o excedente será utilizado no pagamento de capital subscrito e não integralizado, no aumento e subscrição de capital social ou no pagamento de dividendos.

Reserva de Capital. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na emissão de ações, reserva especial de ágio na incorporação, alienação de partes beneficiárias, alienação de bônus de subscrição, prêmio na emissão de debêntures, incentivos fiscais e doações e subvenções para investimentos.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de capital poderão ser utilizadas, entre outras coisas, para: (i) absorção de prejuízos que excedam os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso, ou compra das nossas próprias ações; e (iii) incorporação ao nosso capital social. As quantias destinadas à nossa reserva de capital não são consideradas para efeito da determinação do dividendo obrigatório. Em 30 de setembro de 2006, o saldo da nossa reserva de capital era de R$ 116,9 milhões.

Pagamento de Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

A Lei das Sociedades por Ações exige que o estatuto social de cada companhia especifique a porcentagem mínima dos valores disponíveis para distribuição pela companhia em cada exercício social na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio, também conhecida como distribuição obrigatória.

A distribuição obrigatória toma por base um percentual do lucro líquido. Nos termos do nosso Estatuto Social, pelo menos 25% do nosso lucro líquido, calculado de acordo com o as práticas contábeis adotadas no Brasil e ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, com relação ao exercício social anterior, deverá ser distribuído como dividendo anual obrigatório. Lucro líquido significa o valor passível de distribuição, antes de quaisquer deduções para reservas estatutárias e reservas para projetos de investimento.

A Lei das Sociedades por Ações, contudo, permite a suspensão da distribuição obrigatória de dividendos em qualquer exercício social em que o Conselho de Administração reporte à Assembléia Geral que a distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a situação financeira da companhia. A suspensão está sujeita a aprovação em Assembléia Geral e análise pelos membros do conselho fiscal, se estiver instalado na ocasião. No caso de companhias abertas, o Conselho de Administração deverá apresentar justificativa para a suspensão à CVM, no prazo de cinco dias a contar da Assembléia Geral pertinente. Se o dividendo obrigatório não for pago, os valores correspondentes serão atribuídos a uma conta de reserva especial. Se não forem absorvidos por prejuízos subseqüentes, tais valores serão pagos aos acionistas assim que a situação financeira da companhia permitir.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral de uma companhia aberta, tal como nós, pode deliberar, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, pelo pagamento de dividendos em um montante inferior ao dividendo mínimo obrigatório, ou decidir reter o total do lucro líquido, exclusivamente para o pagamento de créditos representados por debêntures vencíveis e que não sejam conversíveis em ações.

O dividendo obrigatório pode ser pago também a título de juros sobre o capital próprio, tratado como despesa dedutível para fins de IRPJ e CSLL.

Dividendos

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do nosso Estatuto Social, devemos realizar Assembléia Geral ordinária até o quarto mês subseqüente ao encerramento de cada exercício social, ocasião em que ocorre a deliberação acerca da destinação dos resultados do exercício social e a distribuição dos dividendos. O pagamento do dividendo anual é determinado com base em nossas demonstrações financeiras auditadas do exercício social anterior.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos deverão ser distribuídos ao proprietário ou usufrutuário de nossas ações registrado na data de declaração de dividendo, no prazo de 60 dias a contar da data em que o dividendo foi declarado, a menos que deliberação dos acionistas estabeleça outra data de distribuição que, em qualquer caso, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo foi declarado. Dividendos não reclamados não rendem juros, não são corrigidos monetariamente e revertem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

A Companhia, mediante deliberação da Assembléia Geral, pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. As distribuições de dividendos intermediários podem ser imputadas aos dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.

Juros sobre o Capital Próprio

Nos termos da legislação tributária brasileira, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem pagar juros sobre o capital próprio a proprietários ou usufrutuários de ações, conforme o caso, e tratar tais pagamentos como despesa operacional para fins do imposto de renda brasileiro e, a partir de 1997, para fins de

contribuição social sobre o lucro líquido. A finalidade da alteração da legislação tributária é encorajar o uso de investimento societário, em oposição à dívida, para o financiamento das operações da sociedade. O pagamento de juros sobre o capital próprio poderá ser efetuado a critério do nosso Conselho de Administração. A dedução fica, de modo geral, limitada em qualquer exercício em particular ao maior entre os seguintes valores:

- 50% do lucro líquido (após a dedução das provisões de contribuição social incidentes sobre o lucro líquido, mas antes de se levar em conta a provisão de imposto de renda e de juros sobre o capital próprio) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado; e

- 50% da soma das contas de lucros acumulados e de reserva de lucros no início do exercício com relação ao qual o pagamento seja efetuado.

Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da TJLP.

Para fins contábeis, embora o encargo de juros deva estar refletido na demonstração do resultado para ser dedutível de imposto, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo. Qualquer pagamento de juros no que respeita a ações ordinárias está sujeito a imposto de renda à alíquota de 15% (ou 25%, no caso de acionista domiciliado em paraíso fiscal). Caso esses pagamentos sejam contabilizados, a seu valor líquido, como parte de qualquer dividendo obrigatório, pagaremos o imposto por conta dos nossos acionistas quando da distribuição dos juros. Caso realizemos uma distribuição de juros sobre o capital próprio em qualquer exercício, e a distribuição não seja contabilizada como parte de distribuição obrigatória, o pagamento do imposto de renda ficará a cargo dos nossos acionistas.

O valor pago a título de juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda poderá ser imputado ao dividendo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, devemos pagar aos acionistas o suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por estes a título de juros sobre o capital próprio, após a retenção de impostos, acrescida da quantia de dividendos declarados, seja ao menos equivalente ao dividendo obrigatório. Juros sobre o capital próprio revertem em nosso favor se não reclamados dentro de três anos após a data em que os colocamos à disposição do acionista.

A distribuição de lucros pela nossa Companhia, depois de deduzidos eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, é dividida da seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) são atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução supra referida e da destinação referida no item (i) acima, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinam-se 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio são sempre imputados ao dividendo obrigatório

Em 2001, a Companhia distribuiu lucros aos seus sócios de, aproximadamente, R$ 600 mil. Em 2002, a Companhia distribuiu lucros aos seus sócios no valor total de, aproximadamente, R$ 2,1 milhões. Em 2003, a Companhia não distribuiu lucros aos seus sócios. Em 2004, a Companhia distribuiu lucros aos seus sócios no valor total de, aproximadamente, R$ 645 mil. Em 2005, a Companhia distribuiu lucros aos seus sócios no valor de, aproximadamente, R$ 6,5 milhões.

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre práticas de governança corporativa aplicáveis à Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as Seções "Descrição do Capital Social", "Administração" e "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos".

Governança Corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Diretoria, auditores independentes e Conselho Fiscal.

A BOVESPA possui três níveis diferentes de práticas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo o máximo de práticas de governança corporativa a serem adotadas pela sociedade.

O Novo Mercado, um segmento de listagem da BOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção das práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

Em 01 de novembro de 2006, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BOVESPA, reforçando o nosso comprometimento com boas práticas de governança corporativa. Esse contrato entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. Os itens abaixo resumem os principais pontos que caracterizam o Novo Mercado e são aplicáveis a nós:

- Divisão do capital social exclusivamente em ações ordinárias;
- Ações que representem no mínimo 25% do capital social devem estar em circulação;
- Na alienação de controle, ainda que por vendas sucessivas, o negócio deve ficar condicionado a que sejam estendidas aos acionistas minoritários as mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, incluindo o mesmo preço (*tag-along*), por meio de oferta pública de aquisição de ações;
- Conselho de Administração com no mínimo 5 membros, com mandato unificado de até dois anos, sendo, no mínimo, 20% de Conselheiros independentes;
- Demonstração de fluxo de caixa (da Companhia e consolidado) nos ITRs e nas demonstrações contábeis anuais;
- A partir do segundo exercício após adesão ao Novo Mercado, a divulgação das demonstrações contábeis também em inglês no mínimo reconciliados aos padrões internacionais U.S. GAAP ou IFRS passa a ser obrigatória, sendo que, trimestralmente, poder ser encaminhado o ITR traduzido para o idioma inglês;
- O cronograma de eventos corporativos deve ser divulgado anualmente, até o final do mês de janeiro;
- A saída do Novo Mercado, bem como o cancelamento de registro como companhia aberta, ficam condicionados à efetivação de oferta pública de aquisição pelo acionista controlador ou pela Companhia, das demais ações da Companhia, por valor no mínimo igual ao seu valor econômico; e
- Resolução de disputas ou controvérsias entre a Companhia, seus administradores e acionistas por meio de arbitragem, utilizando a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por no mínimo 5 membros, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser conselheiros independentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato unificado de, no máximo, 2 anos, permitida a reeleição.

Todos os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem subscrever um termo de anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Novo

Regulamento de Listagem do Novo Mercado. Ainda, na ata de Assembléia Geral que eleger os conselheiros independentes, deve constar expressamente esta qualificação.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ter no mínimo 6 e no máximo 7 membros. Os conselheiros são eleitos em Assembléia Geral Ordinária de acionistas com mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por acionistas da Companhia reunidos em Assembléia Geral. Na Assembléia Geral Ordinária que tiver por objeto deliberar a eleição do Conselho de Administração, tendo em vista o término de seu mandato, os acionistas deverão fixar o número efetivo de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato. Veja as seções "Administração – Conselho de Administração" e "Descrição do Capital Social – Conselho de Administração".

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da Companhia. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do Conselho Fiscal têm sua posse condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal previsto no Regulamento do Novo Mercado e por meio dele responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas. Atualmente, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado. Veja a seção "Administração – Conselho Fiscal"

Dispersão Acionária em Distribuição Pública

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a Companhia deverá envidar melhores esforços com o fim de alcançar dispersão acionária, com adoção de procedimentos especiais, como, por exemplo, garantia de acesso a todos os investidores interessados ou a distribuição a pessoas físicas ou investidores não institucionais de, no mínimo, 10% do total a ser distribuído.

O Estatuto Social da Companhia possui mecanismo de proteção à dispersão acionária, segundo o qual qualquer acionista, que adquira ou se torne titular de ações da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% do total de ações da Companhia deverá, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 10% do total de ações da Companhia, realizar ou solicitar o registro de uma OPA da totalidade das ações da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos do Estatuto Social. Incluem-se na obrigação de realizar esta OPA o acionista que adquira ou se torne titular de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a de 10% do total de ações de emissão da Companhia em decorrência de usufruto ou fideicomisso. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Mecanismos de Proteção à Dispersão Acionária" para mais informações acerca do assunto, inclusive das exceções a essa obrigação.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, na ocorrência de um aumento de capital que não tenha sido integralmente subscrito por quem tinha direito de preferência ou que não tenha contado com número suficiente de interessados na respectiva distribuição pública, a subscrição total ou parcial de tal aumento de capital pelo acionista controlador obriga-lo-á a tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, de 25% das ações do capital social da Companhia nos 6 meses subseqüentes à homologação da subscrição

Alienação do Controle

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que a alienação do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a efetivar uma OPA das demais ações dos outros acionistas da Companhia, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação de controle da Companhia.

Esta oferta ainda será exigida quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, em que venha resultar na alienação do controle da Companhia, e em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentos que comprovem esse valor.

Segundo o Novo Mercado, aquele que já detiver ações da Companhia e que venha a adquirir o Poder de Controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, deverá efetivar oferta pública do modelo acima referido, e ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos seis meses anteriores à data da alienação de controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa, por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

O Regulamento do Novo Mercado prevê ainda que o acionista controlador alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações representativas do Poder de Controle, enquanto o acionista adquirente e aqueles que vierem a deter o Poder de Controle não subscrever o termo de anuência dos controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subseqüentes à aquisição do Controle. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Alienação de Controle".

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivados por acionistas Controladores, Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal

Os administradores e os membros do Conselho Fiscal ou de qualquer outro órgão técnico ou consultivo da Companhia devem comunicar à BOVESPA, logo após a investidura no cargo, e o acionista controlador, imediatamente após a aquisição do Poder de Controle, acerca da quantidade, características e forma de aquisição dos valores mobiliários de emissão da Companhia, suas sociedades controladas ou controladoras de que eles ou pessoas próximas a eles sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, bem como quaisquer alterações nas suas respectivas participações.

Ainda segundo as regras do Novo Mercado, qualquer negociação efetuada com esses valores mobiliários deverá ser comunicada à BOVESPA. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Restrições à realização de determinadas operações por acionistas controladores, conselheiros e diretores".

Cancelamento de Registro da Companhia

Conforme as regras do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, o cancelamento do registro de Companhia aberta exigirá a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia pelo valor econômico, elaborado por empresa especializada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores a/ou acionistas controladores, satisfazendo os requisitos da lei.

Esta empresa especializada será escolhida em Assembléia Geral, a partir de lista tríplice apresentada pelo conselho de administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela assembléia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total das ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação, tendo seus custos suportados pelo acionista ofertante.

O valor econômico das ações, apontados no laudo de avaliação, será o preço mínimo a ser ofertado pelo acionista controlador na oferta pública de aquisição de ações para o cancelamento do registro de companhia aberta. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante. Se o valor econômico das ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada. Exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. Caso o laudo de avaliação não esteja pronto até a Assembléia Geral Extraordinária, o acionista controlador informará nessa assembléia o valor por ação pelo qual formulará a oferta pública, ficando a oferta condicionada a que o valor informado não seja inferior ao apurado no laudo de avaliação.

No demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas editadas pela CVM, respeitados os preceitos contidos no Regulamento do Novo Mercado. Veja a seção "Descrição do Capital Social - Cancelamento de registro de companhia aberta".

Saída do Novo Mercado

É permitido à Companhia sair a qualquer tempo do Novo Mercado, desde que a saída seja aprovada em Assembléia Geral, e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência de 30 dias. A ata de assembléia deve conter o motivo da saída do Novo Mercado, sendo que esta saída não implica a perda da condição de Companhia aberta registrada na BOVESPA. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Saída do Novo Mercado".

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

A Companhia possui ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações do Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às Bolsas de Valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, etc.).

A Companhia prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as pessoas vinculadas (os acionistas controladores da Companhia, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e funcionários da Companhia que tenham acesso freqüente a informações relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente) deverão assinar termo de adesão à Política de Divulgação de Informações do Mercado, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar a Companhia e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

Cláusula Compromissória (Arbitragem)

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, nossos administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, devemos resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedade por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre e de cada exercício social, devem incluir, no mínimo, as

alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas".

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

Dispõe o Regulamento do Novo Mercado que após o encerramento de cada exercício social a Companhia deverá elaborar (i) demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório de administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício social segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas que demonstra a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os práticas contábeis adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais US GAAP ou IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS). Veja a seção "Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas".

De acordo com o Novo Mercado, a adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação da demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após o Anúncio de Início.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaborada de Acordo com os Padrões Internacionais

Conforme esta regra, a Companhia deverá apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais US GAAP ou IFRS descritos anteriormente. Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais".

Esta apresentação de Informações deverá ser acompanhada de Parecer ou de Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes e deverá ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com os padrões internacionais.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

O Regulamento do Novo Mercado estipula algumas informações complementares que deverão conter no ITR. São elas: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se a Companhia estiver obrigada a apresentar demonstrações ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detive mais de 5% do capital social da Companhia, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do Conselho Fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item iii, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos doze meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e sua porcentagem em relação ao total de ações emitidas; e (vii) a existência e a vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.

Requisitos adicionais para as Informações Anuais - IAN

São também requisitos do Novo Mercado a inclusão dos itens (iii), (iv), e (vii) do tópico "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas Informações Anuais da Companhia no quadro "Outras Informações consideradas importantes para melhor entendimento da Companhia". Veja a seção "Descrição do Capital Social – Informações Trimestrais".

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que pelo menos uma vez ao ano, a Companhia deve realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

O Novo Mercado determina que as companhias e os administradores devem enviar à BOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos programados, contendo informações sobre a Companhia, o evento, data e hora de sua realização, a publicação e o envio do documento tratado no evento à BOVESPA.

Acordo de Acionistas

A Companhia enviará à BOVESPA e à CVM até a data da publicação do Anúncio de Início, cópia de todos os acordos de acionistas arquivados em sua sede, e noticiar a mesma sobre as averbações de acordos existentes em seus livros.

Para mais informações sobre os Acordos de acionistas da Companhia, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordos de Acionistas".

Programas de Opções de Aquisição de Ações

A Companhia não possui na data deste Prospecto nenhum programa de opções de aquisição de ações e de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. Contudo, caso venha promover algum desses programas, deverá enviar à BOVESPA e à CVM cópia dos mesmos. A Companhia deverá ainda realizar a divulgação dos mesmos.

Contratos com o mesmo grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, a Companhia deve enviar à BOVESPA e divulgar informações de todo qualquer contrato celebrado entre a Companhia e suas controladas e coligadas, seus administradores, seu acionista controlador, e, ainda, entre a Companhia e sociedades controladas e coligadas dos administradores e do acionista controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$ 200 mil, ou valor igual ou superior a 1% sobre o patrimônio líquido da Companhia, considerando o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos negócios da Companhia. Veja a seção "Operações com Partes Relacionadas".

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a eqüidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos:

- Emissão exclusiva de ações ordinárias;
- Política "uma ação igual a um voto";
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembléia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Convocações de assembléia e documentação pertinentes disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sem a inclusão da rubrica "outros assuntos" e sempre

visando a realização de assembléias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

- Fazer constar votos dissidentes nas atas de assembléias ou reuniões, quando solicitado;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;
- Dispersão de ações (*free float*), visando a liquidez dos títulos;
- Composição do Conselho de Administração deve ter ao menos 20% de membros independentes (ausente de vínculos com a companhia e com o acionista controlador);
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras e experiência em participação em outros conselhos de administração;
- Previsão estatutária de vedação ao acesso de informações e de direito de voto de conselheiros em situações de conflito de interesse.

Para informações adicionais sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, vide as Seções "Descrição do Capital Social" e "Administração".

Parte III – ANEXOS 178
Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2006 179
Estatuto Social da Companhia e ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2006 182
Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de novembro de 2006 202
Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de dezembro de 2006 205
Informações Anuais – IAN da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 (apenas informações não constantes deste Prospecto) 207
Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006 (apenas informações não constantes deste Prospecto) 223
Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia e dos Acionistas Vendedores 237
Declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder 242

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48
NIRE: 41300071977

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2006

1. **Data, Hora e Local:** No dia 30 de agosto de 2006, às 10:00 horas, na sede social da Positivo Informática S.A. ("Companhia"), na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná

2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia.

3. **Mesa:** Presidente: Oriovisto Guimarães
Secretário: Hélio Bruck Rotenberg

4. **Deliberações**: Deliberações tomadas por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

4.2. Aprovar a abertura de capital da companhia "Positivo Informática S.A.", bem como a sua listagem junto à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e a sua adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado da BOVESPA.

4.3. Aprovar e autorizar a distribuição pública primária e secundária de ações de emissão da Companhia, com esforço de venda no Brasil e no exterior.

4.4. Aprovar a reformulação do Estatuto Social da Companhia, para adaptação, inclusive, da legislação aplicável a companhias abertas e ao Regulamento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("Novo Mercado"), passando o novo Estatuto Social a vigorar com a redação constante do **Anexo I**.

4.5. Em virtude das alterações decorrentes da reformulação do Estatuto Social da Companhia, inclusive com o aumento do número de cargos no Conselho de Administração da Companhia, aprovar a eleição do Sr. Fernando Soares Mitri, brasileiro, casado em comunhão universal de bens, engenheiro, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Luiza Mazetto Baggio nº 120, apto. 2001, bairro Mossunguê, CEP 81200-600, portador da carteira de identidade nº 380504/PR, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº

MARQUES DE TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3581
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.****40021970****
Curitiba, 10 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Canstein
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

001681739-72, para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia que se encontra vago.

4.6. Para todos os fins e efeitos do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia ora aprovado, registrar que o Sr. Fernando Soares Mitri está sendo designado como membro independente do Conselho de Administração da Companhia.

4.7. Registrar que o membro do Conselho de Administração ora eleito deverá tomar posse em seu cargo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da presente data, na forma do artigo 149, §1°, da Lei das SA, devendo declarar mediante assinatura do Termo de Posse nos livros próprios da Companhia que, (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1° do art. 147 da Lei n° 6.404/76; (ii) atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3° do art. 147 da Lei n° 6.404/76; e (iii) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não têm, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do §3° do art. 147 da Lei n° 6.404/76.

4.8. Aprovar a unificação dos mandatos de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, que passa a ser de 01 (um) ano com encerramento na Assembléia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada em 2007, a fim de deliberar sobre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006.

4.9. Ratificar a designação do Sr. **ORIOVISTO GUIMARÃES**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade Civil RG n° 495.887-0/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob n° 316.626.259-87, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, n.° 1400, Bairro Bigorrilho na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, como Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

4.10. Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias visando implementar o processo de abertura de capital e adesão ao Novo Mercado, assim como a Oferta Pública Primária e/ou Oferta Pública Secundária de Ações a ser promovida, neste último caso, direta ou indiretamente, pelos Srs. Oriovisto Guimarães, Samuel Ramos Lago, Ruben Tadeu Coninck Formighieri, Cixares Libero Vargas e Hélio Bruck Rotenberg, sendo a Administração desde já autorizada, inclusive mas sem se limitar, a prestar informações; negociar os termos e condições de contratos e outros documentos, inclusive o contrato de colocação das ações no Brasil e o *Placement and Facilitation Agreement*, que regulará, dentre outras, as condições de esforços de colocação das ações no exterior, observadas as legislações e regulamentações aplicáveis; e tomar todas as medidas necessárias junto a entidades públicas e privadas, em especial junto à Comissão de Valores Mobiliários, ao Banco

MARQUES 10° TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3581
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data ****40021970****
Curitiba, 10 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Fansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

Central do Brasil, à BOVESPA e à Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária no livro próprio, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 30 de agosto de 2006.

Autenticação da Mesa:

Oriovisto Guimarães
Presidente

Hélio Bruck Rotenberg
Secretário

Acionistas:

Oriovisto Guimarães

Samuel Ramos Lago

Ruben Tadeu Coninck Formighieri

Cixares Libero Vargas

Hélio Bruck Rotenberg

Visto do Advogado:

Nome: Wladimir Bezerra Cordeiro
OAB/PR nº 17.045

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 04/09/2006
SOB NUMERO: 20063744455
Protocolo: 06/337445-5
Empresa: 41 3 0007197 POSITIVO INFORMATICA S/A
1031407
10 OUT. 2006 Paraná

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48
NIRE: 41300071977

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2006.

1. **Data, Hora e Local:** No dia 18 de setembro de 2006, às 10:00 horas, na sede social da Positivo Informática S.A. ("Companhia"), na Rua Senador Accioly Filho, nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

2. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, nos termos do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da totalidade dos acionistas da Companhia.

3. **Mesa:** Presidente: Oriovisto Guimarães
Secretário: Hélio Bruck Rotenberg

4. **Deliberações**: Deliberações tomadas por acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia:

4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei nº 6.404/76.

4.2. Aprovar a reforma estatutária realizada com o propósito de incluir o Parágrafo Décimo Sexto ao Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a ter a seguinte redação:

> *"**Parágrafo Décimo Sexto.** Não obstante o Artigo 32 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas no referido Artigo."*

4.3. Em virtude da deliberação aprovada no item 4.2. acima, os acionistas resolvem consolidar o Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a redação do Anexo I à presente ata.

5. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembléia Geral Extraordinária no livro próprio, que depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por acionistas representando a

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES DE TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3581
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.****40021970****
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

totalidade do capital social da Companhia, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis.

JURIDICO POSITIVO INFORMÁTICA

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 18 de setembro de 2006.

Autenticação da Mesa:

Oriovisto Guimarães
Presidente

Hélio Bruck Rotenberg
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO PARANA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/10/2006
SOB NÚMERO: 20063867990
Protocolo: 06/386799-0
Empresa: 41 3 0007197 7
POSITIVO INFORMATICA S/A
MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO
SECRETARIA GERAL
1141902

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA
IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09 Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3581
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.****40021970****
Curitiba. 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Jacqueline da Silva
1001847 - y3

ANEXO I

À ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A., REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2006.

ESTATUTO SOCIAL DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - A **Positivo Informática S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto: a) a industrialização, comercialização, locação e assistência técnica de bens e equipamentos de qualquer natureza na área de informática e eletro-eletrônica; b) o desenvolvimento, comercialização e locação de softwares e sistemas diversos; c) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletro-eletrônica; d) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; e) a prestação de serviços na área de informática; f) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; g) a editoração e comercialização de livros; e h) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 86.936.920,00 (oitenta e seis milhões, novecentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais), dividido em 85.000.000 (oitenta e cinco milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

CONFERE COM O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 1º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09 Curitiba
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório nesta data.
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Anne Katherine Küster Carstian
Jacqueline da Silva

JURÍDICO POSITIVO INFORMÁTICA

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais.

Parágrafo Segundo. A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Terceiro. A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 4.500.000 (quatro milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias.

Parágrafo Quarto. Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Quinto. A Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Sexto. No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76.

Artigo 6º - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da assembléia geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos.

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, Curitiba/PR.
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3584
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Cartório nesta data.****400
Curitiba 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian #101847 - v3
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos
JURÍDICO INFORMÁTICA

Parágrafo Único. Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

CAPÍTULO III
ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 7° - A Assembléia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e tem poderes para decidir todos os negócios da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei n° 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral deverá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por 04 (quatro) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo segundo abaixo.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembléia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

Parágrafo Terceiro. As deliberações da Assembléia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 8° - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembléia Geral, compete a esta:

(i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração;
(ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
(iii) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações;
(iv) Aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados;
(v) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 10° TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 322...
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório nesta data.****4002...
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Jorge da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Katherine Küster Cansian
Jacqueline da Silva

(vi) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(vii) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado ("Novo Mercado"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA"), bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta; e

(viii) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Normas Gerais

Artigo 9° - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo Primeiro. Os administradores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, dentro dos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua eleição, e ficam dispensados de prestar caução para garantia de sua gestão. A posse dos administradores estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 10 - O Conselho de Administração, eleito pela Assembléia Geral, será composto de 6 (seis) ou 7 (sete) membros efetivos, pessoas naturais e acionistas, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes.

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 09/02

JURÍDICO

MARQUES 10° TABELIONATO DE NOTAS
LETICIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas - Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório nesta data.****400219
Curitiba. 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Koster Canstan
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos
#101617 - v3

Parágrafo Primeiro. Para fins do presente artigo, Conselheiro Independente é aquele definido como tal no regulamento de listagem do Novo Mercado da Bovespa e expressamente declarado na assembléia geral que o eleger.

Parágrafo Segundo. Também serão considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos através da faculdade prevista nos §§ 4° e 5° do artigo 141 da Lei n° 6.404/76.

Parágrafo Terceiro. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no *caput* deste artigo 10, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (*i*) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 ou (*ii*) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5.

Artigo 11 - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, será convocada Assembléia Geral dentro de 10 (dez) dias a partir da vacância no cargo de conselheiro, com a finalidade de escolher o substituto, que assumirá o cargo de conselheiro pelo tempo remanescente do mandato do conselheiro substituído.

Artigo 12 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, por seu Presidente ou por 4 (quatro) de seus membros, sendo necessária, para sua realização, a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos conselheiros presentes à reunião.

Parágrafo Único. Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação.

Artigo 13 - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 14 - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembléia Geral entre os administradores da Companhia;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(iv) convocar as Assembléias Gerais;

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

JURIDICO

MARQUES 10° TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09 - Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.****40021970****
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Kaiser Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos
#101847 - v3

(v) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

(vi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(viii) Autorizar a contratação de qualquer operação que envolva valores superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) — montante este que será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção — relacionadas com a: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; e (ii) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia, na condição de mutuante ou mutuária ;

(ix) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;

(x) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xi) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, observando-se os limites do artigo 5º, §3º, deste Estatuto Social;

(xii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xiii) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

(xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;

(xv) dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

(xvi) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em assembléias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária; e

(xvii) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembléia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social.

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas - 9º - Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3224-3313
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste Cartório nesta data.
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

Seção III – Diretoria

Artigo 15 - A Diretoria será composta por até 11 (onze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, 01 (um) Diretor de *Supply Chain*, 01 (um) Diretor de Marketing, 01 (um) Diretor de Portais, 01 (um) Diretor Comercial de Tecnologias Educacionais, 01 (um) Diretor de Operações de Tecnologias Educacionais, 01 (um) Diretor de Produções Terceirizadas, 01 (um) Diretor de Conectividade e 01 (um) Diretor de Relações com Investidores.

Parágrafo Primeiro. O mandato de cada Diretor será de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo. O exercício do cargo de Diretor cessa pela destituição, a qualquer tempo, do titular, ou pelo término do mandato, se não houver recondução, observando-se ainda o disposto na parte final do Parágrafo Primeiro acima. A renúncia torna-se eficaz, em relação à Companhia, desde o momento em que esta conhecer da comunicação escrita do renunciante, produzindo efeitos perante terceiros de boa-fé após o seu arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis e publicação.

Parágrafo Terceiro. A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Artigo 16 - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, a Assembléia Geral, o Conselho de Administração e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia, — observado o disposto nos demais artigos deste Estatuto Social, especialmente nos seus Artigos 8° e 14 —, inclusive:

(i) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembléia Geral;

(ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) deliberar sobre filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES - ESTABELECIMENTO DE NOTAS
LETICIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09 - Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-6581
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado no Cartório, nesta data. 04002970
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos
JURÍDICO INFORMÁTICA

(iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social;

(v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, nos limites de suas atribuições;

(vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item (viii) do Artigo 14 deste Estatuto Social;

(viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições previstas no item (viii), do Artigo 14 deste Estatuto Social; e

(ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

Artigo 17 - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, nos atos de aquisição, alienação ou oneração de bens e direitos da sociedade, bem como nos atos e operações de gestão ordinária dos negócios sociais, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos ou atos que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, e ainda, o aceite, o endosso e a avalização de documentos cambiais, duplicatas ou outros títulos de crédito, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) pelo Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria, ou (iii) por um procurador com poderes específicos, nomeado na forma prevista no Parágrafo Primeiro abaixo.

Parágrafo Primeiro - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, ou (ii) por Diretor que, isoladamente ou em conjunto com outro Diretor, esteja estritamente autorizado pelo Conselho de Administração, em reunião própria e especificarão os poderes conferidos. Caso o instrumento de mandato não mencione o prazo de vigência, reputar-se-á outorgado por prazo indeterminado, no caso de procuração outorgada para fins judiciais ou para representação em processos administrativos, e pelo prazo de 1 (um) ano, nos demais casos.

Parágrafo Segundo - Quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3500
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado nesta Serviço Registrador
Curitiba, 19 OUT. 2006
Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos
CERTIFICO POSITIVO INFORMÁTICA

expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que deverá ser mencionada em seu texto.

Parágrafo Terceiro - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

Parágrafo Quarto - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembléia Geral, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 18 - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

Parágrafo Primeiro. A posse dos membros do Conselho Fiscal está condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembléia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Parágrafo Quarto. Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pela legislação societária em vigor e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 19 - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício

CENTRO DE O SELO
DE AUTENTICIDADE FOI
AFIXADO NA ULTIMA FOLHA
IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Cláudio Manoel da Costa, 1 - Galeria Tijucas, lj. 2 - Centro - CEP
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 - Fax: 3223-[illegible]
Certifico que o presente documento foi apresentado neste cartório, nesta data. **** 400019701 N
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Jacqueline da Silva
SELO DIGITAL INFORMÁTICA

social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Artigo 20 - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Primeiro. Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 20, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1°. da Lei 6.404/76;

Parágrafo Segundo. Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior:

(a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e

(b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste §2°, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei n° 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Terceiro. Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembléia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 21 - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 22 - A Companhia poderá levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou mensais, e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços e/ou de juros sobre o capital próprio, tudo sempre por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

Parágrafo Primeiro. Ainda por deliberação da Assembléia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ÚLTIMA FOLHA IN 004472

MARQUES 10° TABELIONATO DE NOTAS
LETICIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09 Curitiba
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.****4002197****
Curitiba 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Causian
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Valid até 01/04/07 - V3

DA ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 23 - A alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, oferta pública de aquisição das ações ordinárias dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

Artigo 24 - A oferta pública referida no Artigo 23 também deverá ser efetivada:

(a) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e

(b) em caso de alienação de controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, neste caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e a anexar documentação que comprove esse valor.

Parágrafo Único. Para fins do disposto neste Estatuto Social, entende-se por:

(i) "Acionista Adquirente" qualquer pessoa (incluindo, exemplificativamente, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto com o Acionista Adquirente e/ou que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se entre os exemplos de uma pessoa que atue representando o mesmo interesse do Acionista Adquirente, qualquer pessoa (i) que seja, direta ou indiretamente, Controlada ou administrada por tal Acionista Adquirente, (ii) que Controle ou administre, sob qualquer forma, o Acionista Adquirente, (iii) que seja, direta ou indiretamente, Controlada ou administrada por qualquer pessoa que Controle ou administre, direta ou indiretamente, tal Acionista Adquirente, (iv) na qual o Controlador de tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social, (v) na qual tal Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social, ou (vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 30% (trinta por cento) do capital social do Acionista Adquirente;

CARTÓRIO DO 1º SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA 19/10/2006

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS JURÍDICO
Rua Cândido Lopes, 209 - Galeria Tijucas, 09 Curitiba-PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório nesta data. 2002
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

(ii) "Acionista Controlador" o acionista, ou grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum, que exerça o Poder de Controle da Companhia;

(iii) "Acionista Controlador Alienante" o Acionista Controlador, quando este promove a alienação de controle da Companhia;

(iv) "Ações em Circulação" todas as ações de emissão da Companhia, excetuadas as detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, pelos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia e aquelas em tesouraria;

(v) "Ações de Controle" o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia;

(vi) "Alienação do Controle" a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle;

(vii) "Comprador" aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle em uma Alienação de Controle da Companhia; e

(viii) "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("Grupo de Controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas assembléias gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Artigo 25 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle acionário, em razão de contrato particular de compra e venda de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 23 deste Estatuto Social; e

(b) ressarcir os acionistas de quem tenha comprado ações em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle, a quem deverá pagar a diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa por ações da Companhia neste período, devidamente atualizado.

Artigo 26 - Enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não registrará (*i*) qualquer transferência de ações para o Comprador, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores aludido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado; ou (*ii*) qualquer Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do

O SELO AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 09/02
MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 3223-3
apresentado neste cartório, nesta data.
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores.

CAPÍTULO VIII
CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 27 - Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento do registro de companhia aberta será precedido por oferta pública de aquisição de ações, a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia, tendo como preço mínimo, o valor econômico apurado mediante laudo de avaliação, na forma do artigo 28 abaixo.

Artigo 28 - O laudo de avaliação será elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do §1° do artigo 8° da Lei n° 6.404/76, e conter a responsabilidade prevista no §6° do mesmo artigo.

Parágrafo Primeiro. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela assembléia que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Segundo. Os custos incorridos com a elaboração do laudo de avaliação serão arcados integralmente pelo ofertante.

Artigo 29 - Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública.

Parágrafo Primeiro. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante.

Parágrafo Segundo. Se o valor econômico das ações, apurado na forma do artigo 28, for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará automaticamente revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES - 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETICIA MARQUES
Rua Candidoro Dos, 289 - Galeria Tijucas, 09 Curitiba
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório nesta data.****40021970****
Curitiba, 19 OUT. 2006
#101847 - v3
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva

econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado.

Parágrafo Terceiro. O procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia atenderá as demais exigências estabelecidas nas normas aplicáveis às companhias abertas e os preceitos constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 30 - A saída da Companhia do Novo Mercado será aprovada em assembléia geral pela maioria dos votos dos acionistas presentes e comunicada à BOVESPA por escrito com antecedência prévia de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro. Para que as ações da Companhia passem a ter o registro para negociação fora do Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 28 deste Estatuto Social.

Parágrafo Segundo. Caso a saída da Companhia do Novo Mercado venha a ocorrer em virtude de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo valor econômico apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do Artigo 28 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 31 - A alienação do Poder de Controle da Companhia que ocorrer nos 12 (doze) meses subseqüentes à sua saída do Novo Mercado, obrigará o Acionista Controlador Alienante, conjunta e solidariamente com o Comprador, a oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo Acionista Controlador Alienante na alienação de suas próprias ações, devidamente atualizado, observando-se as mesmas regras aplicáveis às alienações de controle previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Se o preço obtido pelo Acionista Controlador Alienante na alienação a que se refere o *caput* deste artigo 31 for superior ao valor da oferta pública de saída realizada de acordo com as demais disposições deste Estatuto Social, o Acionista Controlador Alienante conjunta e solidariamente com o Comprador, ficarão obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública, nas mesmas condições previstas no *caput* deste artigo 31.

ATESTO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA
IN 89402
MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 09
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Köster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jaqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

Parágrafo Segundo. A Companhia e o Acionista Controlador ficam obrigados a averbar no Livro de Registro de Ações da Companhia, em relação às ações de propriedade do Acionista Controlador, ônus que obrigue o Comprador daquelas ações a estender aos demais acionistas da Companhia preço e condições de pagamento idênticos aos que forem pagos ao Acionista Controlador Alienante, em caso de alienação, na forma prevista no *caput* e no Parágrafo Primeiro acima.

CAPÍTULO X
DA PROTEÇÃO DA DISPERSÃO DA BASE ACIONÁRIA

Artigo 32 - Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas para os fins deste cômputo as ações em tesouraria, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro de uma oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, os regulamentos da BOVESPA e os termos deste Capítulo X.

Parágrafo Primeiro. Qualquer Acionista Adquirente que adquira ou se torne titular de outros direitos de sócio, inclusive por força de usufruto ou fideicomisso, sobre as ações de emissão da Companhia, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, estará obrigado igualmente a, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição ou do evento que resultou na titularidade de tais direitos de sócio sobre ações em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia, realizar ou solicitar o registro, conforme o caso, de uma OPA, nos termos descritos neste artigo 32.

Parágrafo Segundo. O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Terceiro. Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Segundo acima deverão ser elaborados por 02 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo Acionista Adquirente

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES, 10º TABELIONATO DE NOTAS
Rua Cândido Lopes, 280 - Galeria Tijucas, 09 - Curitiba-PR
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data. 400
Curitiba, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Cister Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 02 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo Acionista Adquirente, respectivamente.

Parágrafo Quarto. Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos.

Parágrafo Quinto. A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4° da Instrução CVM n.° 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM n° 361"):

(i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
(ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na BOVESPA;
(iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento eqüitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;
(iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM n.° 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e
(v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Sexto. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4°-A da Lei n° 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Sétimo. A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Oitavo. O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Nono. Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA, ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES PROTOCOLO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313
Cuiabá, 19 OUT. 2006
Isabel Aparecida dos Santos
Anne Katherine Küster Cansian
Joyce da Silva Teles
Jacqueline da Silva
Ana Carla Bittencourt dos Santos

convocará Assembléia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Décimo. As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76, e no Capítulo VII deste Estatuto Social não eximem o Acionista Adquirente do cumprimento das obrigações constantes deste artigo.

Parágrafo Décimo Primeiro. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão, em decorrência da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembléia Geral, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação da Companhia realizada por instituição especializada que atenda aos requisitos previstos no Parágrafo Terceiro deste artigo 32.

Parágrafo Décimo Segundo. Para fins do cálculo do percentual de 10% (dez por cento) do total de ações de emissão da Companhia descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo Terceiro. O disposto neste artigo não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), sejam titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 32 e seus parágrafos a tal Acionista Original.

Parágrafo Décimo Quarto. O disposto neste Artigo não se aplica aos acionistas ou às pessoas que se tornarem titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 10% (dez por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iii) ou da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia.

CERTIFICO QUE O SELO DE AUTENTICIDADE FOI AFIXADO NA ULTIMA FOLHA IN 004/02

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313 Fax: 322...
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data.
Curitiba, 19 OUT. 2006 Paraná
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos
Katherine Küster Cansian
Jacqueline da Silva
POSITIVO INFORMÁTICA

Parágrafo Décimo Quinto. A alteração estatutária que limite e/ou restrinja o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste Artigo ou a exclusão deste Artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembléia Geral a realizar a OPA prevista neste Artigo.

Parágrafo Décimo Sexto. Não obstante o Artigo 32 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas mencionadas no referido Artigo.

CAPÍTULO XI
DIREITO DE RECESSO

Artigo 33 - O valor de recesso a ser pago pela Companhia, nos casos previstos em Lei, será o valor econômico da Companhia dividido pelo número total de ações, sendo tal valor econômico apurado através de avaliação nos termos da lei.

CAPÍTULO XII
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 34 - A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO XIII
LIQUIDAÇÃO

Artigo 35 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

* * * * *

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/10/2006
SOB NÚMERO: 20063867990
Protocolo: 06/386799-0
Empresa: 41 3 0007197 7
POSITIVO INFORMÁTICA S/A
MARIA THEREZA LOPES SALOMÃO
SECRETARIA GERAL
1141901

MARQUES 10º TABELIONATO DE NOTAS
LETÍCIA MARQUES
Rua Cândido Lopes, 289 - Galeria Tijucas, 6º - Curitiba/PR
Tel.: 3222-7313 / 3224-7313
A presente fotocópia é reprodução fiel do documento apresentado neste cartório, nesta data: 14/10/2007
Curitiba, 19 OUT. 2007
SELO FUNARPEN
Isabel Aparecida dos Santos
Joyce da Silva Teles
Ana Carla Bittencourt dos Santos

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ / MF: 81.243.735/0001-48

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2006

1. **Data, Hora e Local**: No dia 20 de novembro de 2006, às 10 horas, na sede social da Positivo Informática S.A. ("Companhia"), na Rua Senador Accioly Filho nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

2. **Presença e Convocação**: Dispensada a convocação por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa**: Presidente: Oriovisto Guimarães
Secretário: Hélio Bruck Rotenberg

4. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre (i) a proposta de Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia; (ii) proposta de Práticas de Divulgação de Resultados da Companhia; e (iii) a realização de distribuição pública primária de ações de emissão da Companhia, com exclusão do direito de preferência, e a autorização aos Diretores da Companhia a tomar todas as medidas necessárias em relação à distribuição pública secundária das ações de emissão da Companhia, a ser realizada por alguns de seus acionistas.

5. **Deliberações**: Os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram por unanimidade:

5.1. Em atendimento ao disposto na Instrução nº 358/2002 da Comissão de Valores Mobiliários, aprovar, nos termos do Anexo A à presente Ata, a Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, cuja eficácia fica condicionada à obtenção do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

5.2. Aprovar, nos termos do Anexo B à presente Ata, as Práticas de Divulgação de Resultados da Companhia, cuja eficácia fica igualmente condicionada à obtenção do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

5.3. Aprovar a realização de distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, com exclusão do direito de preferência em relação a seus atuais acionistas, conforme autorizado por seu Estatuto Social ("Distribuição Primária"), nos termos e condições dispostos abaixo, bem como autorizar os diretores da Companhia a tomar todas as medidas que se fizerem necessárias em relação à distribuição pública secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, por meio

de aumento de capital a ser oportunamente deliberado ("Distribuição Secundária" e, em conjunto com a Distribuição Primária, a "Distribuição Pública"):

(a) No âmbito da Distribuição Primária, serão distribuídas até 2.800.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal ("Ações da Oferta Primária"). As Ações da Oferta Primária serão colocadas juntamente com as ações da Distribuição Secundária no Brasil ("Ações da Oferta Secundária" e, em conjunto com as Ações da Oferta Primária, as "Ações"), em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.° 400, de 29 de dezembro de 2003 e alterações posteriores ("Instrução CVM 400"). As Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública em mercado de balcão não-organizado a ser realizada no Brasil e, ainda, com esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A* editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* de 1933 ("Securities Act") e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* editada pela SEC, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor ("Oferta"). Não foi, nem será realizado, qualquer registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. A Oferta será coordenada conjuntamente pelo Banco UBS S.A. ("Coordenador Líder") e pelo Banco Pactual S.A. ("Banco Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores");

(b) o preço das Ações objeto da Distribuição Pública será determinado após (i) a efetivação dos pedidos de reserva e (ii) a apuração do resultado da coleta de intenções, a ser realizado pelos Coordenadores, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei nº 6.404/76 e com o artigo 44 da Instrução CVM nº 400.

(c) a quantidade total de Ações objeto da Oferta poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 3.292.500 Ações, equivalentes a até 15% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta ("Ações Suplementares"), conforme opção para aquisição de tais Ações outorgada pelos acionistas vendedores ao Coordenador Líder, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, a qual será destinada exclusivamente a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24, *caput*, da Instrução CVM 400 ("Opção de Ações Suplementares"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, por decisão conjunta dos Coordenadores, pelo prazo de 30 dias, contados da data do Prospecto Definitivo, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Início").

(d) Sem prejuízo do exercício da Opção de Ações Suplementares, a quantidade de Ações inicialmente ofertada na Oferta, excluídas as Ações Suplementares, poderá, a critério dos acionistas vendedores, com o consentimento dos Coordenadores, ser aumentada em até 20%, conforme disposto no artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400 ("Ações Adicionais")

5.4. Autorizar a lavratura desta Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1°, da Lei nº 6.404/76 e sua publicação com a omissão das assinaturas.

6. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Reunião, que foi lida e aprovada pelos conselheiros da Companhia.

7. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Oriovisto Guimarães. Secretário: Hélio Bruck Rotenberg.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 20 de novembro de 2006.

Autenticação da Mesa:

Oriovisto Guimarães
Presidente

Hélio Bruck Rotenberg
Secretário

Visto do Advogado:

Wladimir Bezerra Cordeiro
OAB/PR nº 17.045

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

CNPJ / MF: 81.243.735/0001-48

COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2006

1. **Data, Hora e Local:** No dia 07 de dezembro de 2006, às 18:00 horas, na sede social da Positivo Informática S.A. ("Companhia"), na Rua Senador Accioly Filho nº 1021, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, CEP 81310-000, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

2. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação por estarem presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

3. **Mesa:** Presidente: Oriovisto Guimarães
   Secretário: Cixares Libero Vargas

4. **Ordem do Dia:**

Deliberar o aumento do capital social da Companhia, com fixação da quantidade e preço das ações a serem emitidas pela Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a subscrição pública de ações ordinárias, conforme anteriormente aprovado em reunião deste Conselho de Administração realizada no dia 20 de novembro de 2006; ratificação de exclusão do direito de preferência para subscrição das ações objeto do aumento de capital da Companhia; e a autorização para que a Diretoria adote as providências necessárias para a implementação das matérias antes aprovadas.

Deliberações:

As seguintes deliberações foram aprovadas por unanimidade dos membros do Conselho de Administração:

(i) Aprovar o aumento de capital da Companhia em R$ 65.800.000,00 (sessenta e cinco milhões e oitocentos mil reais), mediante a emissão para subscrição de 2.800.000 ações ordinárias escriturais, nominativas e sem valor nominal ("Ações"), dentro do limite do capital social autorizado previsto no Estatuto Social da Companhia, sendo que as Ações emitidas terão características iguais àquelas já existentes, fazendo jus aos mesmos direitos a elas conferidos, passando o capital social para R$ 152.736.920,00 (cento e cinqüenta e dois milhões, setecentos e trinta e seis mil, novecentos e vinte reais), representado por 87.800.000 (oitenta e sete milhões e oitocentos mil) ações escriturais, nominativas e sem valor nominal;

(ii) Fixar o preço de emissão em R$ 23,50 (vinte e três reais e cinqüenta centavos), por cada Ação, em consonância com o disposto no artigo 170 da Lei 6.404/76 ;

(iii) Ratificar a exclusão do direito de preferência para subscrição das Ações pelos acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia, por se tratar de emissão mediante oferta pública;

(iv) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas; e

(v) Autorizar a lavratura desta Ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76.

6. **Encerramento**: Nada mais tratado, lavrou-se a ata a que se refere esta Reunião, que foi lida e aprovada pelos conselheiros da Companhia.

7. **Assinaturas**: **Mesa**: **Presidente**: Oriovisto Guimarães. **Secretário**: Cixares Libero Vargas. **Conselheiros**: Oriovisto Guimarães, Samuel Ramos Lago, Ruben Tadeu Coninck Formighieri, Cixares Libero Vargas, Hélio Bruck Rotenberg e Fernando Soares Mitri.

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Curitiba, 07 de dezembro de 2006.

Cixares Libero Vargas

Secretário

Informações Anuais – IAN da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Apenas informações do IAN que não se encontram em outras partes deste prospecto

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999991	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81243735000148

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
POSITIVO INFORMÁTICA S.A
5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
POSITIVO INFORMÁTICA LTDA.
6 - NIRE
20060322411
7 - SITE
www.positivoinformatica.com.br

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Senador Accioly Filho n.1021				CIC
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
81310-000	Curitiba			PR
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
041	3316-7887	3316-7839	3316-7797	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
041	3316-7764	3316-7810	-	
15 - E-MAIL				
ir@positivo.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
Lucas Raduy Guimarães				
2 - CARGO				
Diretor de Relações com Investidores				
3 - ENDEREÇO COMPLETO				4 - BAIRRO OU DISTRITO
R: Accyoli Filho 1021				CIC
5 - CEP	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
81310-000	Curitiba			PR
8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
041	3316-6000	3316-7797	3316-7887	
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
041	3316-7810	3316-7810	3316-7810	
17 - E-MAIL				
ir@positivo.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
Banco Itaú S.A				
19 - CONTATO				
José Nilson Cordeiro				
20 - ENDEREÇO COMPLETO				21 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, n.707 9 andar				São paulo
22 - CEP	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
04344-902	São Paulo			SP
25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
011	5029-1317	-	-	
30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
011	5029-1917	-	-	
34 - E-MAIL				
jose-nilson.cordeiro@itau.com.br				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Lucas Raduy Guimarães					
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO	
R: Senador Accioly Filho 1021				CIC	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
81310-000	Curitiba				PR
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
041	3316-7887	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
041	3316-7764	-	-		
16 - E-MAIL					
ir@positivo.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE			
SIM	875.483.489-91				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2005	31/12/2005
3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2006	31/12/2006
5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Cosme dos Santos	647.362.377-91

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	
Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO	
Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE	
1150 - Comunicação e Informática	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
Fabricação de computadores	NÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS **Data-Base - 31/12/2005**

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial do Estado do Pr	PR
02	Jornal Indústria e Comércio	PR
03	Jornal Valor Econômico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
25/09/2006	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	7 - FUNÇÃO
01	Oriovisto Guimarães	316.626.259-87	17/08/2006	1 ano	2	SIM	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Cixares Libero Vargas	133.896.379-15	17/08/2006	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
03	Hélio Bruck Rotenberg	428.804.249-68	17/08/2006	1 ano	3	SIM	33	Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente
04	Samuel Ramos Lago	000.958.859-00	17/08/2006	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	RubenTadeu Coninck Formighieri	321.218.309-87	17/08/2006	1 ano	2	SIM	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	Fernando Soares Mitri	001.681.739-72	17/08/2006	1 ano	2	SIM	29	Conselheiro Independente
07	Marielva Andrade Dias	450.779.329-72	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretora Vice-Precidente de Operações
08	Lucas Raduy Guimarães	875.483.489-91	17/08/2006	2 anos	1		12	Diretor de Relações com Investidores
09	Luiz Voney Silveira	217.838.530-34	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor de Supply Chain
10	César Augusto Valente Aymoré Filho	552.787.289-49	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor de Marketing
11	Samuel Ferrari Lago	599.964.209-49	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor de Portais
12	Claudio Rabinovitz	175.778.295-87	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor Com. de Tecnologias Educacionais
13	Elaine Guetter	544.853.209-87	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretora Operações de Tec. Educacionais
14	Guillermo Agripino Diaz Morales	992.090.718-91	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor de Produções Terceirizadas
15	Erlei Guimarães	636.219.836-00	17/08/2006	2 anos	1		19	Diretor de Conectividade

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Reunião dos sócios	17/08/2006	10	5	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
	05/10/2006

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
NÃO	0	0,00	0	0,00	0	0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	Oriovisto Guimarães	316.626.259-87	brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
11.500	13,50	0	0,00	11.500	13,50		SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002	Samuel Ramos Lago	000.958.859-00	brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
11.500	13,50	0	0,00	11.500	13,50		SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003	Ruben Tadeu Coninck Formighieri	321.218.309-87	brasileira	SC

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
11.500	13,50	0	0,00	11.500	13,50		SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
004	Cixares Libero Vargas	133.896.379-15	brasileira	SC

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
11.500	13,50	0	0,00	11.500	13,50		SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
005	Hélio Bruck Rotenberg	428.804.249-68	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
11.500	13,50	0	0,00	11.500	13,50		SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
006	Gols Participações S/A	06.192.239-0001/97	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
5.500	6,50	0	0,00	5.500	6,50	03/10/2006	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
007	LP Investimentos S/A	08.303.511-0001/94	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
5.500	6,50	0	0,00	5.500	6,50	24/08/2006	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
008	Mantova Investimentos S/A	08.303.538-0001/87	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
5.500	6,50	0	0,00	5.500	6,50	22/08/2006	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
009	CIR Investimentos S/A	08.303.499-0001/18	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
5.500	6,50	0	0,00	5.500	6,50	24/08/2006	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES ORDINÁRIAS E/OU PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
010	Infoinvest Investimentos Ltda	08.326.272-0001/98	brasileira	PR

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
5.500	6,50	0	0,00	5.500	6,50	23/08/2006	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
997	AÇÕES EM TESOURARIA			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
0	0,00	0	0,00	0	0,00			

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
998	OUTROS			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
0	0,00	0	0,00	0	0,00			

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
85.000	100,00	0	0,00	85.000	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 17/08/2006

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Mil)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		85.000	86.937	86.937
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			85.000	86.937	86.937

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	17/08/2006	86.937	2.968	Reserva de Capital	85.000	0,0000000000

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
4.500	4.500	17/08/2006

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		4.500

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
05/10/2006	25,00

218

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	5.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2005

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	0
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONÍVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONÍVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
01	processador	SIM	50.068	NÃO	SIM
Ingram Micro Inc.	NÃO LIGADO				11,92
02	HD	SIM	41.705	NÃO	SIM
Bell Microproducts Latin America	NÃO LIGADO				9,93
03	Processador	SIM	28.234	NÃO	SIM
Allplus Computer Systems Corp.	NÃO LIGADO				6,72
04	HD	SIM	25.425	NÃO	SIM
Intcomex	NÃO LIGADO				6,05
05	Componentes p/ PLM	SIM	15.334	NÃO	SIM
Kingmax Digital Inc.	NÃO LIGADO				3,65
06	Processador	SIM	15.035	NÃO	SIM
Aldo International Icc.	NÃO LIGADO				3,58
07	Componentes p/ PLM	SIM	14.716	NÃO	SIM
Dane Elec.	NÃO LIGADO				3,50
08	Componentes p/ PLM	SIM	12.932	NÃO	SIM
Msi Computer Inc.	NÃO LIGADO				3,08
09	Peças Notebook	SIM	11.018	NÃO	SIM
Mitac Technology Corp.	NÃO LIGADO				2,62

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

10.02 - MATÉRIAS PRIMAS E FORNECEDORES

1- ITEM	2 - MATÉRIA PRIMA	3 - IMPORTAÇÃO	4 - VALOR DA IMPORTAÇÃO (Reais Mil)	5 - DISPONIVEL MERCADO LOCAL	6 - DISPONIVEL MERCADO EXTERNO
7 - NOME DO FORNECEDOR	8 - TIPO DE FORNECEDOR				9 - % DE FORNECIMENTO SOBRE O TOTAL DAS COMPRAS DA CIA.
10	Monitor	NÃO	0	SIM	SIM
Samsung Elet. da Amaz. Ltda	NÃO LIGADO				9,65
11	PLM	NÃO	0	SIM	SIM
Digitron da Amazonia Ind. Comércio Ltda	NÃO LIGADO				7,46
12	Monitor	NÃO	0	SIM	SIM
Proview Eletronica do Brasil Ltda	NÃO LIGADO				5,40
13	Gabinete	NÃO	0	SIM	SIM
Nilko Metalurgia Ltda	NÃO LIGADO				5,09
14	PLM	NÃO	0	SIM	SIM
Flex Imp. Exp. e Comércio de Máq.	NÃO LIGADO				0,75
15	Impressoras	NÃO	0	SIM	SIM
Lexmark Intern. do Brasil Ltda	NÃO LIGADO				0,75
16	PLM	NÃO	0	SIM	SIM
Mecer Digital do Brasil	NÃO LIGADO				0,64
17	Mouse	NÃO	0	SIM	SIM
Meb Com. Importadora e Exportadora	NÃO LIGADO				0,53

Reapresentação por Exigência CVM Nº 7454

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA S.A	81.243.735/0001-48

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,01	0,08	SIM	13	13
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,85	6,29	SIM	1.064	1.064
03	OUTRAS	0,14	1,07	SIM	181	181

Informações Trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2006

Apenas informações do ITR que não se encontram em outras partes deste prospecto

As notas explicativas das Demonstrações Financeiras encontram-se no anexo “Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes”

Todas as demais informações do ITR encontram-se em outras seções deste prospecto

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48
4 - NIRE		
20060322411		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Senador Accioly Filho, nº 1021				CIC
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
81310-000	Curitiba			PR
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
041	3316-7887	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
041	3316-7764	3316-7810	-	
15 - E-MAIL				
ir@positivo.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
Lucas Raduy Guimarães				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
Rua Senador Accioly Filho, nº 1021				CIC
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
81310-000	Curitiba			PR
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
041	3316-7887	3316-7787	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
041	3316-7764	3316-7810	-	
16 - E-MAIL				
ir@positivo.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2006	31/12/2006	3	01/07/2006	30/09/2006	2	01/04/2006	30/06/2006

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Cosme dos Santos	647.362.377-91

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2006	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2006	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2005
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	85.000	86.937	81.000
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	85.000	86.937	81.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1150 - Comunicação e Informática
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Industr. e comercialização de software e hardware
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
06/11/2006	

226

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	345.416	352.206
1.01	Ativo Circulante	309.860	320.234
1.01.01	Disponibilidades	8.058	8.240
1.01.02	Créditos	223.290	228.164
1.01.02.01	Clientes	173.799	190.508
1.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores	7.487	3.838
1.01.02.07	Impostos a Recuperar	38.298	32.571
1.01.02.08	Outros Créditos	3.706	1.247
1.01.03	Estoques	78.512	83.830
1.01.04	Outros	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.540	6.952
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	6.540	6.952
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	284	283
1.02.03.03	Impostos Diferidos	6.256	6.669
1.03	Ativo Permanente	29.016	25.020
1.03.01	Investimentos	199	199
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	199
1.03.02	Imobilizado	8.605	6.492
1.03.03	Diferido	20.212	18.329

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	345.416	352.206
2.01	Passivo Circulante	135.901	158.411
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.094	25.609
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	72.551	90.107
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10.417	12.337
2.01.04.01	Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	3.847	3.904
2.01.04.02	Imp. Renda e Contrib. Social	6.570	8.433
2.01.05	Dividendos a Pagar	8	8
2.01.06	Provisões	22.660	21.227
2.01.06.01	Prov. p/Comissões sobre Vendas	4.499	4.126
2.01.06.02	Prov. p/ Verba Propaganda Cooperada	4.340	3.377
2.01.06.03	Prov. p/ Garantia e Assistência Técnica	12.754	11.913
2.01.06.04	Provisão para Fretes	461	771
2.01.06.05	Outras Provisões	606	1.040
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	10.171	9.123
2.01.08.01	Salários e Encargos a Pagar	8.335	7.752
2.01.08.02	Adiantamentos de Clientes	0	521
2.01.08.03	Outros Débitos	1.836	850
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.181	7.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	4.207	4.320
2.02.03.01	Prov. p/ Contingências	1.258	1.258
2.02.03.02	Prov. p/ Garantias e Assistência Técnica	2.949	3.062
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.974	2.974
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	202.334	186.501
2.05.01	Capital Social Realizado	86.937	86.937
2.05.02	Reservas de Capital	116.850	94.243
2.05.02.01	Reserva de Investimentos Incentivados	116.850	94.243
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2006	4 -30/06/2006
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.07.01	Adto para Futuro Aumento de Capital	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.453)	5.321

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	283.686	849.800	170.260	450.528
3.02	Deduções da Receita Bruta	(62.405)	(203.006)	(42.800)	(116.712)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	221.281	646.794	127.460	333.816
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(189.135)	(549.681)	(108.669)	(287.774)
3.05	Resultado Bruto	32.146	97.113	18.791	46.042
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.222)	(76.970)	(17.041)	(41.980)
3.06.01	Com Vendas	(23.655)	(56.752)	(10.968)	(28.880)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.463)	(20.950)	(5.389)	(14.312)
3.06.03	Financeiras	(1.903)	(3.645)	(1.625)	(2.263)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.360	12.876	2.934	7.200
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.263)	(16.521)	(4.559)	(9.463)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.010	5.296	1.216	4.048
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(211)	(919)	(275)	(573)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.924	20.143	1.750	4.062
3.08	Resultado Não Operacional	2	3	0	87
3.08.01	Receitas	2	3	0	87
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.926	20.146	1.750	4.149
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	1.760	(8.328)	(2.797)	(2.797)
3.11	IR Diferido	(410)	3.502	1.852	4.111
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.276	15.320	805	5.463

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	85.000	85.000	81.000	81.000
	LUCRO POR AÇÃO	0,03854	0,18024	0,00994	0,06744
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

231

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

PERÍODO DE 3 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 (3T06) COMPARADO COM O PERÍODO DE 3 MESES ENCERRADO EM 30 DE SETEMBRO DE 2005 (3T05)

Receita Bruta de Vendas

A receita bruta de vendas totalizou R$ 283,7 milhões no 3T06, representando aumento de 66,6% em relação à receita bruta de vendas de R$ 170,3 milhões no 3T05. Este aumento deve-se ao acréscimo de 76,8% no volume de PCs vendidos, que totalizaram 171,4 mil no 3T06 e 96,9 mil no 3T05, em função do aumento da demanda principalmente pelos seguintes fatores: (i) medidas de desoneração fiscal (implementação da MP do Bem); (ii) combate à pirataria; e (iii) aumento da disponibilização do crédito por parte do governo, visando impulsionar a inclusão digital.

Deduções sobre Vendas

As deduções sobre vendas, compostas pelos impostos sobre as vendas, descontos comerciais concedidos e devoluções, foram de R$ 62,4 milhões no 3T06, frente a R$ 42,8 milhões no 3T05, apresentando um aumento de 45,8%, refletindo basicamente o aumento das vendas descrito acima. Essas deduções corresponderam a 22,0% e 25,1% da receita operacional bruta no 3T06 e 3T05, respectivamente.

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas totalizou R$ 221,3 milhões no 3T06, com um acréscimo de 73,6% em relação à receita líquida de vendas de R$ 127,5 milhões no 3T05, pelos mesmos motivos descritos para a variação de nossa receita bruta de vendas. A receita líquida de vendas correspondeu a 78,0% e 74,9% da receita bruta de vendas no terceiro trimestre de 2006 e 2005, respectivamente.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R$ 189,1 milhões no 3T06, apresentando um aumento de 74,0% em relação aos R$ 108,7 milhões contabilizados no 3T05. Em termos de percentual da receita líquida de vendas, o custo dos produtos vendidos permaneceu praticamente estável no terceiro trimestre 2006, sendo 85,5% da receita líquida de vendas, frente a 85,2% no terceiro trimestre de 2005.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso custo de produtos vendidos para os períodos indicados, bem como a variação percentual de cada componente.

Custo dos Produtos Vendidos (em milhões de R$)	3T05	% do CPV	3T06	% do CPV	Variação
Matéria Prima e Insumos	(102,1)	93,92%	(181,2)	95,80%	77,52%
Mão-de-Obra	(4,1)	3,74%	(5,5)	2,93%	36,46%
Serviços de Terceiros	(1,0)	0,91%	(0,2)	0,09%	-82,15%
Depreciação/ Amortização	(0,0)	0,01%	(0,1)	0,04%	1189,26%
Outros	(1,6)	1,43%	(2,2)	1,14%	38,70%
Total	**(108,7)**	100%	**(189,1)**	100%	**74,05%**

O aumento dos custos dos produtos vendidos deve-se principalmente ao elevado crescimento das nossas atividades e secundariamente aos efeitos da inflação medida no período no custo das matérias primas e serviços, fatores esses parcialmente compensados por avanços nas negociações com fornecedores, pelo ganho em escala e pela valorização do Real frente ao Dólar.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Lucro Bruto

O lucro operacional bruto totalizou R$ 32,1 milhões no 3T06, acréscimo de 71,1% em relação ao lucro bruto de R$ 18,8 milhões no 3T05. A margem sobre receita líquida passou de 14,7% no 3T05 para 14,5% no 3T06.

Despesas Operacionais

Nossas despesas operacionais totalizaram R$ 30,2 milhões no 3T06, representando aumento de 77,6% com relação a R$ 17,0 milhões no 3T05. No primeiro trimestre de 2006 e 2005, as despesas operacionais representaram 13,7% e 13,3% da receita líquida respectivamente, indicando importante ganho de escala nesta conta.

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa operacional, assim como sua variação percentual no período:

Despesas Operacionais (em milhões de R$)	3T05	3T06	Variação
Despesas com Vendas	(11,0)	(23,7)	115,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(5,3)	(6,5)	20,8%
Resultado Financeiro	(1,6)	(1,9)	18,8%
Outros	0,9	1,8	100,0%
Total	**(17,0)**	**(30,2)**	**77,6%**

Despesas com Vendas

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de nossa despesa com vendas, assim como a variação entre o terceiro trimestre de 2006 e 2005:

R$ milhões	3T05	3T06	Variação
Marketing	(1,5)	(4,5)	200,0%
Assistência Técnica e Garantia	(2,6)	(5,2)	100,0%
Créditos Duvidosos e Perdas	(0,2)	(0,4)	100,0%
Fretes e Comissões	(5,1)	(9,6)	88,2%
VPC	(1,5)	(3,9)	160,0%
Total	**(10,9)**	**(23,6)**	**116,5%**

Em termos de percentual da receita líquida, as despesas com vendas passaram de 8,6% no 3T05, comparado a 10,7% no 3T06. O aumento de 116,5% das despesas com vendas em termos absolutos deveu-se principalmente: (i) ao aumento de 193,2% nas despesas com marketing, em função principalmente de anúncios e propagandas direcionadas principalmente ao segmento de varejo, que totalizaram R$ 4,5 milhões no terceiro trimestre de 2006; (ii) ao crescimento de 88,6% nas despesas com fretes e comissões sobre vendas, que passaram de R$ 5,1 milhões no 3T05 para R$ 9,6 milhões no 3T06; e (iii) aos valores referentes à VPC – Verba de Propaganda Cooperada, que são repassados às grandes redes varejistas por meio de descontos e bonificações, que totalizaram R$ 3,9 milhões no terceiro trimestre de 2006, representando aumento de 158,4% se comparado ao primeiro trimestre de 2005.

Essas variações são resultados diretos do aumento de nossas vendas, conforme descrito anteriormente.

Despesas Gerais e Administrativas

Em termos de percentuais da receita líquida, nossas despesas gerais e administrativas obtiveram um aumento moderado, apesar do grande aumento das vendas no período, em que a receita líquida aumentou 73,6% no 3T06 comparado ao 3T05. Conseguimos fazer uma gestão eficaz nas nossas despesas gerais e administrativas, obtendo um aumento de apenas 20,8%, passando de R$ 5,3 milhões no 3T05 para R$ 6,5 milhões no 3T06.

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

A tabela a seguir apresenta a composição de nossas despesas gerais e administrativas.

R$ milhões	3T05	3T06	Variação
Pessoal	(1,4)	(3,2)	128,6%
Serviços Profissionais e Contratados	(0,5)	(0,3)	-40,0%
Depreciação e Amortização	(2,0)	(1,0)	-50,0%
Gerais	(1,4)	(2,0)	42,9%
Total	**(5,3)**	**(6,5)**	**22,6%**

Outros

O item "outros" totalizou receita operacional de R$ 1,8 milhões no 3T06, apresentando aumento de 100,0% se comparado à receita operacional de R$ 0,9 milhões obtida no 3T05, decorrente, principalmente dos direitos autorais dos CD Roms vendidos para a Posigraf, que são comercializados junto com os seus materiais didáticos.

Lucro (Prejuízo) Antes dos Impostos

Em decorrência dos aspectos mencionados acima, o lucro antes dos impostos totalizou R$ 1,9 milhões no 3T06, representando aumento de 10,1% , se comparado a R$ 1,7 milhões obtido no 3T05.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Nosso imposto de renda e contribuição social no período totalizaram um crédito de R$ 1,3 milhões no 3T06, aumento de 242,9% se comparado a despesa de imposto de R$ 0,9 milhão obtido no 3T05. A legislação fiscal brasileira nos faculta diferir o recolhimento do IRPJ e CSSL devido sobre o lucro auferido na venda aos órgãos públicos até que se verifique o efetivo pagamento destas vendas. Nos beneficiamos financeiramente com a postergação dos recolhimentos destes impostos.

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício

O lucro líquido passou de R$ 0,8 milhão no 3T05 (0,6% da receita líquida de vendas) para um lucro líquido de R$ 3,3 milhões no 3T06 (1,5% da receita líquida de vendas), representando aumento de 307,1%, proporcionado principalmente pela combinação do aumento no volume das vendas e ganho de escala obtido em nossas operações.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos Acionistas e Administradores da
Positivo Informática S.A.
Curitiba - PR

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais – ITR da Positivo Informática S.A., referentes aos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2006 e 2005, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações de resultado e o relatório de desempenho.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e controladas quanto aos critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.

3. Baseados em nossa revisão especial, as informações trimestrais referidas no parágrafo 1 estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais obrigatórias.

4. As informações suplementares às demonstrações financeiras, referentes à demonstração dos fluxos de caixa da Positivo Informática S.A. para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2006 e 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós revisadas, de acordo com os procedimentos de revisão mencionados no parágrafo 2, e, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esteja de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Curitiba, 03 de novembro de 2006.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º SP-011.609/O-8 F-PR

COSME DOS SANTOS
Sócio
CRC n.º RJ-078160/O-8 T-PR

São Paulo, 1 de dezembro de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.° 111 – 33° andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Prezados Senhores,

POSITIVO INFORMÁTICA S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Av. Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 81.243.735/0001-48, neste ato representada em conformidade com seu estatuto social ("Companhia"), e seus acionistas Infoinvest Investimentos Ltda., CIR Investimentos S.A., GOLS Participações S.A., L.P. Investimentos S.A. e Mantova Investimentos S.A. ("Acionistas Vendedores"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Pública"), vêm, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(i) o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") contém, e o prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo") conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iii) todas e quaisquer informações prestadas e a serem prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Sendo o que cumpria para o momento, renovam os votos de estima e consideração e subscrevem-se.

***

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A.]

COMPANHIA

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

Nome: Hélio Bruck Rotenberg
Função: Diretor Presidente

Nome: Oriovisto Guimarães
Função: Presidente do Conselho de Administração

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A.]

ACIONISTAS VENDEDORES

INFOINVEST INVESTIMENTOS LTDA.

Nome: Hélio Bruck Rotenberg
Função: Sócio Administrador

CIR INVESTIMENTOS S.A.

Nome: Cixares Líbero Vargas
Função: Diretor Presidente

GOLS PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: Orlovisto Guimarães
Função: Diretor Presidente

L.P. INVESTIMENTOS S.A.

Nome: P.P. Samuel Lago
Função: Diretor Presidente

MANTOVA INVESTIMENTOS S.A.

Nome: Ruben Tadeu Coninck Formighieri
Função: Diretor Presidente

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5°, da Instrução CVM n° 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Positivo Informática S.A.]

ACIONISTA VENDEDOR

L.P. INVESTIMENTOS S.A.

Nome: Samuel Ramos Lago
Função: Diretor Presidente

UBS Pactual

São Paulo, 1 de dezembro de 2006

SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO – SRE
Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua Sete de Setembro, n.º 111 – 33º andar
Rio de Janeiro – RJ

At.: SR. CARLOS ALBERTO REBELLO SOBRINHO

Ref.: PEDIDO DE REGISTRO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA POSITIVO INFOMÁTICA S.A.

Prezados Senhores,

BANCO UBS S.A., instituição financeira com escritório na Avenida Presidente Juscelino Kubitchek nº 50, 6º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.131.502/0003-84, neste ato representada em conformidade com seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da POSITIVO INFORMÁTICA S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Senador Accioly Filho, 1021, Cidade Industrial de Curitiba, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.243.735/0001-48 ("Companhia"), e de titularidade de seus acionistas Infoinvest Investimentos Ltda., CIR Investimentos S.A., GOLS Participações S.A., L.P. Investimentos S.A. e Mantova Investimentos S.A., ("Acionistas Vendedores") ("Oferta Pública"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400").

Para tal fim e efeito, segue abaixo a referida declaração.

DECLARAÇÃO

Considerando que:

a. a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Pública;

b. foi efetuada *due diligence* na Companhia, que teve início em 1 de agosto de 2006 e prosseguirá até a data da divulgação do prospecto definitivo da Oferta Pública ("Prospecto Definitivo");

c. foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado; e

e. a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram terem disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública;

o Coordenador Líder declara que:

(i) tomou, e tomará, todas as cautelas e agiu, e agirá, com elevados padrões de diligência, para assegurar que (1) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no prospecto preliminar da Oferta Pública ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo, respectivamente, bem como todas e quaisquer informações fornecidas e a serem fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações, sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e (2) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e subscreve-se,

***

[Página de assinatura da declaração de que trata o artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM nº 400 no âmbito do Pedido de Registro da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinária de Emissão da Positivo Informática S.A.]

COORDENADOR LÍDER

BANCO UBS S.A.

Nome: Hans Rin
Posição: Senior Vice President

Nome:
Posição: Roberto Barbuti
Senior Vice President

Parte IV – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... 245

Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 e respectivos Pareceres de Auditoria da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes..... 246

Demonstrações financeiras da Companhia relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e respectivo Parecer de Auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes..... 278

Demonstrações financeiras da Companhia relativas aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes..... 311

Positivo Informática S.A.

Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e 2004 e respectivos Pareceres de Auditoria da Russell Bedford Brasil Auditores Independentes

RUSSELL BEDFORD BRASIL

POSITIVO INFORMÁTICA S.A – Nº 220

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
Nº 1-11/06

Demonstrações Contábeis em 31/DEZ/04 e
31/DEZ/03

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010 247
Fone (41) 350-6000 Fax (41) 350-6101
www.rbai.com.br

CERTIFICADA SEGUNDO A
NBR ISO 9001: 2000

A MEMBER OF Russell Bedford INTERNACIONAL

RUSSELL BEDFORD BRASIL

Curitiba, 25 de setembro de 2006.

Ao
Sr. Lucas Raduy Guimarães
Positivo Informática S.A.
Curitiba - PR

CONFIDENCIAL

Prezado Senhor

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, apresentamos o Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/DEZ/04 e 31/DEZ/03.

Atenciosamente,

Pedro Nunes de Gouveia
DIRETOR DE AUDITORIA

PAI 1-11/06 OS Nº 1482
Formulário RAU 03

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010
Fone (41) 350-6000 Fax (41) 350-6101
www.rbai.com.br

CERTIFICADA SEGUNDO A
NBR ISO 9001: 2000

A MEMBER OF Russell Bedford INTERNACIONAL

RUSSELL BEDFORD BRASIL

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Diretores e Administradores da
Positivo Informática S.A.
Curitiba - PR

1 - Examinamos os Balanços Patrimoniais da **Positivo Informática S.A.**, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis.

2 - Nossos exames foram conduzidos de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis no Brasil, e compreenderam:

a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, bem como os sistemas contábil e de controles internos da Companhia;

b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados;

c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

3 - Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis, referidas no parágrafo 1, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Positivo Informática S.A.**, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, o Resultado de suas Operações, as Mutações de seu Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de seus Recursos, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 – Em 09 de março de 2005 e em 15 de março de 2004, emitimos o parecer sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente, com a seguinte ressalva: os controles internos apresentados não permitiram a realização o exame de valorização dos estoques de Produtos Acabados e para Revenda.

PAI 1-11/06 OS N° 1482
Formulário RAU 03

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010
Fone (41) 350-6000 Fax (41) 350-6101
www.rbai.com.br

CERTIFICADA SEGUNDO A NBR ISO 9001: 2000
A MEMBER OF Russell Bedford INTERNACIONAL

5 – A Administração da Companhia, para adequar suas Demonstrações Contábeis às praticas contábeis adotadas no Brasil, optou pelo refazimento das Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, tornando-as comparativas. Para tanto, procedeu aos ajustes necessários naquelas Demonstrações Contábeis, conforme descritos na nota explicativa nº. 4, eliminando a ressalva descrita no parágrafo 4. Sobre essas Demonstrações Contábeis refeitas, emitimos parecer sem ressalva nessa data.

6 – As informações suplementares apresentadas na nota explicativa nº. 22, referentes às Demonstrações dos Fluxos de Caixa, são apresentadas com o objetivo de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas informações foram por nós examinadas de acordo com os procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto.

Curitiba, 25 de setembro de 2006

Pedro Nunes de Gouveia
Contador CRCPR nº 22632/O-9

Irineu Homam
Contador CRCPR nº 043061/O-0

RUSSELL BEDFORD BRASIL – AUDITORES INDEPENDENTES
CRCPR nº 2906/O-5

RUSSELL BEDFORD BRASIL - AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Mateus Leme, 2004 Térreo Curitiba PR CEP 80530 010
Fone (41) 350-6000 Fax (41) 350-6101
www.rbai.com.br

CERTIFICADA SEGUNDO A
NBR ISO 9001: 2000

A MEMBER OF Russell Bedford INTERNACIONAL

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em R$ mil

A T I V O

	2004	2003
CIRCULANTE	**113.100**	**43.908**
DISPONIBILIDADES	**5.247**	**1.322**
Caixa e Bancos Conta Movimento	5.247	1.322
DIREITOS REALIZÁVEIS	**107.853**	**42.586**
Clientes	61.645	24.251
Estoques	31.423	12.770
Adiantamento a Fornecedores	137	114
Impostos a Recuperar	14.211	5.096
Outras Contas a Receber	437	355
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**7.361**	**4.112**
Partes Relacionadas	-	110
Tributos Diferidos	7.110	3.771
Outras Contas a Receber	251	231
PERMANENTE	**21.260**	**22.017**
INVESTIMENTOS	**199**	**199**
IMOBILIZADO	**3.645**	**3.584**
DIFERIDO	**17.416**	**18.234**
TOTAL DO ATIVO	**141.721**	**70.037**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
Em R$ mil

P A S S I V O

	2004	2003
CIRCULANTE	**61.448**	**22.754**
Empréstimos e Financiamentos	2.784	1.926
Fornecedores	37.619	12.143
Salários e Ordenados a Pagar	752	710
Provisões	12.954	7.316
Impostos e Contribuições	6.269	578
Dividendos a Pagar	590	-
Adiantamentos de Clientes	21	54
Outras Contas a Pagar	459	27
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	**30.350**	**6.843**
Partes Relacionadas	27.172	3.126
Provisão para Garantias e Assistência Técnica	3.178	3.717
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**49.923**	**40.440**
CAPITAL REALIZADO	**23.091**	**20.122**
Capital Social	23.091	20.122
RESERVAS DE CAPITAL	**20.223**	**15.533**
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO CAPITAL	**11.873**	**20.779**
PREJUÍZOS ACUMULADOS	**(5.264)**	**(15.994)**
TOTAL DO PASSIVO	**141.721**	**70.037**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em R$ mil

	2004	2003
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**265.667**	**112.080**
Venda de Produtos	173.273	44.774
Revenda de Mercadorias	69.322	53.004
Prestação de Serviços	23.072	14.302
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS	**(75.866)**	**(25.043)**
Devoluções e Descontos Comerciais	(18.792)	(7.785)
Impostos e Contribuições	(57.074)	(17.258)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**189.801**	**87.037**
Custo das Vendas e Serviços	(159.222)	(68.827)
LUCRO BRUTO	**30.579**	**18.210**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	**(41.408)**	**(25.209)**
Com Vendas	(19.644)	(10.279)
Gerais e Administrativas	(22.408)	(19.950)
Remuneração dos Administradores	(108)	(193)
Receitas Financeiras	1.709	2.610
Despesas Financeiras	(6.239)	(3.349)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	5.282	5.952
PREJUÍZO OPERACIONAL	**(10.829)**	**(6.999)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	**34**	**32**
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	**(10.795)**	**(6.967)**
Provisão para Contribuição Social	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.339	3.771
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(7.456)**	**(3.196)**
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$	(0,3229)	(0,1588)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERÍODO DE 31/DEZ/02 A 31/DEZ/04
Em R$ mil

	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	ADIANTAMENTO AUMENTO CAPITAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
Saldos em 31/DEZ/02	**16.831**	**7.439**	**29.685**	**55**	**54.010**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-	(12.853)	**(12.853)**
Aumento de Capital - Incorporação Positivo Franquias LTDA	322	-	-	-	**322**
Aumento de Capital com AFAC	2.969	-	(2.969)	-	**-**
Reversão do AFAC	-	-	(5.937)	-	**(5.937)**
Subvenções para Investimentos	-	8.094	-	-	**8.094**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(3.196)	**(3.196)**
Saldos em 31/DEZ/03	**20.122**	**15.533**	**20.779**	**(15.994)**	**40.440**
Aumento de Capital com AFAC	2.969	-	(2.969)	-	**-**
Reversão do AFAC	-	-	(5.937)	-	**(5.937)**
Subvenções para Investimentos	-	23.521	-	-	**23.521**
Absorção de Prejuízos	-	(18.831)	-	18.831	**-**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(7.456)	**(7.456)**
Distribuição de Lucros	-	-	-	(645)	**(645)**
Saldos em 31/DEZ/04	**23.091**	**20.223**	**11.873**	**(5.264)**	**49.923**

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EM 31 DE DEZEMBRO
Em R$ mil

	2004	2003
ORIGENS DE RECURSOS	**47.118**	**31.375**
DE OPERAÇÕES	**23.521**	**8.094**
Subvenções para Investimentos	23.521	8.094
DOS QUOTISTAS E TERCEIROS	**23.597**	**23.281**
Aumento do Exigível a Longo Prazo	23.507	2.697
Redução do Realizável a Longo Prazo	90	-
Incorporação Positivo Franquias	-	322
Provisão Manutenção do Patrimônio Líquido	-	20.262
APLICAÇÃO DE RECURSOS	**16.620**	**41.642**
DE OPERAÇÕES	**(1.642)**	**13.008**
Prejuízo do Exercício Ajustado	(1.642)	13.008
- Prejuízo do Exercício	7.456	3.196
- Depreciação e Amortização	(11.767)	(4.504)
- Baixas de Bens do Permanente	(670)	(327)
- Baixas do Ativo Diferido		(1.981)
- Constituição de Tributos Diferidos	3.339	3.771
- Ajuste de Exercícios Anteriores	-	12.853
COM QUOTISTAS E TERCEIROS	**18.262**	**28.634**
Aplicações no Imobilizado	1.456	1.062
Aplicações no Diferido	6.847	18.118
Aumento do Realizável a Longo Prazo	-	140
Reversão do AFAC	5.937	5.937
Reversão da Provisão Man. Patr. Líquido	3.377	3.377
Lucro Distribuído	645	-
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	**30.498**	**(10.267)**
ATIVO CIRCULANTE	**69.192**	**(21.388)**
No Início do Exercício	43.908	65.296
No Fim do Exercício	113.100	43.908
PASSIVO CIRCULANTE	**38.694**	**(11.121)**
No Início do Exercício	22.754	33.875
No Fim do Exercício	61.448	22.754

As notas explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

1 – Contexto Operacional

A Companhia, fundada em 1989, possui atualmente um parque tecnológico distribuído em cinco unidades no Município de Curitiba - PR.

Tem como atividades preponderantes a Industrialização, Comercialização e Desenvolvimento de Projetos na área de Informática; Industrialização, Comercialização e Locação de Software e Hardware; Comercialização de Equipamentos de Informática, de Sistemas de Aplicação Pedagógica e de Administração Escolar, Planejamento e Suporte Técnico-pedagógico; Representação, Comercialização, Implantação, Treinamento e Suporte, Assistência Técnica de Equipamentos e de Sistemas de Ensino Técnico, Tecnológico e Científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

Abertura de Capital

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17/AGO/06, foi aprovada a transformação da sociedade em sociedade anônima, na forma dos artigos 1.113 a 1.115, do Código Civil, que passou a operar sob a denominação de Positivo Informática S.A., sendo certo que a transformação de tipo societário ora aprovado não importará em solução de continuidade da sociedade, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, conservando o mesmo patrimônio social, a mesma escrituração comercial e fiscal.

Em virtude da transformação aprovada, foi realizado o desdobramento das 86.936.920 quotas representativas do capital social da sociedade, totalmente subscritas e integralizadas, em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, preservando as participações acionárias detidas pelos acionistas no capital social da Companhia.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Base de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base a Lei das Sociedades por Ações e Normas emanadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

b) Refazimento Espontâneo das Demonstrações Contábeis

Com o objetivo de tornar as Demonstrações Contábeis apresentadas, comparáveis, à Administração optou por ajustar as Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, para refletir todos os ajustes levantados provenientes da melhoria dos controles internos e mudanças de práticas contábeis. Os efeitos patrimoniais foram ajustados e estão demonstrados na nota explicativa nº 4.

3 – Principais Práticas Contábeis

As seguintes principais práticas contábeis foram observadas na elaboração das Demonstrações Contábeis:

a) Clientes

A conta de Clientes é registrada pelo valor faturado e não tem incidência de juros. A provisão para Devedores Duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das Contas a Receber.

b) Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo inferiores ao custo de reposição e ao valor líquido de realização. Os Estoques Importados, em trânsito, são reconhecidos a partir da data de saída dos produtos do Fornecedor.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

São provisionados com base no Lucro Real determinado de acordo com a Legislação Tributária em vigor. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o Lucro das Demonstrações Contábeis e o Lucro para fins Fiscais, com base nas alíquotas vigentes na data de sua constituição, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

d) Investimentos

São avaliados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao valor de realização.

e) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição. As Depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa nº 10.

f) Diferido

Refere-se aos gastos com Benfeitorias em Imóveis de Terceiros e em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, os quais vêm sendo amortizados pelo método linear em 3 anos e 5 anos. Também está registrado o valor de Ágio sobre Investimento, originado da incorporação de Companhia Controladora, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. Finalmente, foi constituída Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido.

g) Ativos e Passivos vinculados a Moeda Estrangeira ou sujeitos a atualização monetária

São convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e/ou em índices oficiais de atualização monetária.

h) Empréstimos e Financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

i) Provisões

São reconhecidas no balanço quando já possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados, e seus valores são calculáveis com base em fatores objetivos e subjetivos, representando as estimativas da obrigação registrada, conforme nota explicativa nº 14.

j) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de Ativos, Passivos, Despesas e Receitas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

k) Apuração do Resultado

É apurado pelo regime de Competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de Ativos para o valor de realização.

Reconhecimento das Receitas

- Produtos e Mercadorias: são reconhecidas pela expedição dos bens e dos equipamentos de informática e pela disponibilização e entrega do software comercializado ao cliente.

- Prestação de Serviços: referem-se principalmente às Receitas com Assistência Técnica e capacitação de Professores para acesso ao Portal Educacional e são reconhecidas mensalmente, quando da prestação dos respectivos serviços. Outros serviços incluem: Locação de Softwares e Sistemas diversos e Suporte Técnico.

Reconhecimento dos Custos e Despesas

- Custos dos Produtos e Mercadorias: compreendem os custos com aquisição de Direitos Autorais e Licenças de uso, Matérias-Primas, Embalagens, Mão-de-Obra Direta e Indireta de montagem dos produtos, Gastos Gerais de Fabricação, tais como: Energia Elétrica, Água, Conservação do Parque Industrial, Depreciação dos Ativos Industriais e Instalações do Parque Fabril.

- Custos dos Serviços: compreendem os custos com aquisição de Matérias-primas para Assistência Técnica, Mão-de-Obra Direta e Indireta de Assistência Técnica, Capacitação de Profissionais e Serviços de Terceiros.

4 – Efeitos Patrimoniais do Refazimento das Demonstrações Contábeis

Os efeitos Patrimoniais do Refazimento das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2004 e de 2003 estão compostos de:

Descrição	Em R$ mil			
	31/DEZ/04		31/DEZ/03	
	Ajustes	Saldo Ajustado	Ajustes	Saldo Ajustado
ATIVO	**(12.830)**	**141.721**	**(2.203)**	**70.037**
Circulante	(21.486)	113.100	(5.226)	43.908
Realizável a Longo Prazo	7.110	7.361	3.771	4.112
Permanente	1.546	21.260	(748)	22.017
PASSIVO	**(12.830)**	**141.721**	**(2.203)**	**70.037**
Circulante	20.200	61.448	8.198	22.754
Exigível à Longo Prazo	630	30.350	293	6.843
Patrimônio Líquido	(33.660)	49.923	(10.694)	40.440
Demonstração Resultado	**(19.556)**	**(7.456)**	**3.187**	**(3.196)**

A Companhia procedeu a uma revisão dos controles analíticos de Estoque e planilhas de apuração do Custo dos Produtos Vendidos, proporcionando uma melhoria significativa da informação, tornando possível a apreciação integral sobre os registros contábeis dos montantes apresentados em Estoque e Custo dos Produtos Vendidos. Os ajustes provenientes das referidas melhorias tiveram impactos sobre os valores apresentados nas seguintes contas:

- Clientes (Ativo Circulante) - O valor ajustado negativamente nesta conta de R$ 10.697 mil (R$ 2.758 mil, em 2003), resultou da identificação, devido às melhorias nos controles internos do Estoque, que teria havido Faturamentos Antecipados, sem a correspondente saída de Produtos do Estoque no respectivo exercício social;

- Estoque (Ativo Circulante) – Com a melhoria dos controles internos da valorização dos Estoques, foi identificada a necessidade de complemento dos Estoques de Direitos Autorais e Licenças de Uso – "Selo de Controle da Microsoft", relacionados aos Equipamentos comercializados pela Companhia, no valor de R$ 7.766 mil (R$ 493 mil, em 2003). No exercício de 2004, essa conta foi afetada pela apropriação de custos, apurado pelo método de absorção no valor de R$ 5.103 mil;

- Impostos a Recuperar (Ativo Circulante) – Com as melhorias nos controle internos da valorização dos Estoques, pôde ser constatado que houve a utilização de crédito a maior de ICMS em relação aos Fretes sobre Compras de Insumos, bem como em relação ao Crédito Presumido e ressarcimento de IPI no valor total de R$ 3.495 mil (R$ 2.468 mil, em 2003);

- Tributos Diferidos (Ativo Realizável a Longo Prazo) – Com a melhoria nos controles da valorização dos Estoques e a respectiva constituição das provisões mencionadas abaixo, a Companhia optou em complementar ativos fiscais diferidos de IRPJ e CSLL, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, nos valores de R$ 2.466 mil e R$ 873 mil (R$ 2.808 mil e R$ 963 mil, em 2003), respectivamente;

- Fornecedores (Passivo Circulante) - Com as melhorias, nos controle internos da valorização dos Estoques, foi constatado que as aquisições de "Selo de Controle da Microsoft" no valor de R$ 7.766 mil (R$ 2.212 mil, em 2003) não estavam sendo apropriados corretamente pelo regime de Competência;

- Provisões para Garantia e Ass. Técnica, Devoluções de Mercadorias, Verba de Propaganda Cooperada e Fretes sobre vendas de Mercadorias (Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo) - Com as melhorias nos controles internos da valorização dos Estoques, pôde ser constatado que existiam volumes relevantes de baixas de matérias-primas e produtos acabados que estavam relacionados com a Garantia Legal e Contratual, bem como as Devoluções de Mercadorias, o pagamento de verba de propaganda cooperada em forma de bonificação e as despesas de fretes incidentes sobre as operações comerciais da Companhia, motivando a constituição dessas provisões no valor de R$ 6.536 mil (R$ 9.259 mil, em 2003), representando quase a totalidade dos ajustes na conta de Provisões.

Os ajustes efetuados nos exercícios de 2004 e 2003 nas Contas do Ativo Permanente, referem-se exclusivamente ao grupo de contas do Ativo Diferido. Como a partir do exercício de 2005, por decisão da Administração, a Companhia passou a registrar os valores de Investimentos realizados com Pesquisas e Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Ativo Diferido, aproveitando o refazimento das Demonstrações Contábeis de 2004 e 2003, optou por retirar os gastos do Resultado do Exercício e apresentá-los igualmente como Ativo Diferido.

As variações dos saldos das contas do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício estão relacionadas aos ajustes realizados nas contas patrimoniais que, em sua maioria, referem-se à melhoria dos controles internos dos Estoques da Companhia.

5 – Disponibilidades

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Caixa	774	1.051
Bancos Conta Movimento	4.473	271
Total	**5.247**	**1.322**

6 - Clientes

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
A vencer	56.944	23.576
Vencidos há 30 dias	4.766	126
Vencidos de 31 a 60 dias	25	36
Vencidos de 61 a 90 dias	-	30
Vencidos de 91 a 180 dias	14	43
Vencidos há mais de 180 dias	589	569
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(693)	(129)
Total	**61.645**	**24.251**

7 – Estoques

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Matéria-prima	16.220	7.137
Mercadorias para Revenda	6.285	1.813
Produtos Acabados	3.852	2.229
Produtos em Elaboração	1.403	1.029
Licenças de Uso	2.842	493
Importação em Andamento	737	-
Outros Estoques	84	69
Total	**31.423**	**12.770**

8 – Impostos a Recuperar

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
ICMS	4.479	2.617
IPI	3.062	490
ISS	252	24
IRRF	-	27
PIS	75	87
Cofins	448	287
Contribuição Social	821	1.324
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	1.497	175
Impostos a Recuperar s/ importação	3.449	-
Outros Impostos a Recuperar	128	65
Total	**14.211**	**5.096**

O crédito acumulado de ICMS deve-se essencialmente à utilização de dois benefícios fiscais em suas operações: o da Lei Estadual nº. 13.214/01, que concedeu crédito presumido em operações interestaduais e reduziu a base de cálculo em operações internas de alguns produtos de informática; e o do Decreto Estadual nº. 5.375/02, este confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de Crédito Presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para outros produtos comercializados pela Companhia.

Esses valores não estão sujeitos à prescrição, podendo ser utilizados a qualquer tempo.

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº. 8.248/91, que concede a isenção do IPI posteriormente convertido em redução progressiva, sobre as saídas dos Equipamentos, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados, importados ou de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo a Matérias-primas, Produtos Intermediários e Material de Embalagem, empregados na industrialização dos bens.

A redução progressiva dos percentuais sobre o imposto devido prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- redução de 95% do imposto devido, de 01/JAN/04 até 31/DEZ/14;

- redução de 90% do imposto devido, de 01/JAN/15 até 31/DEZ/15;

- redução de 70% do imposto devido, de 01/JAN/16 até 31/DEZ/19, quando será extinto.

9 – Realizável a Longo Prazo

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Partes Relacionadas	-	110
Depósito Judicial de IPI	251	231
Total	**251**	**341**

10 – Imobilizado

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	Em R$ mil			
		Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido em 31/DEZ/04	Líquido em 31/DEZ/03
Terrenos	-	244	-	244	244
Equipamentos de Locação	10	1.749	(1.129)	620	920
Hardware	20	1.089	(544)	545	428
Edificações	4	1.707	(432)	1.275	1.185
Móveis e Utensílios	10	793	(295)	498	422
Software	20	586	(381)	205	182
Máquinas e Equipamentos	10	203	(43)	160	106
Aparelhos Comunicações	10	53	(27)	26	24
Instalações Industriais	10	5	(1)	4	1
Máq. Equip. Escritório	10	26	(21)	5	7
Direito Uso Telefone	-	25	-	25	25
Outros Imobilizados	10	23	(12)	11	14
Imobilizado em Andamento	-	27	-	27	26
Total do Imobilizado	**-**	**6.530**	**(2.885)**	**3.645**	**3.584**

11 - Diferido

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Taxas Anuais de Amortização %	Em R$ mil			
		Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Líquido em 31/DEZ/04	Líquido em 31/DEZ/03
Ágio Rentabilidade	10,42	32.395	(18.887)	13.508	16.885
Provisão para Ágio – Manutenção do Patrimônio	-	(13.508)	-	(13.508)	(16.885)
Pesquisas Cient. Tecnológica	33,33	39.380	(22.074)	17.306	18.118
Benf. Imóveis Terceiros	5	201	(91)	110	116
Total	**-**	**58.468**	**(41.052)**	**17.416**	**18.234**

Ágio Rentabilidade:

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática LTDA. adquiriu cotas do capital da Sociedade Positivo Informática Ltda., pelo valor total de R$ 38.590 mil. Nessa operação, foi gerado um ágio no valor de R$ 32.395 mil, com base na rentabilidade futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação.

O valor líquido de R$ 13.508 mil, em 31/DEZ/04, registrado no diferido da Companhia, refere-se ao Ágio sobre Rentabilidade Futura, e foi originado na incorporação da antiga controladora, Positivo Sistemas e Informática LTDA., em 03/JAN/00.

O valor do ágio estava sendo amortizado na proporção de 20% a.a., considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda. Conforme Deliberação de Diretoria em janeiro de 2003, este critério foi alterado em virtude dos resultados projetados não estarem se concretizando. Considerando os novos estudos, o saldo de Ágio do Ativo Diferido será amortizado integralmente até o término do exercício de 2008.

Gastos com Pesquisas Científicas e Tecnológicas:

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais para as áreas de Informática e Automação, previstos na Lei nº. 8.248, de 23/OUT/91, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº. 792, de 23/OUT/91, alterada pela Lei nº. 10.176, de 11/JAN/01, regulamentada pelo Decreto nº. 3.800, de 20/ABR/01, e alterada pela Lei nº. 11.077, de 30/DEZ/04.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, um percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei. Este percentual de investimento mínimo está sujeito a ajustes redutores que beneficiam toda a indústria, de acordo a regulamentação vigente.

Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes, e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

Os investimentos estão divididos em Projetos de Software, de Hardware e de Sistemas, que é a junção de Software e Hardware.

A amortização dos investimentos foi fixada em 3 anos para Projetos de Software, 3 anos para Projetos de Sistemas, e 5 anos para Projetos de Hardware.

12 – Fornecedores

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Fornecedores – Mercado Interno	16.134	7.404
Fornecedores – Mercado Externo	13.719	2.527
Direitos Autorais e Licenças de Uso a Pagar	7.766	2.212
Total	**37.619**	**12.143**

O valor devido a Fornecedores no Mercado Externo totaliza US$ 7.985 em 31/dez/04 (US$ 1.279, em 31/dez/03). Os valores devidos em moeda estrangeira foram atualizados com base na taxa de câmbio vigente na data de encerramento dos exercícios e a variação cambial, no valor total de R$ 940 mil em 2004 (R$ 474 mil, em 31/dez/03), foi considerada como despesa no Resultado.

Para o saldo de Fornecedores do Mercado Externo, em 31/dez/04, foram realizados pagamentos antecipados no montante de US$ 107 (US$ 245, em 31/dez/03). Foram adiantados, também, valores em moeda nacional, correspondentes a despesas com seguros, transportes e outras.

13 - Empréstimos e Financiamentos

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Taxa % a.m.	Modalidade	Em R$ mil	
			31/DEZ/04	31/DEZ/03
HSBC Bank	0,3%	Conta Garantida	2.784	1.926
Total			**2.784**	**1.926**

O valor do Empréstimo do HSBC Bank Brasil S.A. refere-se a um Crédito Rotativo que pode ser prorrogado automaticamente. Foi dado como garantia Nota Promissória e Aval dos Sócios.

14 – Provisões – Curto e Longo Prazo

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Provisão para Garantias e Assistência Técnica	7.421	5.542
Provisão para Comissões	2.557	620
Provisões Trabalhistas e Encargos	1.497	1.154
Provisão para VPC – Verba Propaganda Cooperada	231	-
Provisão para Fretes	697	-
Provisão para Devoluções	551	-
Curto prazo	**12.954**	**7.316**
Provisão para Garantias e Assistência Técnica	3.178	3.717
Longo prazo	**3.178**	**3.717**
Total	**16.132**	**11.033**

(a) Provisão para Garantias e Assistência Técnica

Esta provisão foi constituída com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre essas máquinas. Em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida sobre o parque em garantia na data-base.

(b) Provisão para Comissões

Estimou-se o valor desta provisão tomando-se por base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda de nossos diferentes produtos e serviços. Este percentual médio foi multiplicado sobre o saldo de contas a receber em cada data-base.

(c) Provisões Trabalhistas e Encargos

As Provisões Trabalhistas incluem as férias e 13º. Salários dos empregados e os respectivos encargos. Seus cálculos consideram os períodos aquisitivos integrais e parciais devidos, aplicados individualmente. A Legislação Fiscal prevê a dedutibilidade dessas provisões para cálculo dos Tributos Federais.

Incluem-se, também, nessas provisões, os valores devidos aos empregados, a título de participação nos lucros ou resultados, previstos em convenção coletiva.

(d) Provisão para VPC – Verba de Propaganda Cooperada

Os valores, provisionados como Verba de Propaganda Cooperada, foram calculados conforme contratos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelos clientes, na forma de bonificação ou descontos comerciais. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente.

15 - Impostos e Contribuições

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Cofins Diferido e a Recolher	4.893	388
PIS Diferido e a Recolher	1.075	2
IPI a Recolher	81	29
IRRF	67	52
Outros Impostos e Contribuições	153	107
	6.269	**578**

Com base nas vendas efetuadas a Órgãos Governamentais e não recebidas em 2004, a Companhia calculou Contribuição para o PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins no regime não Cumulativo. O valor apurado para o PIS Diferido foi de R$ 851 mil, e para Cofins Diferido o valor de R$ 3.920 mil, em 31/DEZ/04, conforme descrito no quadro abaixo:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Saldo de Vendas Órgãos Públicos	51.576	-
PIS Diferido	851	-
Cofins Diferido	3.920	-

O recolhimento de PIS e Cofins foram diferidos em linha com os recebimentos efetivos de vendas a Órgãos Públicos, conforme autorizado pela legislação vigente.

16 - Imposto de Renda e Contribuição Social – Corrente e Diferido

Nos exercícios de 2004 e 2003, a Companhia adotou o cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, com base em balanços de suspensão, aplicando as regras do regime de Tributação pelo Lucro Real, tendo sido deduzido do saldo de IRPJ e CSLL correntes e diferidos nos valores de R$ 2.466 mil (constituído R$ 2.808 mil, em 31/DEZ/03) e R$ 873 mil (constituído R$ 963 mil, em 31/DEZ/03), respectivamente, conforme descrito abaixo:

Exercício 2004

Descrição	Corrente	
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Contábil Antes do IRPJ / CSLL	**9.922**	**10.795**
Adições	**19.689**	**19.689**
Tributos / Contribuições com Exigibilidade Suspensa	255	255
Diferimento de Variação Cambial	1.727	1.727
Provisões Indedutíveis	9.528	9.528
Amortização de Pesquisas e Desenvolvimento	7.249	7.249
Outras Adições	930	930
Exclusões	**22.723**	**21.850**
Diferimento de Variação Cambial	2.039	2.039
Diferimento de Lucros nas Operações com Órgãos Públicos	9.997	9.997
Amortização de Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento	6.437	6.437
Reversão de Provisões Indedutíveis	3.377	3.377
Contribuição Social sobre Lucro Líquido Diferido	873	-
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	**12.956**	**12.956**

Descrição	Diferido	
	IRPJ	CSLL
Exclusões Temporárias	**27.615**	**27.615**
Diferimento de Lucros nas Operações com Órgãos Públicos	9.997	9.997
Diferimento de Variação Cambial	312	312
Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento	17.306	17.306
Adições Temporárias	**48.711**	**48.018**
Tributos / Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.001	255
Perda em aplicação Renda Variável	924	758
Provisões Indedutíveis	25.053	25.053
Saldo de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	21.733	21.952
Base de Cálculo para Tributos Diferidos	**21.096**	**20.403**
Total de IRPJ / CSLL Diferido	**5.274**	**1.836**
(-) Saldo de IRPJ / CSLL de 2003	**2.808**	**963**
Total de IRPJ / CSLL Diferido	**2.466**	**873**

Exercício 2003

Descrição	Corrente	
	IRPJ	CSLL
Prejuízo Contábil Antes do IRPJ / CSLL	**6.004**	**6.967**
Adições	**9.749**	**9.530**
Diferimento de Variação Cambial.	249	249
Tributos/Contribuições com Exigibilidade Suspensa	193	-
Provisões Indedutíveis	2.017	2.017
Diferimento de Lucros nas Operações com Órgãos Públicos	2.400	2.400
Perdas com Operações de Swap	2.867	2.867
Outras Adições	2.023	1.997
Exclusões	**12.521**	**11.558**
Diferimento de Variação Cambial	300	300
Amortização de Gastos com Pesquisa e Desenvolvimento	5.812	5.812
Outras exclusões	2.069	2.069
Reversão de Provisões Indedutíveis	3.377	3.377
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferido	963	-
Base de Cálculo	**8.776**	**8.995**
Compensação de Prejuízos Fiscais e Base Negativa da CSLL	-	-
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	**8.776**	**8.995**

Descrição	Diferido	
	IRPJ	CSLL
Exclusões Temporárias	**18.118**	**18.118**
Gastos com Pesquisas e Desenvolvimento	18.118	18.118
Adições Temporárias	**29.348**	**28.820**
Saldo de perdas em aplicação Renda Variável	923	923
Tributos / Contribuições com exigibilidade suspensa	747	-
Provisões Indedutíveis	18.902	18.902
Saldo de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa	8.776	8.995
Base de Cálculo para Tributos Diferidos	**11.230**	**10.702**
Total de IRPJ / CSLL Diferido	**2.808**	**963**
(-) Saldo de IRPJ / CSLL de 2002	-	-
IRPJ / CSLL – Diferido do Exercício	**2.808**	**963**

	IRPJ	CSLL
Total IRPJ / CSLL - Corrente + Diferido	**2.808**	**963**

Para os anos-calendário de 2003 e de 2004, houve a opção pela tributação com base no lucro real anual. Não foi constituída provisão de valores a pagar para o Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro, por ter havido Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social, respectivamente.

Tributos Diferidos

Dada a perspectiva de realização de lucro fiscal em exercícios posteriores, constituímos ativos de IRPJ e CSSL diferidos. A base de cálculo para estes ativos foram as adições líquidas exigidas pelo Fisco sobre o nosso lucro contábil em 2003 e 2004. Esses ativos foram classificados em nosso balanço como Tributos Diferidos de Curto ou Longo Prazo, tomando-se por base o prazo histórico de realização daquelas contas utilizadas como base de cálculo para sua constituição.

17 - Provisão para Contingências

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem Processos Tributários, Trabalhistas e Cíveis. A Companhia não possui ações consideradas como perda provável pelos Assessores Jurídicos.

Perda Possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos Assessores Jurídicos da Companhia, não foram provisionados contabilmente, por decisão da Administração, e são demonstrados conforme abaixo:

Tributárias

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
ISS	10.796	11.559
Cofins	417	-
ICMS	242	-
Outros	151	-
Total	**11.606**	**11.559**

Trabalhistas

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Empregado	10	91
Total	**10**	**91**

Cíveis

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Outros	-	47
Total	**-**	**47**

A principal obrigação é a seguinte:

ISS - Município de Curitiba-PR e Pinhais-PR

Refere-se ao ISS devido sobre receitas auferidas com prestação de serviços, durante os exercícios de 1998 a 2002, conforme autos de infração lavrados pelas Prefeituras Municipais de Curitiba e Pinhais, com valores aproximados de R$ 14.730 mil e R$ 659 mil, respectivamente.

A Companhia questiona os referidos autos de infração por meio de processo de impugnação de lançamento, e argumenta:

(a) impossibilidade de cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis (direitos autorais pelo desenvolvimento de sistemas e locação de equipamentos), por inconstitucionalidade;

(b) limitada lista de serviços incluídas na legislação específica do ISS, e a impossibilidade de enquadramento dos serviços por ela prestados, referente à manutenção de sistemas, disponibilização de infra-estrutura tecnológica e operacionalização dos sistemas de informações;

(c) falta de especificidade da base de cálculo e das alíquotas aplicadas para cobrança do imposto;

(d) decadência do lançamento dos valores exigidos, relativos ao exercício de 1998;

(e) a existência da filial no Município de Pinhais, criada somente para atendimento a um contrato específico, já encerrado pela Companhia e repassado para outra empresa.

18 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social no montante de R$ 23.091 mil, em 31/DEZ/04 (R$ 20.122 mil em 31/DEZ/03), está totalmente subscrito e integralizado, no valor de R$ 1,00 cada quota, distribuído igualitariamente entre os Sócios, pessoas físicas, domiciliadas no país, conforme abaixo:

Descrição	Em R$ mil		% Participação
	31/DEZ/04	31/DEZ/03	
Oriovisto Guimarães	4.618	4.025	20%
Cixares Líbero Vargas	4.618	4.024	20%
Samuel Ramos Lago	4.618	4.024	20%
Ruben Tadeu Caninck Formighieri	4.618	4.024	20%
Hélio Bruck Rotenberg	4.619	4.025	20%
Total	**23.091**	**20.122**	**100%**

Em 17/JUN/03, retirou-se da Sociedade o Sócio Renato Ribas Vaz, transferindo suas quotas para os demais Sócios. Também em 2003, por meio da 35ª. Alteração Contratual, houve o aumento de capital para R$ 20.122 mil com utilização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

b) Reservas de Capital

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Reserva de Incentivos Fiscais	172	172
Reserva de Subvenções para Investimentos	20.051	15.361
Total	**20.223**	**15.533**

Reserva de Subvenções para Investimento

Os valores registrados nessa conta, referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com a Lei Estadual nº. 13.214/01, que concedeu crédito presumido em operações interestaduais e reduziu a base de cálculo em operações internas de alguns produtos de informática; e o do Decreto Estadual nº. 5.375/02, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para outros produtos comercializados pela Companhia.

A contabilização desses valores foi efetuada em contrapartida à conta de ICMS a Recuperar, no Ativo Circulante.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

O saldo apresentado no Patrimônio Líquido de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital está distribuído da seguinte forma:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Oriovisto Guimarães	2.375	4.156
Cixares Libero Vargas	2.375	4.156
Samuel Ramos Lago	2.375	4.156
Ruben Tadeu CCaninck Formighieri	2.374	4.156
Hélio Bruck Rotemberg	2.374	4.155
Total	**11.873**	**20.779**

d) Capital Autorizado

Com base na Ata da Reunião de Sócios, realizada em 17/AGO/06, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembléia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do Capital Autorizado da Companhia de 4.500 mi de novas ações ordinárias.

e) Ajustes de Exercícios Anteriores

O montante de R$ 12.853 mil foi contabilizado no exercício de 2003 em Ajuste de Exercício Anterior, refere-se a:

Descrição	Em R$ mil
Provisão para Garantia de Assistência Técnica	7.861
Amortização de Pesquisa e Desenvolvimento no Diferido	(12.306)
Estorno de Juros Contabilizados a Maior em Mútuos – 2000	(2.190)
Estorno de Juros Contabilizados a Maior em Mútuos – 2001	(369)
Estorno de Juros Contabilizados a Maior em Mútuos – 2002	(405)
Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio – Ágio	20.262
Total	**12.853**

f) Absorção de Prejuízos

A Companhia não apurou lucro no exercício de 2003 e 2004, e não possuindo mais saldo acumulado de lucros de exercícios anteriores, utilizou o saldo existente nas reservas de lucros no exercício de 2004, para absorção dos prejuízos acumulados, conforme prevê o art. 189, parágrafo único, da Legislação Societária vigente e o art. 545, do RIR – Regulamento do Imposto de Renda.

g) Incorporação da Positivo Franquias LTDA

Conforme Ata da Trigésima Quinta Alteração Contratual, foi aprovada a incorporação da Positivo Franquias LTDA., de acordo com o Protocolo de Justificativa de Incorporação de 20/JUN/03, e Laudo de Avaliação de 30/JUN/03.

19 – Outras Receitas (despesas) Operacionais Líquidas

O saldo dessa conta está composto por:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Direitos Autorais	6.150	5.941
Recuperações de Despesas	93	399
Vendas Sucatas e Eventuais	29	24
Tributos / Contribuições Sobre Outras Receitas	(779)	(417)
Multas Dedutíveis	(213)	-
Contribuições e Doações	(137)	-
Receitas de Sinistros	139	5
Total	**5.282**	**5.952**

Direitos Autorais

Na qualidade de proprietária dos direitos patrimoniais de autor, incidente sobre o Programa de Computador denominado Livro Didático, a Companhia cedeu à Gráfica e Editora Posigraf S.A. esses direitos patrimonias. O programa de computador é prensado em suporte físico – CD, por solicitação e sob a responsabilidade da Posigraf, em quantidade definida por esta.

Conforme contrato, pela cessão desses direitos, a Companhia recebe remuneração específica por CD comercializado, por valores compatíveis e aplicáveis ao mercado.

20 - Instrumentos Financeiros

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM nº. 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares.

Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras

Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido ao vencimento a curto prazo destes instrumentos financeiros.

Contratos de Mútuo

Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido às taxas de juros serem equivalentes às de mercado, incidentes sobre estes instrumentos financeiros.

Contas a Receber e Contas a Pagar

Os montantes, divulgados no balanço patrimonial em Contas a Receber e Contas a Pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto prazo e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida do contas a receber;

Outras Contas

Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e valores de mercado em 31/DEZ/04;

Empréstimos e Financiamentos

Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido às taxas de juros serem equivalentes às de mercado para cada tipo de linha de crédito, incidentes sobre estes instrumentos financeiros.

Exposição Cambial

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. As operações de swap possuem a finalidade de proteção para as oscilações das taxas de câmbio. O efeito financeiro destas operações, no montante de R$ 2.063 mil está reconhecido como despesa financeira no resultado do exercício de 2004. (R$ 758 mil, em 31/DEZ/03).

21 - Cobertura de Seguros

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/DEZ/04, a cobertura de seguros era de R$ 10.000 mil, considerando seu Ativo Imobilizado e Estoques.

Foram contratados, também, seguros contra roubos e furtos de cargas, por valores satisfatórios, baseados no histórico de perdas e ressarcimentos com esse tipo de sinistro.

22- Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Companhia, com o objetivo de propiciar o aprimoramento das informações aos usuários das Demonstrações Contábeis, está apresentando, de forma voluntária, como informação suplementar, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa que foram preparadas de acordo com a NPC 20, emitida pelo IBRACON, e compõe-se da seguinte forma:

Descrição	Em R$ mil	
	31/DEZ/04	31/DEZ/03
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(7.456)	(3.196)
Ajuste de Exercício Anterior	-	(12.853)
Subvenção para Investimentos	23.521	8.094
Reconciliação do Lucro (Prejuízo) Líquido com o Caixa Líquido obtido das (aplicado nas) atividades operacionais:	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Líquidos	(3.339)	(3.771)
Depreciação e Amortização	8.390	1.127
Valor Residual de Bens do Ativo Imobilizado Baixado	670	327
Valor Residual Baixado do Diferido	-	1.981
Amortização do Ágio	3.377	3.377
Lucro (Prejuízo) do Exercício Ajustado	25.163	(4.914)
(Aumento) Diminuição de Ativos:		
Contas a Receber	(37.394)	22.789
Estoques	(18.653)	(700)
Impostos a Recuperar	(9.115)	(414)
Outros Ativos	(125)	117
Aumento (Diminuição) de Passivos:		
Fornecedores	25.476	(9.975)
Contas a Pagar e Provisões	6.130	10.120
Obrigações Tributárias	5.691	(403)
Caixa Líquido obtido das (aplicado nas) Atividades Operacionais	(2.827)	16.620
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Pagamentos pela Aquisição de Imobilizado	(1.456)	(1.062)
Const. / Revers. Provisão Manutenção do Patrimônio - Ágio	(3.377)	6.885
Aplicações no Diferido	(6.847)	(18.118)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(11.680)	(2.295)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Incorporação de Empresas	-	322
Inversão de AFAC	(5.937)	(5.937)
Mútuos com Pessoas Ligadas	24.156	(1.131)
Pagamento de Lucros, Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(645)	-
Empréstimos tomados/captados, Líquido	858	(7.146)
Caixa Líquido obtido das (aplicado nas) Atividades de Financiamento	18.432	(13.892)
Aumento no Caixa e Equivalentes no Exercício	3.925	433

Caixa e Equivalentes no Início do Exercício	1.322	889
Caixa e Equivalentes no Final do Exercício	5.247	1.322
Informações Complementares:	5.247	1.322

Hélio Bruck Rottenberg — DIRETOR
Lucas Raduy Guimarães — DIRETOR FINANCEIRO e R.I.
Antonio C. F. da Silva Junior — CONTADOR CRC/PR 052836/P-4

Positivo Informática S.A.

Demonstrações financeiras relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005 e respectivo Parecer de Auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Pasteur, 463
5º andar - Batel
80250-080 - Curitiba - PR
Brasil

Tel.: +55 (41) 3312-1400
Fax: +55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Administradores e Acionistas do
Positivo Informática S.A.
Curitiba - PR

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Positivo Informática S.A. ("Companhia"), levantados em 30 de junho de 2006 e em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre e exercício findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, conforme requerido pela práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Em nossa opinião, exceto pela falta de comparabilidade mencionada no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Informática S.A. em 30 de junho de 2006 e em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao semestre e exercício findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. As informações suplementares às demonstrações financeiras, referentes à demonstração dos fluxos de caixa da Positivo Informática S.A. para o semestre findo em 30 de junho de 2006 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós examinadas, de acordo com os procedimentos de auditoria mencionados no parágrafo 2, e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

6. As demonstrações financeiras levantadas em 30 de junho de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como a demonstração do fluxo de caixa, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós revisadas. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia. Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação que deva ser feita nas demonstrações financeiras mencionadas nesse parágrafo para que estas estejam de acordo com as prática contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 28 de setembro de 2006.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º SP-011.609/O-8 F-PR

Cosme dos Santos
Sócio
CRC n.º RJ-078160/O-8 T-PR

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Pasteur, 463
5° andar - Batel
80250-080 - Curitiba - PR
Brasil

Tel.: +55 (41) 3312-1400
Fax: +55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos
Acionistas e Administradores da
Positivo Informática S.A.
Curitiba – PR

1. Efetuamos uma revisão especial do balanço patrimonial da Positivo Informática S.A., levantado em 30 de junho de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão para os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.

3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deve ser feita nas Demonstrações Financeiras acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As informações suplementares às demonstrações financeiras, referentes à demonstração dos fluxos de caixa da Positivo Informática S.A. para o semestre findo em 30 de junho de 2005, são apresentados com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações financeiras básicas. Essas informações foram por nós revisadas, de acordo com os procedimentos de revisão mencionados no parágrafo 2, e não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 28 de setembro de 2006.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-SP 011.609/O-8 F-PR

Cosme dos Santos
Sócio
CRC RJ – 078.160/O-8 T-PR

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

ATIVO	30/06/06 R$ mil	31/12/05 R$ mil	30/06/05 R$ mil (Não auditado)
CIRCULANTE			
Disponibilidades	8.240	5.248	6.108
Contas a receber	190.508	144.871	79.340
Estoques	83.830	59.225	46.062
Impostos a recuperar	32.571	19.458	18.240
Adiantamentos a fornecedores	3.838	3.204	664
Outros créditos	1.247	1.108	1.073
Total do circulante	320.234	233.114	151.487
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Partes relacionadas	-	11.186	1.892
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.669	2.755	9.368
Outros créditos	283	275	263
Total do realizável a longo prazo	6.952	14.216	11.523
PERMANENTE			
Investimentos	199	199	199
Imobilizado líquido	6.492	6.113	4.189
Diferido líquido	18.329	18.882	17.363
Total do permanente	25.020	25.194	21.751
TOTAL DO ATIVO	352.206	272.524	184.761

PASSIVO	30/06/06 R$ mil	31/12/05 R$ mil	30/06/05 R$ mil (Não auditado)
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	25.609	24.833	9.163
Fornecedores	90.107	72.314	40.958
Salários e encargos a pagar	7.752	3.465	3.769
Provisões	21.227	18.816	14.469
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.433	296	392
Impostos e contribuições	3.904	4.185	8.856
Dividendos a pagar	8	8	-
Adiantamento de clientes	521	1.049	26
Outras contas a pagar	850	450	269
Total do circulante	158.411	125.416	77.902
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos	-	8.278	22.290
Partes relacionadas	-	-	69
Provisão para contingências	1.258	1.258	5
Provisão para garantias	3.062	3.578	2.955
Total do exigível a longo prazo	4.320	13.114	25.319
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	86.937	81.000	23.091
Reservas de capital	94.243	38.925	49.963
Lucros (prejuízos) acumulados	5.321	5.158	(3.387)
Total do patrimônio líquido	186.501	125.083	69.667
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.974	8.911	11.873
Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	189.475	133.994	81.540
TOTAL DO PASSIVO	352.206	272.524	184.761

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM
30 DE JUNHO DE 2006 E DE 2005 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Semestre 30/06/06 R$ mil	Semestre 30/06/05 R$ mil (Não auditado)	Exercício 31/12/05 R$ mil
RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Venda de produtos	400.325	212.617	541.782
Revenda de mercadorias	153.732	52.452	163.388
Prestação de serviços	12.058	15.199	26.551
	566.115	280.268	731.721
DEDUÇÕES SOBRE VENDAS			
Devoluções e descontos comerciais	(19.586)	(11.200)	(37.994)
Impostos e contribuições	(121.015)	(62.713)	(153.675)
	(140.601)	(73.913)	(191.669)
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	425.514	206.355	540.052
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(361.906)	(179.105)	(448.229)
LUCRO BRUTO	63.608	27.250	91.823
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Com vendas	(33.099)	(17.912)	(45.688)
Gerais e administrativas	(12.875)	(8.840)	(23.214)
Remuneração dos administradores	(84)	(83)	(166)
Receitas financeiras	10.716	4.147	7.555
Despesas financeiras	(12.466)	(4.783)	(13.835)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.413	2.533	5.007
	(45.395)	(24.938)	(70.341)
LUCRO OPERACIONAL	18.213	2.312	21.482
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	4	86	86
LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	18.217	2.398	21.568
Provisão para imposto de renda	(7.366)	(252)	(177)
Provisão para contribuição social	(2.721)	(140)	(119)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.914	2.258	(4.355)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	12.044	4.264	16.917
LUCRO POR AÇÃO - R$	0,13854	0,18466	0,20885

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES
FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E DE 2005 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

		Reservas de capital			
	Capital social	Reservas de subvenção para investimentos	Reservas de incentivos fiscais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	R$ mil	R$ mil	R$ mil	R$ mil	R$ mil
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2005	23.091	20.050	173	(5.264)	38.050
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(389)	(389)
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	(1.998)	(1.998)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	4.264	4.264
Subvenção para investimentos	-	29.740	-	-	29.740
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 (NÃO AUDITADOS)	23.091	49.790	173	(3.387)	69.667
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2005	23.091	20.050	173	(5.264)	38.050
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	(389)	(389)
Aumento de capital com AFAC	2.962	-	-	-	2.962
Aumento de capital com reserva de subvenção para investimentos	54.947	(54.947)	-	-	-
Subvenção para investimentos	-	74.036	-	-	74.036
Absorção de prejuízo	-	(387)	-	387	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.917	16.917
Distribuição de lucros	-	-	-	(6.493)	(6.493)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	81.000	38.752	173	5.158	125.083
Aumento de capital com AFAC	5.937	-	-	-	5.937
Distribuição de lucros acumulados	-	-	-	(9.061)	(9.061)
Subvenção para investimentos	-	55.318	-	-	55.318
Distribuição antecipada de lucros	-	-	-	(2.820)	(2.820)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	12.044	12.044
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006	86.937	94.070	173	5.321	186.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2006 E 2005 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005

	Semestre 30/06/06 R$ mil	Semestre 30/06/05 R$ mil (Não auditado)	Exercício 31/12/05 R$ mil
ORIGENS DE RECURSOS			
RECURSOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES:			
Das operações			
Lucro líquido do semestre/exercício	12.044	4.264	16.917
Itens que não afetam o capital circulante líquido			
Depreciação	422	401	853
Amortização	3.567	4.070	7.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.914)	(2.258)	4.355
Resultado na alienação de ativo permanente	2.883	328	608
Provisão contingências trabalhistas e civis	-	5	1.258
Subvenção para investimentos	55.318	29.740	74.036
Total oriundo das operações	70.320	36.550	105.593
Ajuste de exercício anterior	-	(389)	(389)
De terceiros			
Redução de mútuos com pessoas ligadas	11.186	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	22.290	22.290
	11.186	22.290	22.290
TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS	81.506	58.451	127.494
APLICAÇÕES DE RECURSOS			
Aumento do realizável a longo prazo	8	1.904	11.210
Imobilizado	3.684	1.273	3.929
Diferido	3.014	4.017	9.032
Redução do exigível a longo prazo	516	27.326	26.772
Transferência do exigível a longo prazo para o curto prazo	8.278	-	14.012
Distribuição de dividendos	11.881	1.998	6.493
TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS	27.381	36.518	71.448
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	54.125	21.933	56.046
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADO POR:			
Ativo circulante			
No fim do semestre/exercício	320.234	151.487	233.114
No início do semestre/exercício	233.114	113.100	113.100
	87.120	38.387	120.014
Passivo circulante			
No fim do semestre/exercício	158.411	77.902	125.416
No início do semestre/exercício	125.416	61.448	61.448
	32.995	16.454	63.968
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	54.125	21.933	56.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui atualmente um parque tecnológico de cinco unidades distribuídas no Município de Curitiba - PR.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para a inclusão no "Prospecto de Abertura de Capital" e registro da companhia como empresa de capital aberto.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, acompanhadas do parecer dos auditores, estão sendo apresentadas em separado no referido prospecto e foram utilizadas para fins de comparabilidade e consistência na aplicação das práticas contábeis.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base a Lei das Sociedades por Ações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As seguintes principais práticas contábeis foram observadas na elaboração das demonstrações financeiras:

Disponibilidades: compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata remunerada pelo Certificado de Depósito Interbancário, conforme descrito na nota explicativa n° 4.

Contas a receber de clientes: são registradas pelo valor faturado e não tem incidência de juros por serem de curto prazo. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a administração da Companhia possui e seu montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber.

Estoques: são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sendo inferiores ao custo de reposição e ao valor líquido de realização. Os estoques importados, em trânsito, são reconhecidos a partir da data de saída dos produtos do fornecedor.

Transações com partes relacionadas (saldos ativos, passivos e de resultado): referem-se a operações de mútuos que incorporam encargos financeiros e transações comerciais, conforme descrito na nota explicativa n° 8.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: são provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro para fins fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, com base nas alíquotas vigentes na data de sua constituição, conforme demonstrado na nota explicativa n° 15.

Investimentos: os investimentos são avaliados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao valor de realização.

Imobilizado: está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa n° 9.

Diferido: refere-se aos gastos em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, os quais vêm sendo amortizados pelo método linear em 3 anos. Também está registrado nesta rubrica o valor de ágio sobre investimento, originado da incorporação de companhia controladora, para o qual foi constituído provisão integral do saldo não amortizado conforme demonstrado na nota explicativa n° 10.

Ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira ou sujeitos a atualização monetária: são convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e/ou pelos índices oficiais de atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos: são registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa n° 12.

Uso de estimativas: a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e diferido, provisão para devedores duvidosos, obsolescência dos estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para garantias e assistências técnicas e provisões para verbas de propagandas cooperadas, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Apuração do resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

Reconhecimento das Receitas

- Produtos e Mercadorias para revenda: são reconhecidas no momento da transferência dos benefícios significativos da transação assim como da propriedade dos referidos bens.

- Prestação de Serviços: referem-se principalmente às receitas com assistência técnica e capacitação de professores para acesso ao Portal Educacional e são reconhecidas mensalmente, quando da prestação dos respectivos serviços. Outros serviços incluem: locação de softwares e sistemas diversos, e suporte técnico.

Reconhecimento dos Custos e Despesas

- Custos dos Produtos e Mercadorias: compreendem os custos com aquisição de direitos autorais e licenças de uso, matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de montagem dos produtos, gastos gerais de fabricação como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

- Custos dos Serviços: compreendem os custos com aquisição de matérias-primas para assistência técnica, mão-de-obra direta e indireta de assistência técnica, capacitação de profissionais e serviços de terceiros.

Lucro por ação: Calculado com base nas ações em circulação nas datas dos balanços.

4. DISPONIBILIDADES

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Caixa	3	1.215	441
Bancos	5.432	4.033	5.667
Aplicações Financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI	2.805	-	-
	8.240	5.248	6.108

5. CONTAS A RECEBER

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
A vencer	154.975	137.630	77.800
Vencidos há 30 dias	22.133	7.394	1.095
Vencidos de 31 a 60 dias	8.266	178	206
Vencidos de 61 a 90 dias	4.355	36	117
Vencidos de 91 a 180 dias	1.579	83	137
Vencidos há mais de 180 dias	381	323	337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.181)	(773)	(352)
Total de contas a receber de clientes	190.508	144.871	79.340

a) Critério para estimativa de provisão para devedores duvidosos – devido a concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 90% do montante a receber em 30 de junho de 2006; 80% em 31 de dezembro de 2005 e 38% em 30 de junho de 2005), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas com créditos em atraso.

b) Parte do contas a receber, no montante de R$ 22.378, compõem a carteira de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FDIC, no qual a Companhia participa como quotista, sendo que sua participação é equivalente a 58% da carteira de crédito cedida. O outro quotista é parte relacionada cuja participação é de 42%. Os recursos do fundo oriundo do resgate das duplicatas são mantidos em contas vinculadas aos quotistas e transferidos para os referidos quotistas para quitação de suas obrigações com fornecedores. Devido às características desse fundo, onde a Companhia cede os créditos e ao mesmo tempo é o seu quotista, foi reclassificada a aplicação nesse fundo para o contas a receber correspondente às duplicatas a receber cedidas pela Companhia, que compunham a carteira do FDIC em 30 de junho de 2006. Da mesma forma os recursos disponíveis no FDIC

registrados em conta vinculada à Companhia, no montante de R$ 2.805 foram reclassificados para Aplicações Financeiras.

6. ESTOQUES

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Matéria prima	37.999	34.462	29.639
Mercadorias para revenda	11.110	9.837	8.838
Produtos acabados	7.919	3.349	3.154
Produtos em elaboração	200	2.210	1.571
Licenças de uso	2.195	2.350	1.116
Importação em andamento	24.027	6.854	1.701
Outros estoques	380	163	43
	83.830	59.225	46.062

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
ICMS	8.823	7.049	6.134
IPI	7.533	3.786	4.749
ISS	306	261	269
IRRF	83	15	20
PIS	158	25	24
Cofins	974	368	345
Contribuição social	4.421	2.669	2.003
Imposto de renda pessoa jurídica	9.649	4.870	3.666
Impostos a recuperar sobre importação	34	-	750
Outros impostos a recuperar	590	415	280
	32.571	19.458	18.240

ICMS

O crédito acumulado de ICMS deve-se essencialmente à utilização de dois benefícios fiscais em suas operações: o da Lei Estadual nº. 13.214/01, que concedeu crédito presumido em operações interestaduais e reduziu a base de cálculo em operações internas de alguns produtos de informática; e o do Decreto Estadual nº. 5.375/02, este confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para outros produtos comercializados pela Companhia. Esses créditos, não estão sujeitos à prescrição, podendo ser utilizados a qualquer tempo e registrado como subvenção para investimentos no patrimônio líquido, tendo sido o saldo acumulado utilizado na sua totalidade durante os meses de novembro de 2005 a janeiro de 2006. O saldo atual foi formado desse período até 30 de junho de 2006. A forma atual de compensação tem sido com os débitos normais

na venda de produtos durante o período que a Companhia fica aguardando a renovação do referido benefício fiscal. Adicionalmente, a Administração tem planos de lançar no futuro novos produtos que terão redução de alíquota, porém menor que os produtos atualmente comercializados pela Companhia, aumentando desta forma os débitos de ICMS e, como conseqüência, sua compensação com esses créditos acumulados.

Como contrapartida, para a manutenção desse benefício, a referida lei estabelece que 20% dos investimentos mínimos em pesquisa e desenvolvimento exigidos pela Lei 8.248/91 sejam realizadas no Estado do Paraná. A Companhia vem cumprindo essa obrigação e anualmente deve solicitar a renovação desse benefício.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº. 8.248/91, que concede a isenção do IPI, o qual foi posteriormente convertido em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados, importados ou de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014;

- redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

- redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto.

Para usufruir o referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/91. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento. A Companhia está em dia com essas informações.

Tanto para o benefício de redução de alíquota do ICMS como para o IPI, as legislações que os regulamentaram fazem menção a classificação fiscal específica de acordo com a tabela do IPI-TIPI, que deve ser utilizada na emissão da nota fiscal. No período de 2001 a 2005, para o IPI, e a partir de junho de 2005, para o ICMS, a classificação fiscal utilizada na emissão da nota fiscal foi diferente daquela prevista nas referidas legislações. A Administração amparada na opinião de seus assessores legais e em laudo técnico emitido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, entende que apesar do uso de classificação fiscal diferente, os produtos pelas suas características podem ser classificados tanto nos códigos utilizados nas notas fiscais como naqueles previstos nas referidas legislações. Com isso a Administração entende que existe boa sustentação jurídica para defesa em caso de eventual fiscalização pelo fisco e na esfera judicial.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Ativo:			
Circulante - Contas a receber:			
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	24	264	6
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	5	7	7
Positivo Indústria Eletrônica Ltda.	2	-	-
Editora Positivo Ltda.	5	3	5
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	12	97	22
	48	371	40
Realizável a longo prazo			
Mútuos:			
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	-	9.727	497
Positivo Indústria Eletrônica Ltda.	-	1.459	1.395
	-	11.186	1.892
Passivo:			
Circulante – Fornecedores:			
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	69	2	1
Editora Positivo Ltda.	3	18	1
	72	20	2
Exigível a longo prazo			
Conta corrente acionistas:			
Oriovisto Guimarães	-	-	13
Cixares Líbero Vargas	-	-	14
Samuel Ramos lago	-	-	14
Ruben T.C. Formighieri	-	-	14
Hélio B. Rotemberg	-	-	14
	-	-	69
Adiantamento para futuro aumento de capital:			
Oriovisto Guimarães	595	1.782	2.375
Cixares Líbero Vargas	595	1.782	2.375
Samuel Ramos lago	595	1.782	2.375
Ruben T.C. Formighieri	595	1.782	2.374
Hélio B. Rotemberg	594	1.783	2.374
	2.974	8.911	11.873
Resultado:			

Vendas			
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	58	108	52
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	30	24	17
Positivo Indústria e Eletrônica Ltda.	1	-	-
Editora Positivo Ltda.	23	99	6
Gráfica e Editora Posigraf S.A. – Direitos autorais	3.584	4.266	1.917
	3.696	4.497	1.992
Compras -			
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	252	667	350
Editora Positivo Ltda.	18	21	1
	270	688	351
Receitas (despesas) Financeiras –			
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	-	(965)	-
Positivo Indústria Eletrônica Ltda.	471	-	-
	471	(965)	-

Mútuos:

Durante os períodos reportados as operações de mútuo entre partes relacionadas eram decorrentes de política de gestão de caixa único entre as empresas do Grupo Positivo buscando o uso racional dos recursos disponíveis gerados por essas empresas. Os recursos eram transferidos de uma empresa para outra de acordo com a necessidade de caixa de cada parte relacionada. Tais operações estão suportadas por contratos e são ajustadas diariamente pela taxa do CDI, compatível com as pactuadas pela Companhia em suas captações junto à instituições financeiras.

Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na internet denominado "Portal Positivo" aos clientes indicados pela Gráfica e Editora Positivo S.A. (Posigraf), bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibilizará o acesso ao "Portal Positivo" a todas as instituições conveniadas pela Posigraf ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE.

Na qualidade de proprietária dos direitos patrimoniais de autor, incidente sobre o Programa de Computador denominado Livro Didático, a Companhia cede à Posigraf esses direitos patrimoniais. O programa de computador é prensado em suporte físico – CD, por solicitação e sob a responsabilidade da Posigraf, em quantidade a ser definida por esta.

Conforme contrato, pela cessão desses direitos, a Companhia recebe remuneração específica por unidade de CD comercializado.

Custo pelo uso de funcionários de parte relacionada

No período de julho de 2005 a maio de 2006, a Companhia utilizou funcionários da Positivo Indústria Eletrônica Ltda. na sua linha de produção. O custo pago pela Companhia pelo uso desses funcionários foi de R$ 4.976 no semestre findo em 30 de junho de 2006 e de R$ 1.660 no exercício de 2005, registrado no custo dos produtos vendidos. A partir de maio de 2006 esses funcionários foram transferidos para a Companhia.

Aluguel

Em 30 de junho de 2006, a Companhia vendeu para a Positivo Indústria Eletrônica Ltda., o prédio onde está instalada a sua fábrica. Conforme nota n° 9, a partir de julho a Companhia passou a pagar à referida parte relacionada aluguel pelo uso desse prédio, no valor mensal de R$ 159, sendo a primeira parcela devida em outubro de 2006. Não houve ganho na venda desse prédio.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Custo Corrigido R$	Depreciação Acumulada R$	Líquido em 30/06/06 R$	Líquido em 31/12/05 R$	Líquido em 30/06/05 R$ (não auditado)
Terrenos	-	103	-	103	1.600	394
Equipamentos de locação	10	2.017	(1.521)	496	581	473
Hardware	20	2.073	(955)	1.118	887	801
Edificações	4	-	-	-	1.283	1.298
Móveis e utensílios	10	1.639	(460)	1.179	840	599
Software	20	694	(508)	186	210	235
Máquinas e equipamentos	10	1.136	(126)	1.010	545	235
Aparelhos comunicações	10	126	(43)	83	85	84
Instalações industriais	10	106	(5)	101	27	4
Máq. equip. escritório	10	26	(23)	3	3	4
Direito uso telefone	-	25	-	25	25	25
Licença de uso – Oracle	-	2.153	-	2.153	-	-
Outros imobilizados	10	24	(15)	9	-	11
Imobilizado em andamento	-	26	-	26	27	26
		10.148	(3.656)	6.492	6.113	4.189

O prédio onde está instalada a fábrica da Companhia pertence a Positivo Indústria Eletrônica Ltda.. Em 30 de junho de 2006, foi firmado contrato de locação entre as partes, pelo prazo de cinco anos, com término previsto para 29 de junho de 2011, podendo ser renovado automaticamente, por igual período. O valor do aluguel, ajustado entre as partes, é de R$ 159 mensais, e será reajustado anualmente pelo índice geral de preços ao consumidor – IGPM.. O contrato tem carência de 90 dias, entrando em vigor a partir de 1° de Outubro de 2006, quando serão devidos os alugueres. O valor ajustado entre as partes foi definido através de pesquisa de mercado com empresas do segmento imobiliário que atuam na região.

10. DIFERIDO

	Taxas anuais de amortização %	Custo R$	Amortização Acumulada R$	Líquido em 30/06/06 R$	Líquido em 31/12/05 R$	Líquido em 30/06/05 R$ (não auditado)
Ágio	10,42	32.395	(23.953)	8.442	10.131	11.819
Ágio – Provisão		(8.442)		(8.442)	(10.131)	(11.819)
Pesquisas Cient. Tecnológica e elaboração de conteúdo educacional	33,33	51.624	(33.377)	18.247	18.791	17.262
Outros	33,33	201	(120)	82	91	101
		75.778	(57.252)	18.329	18.882	17.363

Ágio e provisão:

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática Ltda., adquiriu cotas do capital da Positivo Informática Ltda., pelo valor total de R$ 38.590, passando a ser o sócio controlador da Companhia. Nessa operação foi gerado um ágio no valor de R$ 32.395, com base na rentabilidade futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação. Posteriormente, em 3 de janeiro de 2000, a Companhia incorporou a Positivo Sistemas e Informática Ltda., registrando esse ágio no ativo diferido cujo saldo em 30 de junho de 2006 é de R$ 8.442. Para este saldo existe provisão no mesmo montante, constituída no exercício de 2003, em contrapartida ao patrimônio líquido, para anular o aumento do patrimônio causado pelo registro do ágio gerado dentro do próprio grupo econômico, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

O valor do ágio e de sua respectiva provisão estão sendo amortizados pelo prazo de 11 anos, finalizando em 2008, considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda.

Gastos com Pesquisas Científicas e Tecnológicas e Conteúdo Educacional Multimídia:

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei 8.248 de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto 792 de 23 de outubro de 1991. A referida lei foi alterada pela Lei 10.176 de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800 de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei 11.077 de 30 de dezembro de 2004.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei.

Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

Os investimentos estão divididos em Projetos de Software, Projetos de Hardware, e Projetos de Sistemas, que é a junção de Software e Hardware e sua amortização foi fixada em 3 anos com base no histórico de vida útil desses projetos, como seguem:

	Custo Corrigido R$	Amortização Acumulada R$	Líquido em 30/06/06 R$	Líquido em 31/12/05 R$	Líquido em 30/06/05 R$
Internet na Educação	14.393	(10.956)	3.437	4.699	4.649
CD ROM Positivo	12.701	(11.412)	1.289	2.043	2.021
Mesas Educacionais	2.032	(826)	1.206	1.405	1.205
Módulos de Software	14.136	(6.477)	7.659	5.256	5.202
Ambientes Distribuídos – DETRAN	5.626	(1.880)	3.746	3.588	3.066
Novos produtos de Hardware	2.736	(1.826)	910	1.800	1.119
	51.624	(33.377)	18.247	18.791	17.262

11. FORNECEDORES

	30/06/06	31/12/05	30/06/05
	R$	R$	R$ (não auditado)
Fornecedores – mercado interno	33.101	35.313	22.939
Fornecedores – mercado externo	47.533	24.813	14.440
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	9.473	12.188	3.579
	90.107	72.314	40.958

O valor devido a fornecedores no mercado externo totaliza US$ 21.464 em 30 de junho de 2006 (US$ 12.718 em 31 de dezembro de 2005 e US$ 9.004 em 30 de junho de 2005). Os valores devidos em moeda estrangeira foram atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e a variação cambial, no valor total de R$ 2.348 para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006 (R$ 2.218 em 31 de dezembro de 2005 e R$ 2.671 em 30 de junho de 2005), foi registrada no resultado do período na rubrica receita financeira.

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente, sendo os referidos direitos denominados *royalties* neste documento. Os valores devidos são apurados com base no número de selos de licença adquiridos da Microsoft, que são agregados ao produto final para venda através da instalação do software no hardware vendido e seu preço varia de acordo com recursos agregados a esse produto final. Em 30 de junho o montante devido é de US$ 4.377 (US$ 5.207 em 31 de dezembro de 2005 e US$ 1.523 em 30 de junho de 2005).

Sobre os valores pagos a Microsoft pelo direito de uso de software, a Companhia vem recolhendo IRRF à alíquota de 15%, entendendo, amparada na opinião de seus assessores legais e parecer de orientação da ABES - Associação Brasileira de Empresas de Software, que nenhum outro tributo seja devido, tal como a CIDE - Contribuição de Intervenção de Domínio Eletrônico.

Para o saldo de fornecedores do mercado externo em 30 de junho de 2006, foram realizados pagamentos antecipados no montante de US$ 833 classificados como adiantamento a fornecedores no ativo circulante (US$ 766 em 31 de dezembro de 2005 e US$ 40 em 30 de junho de 2005). Foram adiantados também, valores em moeda nacional, correspondentes a despesas com seguros, transportes e outras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CURTO E LONGO PRAZO

Os financiamentos foram atualizados a taxas constantes nos respectivos contratos e possuem as seguintes características e valores:

	Taxas %	Modalidade	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Curto Prazo					
BNDES Progeren	TJLP+3,5% a.a	Capital de Giro	25.609	24.833	9.163
			25.609	24.833	9.163
Longo prazo					
BNDES Progeren	TJLP+3,5% a.a	Capital de Giro	-	8.278	22.290
			-	8.278	22.290
Total curto e longo prazo			25.609	33.111	31.453

O financiamento junto ao BNDES, obtido por meio do PROGEREN – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, teve sua liberação em 28 de março de 2005, no valor principal de R$ 30.052, com taxa de juros fixos de TJLP+3,5% a.a., com amortização no dia 15 de cada mês, com início de amortização em abril de 2006, distribuídos em parcelas mensais, cujo vencimento da última parcela acontecerá em março de 2007. O empréstimo está garantido por nota promissória e aval dos sócios no montante de R$ 30.000.

13. PROVISÕES – CURTO E LONGO PRAZO

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Provisão para garantias e assistência técnica	11.913	11.345	10.054
Provisão para comissões	4.126	3.639	2.751
Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada	3.377	1.720	981
Provisão para fretes	771	1.305	416
Provisão para devoluções	863	726	252
Provisão para quebra na industrialização	177	81	15
Curto prazo	21.227	18.816	14.469
Provisão para garantias e assistência técnica	3.062	3.578	2.955
Longo prazo	3.062	3.578	2.955
	24.289	22.394	17.424

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e o prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e de custo médio por atendimento de assistência técnica,

estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda dos diferentes produtos e serviços, aplicado sobre o saldo de duplicatas a receber nas datas base de 30 de junho de 2006, 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2005.

c) Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada, são calculados conforme contratos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelos clientes. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
COFINS diferido e a recolher	2.866	3.114	6.822
PIS diferido e a recolher	622	682	1.773
IPI a recolher	7	208	89
IRRF	300	85	92
Outros impostos e contribuições	109	96	80
	3.904	4.185	8.856

Com base nas vendas efetuadas a Órgãos Governamentais e não recebidas a Companhia calculou Contribuição para o PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS no regime não cumulativo. O recolhimento de PIS e Cofins foram diferidos em linha com os recebimentos efetivos de vendas a Órgãos Públicos, conforme autorizado pela legislação vigente.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

a) Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de junho de 2006 e em 31 de dezembro de 2005 e apresentam a seguinte composição:

Diferido Ativo	**30/06/06**	**31/12/05**	**30/06/05**
	R$	**R$**	**R$**
Imposto de renda diferido ativo			
Sobre prejuízos fiscais	2.105	5.346	5.320
Sobre diferenças temporárias	9.536	9.622	8.084
	11.641	**14.968**	**13.404**
Contribuição social diferida ativa			
Sobre base negativa	758	1.925	1.916
Sobre diferenças temporárias	3.415	3.446	2.893
	4.173	5.371	4.809
	15.814	**20.339**	**18.213**

Diferido Passivo	**30/06/06**	**31/12/05**	**30/06/05**
	R$	**R$**	**R$**
Imposto de renda diferido passivo			
Sobre diferenças temporárias	6.726	12.929	6.504
	6.726	12.929	6.504
Contribuição social diferida passiva			
Sobre diferenças temporárias	2.421	4.655	2.341
	2.421	4.655	2.341
	9.147	**17.584**	**8.845**
IR diferido líquido ativo e passivo	**6.667**	**2.755**	**9.368**

Impostos Diferidos Ativos

O registro do crédito tributário está suportado pelo plano de negócios da Companhia, segundo o qual apurarão lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores. Ainda de acordo com esse plano de negócios, os quais consideram ampliação das atividades comerciais, tais créditos serão realizados até o exercício de 2007. Conservadoramente a Administração optou por registrar a totalidade dos créditos no ativo realizável a longo prazo.

Impostos Diferidos Passivos

Os tributos diferidos passivos, são decorrentes do incentivo fiscal introduzido pela Lei 10.637 de 2002 e posteriormente alterado pela Lei 11.196/06. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Pesquisas e Desenvolvimento registrado no ativo diferido, registrados no ativo diferido. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

b) Corrente

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	30/06/06	30/06/05	31/12/05
Resultado antes dos impostos	**18.217**	**2.398**	**21.569**
Adições (exclusões)	**24.978**	**(742)**	**(20.218)**
Permanentes:			
- Despesas Diversas	512	147	58
Temporárias:			
- Diferimento órgãos públicos	24.468	1.375	(23.067)
- Amortização projetos de P & D	346	104	(1.348)
- Depósitos judiciais	-	(972)	(972)
- Var. cambial s/ operações não-liquidadas	(623)	119	1.045
- Provisões para contingências	-	-	1.258
- Provisões indedutíveis	1.963	173	6.185
- Reversão de PMIPL	(1.688)	(1.688)	(3.377)
Lucro real e base de cálculo de CSLL (antes compensação)	**43.195**	**1.656**	**1.351**
(-) Compensação de prejuízo fiscal	**(12.958)**	**(497)**	**(405)**
Lucro real e base de cálculo de CSLL (após compensação)	**30.236**	**1.159**	**946**
Despesa de IRPJ	7.366	252	177
Despesa de CSLL	2.721	140	119

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui valores de contingências, os quais estão sendo discutidos judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para contingências, conforme abaixo:

Natureza	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Tributárias	1.064	1.064	
Trabalhistas	13	13	
Cíveis	181	181	5
	1.258	1.258	5

Tributárias

Compensações de PIS/COFINS: ação judicial referente à utilização de créditos de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, para fins de compensação de PIS/COFINS, não homologada pela Secretaria da Receita Federal. Em virtude da necessidade de obtenção da Certidão Negativa de Débito - CND da Procuradoria da Receita Federal, a Companhia efetuou o parcelamento desses débitos para posteriormente discutir a exigibilidade dos valores.

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-empregados da Companhia e de companhias prestadoras de serviços.

Cíveis e administrativos

Compreendem uma estimativa de causas relativas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados, sendo resumidas como segue:

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Vício (defeito) no produto	93	93	
Restituição e danos morais	50	50	
Outros administrativos	38	38	5
	181	181	5

A maioria dos processos refere-se à processos movidos por consumidores alegando defeito nos produtos vendidos, e distribui-se em:

Vício no produto: discute-se nestes processos a existência de defeitos diversos nos produtos vendidos pela Companhia (placa mãe, modem, HD, monitor etc.), bem como falta de solução para esses defeitos pelas assistências técnicas autorizadas, inclusive quanto à permanência desses produtos por tempo superior ao legalmente estabelecido junto à Companhia autorizada que realiza este tipo de serviço.

Restituição e danos morais: nesses processos os consumidores finais dos produtos vendidos pela Companhia estão requerendo restituição dos valores pagos, atualizados monetariamente, bem como indenização por danos morais.

Existe ainda uma discussão quanto a direito autoral sobre uma fotografia utilizada em campanha publicitária. Esta campanha foi desenvolvida por agência contratada, e que, ao final, deverá se responsabilizar pelo uso da fotografia.

Os outros processos administrativos referem-se a processos junto aos PROCONs, discutindo também defeitos nos produtos e na prestação de serviços, porém na esfera administrativa.

Perda Possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões, e são demonstrados como seguem:

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Tributárias			
ISS (a)	15.389	15.389	10.796
COFINS	551	551	417
ICMS	515	515	242
Outros	159	159	151
	16.614	16.614	11.606
Trabalhistas			
Empregados	597	597	10
Responsabilidade solidária	245	245	-
	842	842	10
Cíveis			
Ministério Público (b)	1.110	1.110	-
TCU – Tribunal de Contas da União (c)	5.770	5.770	-
	7.035	7.035	-
Total	24.491	24.491	11.616

As principais obrigações são as seguintes:

(a) ISS - Município de Curitiba-PR e Pinhais-PR

Refere-se ao ISS devido sobre receitas auferidas com prestação de serviços, durante os exercícios de 1998 a 2002, conforme autos de infração lavrados pelas Prefeituras Municipais de Curitiba e Pinhais, com valores aproximados de R$ 14.730 e R$ 659, respectivamente.
A Companhia questiona os referidos autos de infração por meio de processo de impugnação de lançamento, onde argumenta:

(i) impossibilidade de cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis (direitos autorais pelo desenvolvimento de sistemas e locação de equipamentos), por inconstitucionalidade;

(ii) limitada lista de serviços incluídas na legislação específica do ISS, e a impossibilidade de enquadramento dos serviços por ela prestados, referente manutenção de sistemas, disponibilização de infra-estrutura tecnológica e operacionalização dos sistemas de informações;

(iii) falta de especificidade da base de cálculo e das alíquotas aplicadas para cobrança do imposto; decadência do lançamento dos valores exigidos relativos ao exercício de 1998;

(iv) a existência da filial no Município de Pinhais, criada somente para atendimento a um contrato específico, já encerrado pela Companhia e repassado para outra empresa.

(b) Ministério Público

Refere-se a Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Porto Ferreira, consistente na aquisição de mesas educacionais da Companhia, com dispensa de licitação.

(c) Tribunal de Contas da União - TCU

Processo em julgamento, onde o Tribunal de Contas da União TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio financeiro concedido pela Companhia Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para o Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

17. COMPROMISSOS

A Positivo Informática S.A. possui contrato de arrendamento de uma unidade industrial com parte relacionada que expira a cada cinco anos (vide detalhes na nota explicativa n° 9). Adicionalmente, a Companhia não tem outros compromissos de compra a longo prazo com terceiros.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Transformação da empresa em sociedade anônima

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, foi aprovada a transformação da Companhia em sociedade anônima, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 do código civil, que passou a operar sob a denominação de Positivo Informática S.A., sendo certo que a transformação de tipo societário ora aprovado não importará em solução de continuidade da Companhia, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, conservando o mesmo patrimônio social, a mesma escrituração comercial e fiscal, assim como todas as atividades operacionais descritas acima.

Em virtude da transformação aprovada, foi realizado o desdobramento das 86.936.920 quotas representativas do capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, preservando as participações acionárias detidas pelos acionistas no capital social da Companhia.

Capital social

O Capital Social no montante de R$ 86.937, em 30 de junho de 2006 (R$ 81.000, em 31 de dezembro de 2005 e R$ 23.091, em 30 de junho de 2005), está totalmente subscrito e integralizado, em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas igualitariamente entre os sócios, pessoas físicas, domiciliadas no país, conforme abaixo:

	30/06/06	31/12/05	30/06/05	
		Em milhares de:		
	Ações	Quotas	Quotas	% Partic.
Oriovisto Guimarães	17.388	16.200	4.619	20,00%
Cixares Líbero Vargas	17.387	16.200	4.618	20,00%
Samuel Ramos Lago	17.387	16.200	4.618	20,00%
Ruben Tadeu Caninck Formighieri	17.387	16.200	4.618	20,00%
Hélio Bruck Rotenberg	17.388	16.200	4.618	20,00%
	86.937	81.000	23.091	100,00%

A variação do Capital social ocorrida no período é decorrente das seguintes alterações:

a) 43ª. Alteração Contratual de 27 de setembro de 2005, o Capital Social que era de R$ 23.091, foi aumentado para R$ 81.000, sendo um aumento de R$ 57.909, decorrente das transferências de R$ 2.962 da conta de Adiantamento para futuro aumento de capital, e R$ 54.947 da conta de Reservas de capital – Subvenções para investimentos.

b) 45ª. Alteração Contratual de 07 de fevereiro de 2006, o Capital Social que era de R$ 81.000, foi aumentado para R$ 83.968, sendo um aumento de R$ 2.968, integralmente transferido da conta de Adiantamento para futuro aumento de capital.

c) 47ª. Alteração Contratual de 28 de junho de 2006, o Capital Social que era de R$ 83.968, foi aumentado para R$ 86.937, sendo um aumento de R$ 2.969, integralmente transferido da conta de Adiantamento para futuro aumento de capital.

No exercício de 2005 foram distribuídos lucros no valor de R$ 6.494, calculados conforme participação societária de cada sócio.

Reservas de capital

	30/06/06	31/12/05	30/06/05
	R$	R$	R$
			(não auditado)
Reserva de Incentivos Fiscais	173	173	173
Subvenções para Investimentos	94.070	38.752	49.790
	94.243	38.925	49.963

Subvenções para investimento

Os valores registrados nesta conta referem-se aos incentivos fiscais de ICMS, em conformidade com as Leis Estaduais nº. 13.214/01 e 5.375/02, conforme detalhado na nota explicativa n° 7 de impostos a recuperar.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo apresentado está distribuído da seguinte forma:

	30/06/06 R$	31/12/05 R$	30/06/05 R$ (não auditado)
Oriovisto Guimarães	595	1.782	2.375
Cixares Libero Vargas	595	1.782	2.375
Samuel R. Lago	595	1.782	2.375
Ruben T. C. Formighieri	595	1.782	2.374
Hélio B. Rotemberg	594	1.783	2.374
	2.974	8.911	11.873

Capital Autorizado

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembléia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia que é de 4.500.000 de novas ações ordinárias.

Apropriação do Lucro

Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76, e a reserva legal 5%, que não excederá 20% do capital social.

Dividendos

Conforme o novo estatuto social aprovado pela ata da reunião de sócios, a Companhia poderá levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou mensais, e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços e ou juros sobre o capital próprio, tudo sempre por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas na lei. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Ajustes de exercícios anteriores

O montante de R$ 389, contabilizado no primeiro semestre do exercício de 2005, como ajuste de exercício anterior, refere-se substancialmente a despesa com PIS de competência do exercício de 2004, não registrada anteriormente.

19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O saldo é composto por:

	Semestre 30/06/06 R$	Semestre 30/06/05 R$ (não auditado)	Exercício 31/12/05 R$
Receitas com permissão de acesso ao Portal Educacional (nota explicativa n° 8)	2.816	1.896	4.651
Recuperações de despesas	219	164	164
Receita de sinistro de mercadorias	209	754	162
Vendas sucatas	36	14	24
Multas indedutiveis	(183)	(63)	(1.096)
Doações	(500)	(101)	(240)
Receitas eventuais	6	2	6
Tributos sobre outra receita e saídas	(190)	(197)	(471)
	2.413	2.469	3.200

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Disponibilidades: Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido ao vencimento a curto prazo destes instrumentos financeiros.

Contas a receber e contas a pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial em contas a receber e contas a pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e o seu vencimento a curto prazo.

Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido às taxas de juros serem equivalentes às de mercado para cada tipo de linha de crédito, incidentes sobre estes instrumentos financeiros.

Outras contas: Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e valores de mercado em 30 de junho de 2006, 31 de dezembro de 2005 e 30 de junho de 2005.

Exposição cambial: A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. As operações de swap possuem a finalidade de proteção para as oscilações das taxas de câmbio. O efeito financeiro destas operações foi reconhecido como receita financeira no resultado de 30 de junho de 2006 no montante de

R$ 637 e como despesa financeira, no montante de R$ 2.835 em 31 de dezembro de 2005 e R$ 1.101 em 30 de junho de 2005. As operações de swap são de curto prazo, normalmente por cerca de 30 dias, cobrindo assim apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados.

Taxas de juros: a Companhia pode vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES) ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Concentração de riscos de crédito: as vendas financiadas da Companhia são administradas através de rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia era uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada até 17 de agosto de 2006, conforme descrito na nota explicativa n° 18, não possuindo portanto a figura de diretor estatutário ou conselheiro de administração, funções características de sociedades anônimas.

O montante pago no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, como remuneração dos administradores, foi de R$ 84 (R$ 93 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 e R$ 186 em 31 de dezembro de 2005).

22. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de junho de 2006, a cobertura está assim demonstrada:

Nº da Apólice	Cobertura	Vigência	Valor da Cobertura-R$
200006	Roubo e/ou furto qualificado	31/05/06 a 15/08/07	50.000
646	Incêndio, raio, explosão, vendaval, queda de aeronave, equipamentos eletrônicos, danos elétricos, alagamento e inundações e equipamentos portáteis.	01/04/05 a 01/04/06	18.600
693	Incêndio, raio, explosão, vendaval, queda de aeronave, equipamentos eletrônicos, danos elétricos, alagamento e inundações, tumultos, roubo e furto qualificado.	01/04/06 a 01/04/07	57.100

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia, com objetivo de propiciar o aprimoramento das informações aos usuários das demonstrações financeiras, está apresentando de forma voluntária como informação suplementar, a demonstração dos fluxos de caixa.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a NPC 20 emitida pelo IBRACON e compõe-se da seguinte forma:

	Semestre 30/06/06 R$ mil	Semestre 30/06/05 R$ mil (Não auditado)	Exercício 31/12/05 R$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercício	12.044	4.264	16.917
Ajuste de exercício anterior		(389)	(389)
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:			
Depreciação	422	401	853
Amortização	3.567	4.070	7.566
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.914)	(2.258)	4.355
Resultado na alienação de ativo permanente	2.883	328	608
Provisão contingências trabalhistas e civis	-	5	1.258
Subvenção para investimentos	55.318	29.740	74.036
	70.320	36.161	105.204
(Aumento) diminuição de ativos:			
Contas a receber	(45.637)	(17.695)	(83.226)
Estoques	(24.605)	(14.639)	(27.802)
Impostos a recuperar	(13.113)	(4.029)	(5.247)
Outros ativos	(781)	(1.175)	(3.762)
Aumento (diminuição) de passivos:			
Fornecedores	17.793	3.339	34.695
Contas a pagar e provisões	6.054	3.926	9.412
Obrigações tributárias	7.856	2.587	(1.788)
Caixa líquido obtido das atividades Operacionais	17.887	8.475	27.486
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	(3.684)	(1.273)	(3.929)
Aumento do diferido	(3.014)	(4.017)	(9.032)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.698)	(5.290)	(12.961)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Mútuos com pessoas ligadas	11.186	(28.995)	(38.358)
Pagamento de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio	(11.881)	(1.998)	(6.493)
Empréstimos (pagos)/captados, líquido	(7.502)	28.669	30.327
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(8.197)	(2.324)	(14.524)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO SEMESTRE/EXERCICIO	2.992	861	1
CAIXA E EQUIVALENTES NO INICIO DO SEMESTRE/EXERCICIO	5.248	5.247	5.247
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCICIO	8.240	6.108	5.248
Informações complementares:			
- Pagamento de juros	3.171	2.521	4.340
- Pagamento de imposto de renda e contribuição social	3.370	-	119

Positivo Informática S.A.

Demonstrações financeiras relativas aos períodos de 9 meses encerrados em 30 de setembro de 2005 e 2006, objeto de revisão especial pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Pasteur, 463
5º andar - Batel
80250-080 - Curitiba - PR
Brasil

Tel.: +55 (41) 3312-1400
Fax: +55 (41) 3312-1470
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO ESPECIAL

Aos
Acionistas e Administradores da
Positivo Informática S.A.
Curitiba - PR

1. Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais – ITR da Positivo Informática S.A., referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2006, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e sob a responsabilidade da Administração da Companhia, compreendendo os balanços patrimoniais, as respectivas demonstrações de resultado e o relatório de desempenho.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.

3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deve ser feita nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações do resultado referentes ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram por nós revisadas. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia. Baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais mencionadas neste parágrafo, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. O balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2006, apresentado para fins de comparação, foi por nós auditado, sobre os quais emitimos parecer de auditoria, sem ressalvas, datado de 28 de setembro de 2006.

6. As informações suplementares às Informações Trimestrais, referentes à demonstração dos fluxos de caixa da Positivo Informática S.A. para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2006 e 2005, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das Informações Trimestrais básicas. Essas informações foram por nós revisadas, de acordo com os procedimentos de revisão mencionados no parágrafo 2, e não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita para que esteja de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 03 de novembro de 2006.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º SP-011.609/O-8 F-PR

COSME DOS SANTOS
Sócio
CRC n.º RJ-078160/O-8 T-PR

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
1	Ativo Total	345.416	352.206
1.01	Ativo Circulante	309.860	320.234
1.01.01	Disponibilidades	8.058	8.240
1.01.02	Créditos	223.290	228.164
1.01.02.01	Clientes	173.799	190.508
1.01.02.04	Adiantamento a Fornecedores	7.487	3.838
1.01.02.07	Impostos a Recuperar	38.298	32.571
1.01.02.08	Outros Créditos	3.706	1.247
1.01.03	Estoques	78.512	83.830
1.01.04	Outros	0	0
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.540	6.952
1.02.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	6.540	6.952
1.02.03.01	Depósitos Judiciais	284	283
1.02.03.03	Impostos Diferidos	6.256	6.669
1.03	Ativo Permanente	29.016	25.020
1.03.01	Investimentos	199	199
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	0	199
1.03.02	Imobilizado	8.605	6.492
1.03.03	Diferido	20.212	18.329

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2006	4 - 30/06/2006
2	Passivo Total	345.416	352.206
2.01	Passivo Circulante	135.901	158.411
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.094	25.609
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	72.551	90.107
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	10.417	12.337
2.01.04.01	Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	3.847	3.904
2.01.04.02	Imp. Renda e Contrib. Social	6.570	8.433
2.01.05	Dividendos a Pagar	8	8
2.01.06	Provisões	22.660	21.227
2.01.06.01	Prov. p/Comissões sobre Vendas	4.499	4.126
2.01.06.02	Prov. p/ Verba Propaganda Cooperada	4.340	3.377
2.01.06.03	Prov. p/ Garantia e Assistência Técnica	12.754	11.913
2.01.06.04	Provisão para Fretes	461	771
2.01.06.05	Outras Provisões	606	1.040
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	10.171	9.123
2.01.08.01	Salários e Encargos a Pagar	8.335	7.752
2.01.08.02	Adiantamentos de Clientes	0	521
2.01.08.03	Outros Débitos	1.836	850
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.181	7.294
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	4.207	4.320
2.02.03.01	Prov. p/ Contingências	1.258	1.258
2.02.03.02	Prov. p/ Garantias e Assistência Técnica	2.949	3.062
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	2.974	2.974
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	202.334	186.501
2.05.01	Capital Social Realizado	86.937	86.937
2.05.02	Reservas de Capital	116.850	94.243
2.05.02.01	Reserva de Investimentos Incentivados	116.850	94.243
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2006	4 -30/06/2006
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.07.01	Adto para Futuro Aumento de Capital	0	0
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	(1.453)	5.321

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	283.686	849.800	170.260	450.528
3.02	Deduções da Receita Bruta	(62.405)	(203.006)	(42.800)	(116.712)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	221.281	646.794	127.460	333.816
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(189.135)	(549.681)	(108.669)	(287.774)
3.05	Resultado Bruto	32.146	97.113	18.791	46.042
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(30.222)	(76.970)	(17.041)	(41.980)
3.06.01	Com Vendas	(23.655)	(56.752)	(10.968)	(28.880)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(6.463)	(20.950)	(5.389)	(14.312)
3.06.03	Financeiras	(1.903)	(3.645)	(1.625)	(2.263)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.360	12.876	2.934	7.200
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(3.263)	(16.521)	(4.559)	(9.463)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	2.010	5.296	1.216	4.048
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(211)	(919)	(275)	(573)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	1.924	20.143	1.750	4.062
3.08	Resultado Não Operacional	2	3	0	87
3.08.01	Receitas	2	3	0	87
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	1.926	20.146	1.750	4.149
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	1.760	(8.328)	(2.797)	(2.797)
3.11	IR Diferido	(410)	3.502	1.852	4.111
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	3.276	15.320	805	5.463

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-1	POSITIVO INFORMÁTICA SA	81.243.735/0001-48

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2006 a 30/09/2006	4 - 01/01/2006 a 30/09/2006	5 - 01/07/2005 a 30/09/2005	6 - 01/01/2005 a 30/09/2005
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	85.000	85.000	81.000	81.000
	LUCRO POR AÇÃO	0,03854	0,18024	0,00994	0,06744
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS TRIMESTRES E PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Valores expressos em milhares de reais ou de outras moedas exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui atualmente um parque tecnológico de cinco unidades no Município de Curitiba - PR.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, mesas educacionais informatizadas, servidores e softwares educacionais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo por base a Lei das Sociedades por Ações.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas para inclusão no "Prospecto de Abertura de Capital" e registro da Companhia como Companhia de capital aberto.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As seguintes principais práticas contábeis foram observadas na elaboração das demonstrações financeiras:

Disponibilidades: compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata remunerada pelo certificado de depósito interbancário - CDI, conforme descrito na nota explicativa n°4.

Contas a receber de clientes: são registradas pelo valor faturado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a administração da Companhia possui e seu montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber, conforme descrito na nota explicativa n° 5.

Estoques: são avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, não sendo superiores ao custo de reposição e são inferiores ao valor líquido de realização. Os estoques importados, em trânsito, são reconhecidos a partir da data de saída dos produtos do fornecedor, por serem na condição de FOB.

Transações com partes relacionadas (saldos ativos, passivos e resultado): referem-se à operações de mútuos que incorporam encargos financeiros e transações comerciais, conforme descrito na nota explicativa n° 8.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: são provisionados com base no lucro real determinado de acordo com a legislação tributária em vigor. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas vigentes na data de sua constituição, conforme demonstrado na nota explicativa n° 15, sobre as diferenças temporárias entre o lucro contábil e o lucro para fins fiscais, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sobre o saldo do ágio a amortizar, conforme descrito na nota explicativa n° 10.

Investimentos: os investimentos são avaliados ao custo de aquisição e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao valor de realização.

Imobilizado: está demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado na nota explicativa n° 9.

Diferido: refere-se aos gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros e em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, os quais vêm sendo amortizados pelo método linear em 3 anos. Também está registrado nesta rubrica o valor de ágio sobre investimento, originado da incorporação de companhia controladora, para o qual foi constituída provisão integral do saldo não amortizado conforme demonstrado na nota explicativa n° 10.

Ativos e passivos vinculados a moeda estrangeira ou sujeitos a atualização monetária: são convertidos ou atualizados com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e/ou pelos índices oficiais de atualização monetária.

Empréstimos e financiamentos: são registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa n° 12.

Uso de estimativas: a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado e diferido, provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência dos estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para garantias e assistências técnicas e provisões para verbas de propagandas cooperadas, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a premissas utilizadas inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Apuração do resultado: o resultado é apurado pelo regime de competência e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

Juros sobre capital próprio

Originalmente são registrados nos livros contábeis e fiscais como despesa financeira, por ocasião da apropriação dos valores a pagar aos acionistas.

Entretanto, para fins de preparação dessas demonstrações financeiras, utiliza-se a essência da transação e, portanto, são considerados como dividendos recebidos e pagos e não transitam pelo resultado. Consequentemente, nessas demonstrações, os lançamentos mencionados anteriormente são reclassificados, ou seja, os juros sobre o capital pagos ou a pagar são registrados a débito de lucros acumulados.

Reconhecimento das Receitas

- Produtos e Mercadorias para revenda: são reconhecidas no momento da transferência dos riscos e benefícios significativos da transação, assim como da propriedade dos referidos bens.

- Prestação de Serviços: referem-se principalmente às receitas com assistência técnica e capacitação de professores para acesso ao Portal Educacional e são reconhecidas mensalmente, quando da prestação dos respectivos serviços. Outros serviços incluem: locação de softwares e sistemas diversos, e suporte técnico.

Reconhecimento dos Custos e Despesas

- Custos dos Produtos e Mercadorias: compreendem os custos com aquisição de direitos autorais e licenças de uso, matérias-primas, embalagens, mão-de-obra direta e indireta de montagem dos produtos, gastos gerais de fabricação como: energia elétrica, água, conservação do parque industrial, depreciação dos ativos industriais e instalações do parque fabril.

- Custos dos Serviços: compreendem os custos com aquisição de matérias-primas para assistência técnica, mão-de-obra direta e indireta de assistência técnica, custos para capacitação de profissionais e serviços de terceiros.

Subvenção para investimentos: Registrada no momento do recolhimento do ICMS pelo valor da diferença entre a alíquota oficial do ICMS devido e a reduzida pelo incentivo fiscal, debitado a conta de ICMS a pagar e à crédito na conta de Reserva de Capital como Reservas de Subvenção para Investimentos, no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa n° 7.

Lucro por ação: Calculado com base nas ações em circulação nas datas dos balanços.

4. DISPONIBILIDADES

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Caixa	3	3
Bancos	5.609	5.432
Aplicações Financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI	2.446	2.805
	8.058	8.240

5. CONTAS A RECEBER

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	30/09/06	30/06/06
	R$	R$
A vencer	163.331	154.975
Vencidos até 30 dias	2.847	22.133
Vencidos de 31 a 60 dias	2.843	8.266
Vencidos de 61 a 90 dias	1.876	4.355
Vencidos de 91 a 180 dias	3.213	1.579
Vencidos há mais de 180 dias	1.203	381
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.514)	(1.181)
Total contas a receber	173.799	190.508

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa – devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 83% do saldo de contas a receber em 30 de setembro de 2006 e 90% do montante a receber em 30 de junho de 2006), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas dos créditos em atraso.

Parte das contas a receber, no montante de R$ 21.000 (R$ 22.378 em 30 de junho de 2006), compõem a carteira de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FDIC, no qual a Companhia participa como quotista, no percentual de 56% da carteira de crédito cedida (58% da carteira de crédito cedida em 30 de junho de 2006). O outro quotista é parte relacionada cuja participação é de 44% (42% em 30 de junho de 2006). Os recursos do fundo oriundo do resgate das duplicatas são mantidos em contas vinculadas aos quotistas e transferidos para os referidos quotistas para quitação de suas obrigações com fornecedores. Devido às características desse fundo, onde a Companhia cede os créditos e ao mesmo tempo é o seu quotista, foi reclassificada a aplicação nesse fundo para o contas a receber correspondente às duplicatas a receber que compunham a carteira do FDIC em 30 de setembro de 2006, cedidos pela Companhia. Da mesma forma os recursos disponíveis no FDIC registrados em conta vinculada à Companhia, no montante de R$ 2.446 (R$ 2.805 em 30 de junho de 2006) foram reclassificados para Aplicações Financeiras.

6. ESTOQUES

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Matéria prima	41.328	37.999
Mercadorias para revenda	14.924	11.110
Produtos acabados	5.294	7.919
Produtos em elaboração	462	200
Licenças de uso de software	2.513	2.195
Materiais em Trânsito	13.600	24.027
Outros estoques	391	380
	78.512	83.830

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
ICMS	10.041	8.823
IPI	12.030	7.533
Imposto de renda pessoa jurídica	9.649	9.649
Contribuição social	4.421	4.421
ISS	336	306
IRRF	165	83
PIS	115	158
Cofins	755	974
Impostos a recuperar sobre importação	71	34
Outros impostos a recuperar	715	590
	38.298	32.571

ICMS

O crédito acumulado de ICMS deve-se essencialmente à utilização de dois benefícios fiscais em suas operações: o (i) da Lei Estadual nº. 13.214/01, que concedeu crédito presumido em operações interestaduais e reduziu a base de cálculo em operações internas de alguns produtos de informática; e (ii) o do Decreto Estadual nº. 5.375/02, este confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para outros produtos comercializados pela Companhia. Esses créditos, não estão sujeitos à prescrição, podendo ser utilizados a qualquer tempo. Os créditos gerados em períodos anteriores foram utilizados na sua totalidade durante os meses de novembro de 2005 a janeiro de 2006. O saldo atual foi formado durante o período de fevereiro até 30 de setembro de 2006. A forma atual de compensação tem sido com os débitos normais na venda de produtos durante o período que a Companhia fica aguardando a renovação do referido benefício fiscal. Pelos planos futuros de negócio da Companhia, novos produtos serão introduzidos que terão redução de alíquota, porém menor que os produtos atuais, fato esse que servirá também para o uso desses créditos acumulados.

O montante economizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 foi de R$ 82.546 (R$ 55.318 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2006; R$ 48.217 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005), e sua contra partida foi registrada à crédito na conta de Reserva de Capital como Reservas de Subvenção para Investimentos, no Patrimônio Líquido.

Como contrapartida, para a manutenção desse benefício, a referida lei estabelece que 20% dos investimentos mínimos em pesquisa e desenvolvimento exigidos pela Lei 8.248/91 sejam realizadas no Estado do Paraná. A Companhia vem cumprindo essa obrigação e anualmente, no mês de outubro, deve solicitar a renovação desse benefício.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº. 8.248/91, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados, importados ou de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo a matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2014;

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1o de janeiro até 31 de dezembro de 2015;

- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinta a redução

Para usufruir o referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/91. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências que cumpre essa exigência de investimento. De acordo com a opinião da administração, até 30 de setembro de 2006, a Companhia está adimplente com esses compromissos.

Tanto para o benefício de redução de alíquota do ICMS como para o IPI, as legislações que os regulamentaram fazem menção a classificação fiscal específica de acordo com a tabela do IPI-TIPI, que deve ser utilizada quando da emissão da nota fiscal. No período de 2001 a 2005, para o IPI, e a partir de junho de 2005, para o ICMS, a classificação fiscal utilizada na emissão da nota fiscal foi diferente daquela prevista nas referidas legislações. A Administração, amparada na opinião de seus assessores legais e em laudo técnico emitido pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, entende que apesar do uso de classificação fiscal diferente, os produtos pelas suas características podem ser classificados tanto nos códigos utilizados nas notas fiscais como naqueles previstos nas referidas legislações. Com isso a Administração e seus assessores legais entendem que existe boa sustentação jurídica para defesa em caso de eventual fiscalização pelo fisco e na esfera judicial.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Ativo:		
Circulante – Incluído no saldo de Contas a receber:		
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	12	24
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	15	5
Positivo Indústria e Eletrônica Ltda.	-	2
Editora Positivo Ltda.	6	5
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	86	12
	119	48
Circulante – Incluído no saldo de Outros créditos:		
Direitos autorais a receber -Gráfica e Editora Posigraf S.A.	1.917	257
Passivo:		
Circulante – Incluído no saldo de Fornecedores:		
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	38	-
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	58	69
Editora Positivo Ltda.	8	3
	104	72
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
Oriovisto Guimarães	595	595
Cixares Líbero Vargas	595	595
Samuel Ramos lago	595	595
Ruben T.C. Formighieri	595	595
Hélio B. Rotemberg	594	594
	2.974	2.974

	Período de nove meses findo em	
	30/09/06 R$	30/09/05 R$
Resultado:		
Vendas – Direitos autorais e mercadorias		
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	97	68
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	69	6
Editora Positivo Ltda.	15	12
Gráfica e Editora Posigraf S.A. (Inclui direitos autorais no montante de R$ 1.659 e R$ 1.149 nos períodos de nove meses findos em 30/09/06 e 30/09/05, respectivamente)	1.803	1.234
Editora Positivo Ltda.	-	32
	1.984	1.352
Compras -		
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	258	91
Editora Positivo S.A.	12	1
	270	92
Receitas (Despesas) Financeiras		
Rosch Administração de Bens Ltda.	471	-

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Mútuos:

Até o período de seis meses findo em 30 de junho de 2006, as operações de mútuo entre partes relacionadas eram decorrentes de política de gestão de caixa único entre as empresas do Grupo Positivo, buscando o uso racional dos recursos disponíveis gerados por essas empresas, sendo que as operações cessaram a partir desta data. Os recursos eram transferidos de uma empresa para outra de acordo com a necessidade de caixa de cada parte relacionada. Tais operações estavam suportadas por contratos e eram atualizadas monetariamente, diariamente pela taxa do CDI, compatível com as pactuadas pela Companhia em suas captações junto à instituições financeiras.

Direitos autorais:

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na internet denominado "Portal Positivo" aos clientes indicados pela Gráfica e Editora Positivo S.A. (Posigraf), bem como o fornecimento da matriz de CDROMs com conteúdos educacionais.

A Companhia disponibilizará o acesso ao "Portal Positivo" a todas as instituições conveniadas pela Posigraf ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE.

Na qualidade de proprietária dos direitos patrimoniais de autor, incidente sobre o Programa de Computador denominado Livro Didático, a Companhia cede à Posigraf esses direitos patrimoniais. O programa de computador é prensado em suporte físico – CD, por solicitação e sob a responsabilidade da Posigraf, em quantidade a ser definida por esta.

Conforme contrato, pela cessão desses direitos, a Companhia recebe remuneração específica no montante de R$ 553 por mês. Até junho de 2006, essa receita era compensada com despesas referentes ao uso compartilhado do centro administrativo do Grupo Positivo para algumas atividades, tais como informática, contabilidade, entre outras.

Custo pelo uso de funcionários de parte relacionada:

No período de julho de 2005 a maio de 2006, a Companhia utilizou funcionários da Positivo Indústria Eletrônica Ltda. na sua linha de produção. O custo por essa cessão pago pela Companhia afetando o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 foi de R$ 4.976 e de R$ 585 no período de julho a setembro de 2005, registrado no custo dos produtos vendidos. A partir de maio de 2006 esses funcionários foram transferidos para a Companhia.

Aluguel:

Em 30 de junho de 2006, a Companhia vendeu para a Rosch Administração de Bens Ltda., o prédio onde está instalada a sua fábrica. Conforme descrito na nota explicativa n° 9, a partir de julho a Companhia passou a pagar à referida parte relacionada, aluguel pelo uso desse prédio, no valor mensal de R$ 159, sendo a primeira parcela a pagar em outubro de 2006. Não houve ganho nem perda na venda desse prédio, pois a mesma foi feita a valores contábeis.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Custo R$	Depreciação Acumulada R$	Líquido em 30/09/06 R$	Líquido em 30/06/06 R$
Terrenos	-	103	-	103	103
Equipamentos de locação	10	2.017	(1.573)	444	496
Hardware	20	2.260	(1.062)	1.198	1.118
Móveis e utensílios	10	1.698	(501)	1.197	1.179
Software	20	694	(543)	151	186
Máquinas e equipamentos	10	1.137	(154)	983	1.010
Aparelhos comunicações	10	127	(47)	80	83
Instalações industriais	10	805	(11)	794	101
Máq. e equip. escritório	10	25	(24)	1	3
Direito uso telefone	-	25	-	25	25
Licença de uso – Projeto Oracle	(*)	3.594	(*)	3.594	2.153
Outros imobilizados	10	25	(16)	9	9
Imobilizado em andamento	-	26	-	26	26
		12.536	(3.931)	8.605	6.492

(*) A ser depreciado a partir do início de sua utilização, prevista para Março de 2007, à taxa de 20% ao ano.

O prédio onde está instalada a fábrica da Companhia pertence à parte relacionada, Rosch Administração de Bens Ltda. Em 30 de junho de 2006, foi firmado contrato de locação entre as partes, pelo prazo de cinco anos, com término previsto para 29 de junho de 2011, podendo ser renovado automaticamente, por igual período. O valor do aluguel, ajustado entre as partes, é de R$ 159 mensais, e será reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor – IGPM. O contrato tem carência de 90 dias, entrando em vigor a partir de 1° de Outubro de 2006, quando serão devidos os alugueres. O valor ajustado entre as partes foi definido através de pesquisa de mercado com empresas do segmento imobiliário que atuam na região.

10. DIFERIDO

	Taxas anuais de amortização %	Custo R$	Amortização Acumulada R$	Líquido em 30/09/06 R$	Líquido em 30/06/06 R$
Ágio	10,42	32.395	(24.797)	7.598	8.442
Ágio – Provisão			(7.598)	(7.598)	(8.442)
		32.395	(32.395)	-	-
Pesquisas Cient. Tecnológica.	33,33	54.123	(33.987)	20.136	18.247
Benf. Imóveis terceiros	5	201	(125)	76	82
		86.719	(66.507)	20.212	18.329

Ágio e provisão:

Em dezembro de 1998, a Positivo Sistemas de Informática Ltda., adquiriu cotas do capital da Positivo Informática Ltda., pelo valor total de R$ 38.590, passando a ser o sócio controlador dessa sociedade. Nessa operação foi gerado um ágio no valor de R$ 32.395, com base na rentabilidade futura da Companhia, suportada por Laudo de Avaliação. Posteriormente, em 3 de janeiro de 2000, a Companhia incorporou a Positivo Sistemas e Informática Ltda., registrando esse ágio no ativo diferido cujo saldo em 30 de setembro de 2006 é de R$ 7.598 (R$ 8.442 em 30 de junho de 2006). Para este saldo existe provisão no mesmo montante, constituída no exercício de 2003, em contrapartida ao patrimônio líquido, para anular o aumento do patrimônio líquido causado pelo registro do ágio gerado dentro do próprio grupo econômico, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Sobre esta provisão foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

O valor do ágio e de sua respectiva provisão estão sendo amortizados pelo prazo de 11 anos, finalizando em 2008, considerando os aspectos legais previstos no art. 386, III do Regulamento do Imposto de Renda.

Gastos com Pesquisas Científicas e Tecnológicas e Conteúdo Educacional Multimídia:

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação, previstos na Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto 792, de 23 de outubro de 1991. A referida lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei 11.077 de 30 de dezembro de 2004.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo do seu faturamento. O cálculo do percentual mínimo a ser investido tem como base 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que do faturamento bruto são deduzidos as revendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei: Os percentuais para investimento estão reduzidos em 20% até 2014 e em 50% até 31 de dezembro de 2006, em conseqüência, a partir de 2007 o valor do compromisso de investimento irá aumentar. Em 30 de setembro de 2006, resta à investir R$ 1.619 para cumprimento dessa exigência, decorrente das vendas efetuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006 (em 30 de setembro de 2005, todo compromisso de investimento decorrente das vendas ocorridas até aquela data já havia sido cumprido).

Os valores aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e na pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta e encargos, equipamentos de informática e softwares, treinamento e serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos.

Os investimentos estão divididos em Projetos de Software, Projetos de Hardware, e Projetos de Sistemas, que é a junção de Software e Hardware, e sua amortização foi fixada em 3 anos com base no histórico de vida útil desses projetos, como seguem:

	Custo R$	Amortização Acumulada R$	Líquido em 30/9/2006 R$	Líquido em 30/6/2006 R$
Internet na Educação	15.154	(11.216)	3.938	3.450
CD ROM Positivo	13.531	(11.556)	1.975	1.576
Mesas Educacionais	2.165	(680)	1.485	1.393
Módulos de Software	14.613	(6.457)	8.156	7.581
Ambientes Distribuídos – DETRAN	5.954	(2.039)	3.915	3.666
Novos produtos de Hardware	2.706	(2.039)	667	581
	54.123	(33.987)	20.136	18.247

11. FORNECEDORES

	30/09/06	30/06/06
	R$	R$
Fornecedores – mercado interno	32.935	33.101
Fornecedores – mercado externo	29.720	47.533
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	9.896	9.473
	72.551	90.107

O valor devido a fornecedores no mercado externo totaliza US$ 10.362 em 30 de setembro de 2006 (US$ 21.464 em 30 de junho de 2006). Os valores devidos em moeda estrangeira foram atualizados monetariamente com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas dos balanços e a variação cambial, no valor total de R$ 2.243 para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2006 (R$ 3.765 para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005), foi registrada à crédito do resultado do período na rubrica receitas financeiras.

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. Os valores devidos são apurados com base no número de selos de licença adquiridos da Microsoft, que são agregados ao produto final para venda através da instalação do software no hardware vendido e seu preço varia de acordo com recursos tecnológicos agregados a esse produto final. Em 30 de setembro de 2006 o montante devido é de US$ 4.552 (US$ 4.377 em 30 de junho de 2006).

Sobre os valores pagos à Microsoft pelo direito de uso de software, a Companhia vem recolhendo IRRF à alíquota de 15%, entendendo, amparada na opinião de seus assessores legais e parecer de orientação da ABES - Associação Brasileira de Empresas de Software, que nenhum outro tributo seja devido, tal como a CIDE - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico.

Para o saldo de fornecedores do mercado externo, em 30 de setembro de 2006, foram realizados pagamentos antecipados, para aquisição de matérias primas, no montante de US$ 2.711 classificados como adiantamento a fornecedores no ativo circulante (US$ 833 em 30 de junho de 2006). Foram adiantados também, valores em moeda nacional, correspondentes a despesas com seguros, transportes e outras.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os financiamentos foram atualizados monetariamente à taxas constantes nos respectivos contratos e possuem as seguintes características e valores:

	Taxas %	Modalidade	30/09/06 R$	30/06/06 R$
BNDES Progeren	TJLP+3,5% a.a	Capital de Giro	20.094	25.609
			20.094	25.609

O financiamento junto ao BNDES, obtido por meio do PROGEREN – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda, teve sua liberação em 28 de março de 2005, no valor principal de R$ 30.052, com taxa de juros de TJLP+3,5% a.a., com amortização no dia 15 de cada mês, com início de amortização em abril de 2006, distribuídos em parcelas mensais, com vencimento final em 15 de março de 2007. O empréstimo está garantido por nota promissória e aval dos sócios no montante de R$ 30.000.

13. PROVISÕES

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Provisão para garantias e assistência técnica (a)	12.754	11.913
Provisão para comissões (b)	4.499	4.126
Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada (c)	4.340	3.377
Provisão para fretes	461	771
Provisão para devoluções	430	862
Provisão para quebra na industrialização	176	178
Circulante	22.660	21.227
Provisão para garantias e assistência técnica (a)	2.949	3.062
Longo prazo	2.949	3.062
	25.609	24.289

a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e adicionalmente em função do histórico recente de freqüência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à

obrigação total assumida em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

b) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual médio pago de comissões sobre as vendas dos últimos 12 meses para os representantes de venda dos diferentes produtos e serviços, aplicado sobre o saldo de duplicatas a receber nas datas base de 30 de setembro de 2006 e 30 de junho de 2006.

c) Provisão para VPC – verba de propaganda cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada, são calculados conforme contratos e tratam-se de ressarcimento dos gastos promocionais já incorridos e pagos pelos clientes. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

14. IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

	30/09/06	30/06/06
	R$	R$
COFINS diferido e a recolher	2.099	2.866
PIS diferido e a recolher	340	622
IRRF	1.303	300
ISS a pagar	14	22
Outros impostos e contribuições	91	94
	3.847	3.904

Com base nas vendas efetuadas a Órgãos Governamentais e não recebidas, a Companhia calculou Contribuição para o PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS no regime não cumulativo. Os recolhimentos de PIS e Cofins foram diferidos e ocorrerão quando dos recebimentos efetivos de vendas aos Órgãos Públicos, conforme autorizado pela legislação vigente.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE E DIFERIDO

a) Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2006 e em 30 de junho de 2006 e apresentam a seguinte composição:

	30/09/2006	30/06/2006
Diferido Ativo	R$	R$
Imposto de renda diferido ativo		
Sobre prejuízos fiscais	2.613	2.105
Sobre diferenças temporárias (a)	8.907	9.536
	11.520	11.641
Contribuição social diferida ativa		
Sobre base negativa	980	759
Sobre diferenças temporárias (a)	3.322	3.416
	4.302	4.175
Total do Diferido Ativo	15.822	15.816
Diferido Passivo		
Imposto de renda diferido passivo		
Sobre diferenças temporárias (Vendas a órgãos governamentais)	1.958	2.149
Sobre diferenças temporárias (Projetos de P&D)	4.999	4.277
	6.957	6.726
Contribuição social diferida passiva		
Sobre diferenças temporárias (Vendas a órgãos governamentais)	809	774
Sobre diferenças temporárias (Projetos de P&D)	1.780	1.647
	2.609	2.421
Total do Diferido Passivo	9.566	9.147
Total do IR e CS diferidos ativo líquido do passivo	6.256	6.669

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo incluem o benefício fiscal da dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social do saldo a amortizar do ágio registrado no ativo diferido, conforme nota explicativa n° 10, considerado na linha de diferenças temporárias.

Impostos Diferidos Ativos

O registro do crédito tributário está suportado pelo plano de negócios da Companhia, segundo o qual apurarão lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes suficientes para a realização de tais valores. Ainda de acordo com esse plano de negócios, os quais consideram ampliação das atividades comerciais, os créditos serão realizados substancialmente em 2007, para os prejuízos fiscais e bases negativas, e a partir de 2008 para as diferenças temporárias. Anualmente a administração irá reavaliar o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavaliará a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. Conservadoramente a Administração optou por registrar a totalidade dos créditos no ativo realizável a longo prazo.

Impostos Diferidos Passivos

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei 10.637 de 2002 e posteriormente alterado pela Lei 11.196/06, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de pesquisas e desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e se refere aos gastos com projetos de Pesquisas e Desenvolvimento registrados no ativo diferido. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

b) Corrente

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Período de nove meses findo em	
	30/09/2006	30/09/2005
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	20.146	4.149
Alíquota vigente combinado	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(6.850)	(1.411)
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes (principalmente juros sobre capital próprio, e outros)	1.856	(15)
Crédito do imposto de renda diferido e contribuição social diferidos de anos anteriores registrado (baixado) durante o período	(3.602)	(1.281)
Crédito do impostos de renda diferido constituído (baixado) durante o período	3.502	4.111
Outros	268	(90)
Receita (Despesa) contabilizada	(4.826)	1.314

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, e que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia foram constituídas provisões para contingências, conforme abaixo:

Natureza	30/09/06	30/06/06
	R$	R$
Tributárias	1.064	1.064
Trabalhistas	13	13
Cíveis	181	181
	1.258	1.258

Tributárias

Referem-se essencialmente aos seguintes processos:

Compensações de PIS/COFINS: ação judicial referente à utilização de créditos de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, para fins de compensação de PIS/COFINS, não homologada pela Secretaria da Receita Federal. Em virtude da necessidade de obtenção da Certidão Negativa de Débito - CND da Procuradoria da Receita Federal, a Companhia efetuou o parcelamento desses débitos para posteriormente discutir a exigibilidade dos valores.

Trabalhistas

Relativas a processos movidos por ex-empregados da Companhia e de prestadoras de serviços.

Cíveis e administrativos

Compreendem uma estimativa de causas relativas a reivindicações movidas pelos consumidores finais sobre produtos e serviços prestados, sendo resumidas como segue:

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Vício (defeito) no produto	93	93
Restituição e danos morais	50	50
Outros administrativos	38	38
	181	181

A maioria dos processos refere-se à ações movidas por consumidores alegando defeito nos produtos vendidos, e distribui-se em:

Vício no produto: discute-se nestes processos a existência de defeitos diversos nos produtos vendidos pela Companhia (placa mãe, modem, HD, monitor etc.), bem como falta de solução para esses defeitos pelas assistências técnicas autorizadas, inclusive quanto à permanência desses produtos por tempo superior ao legalmente estabelecido junto à companhia autorizada que realiza este tipo de serviço.

Restituição e danos morais: nesses processos os consumidores finais dos produtos vendidos pela Companhia estão requerendo restituição dos valores pagos, atualizados monetariamente, bem como indenização por danos morais.

Existe ainda uma discussão quanto a direito autoral sobre uma fotografia utilizada em campanha publicitária. Esta campanha foi desenvolvida por agência contratada, e que, ao final, deverá se responsabilizar pelo uso da fotografia.

Os outros processos administrativos referem-se a processos junto aos PROCONs, discutindo também defeitos nos produtos e na prestação de serviços, porém na esfera administrativa e também um processo de crédito quirografário movido pela empresa COMASUL Computadores e Sistemas Ltda.

Perda Possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram provisionados contabilmente, por decisão da Administração, e são demonstrados conforme abaixo:

	30/09/06 R$
Tributárias	
ISS (a)	15.389
COFINS	551
ICMS	587
Outros	87
	16.614
Trabalhistas	
Empregados	597
Responsabilidade subsidiária	245
	842
Cíveis	
Ministério Público (b)	1.110
TCU – Tribunal de Contas da União (c)	5.770
Outros	260
	7.140
Total	24.596

(a) ISS - Município de Curitiba-PR e Pinhais-PR

Refere-se ao ISS pleiteado pelas Prefeituras dos municípios de Curitiba-PR e Pinhais-PR, devido sobre receitas auferidas com prestação de serviços, durante os exercícios de 1998 a 2002, conforme autos de infração lavrados por esses municípios nos valores de R$ 14.730 e R$ 659, respectivamente.

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia questiona os referidos autos de infração por meio de processo de impugnação de lançamento, onde argumenta:

(i) impossibilidade de cobrança do ISS sobre a locação de bens móveis (direitos autorais pelo desenvolvimento de sistemas e locação de equipamentos), por inconstitucionalidade;

(ii) limitada lista de serviços incluídas na legislação específica do ISS, e a impossibilidade de enquadramento dos serviços por ela prestados, referente à manutenção de sistemas, disponibilização de infra-estrutura tecnológica e operacionalização dos sistemas de informações;

(iii) falta de especificidade da base de cálculo e das alíquotas aplicadas para cobrança do imposto; decadência do lançamento dos valores exigidos relativos ao exercício de 1998;

(iv) a existência da filial no Município de Pinhais, criada somente para atendimento a um contrato específico, já encerrado pela Companhia e repassado para outra empresa.

(b) Ministério Público

Refere-se a Ação Civil Pública, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Porto Ferreira, consistente na aquisição de mesas educacionais da Companhia, com dispensa de licitação.

(c) Tribunal de Contas da União - TCU

Processo em julgamento, onde o Tribunal de Contas da União TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio financeiro concedido pela Companhia Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, para o Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Adicionalmente, a Companhia, também, mantém registradas as provisões para todos os processos que estão sendo questionados judicialmente e que possuem depósitos judiciais.

17. COMPROMISSOS

a) A Positivo Informática S.A. possui contrato de aluguel de uma unidade industrial com parte relacionada que expira a cada cinco anos (vide detalhes na nota explicativa n° 9). Adicionalmente, a Companhia não tem outros compromissos de compra a longo prazo com terceiros.

b) Compromisso de investimentos para atendimento às regras tributárias de redução de alíquota de IPI, conforme descrito na nota explicativa n° 10.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Transformação da empresa em sociedade anônima

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, foi aprovada a transformação da Companhia em sociedade anônima, na forma dos artigos 1.113 a 1.115 do código civil, que passou a operar sob a denominação de Positivo Informática S.A., sendo certo que a transformação de tipo societário ora aprovado não importará em solução de continuidade da Companhia, a qual continuará existindo com os mesmos direitos e obrigações sociais, conservando o mesmo patrimônio social, a mesma escrituração comercial e fiscal assim como todas as atividades operacionais descritas acima.

Em virtude da transformação aprovada, foi realizado o desdobramento das 86.936.920 quotas representativas do capital social da Companhia, totalmente subscritas e integralizadas, em 85.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, preservando as participações acionárias detidas pelos acionistas no capital social da Companhia.

Capital social

O Capital Social no montante de R$ 86.937 em 30 de setembro de 2006 (R$ 86.937, em 30 de junho de 2006), está totalmente subscrito e integralizado, em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas igualitariamente entre os sócios, pessoas físicas, domiciliadas no país, conforme abaixo:

	30/09/06 (lote de mil ações)	30/06/06 (lote de mil quotas)	% Partic.
Oriovisto Guimarães	17.000	17.388	20,00%
Cixares Líbero Vargas	17.000	17.388	20,00%
Samuel Ramos Lago	17.000	17.387	20,00%
Ruben Tadeu Caninck Formighieri	17.000	17.387	20,00%
Hélio Bruck Rotenberg	17.000	17.387	20,00%
	85.000	86.937	100,00%

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A variação do Capital social ocorrida no primeiro semestre de 2006 é decorrente da 47ª. Alteração Contratual de 28 de junho de 2006, o Capital Social que era de R$ 83.968, foi aumentado para R$ 86.937, sendo um aumento de R$ 2.969, integralmente transferido da conta de Adiantamento para futuro aumento de capital.

Conforme o Anexo I da ata da reunião de sócios da Positivo Informática Ltda., realizada em 17 da agosto de 2006, em virtude da transformação da empresa em sociedade anônima, sob a denominação de Positivo Informática S.A, houve o desdobramento das 86.937 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal, em 85.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas e sem valor nominal, já totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas.

Reservas de capital

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Reserva de Incentivos Fiscais	173	173
Subvenções para Investimentos	116.677	94.070
	116.850	94.243

Subvenções para investimento

Conforme mencionado na nota explicativa n° 7, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com a Lei Estadual nº. 13.214/01 que concedeu crédito presumido em operações interestaduais e reduziu a base de cálculo em operações internas de alguns produtos de informática; e o do Decreto Estadual nº. 5.375/02, este confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para outros produtos comercializados pela Companhia.

Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo apresentado no Patrimônio Líquido, em 30 de setembro, está distribuído da seguinte forma:

	30/09/06 R$	30/06/06 R$
Oriovisto Guimarães	595	595
Cixares Libero Vargas	595	595
Samuel R. Lago	595	595
Ruben T. C. Formighieri	595	595
Hélio B. Rotemberg	594	594
	2.974	2.974

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Capital Autorizado

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de assembléia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Apropriação do Lucro

Do lucro líquido do exercício será deduzido, antes de qualquer participação e eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

Dividendos

Conforme o novo estatuto social aprovado pela ata da reunião de sócios, a Companhia poderá levantar balanços anuais, semestrais, trimestrais ou mensais, e declarar, por deliberação da Assembléia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços e ou juros sobre o capital próprio, tudo sempre por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas na lei. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Juros sobre Capital Próprio

A Companhia efetuou pagamento de dividendos à conta de juros sobre capital próprio, no período de 30 de agosto a 30 de setembro de 2006, no valor de R$ 5.972 antes do imposto de renda, calculados com base na participação societária de cada acionista neste período. O valor total pago em agosto e setembro de 2006 estão condizentes com os limites da legislação vigente.

19. RECEITA DE VENDAS

O saldo de receitas é composto por:

Tipo de receita	Período de nove meses findo em 30/09/06	30/09/05
Receita de venda de produtos industrializados	599.057	341.376
Receita de revenda	232.633	89.012
Receita de serviços	18.110	20.140
	849.800	450.528

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Período de nove meses findo em 30/09/06 R$	Período de nove meses findo em 30/09/05 R$
Receitas com permissão de acesso ao Portal Educacional	4.476	3.077
Recuperações de despesas	219	164
Receita de sinistro de mercadorias	481	783
Vendas sucatas	70	19
Multas indedutiveis	(18)	-
Doações	(500)	(240)
Receitas eventuais	50	5
Tributos sobre outra receita e saídas	(401)	(333)
	4.376	3.475

Direitos autorais

Os Direitos Autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos ao sítio na internet denominado "Portal Positivo" aos clientes indicados pela Gráfica e Editora Positivo S.A. (Posigraf), bem como o fornecimento da matriz de CD-ROMs com conteúdos educacionais, conforme descrito detalhamente na nota explicativa n° 8 de transações com partes relacionadas.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme as condições estabelecidas na Instrução CVM 235/95, as operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com as atuais taxas de mercado para as operações de prazos e riscos similares. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Disponibilidades: Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido ao vencimento a curto prazo destes instrumentos financeiros.

Contas a receber e contas a pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial em contas a receber e contas a pagar, aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e o seu vencimento a curto prazo.

Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis se aproximam do valor justo devido às taxas de juros serem equivalentes às de mercado para cada tipo de linha de crédito, incidentes sobre estes instrumentos financeiros.

Outras contas: Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e valores de mercado em 30 de setembro e 30 de junho de 2006, exceto pelos créditos de impostos sobre os quais não incidem juros.

Exposição cambial: A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. As operações de swap possuem a finalidade de proteção para as oscilações das taxas de câmbio. O efeito financeiro destas operações foi reconhecido como receita financeira no resultado de 30 de setembro de 2006 no montante de R$ 587 (R$ 637 em 30 de junho de 2006). As operações de swap são de curto prazo, normalmente por cerca de 30 dias, cobrindo assim apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Não existiam operações desta natureza em aberto nas datas bases de 30 de setembro de 2006 e 2005.

Taxas de juros: a Companhia pode vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES) ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Concentração de riscos de crédito: as vendas financiadas da Companhia são administradas através de rigoroso programa de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes. Em 30 de setembro de 2006 existiam 2 clientes que individualmente

representavam mais que 10% da carteira de contas a receber em aberto (2 clientes em 30 de junho de 2006).

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia era uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada até 17 de agosto de 2006, conforme descrito na nota explicativa n° 18, não possuindo portanto a figura de diretor estatutário ou conselheiro de administração, funções características de sociedades anônimas.

O montante pago no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006, como remuneração dos administradores, foi de R$ 126 (R$ 125 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2005).

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 30 de setembro de 2006, a cobertura está assim demonstrada:

Nº da Apólice	Cobertura	Vigência	Importância Segurada
200006	Roubo e/ou furto qualificado	31/05/06 a 15/08/07	50.000
646	Incêndio, raio, explosão, vendaval, queda de aeronave, equipamentos eletrônicos, danos elétricos e alagamento e inundações.	01/04/06 a 01/04/07	18.600
693	Incêndio, raio, explosão, vendaval, queda de aeronave, equipamentos eletrônicos, danos elétricos, alagamento e inundações, tumultos, roubo e furto qualificado.	01/04/06 a 01/04/07	57.100

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Companhia, com objetivo de propiciar o aprimoramento das informações aos usuários das informações trimestrais, está apresentando de forma voluntária como informação suplementar, a demonstração dos fluxos de caixa.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a NPC 20 emitida pelo IBRACON, como segue:

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2006 E 2005

	Período de nove meses findo em	
	30/09/06	30/09/05
	R$ mil	R$ mil
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do período	15.320	5.463
Reconciliação do lucro líquido com o caixa líquido obtido das atividades operacionais:		
Depreciação	574	724
Amortização	4.541	5.729
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.502)	(4.111)
Outros		(389)
Subvenção para investimentos	82.546	48.217
	99.479	55.633
(Aumento) diminuição de ativos:		
Contas a receber	(28.929)	(16.251)
Estoques	(19.287)	(21.057)
Impostos a recuperar	(18.840)	(2.759)
Outros ativos	(6.889)	(4.731)
Aumento (diminuição) de passivos:		
Fornecedores	237	(11.650)
Contas a pagar e provisões	11.217	5.082
Juros sobre empréstimos recebidos (pagos), líquidos	(2.425)	(2.192)
Obrigações tributárias	5.935	514
Caixa líquido obtido das atividades Operacionais	40.498	2.589
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de imobilizado	(6.072)	(3.050)
Aumento do diferido	(5.711)	(6.183)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(11.783)	(9.233)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Mútuos com pessoas ligadas	10.715	(24.196)
Pagamento de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio	(26.552)	(4.988)
Empréstimos (pagos)/captados, líquido	(10.068)	32.581
Caixa líquido obtido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(25.905)	3.397
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES NO PERÍODO	2.810	(3.247)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO	5.248	5.247
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO	8.058	2.000
Informações complementares:		
- Pagamento de juros	2.896	2.192
- Pagamento de imposto de renda e contribuição social	6.931	3.146